



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

AMANDA DE MELLO CALABRIA

**Histórias de vida de prostitutas veteranas:  
memórias de trabalho e ativismo no Brasil contemporâneo**

NITERÓI, RJ

2024

AMANDA DE MELLO CALABRIA

**Histórias de vida de prostitutas veteranas:  
memórias de trabalho e ativismo no Brasil contemporâneo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito à obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora:

Profa. Dra. Juniele Rabêlo de Almeida

Coorientadora:

Profa. Dra. Laura Rebecca Murray (NEPP-DH/UFRJ)

NITERÓI, RJ

2024

Ficha catalográfica automática – SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C141h Calabria, Amanda de Mello  
Histórias de vida de prostitutas veteranas: memórias de  
trabalho e ativismo no Brasil contemporâneo / Amanda de  
MelloCalabria. - 2024.  
304 f.: il.

Orientador: Juniele Rabêlo de  
Almeida.Coorientador: Laura  
Rebecca Murray.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de História, Niterói, 2024.

1. Movimento brasileiro de prostitutas. 2. Memória. 3.  
História de vida. 4. História pública. 5. Produção intelectual.  
I. Almeida, Juniele Rabêlo de, orientador. II. Murray, Laura  
Rebecca, coorientador. III. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto de História. IV. Título.

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

AMANDA DE MELLO CALABRIA

**Histórias de vida de prostitutas veteranas:  
memórias de trabalho e ativismo no Brasil contemporâneo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito à obtenção do título de Doutora em História.

**BANCA EXAMINADORA:**

\_\_\_\_\_  
Profa Dra. Juniele Rabêlo de Almeida (Orientadora) - UFF

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Laura Rebecca Murray (Coorientadora) - UFRJ

\_\_\_\_\_  
Profa Dra. Samantha Quadrat (Arguidora interna) – UFF

\_\_\_\_\_  
Profa Dra Ana Paula da Silva (Arguidora interna) – UFF

\_\_\_\_\_  
Profa Dra. Marta Rovai (Arguidora externa) - UNIFAL

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (Arguidor externo) - UFRGS

NITERÓI, RJ

2024

*Para Mirian Calabria,  
por toda a dedicação.*

## AGRADECIMENTOS

Como se já não fosse trabalhoso escrever uma tese, o cenário brasileiro nos últimos anos foi especialmente conturbado. Não é nada fácil escrever enquanto o mundo lá fora parece desabar. Nesses estranhos anos, busquei acolhida em meus afetos, pessoas fundamentais nessa jornada. A vocês, eu preciso e desejo agradecer.

Meu imenso agradecimento à Lourdes Barreto, Vânia Rezende, Fátima Medeiros, Diana Soares, Célia Gomes e Luza Maria por compartilharem comigo suas histórias de vida com afetuosidade e disponibilidade em tempos tão intempestivos. Me emocionei muitas vezes com a vitalidade de suas existências, minha sincera admiração pelas trajetórias vividas com tanta bravura. Sou grata pela confiança.

Agradeço a todas as puta-lideranças do movimento brasileiro de prostitutas que tocam aguerridamente a luta sendo fôlego, inspiração e esperança para tempos melhores. Agradeço à todas as companheiras do Coletivo Puta Davida, especialmente Indianarae Siqueira, Betânia Santos e Naara Maritza pelas partilhas proximais. Agradeço à Gabriela Leite, *in memoriam*, puta mulher que rebentou essa luta grandiosa com ousadia e coragem.

Meu agradecimento imenso à orientação e parceria firme de Juniele Rabêlo de Almeida. Sou grata pelos encontros criativos, afetivos e perspicazes nessa longa travessia, sou grata por não ter soltado minha mão.

Meu agradecimento à Maria Ferraz, que se lançou comigo na formação de um grupo de estudos no PPGH durante a pandemia. Meu agradecimento se estende à Andressa Inácio, que se juntou a nós, firmando uma anterior amizade. Ao Marcus Vinícius de Oliveira da Silva, com quem vibro por termos seguido, mestrado e doutorado, em mútuos apoio e reconhecimento. Vibro também por todos os colegas que ingressaram em 2020 e que se desafiaram a pesquisar quando se colocava à prova a importância de nosso ofício. Conseguimos!

Agradeço ao time de excelência do Labhoi, Laboratório de História Oral e Imagem (UFF), docentes e discentes que inspiraram os rumos de pesquisa e proporcionaram acolhimento durante a pós-graduação, em especial, Ana Maria Mauad, sempre apoiadora.

Agradeço à Laura Murray que, de referência lida, se tornou amiga, parceira de trabalho e coorientação nesse percurso. Agradeço pelas conversas que impulsionam este trabalho e pelos dias de celebração e ativismo.

Agradeço à banca que tenho o prazer de ter como avaliadores Ana Paula da Silva, parceria sólida nos últimos anos. À Marta Rovai, pelos compartilhamentos críticos, mas não menos amorosos. À Samantha Quadrat, pela oportunidade de partilha e reflexão sobre temas tão sensíveis. À Benito Schmidt, sou grata por topar a leitura crítica nessa fase final.

Agradeço à José Miguel Olivar pelas interlocuções e oportunidades de compor estimulantes pesquisas, aos colegas do coletivo CPaS-1 da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em especial, Michel Furquim. Agradeço à Maria Amélia Veras e aos colegas do NUDHES, da Faculdade de Ciências Médias da Santa Casa de São Paulo. E à Ana Carolina Azevedo, pelas conversas solidárias em temas vizinhos.

À Lívia Lima, pelas trocas disparadoras no momento inicial da tese, e por seguir apoiando e torcendo amorosamente por este trabalho.

À Myrian Sepúlveda dos Santos (PPCIS/UERJ), *in memoriam*. Durante a fase mais dura do isolamento social, as discussões sobre memória e seus usos públicos foram fundamentais. Sou grata por ter sido sua aluna.

Aos colegas que integram o grupo de pesquisa LaDCopi, a Unidiversidade Nem Davida e os projetos de extensão da UFRJ e da UNIRIO, com quem tenho compartilhado momentos inventivos e plurais.

Neste cenário foi fundamental contar com o financiamento da bolsa de doutorado do Cnpq. Agradeço à instituição, embora reconheça a importância de avanços no âmbito da produção de pesquisa no país.

Agradeço aos colegas Flávio Lenz, Freddy Strack pelos compartilhamentos, à Meg Weeks e Fernanda Ribeiro pelas partilhas reflexivas sobre essa luta tão inspiradora, e ao Gabriel Alencar pela parceria com o Arquivo Davida. Estendo os agradecimentos ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e seus funcionários.

Sou grata à Ana Cristina Reis pelas imersões disparadas na análise. À Mari Coutinho por sua generosidade e assertivos cuidados. À Camila Holanda pelos treinos conduzidos com dedicação e afeto. À Francisco Mourão pelo zelo nas sessões e saberes partilhados.

Agradeço às amigadas, Fabiana Batista, Rayna Pegado, Paula Spadari, Rebeca Eler, Vanessa Dias, Thatiana Verthein, Nathalia Cantarino, Isadora Marzano, Gabriel Henriques e Carolina Parreiras pelos acolhimentos, torcidas e partilhas.

Benção à minha mãe de axé Madalena Padilha que, em seu sacerdócio, vem cuidando de minha existência terrena e espiritual, sempre vibrante e amorosa. Aos orixás, entidades e guias espirituais que me sustentaram nessa jornada, renovo a minha fé.

Meu agradecimento à minha família que oferece chão sólido e amor incondicional. Minha mãedrinha Mirian, a conquista dessa tese eu devo a você. Agradeço por incentivar sempre meu traço questionador e por ser disparada do meu caminho nos estudos. À Vovó Waldette eu agradeço pelos cuidados de toda a vida, a lição tomada desde pequena e o estímulo sempre amoroso. À Karen, pela vida compartilhada, por segurar as pontas no sentido mais verdadeiro. Obrigada, minha irmã. À Vinícius pela leveza nas brincadeiras bobas, mas que nunca deixaram de expressar sua admiração. À Tia Waléria pelo apoio amoroso comigo, mas também com a nossa família, firmando nossa rede de cuidados. À minha mãe Walkíria que me trouxe ao mundo e celebra com alegria mais esse passo dado. À minha irmã Helena, com quem celebro e tenho a honra de ver galgando grandiosos caminhos profissionais. Ao Peppe, por fazer os dias mais alegres. Aos meus familiares agradeço, sobretudo, por não terem deixado de acreditar.

À Angie Donini, amor movente, parceria de vida, trabalho e ativismo. Obrigada pelo apoio diário, por acompanhar com esmero cada linha dessa tese repetidas vezes, sendo troca, escuta e coração. Suas reflexões e experiências contribuíram para a robustez das análises. Nossas fabulações me abriram caminhos. Obrigada por ser sustentação e companhia nessa aventura que é a vida. Saúdo e admiro nosso amor. Agradeço também à nossa galerinha: Haru, Totoro, Maricotinha e Gersinho, que transbordaram carinho nessa fase final.

Vamos ser putas, meretrizes, prostitutas, mulheres da vida... Todos os nomes.  
Quem sabe um dia, além de putas assumidas, podemos chegar a também ser poetas.  
Poetas da vida assumidas e vividas, sem vergonhas e sem medos.  
Mulheres putas, sem maiores explicações.

Gabriela Leite (*In memoriam*)

## RESUMO

As prostitutas veteranas vêm há décadas cumprindo um importante papel de defesa dos direitos de sua categoria. Mobilizam memórias, experiências e saberes para enfrentar os desafios do presente. A tese problematiza, a partir das noções de trabalho, ativismo e geração, as histórias de vida de seis veteranas do Norte e Nordeste brasileiro consideradas referências no movimento de prostitutas: Lourdes Barreto, Vânia Rezende, Fátima Medeiros, Diana Soares, Célia Gomes e Luza Maria. A pesquisa tem por objetivo discutir suas trajetórias de trabalho e ativismo na prostituição por meio dos princípios metodológicos da história oral. As memórias perpassam as experiências na profissão, o ingresso na luta política, as alianças estratégicas, o histórico de atuação nas associações que lideram e suas incidências no movimento nacional. Contextualizo as histórias narradas com os cenários locais e as expectativas sociais, raciais e generificadas, aos quais as veteranas respondem em singulares percursos e reinvenções de si. Busco também refletir as formas pelas quais as veteranas ressignificam suas experiências ativistas e seus enlaces com a memória coletiva do movimento brasileiro de prostitutas, em uma discussão entre memória individual e memória coletiva que envolve plurivocalidades e pertencimentos. Nesse sentido, analiso como elas se reportam às experiências ativistas do passado e compartilham práticas e estratégias de luta, o que tem se constituído como um legado geracional. A história pública, enquanto uma plataforma de ação e reflexão, orienta o trabalho com as memórias e oralidades em um compromisso com as diferentes autoridades envolvidas e com os debates públicos do movimento brasileiro de prostitutas.

**Palavras-chave:** veteranas; movimento brasileiro de prostitutas; memória; história de vida, história pública.

## ABSTRACT

For decades, veteran sex workers have played an important role in defending the rights of their category. They mobilize their memories, experiences and knowledge to face the challenges of the present. Based on the notions of work, activism and generation, this dissertation explores the life stories of six female sex workers from the North and Northeast of Brazil who are considered references of the prostitutes' movement: Lourdes Barreto, Vânia Rezende, Fátima Medeiros, Diana Soares, Célia Gomes and Luza Maria. The aim of the research is to discuss their working and activist paths in prostitution using the methodological principles of oral history. Their memories cover their experiences in the profession, their entry into the political struggle, their strategic alliances, their history of action in the associations they lead and their influence on the national movement. I contextualize the stories told with the local scenarios and the social, racial and gendered expectations to which the veterans respond in unique ways of reinventing themselves. I also reflect on the ways in which the veterans re-signify their activist experiences and their connections with the collective memory of the Brazilian prostitutes' movement through a discussion about the relationship between individual and collective memory that involves pluri-vocalities and belonging. In this sense, I analyze how the veterans have constructed a generational legacy, that is built through their sharing of activist experiences, practices and strategies of struggle. Public history, as a platform for action and reflection, guides my engagement throughout the dissertation with memories and oralities, in addition to my commitment to the different authorities involved, and the public debates of the Brazilian prostitutes' movement.

**Keywords:** veterans; Brazilian prostitutes' movement; memory; life history, public history.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>16</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Histórias rebeldes e reinvenções de si: memórias de prazeres e batalhas.....</b>	<b>31</b>
1.1 Lourdes Barreto .....	35
1.2 Fátima Medeiros .....	49
1.3 Vânia Rezende .....	61
1.4 Diana Soares .....	75
1.5 Célia Gomes .....	86
1.6 Luza Maria Silva .....	96
<b>Capítulo 2</b>	
<b>Adiando o fim do mundo: experiências e saberes no enfrentamento à pandemia de Covid-19 .....</b>	<b>108</b>
2.1 Impactos da Covid-19 e as vidas das veteranas .....	112
2.2 Veteranas e sentidos do envelhecimento .....	130
2.3 Saberes e batalhas epidêmicas: a atuação em Aids .....	137
2.4 Novo vírus, velhos saberes: as tecnologias de cuidado das veteranas .....	147
<b>Capítulo 3</b>	
<b>A batalha nas ruas como projeto de vida: memórias de ativismo nas histórias das veteranas .....</b>	<b>156</b>
<b>3.1 “Eu Sou Puta”: memórias de ativismo de Lourdes Barreto .....</b>	<b>159</b>
3.1.1 Resistências no contexto repressivo em Belém .....	159
3.1.2 Contribuições e limites da Pastoral da Mulher Marginalizada .....	166
3.1.3 O projeto do movimento brasileiro de prostitutas .....	171
<b>3.2 “Fadas baianas”: memórias ativistas de Fátima Medeiros .....</b>	<b>174</b>
3.2.1 A denúncia como despertar para o ativismo .....	175
3.2.2 Resistência e organização das prostitutas no Centro Histórico de Salvador .....	176

<b>3.3 “Mulher negra é revolução”:</b>	<b>memórias ativistas de Vânia Rezende .....</b>	<b>186</b>
3.3.1 Do Cais do Parto à criação da Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS) .....		187
3.3.2 Os encontros como espaços de formação .....		193
3.3.3 Alguns desafios: ontem e hoje .....		197
<b>3.4 “Enquanto der pra gozar”:</b>	<b>memórias ativistas de Diana Soares .....</b>	<b>200</b>
3.4.1 Em memória de Marinalva Ferreira: a criação da Associação das Prostitutas do Rio Grande do Norte (ASPRORN) .....		201
3.4.2 Percursos, estratégias e políticas: da Rede Brasileira à criação da Articulação Nacional das Profissionais do Sexo (ANPROSEX) .....		207
<b>3.5 “Sempre desbravando, brigando, na luta”:</b>	<b>memórias ativistas de Célia Gomes ...</b>	<b>212</b>
3.5.1 A criação da Associação de Prostitutas do Piauí (APROSPI) .....		213
3.5.2 “Nunca mais me calei”:	novas rumos no movimento nacional e a criação da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS) .....	217
<b>3.6 “Eu tenho muito orgulho de tudo que eu fiz”:</b>	<b>memórias ativistas de Luza Maria</b>	<b>223</b>
3.6.1 Os primeiros passos na Associação de Prostitutas da Paraíba (APROS-PB) .....		223
3.6.2 Inspirações, articulações e novos percursos no movimento nacional .....		228
<b>Capítulo 4</b>		
<b>Movimento Brasileiro de Prostitutas: debates públicos e os usos da memória.....</b>		<b>234</b>
4.1 Memórias de repressão e resistência: testemunhos e heranças de um passado comum...		236
4.2 Memórias, atuações e legados: o projeto de democracia das prostitutas organizadas.....		245
4.3 Arquivo vivo e políticas de memória: ativações do Arquivo Davida como proposições colaborativas de história pública .....		257
<b>Considerações finais .....</b>		<b>277</b>
<b>Referências .....</b>		<b>282</b>
<b>Lista de fontes .....</b>		<b>294</b>

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> .....	<b>36</b>
<b>Imagem 2</b> .....	<b>46</b>
<b>Imagem 3</b> .....	<b>47</b>
<b>Imagem 4</b> .....	<b>48</b>
<b>Imagem 5</b> .....	<b>51</b>
<b>Imagem 6</b> .....	<b>60</b>
<b>Imagem 7</b> .....	<b>62</b>
<b>Imagem 8</b> .....	<b>63</b>
<b>Imagem 9</b> .....	<b>68</b>
<b>Imagem 10</b> .....	<b>72</b>
<b>Imagem 11</b> .....	<b>72</b>
<b>Imagem 12</b> .....	<b>76</b>
<b>Imagem 13</b> .....	<b>86</b>
<b>Imagem 14</b> .....	<b>87</b>
<b>Imagem 15</b> .....	<b>89</b>
<b>Imagem 16</b> .....	<b>97</b>
<b>Imagem 17</b> .....	<b>106</b>
<b>Imagem 18</b> .....	<b>107</b>
<b>Imagem 19</b> .....	<b>142</b>
<b>Imagem 20</b> .....	<b>142</b>
<b>Imagem 21</b> .....	<b>147</b>
<b>Imagem 22</b> .....	<b>148</b>
<b>Imagem 23</b> .....	<b>172</b>
<b>Imagem 24</b> .....	<b>185</b>
<b>Imagem 25</b> .....	<b>190</b>
<b>Imagem 26</b> .....	<b>193</b>
<b>Imagem 27</b> .....	<b>208</b>
<b>Imagem 28</b> .....	<b>228</b>
<b>Imagem 29</b> .....	<b>252</b>
<b>Imagem 30</b> .....	<b>252</b>
<b>Imagem 31</b> .....	<b>254</b>
<b>Imagem 32</b> .....	<b>266</b>
<b>Imagem 33</b> .....	<b>266</b>
<b>Imagem 34</b> .....	<b>270</b>
<b>Imagem 35</b> .....	<b>271</b>
<b>Imagem 36</b> .....	<b>271</b>
<b>Imagem 37</b> .....	<b>275</b>

## LISTA DE ABREVIACÕES

ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids  
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  
AM – Amazonas  
AP - Amapá  
AMPAP - Associação de Mulheres Profissionais do Sexo do Estado do Amapá  
ANPROSEX – Articulação Nacional das Profissionais do Sexo  
ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais  
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro  
APPS – Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo  
APROCE – Associação de Prostitutas do Ceará  
APROSBA – Associação das Profissionais do Sexo do Estado da Bahia  
APROSMA – Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão  
APROSMIG – Associação de Prostitutas de Minas Gerais  
APROS-PB – Associação de Prostitutas da Paraíba  
APROS-PICOS – Associação de Prostitutas de Picos  
APROSPI – Associação de Prostitutas do Piauí  
APS – Associação de Prostitutas de Sergipe  
ASPRORN - Associação das Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte.  
BH – Belo Horizonte  
CAMS - Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais  
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania  
CE - Ceará  
CIPMAC - Centro Informativo de Prevenção, Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande  
CLACSO – Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais  
CNDM – Conselho Nacional de Direito das Mulheres  
COVID-19 – Coronavírus Disease 2019  
CPaS-1 – Coletivo de Pesquisa em Antropologia, Arte e Saúde Pública  
CTA- Centro de Testagem e Acolhimento  
CUT – Central Única dos Trabalhadores

CUTS – Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais  
DEOPS – SP – Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo  
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis  
EPI – Equipamento de Proteção Individual  
FAI – Federação Abolicionista Internacional  
FAMCC – Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários  
FSP – USP – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo  
GAMI - Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes  
GAPA-BA – Grupo de Apoio à Prevenção ao HIV/Aids da Bahia  
GEMPAC – Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará  
GGB – Grupo Gay da Bahia  
GHAP - Grupo “Habeas Corpus” Potiguar  
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana  
IPPUR – Instituto de Pesquisa, Planejamento Urbano e Regional  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
ISER – Instituto de Estudos das Religiões  
ISS – Imposto sobre Serviços  
ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis  
LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem  
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans  
LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais/Agêneros, Pansexuais, Não-binários  
MA – Maranhão  
MAR – Museu de Arte do Rio  
MG – Minas Gerais  
MOPROM - Movimento de Promoção da Mulher  
MS – Ministério da Saúde  
MUNCAB – Museu da Cultura Afro-Brasileira  
NEP – Núcleo de Estudos da Prostituição  
NEPP-DH – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos  
NUDHES – Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde LGBTQI+  
ONG – Organizações Não-Governamentais  
PA – Pará

PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PB – Paraíba  
PE – Pernambuco  
PI – Piauí  
PL – Projeto de Lei  
PMM – Pastoral da Mulher Marginalizada  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTC – Partido Trabalhista Cristão  
PV – Partido Verde  
RBP – Rede Brasileira de Prostitutas  
RJ – Rio de Janeiro  
RN – Rio Grande do Norte  
SESAP – Secretaria de Saúde do Estado do Piauí  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UNB – Universidade de Brasília  
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
USP – Universidade de São Paulo

## INTRODUÇÃO

Putá, prostituta, messalina, rapariga, quenga, mariposa, meretriz, mulher da vida, rameira, garota de programa, acompanhante, trabalhadora sexual, profissional do sexo. São muitas as denominações para uma prática tão antiga. Nomes que, por um estigma histórico, são atribuídos, na maioria das vezes, como ofensas; nomes que se referem a práticas discursivas, normativas de gênero e a um fantasioso imaginário social; nomes, por fim, que não dizem sobre as vidas concretamente vividas no marco da prostituição, tampouco fora dela. Por detrás dos nomes, ou melhor, à frente, assumidamente público, há mulheres que encontram na prostituição uma possibilidade laboral, uma luta, um caminho de vida. Mulheres para quem a vida não se resume à prostituição, tampouco se dissocia das muitas possibilidades de relações nas zonas de trabalho, dentre as quais o ativismo. Suas experiências de mundo são apostas efetivas para tempos melhores. Apostas para que a prostituta, em sua potencialidade semântica, possa ecoar sonora e publicamente, sem rodeios, com afirmação e positividade.

Essa é uma tese sobre as histórias de vida de seis prostitutas veteranas que integram o movimento de prostitutas no Brasil: Lourdes Barreto, Belém (PA); Vânia Rezende, Olinda (PE); Fátima Medeiros, Salvador (BA); Diana Soares, Natal (RN); Célia Gomes, Teresina (PI) e Luza Maria, João Pessoa (PB).<sup>1</sup> Por meio de um trabalho de história oral,<sup>2</sup> rememoração e narração das experiências de vida, foi possível recompor e analisar as trajetórias laborais e ativistas das veteranas. As narrativas autobiográficas se entrelaçam a uma história do movimento brasileiro de prostitutas, dando a ver as formas pelas quais elas ressignificam suas experiências e correlacionam a memória individual com a memória coletiva.

As narradoras são mulheres cisgênero, brancas e negras, atuantes no Norte e no Nordeste brasileiro. Têm entre 50 e 80 anos e vivenciam processos diferentes de racialização e envelhecimento. Ingressaram no trabalho sexual na segunda metade do século XX, exercendo-o em praças, ruas, bares, cabarés, garimpos, navios, estradas e nas tradicionais “zonas de prostituição”. No ativismo, ingressaram entre o final dos anos 1980 e início dos anos 2000, organizando-se em associações estaduais a partir das demandas da categoria localmente. Atualmente, ocupam a coordenação das associações que ajudaram a fundar,

---

<sup>1</sup> A lista completa com as fontes orais relativas às entrevistas com cada uma das veteranas se encontra nas referências, ao fim da tese.

<sup>2</sup> Alberti, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Meihy, José Carlos S; Holanda, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

promovendo a conscientização do trabalho e da autoestima da prostituta, a sensibilização política para a cidadania e direitos humanos, asseguram a assistência básica de prevenção em saúde e fomentam atividades culturais. As associações se filiam às redes do movimento de prostitutas. No Brasil há três grandes redes: Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), Articulação Nacional das Profissionais do Sexo (ANPROSEX) e Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS).

Para além das credenciais ativistas, suas narrativas mobilizam experiências e relações entre lugares, pessoas e acontecimentos. É possível conhecê-las nas interfaces de suas posições no mundo: o passado, enquanto jovens prostitutas, e o presente, veteranas e ativistas. Em suas narrativas, entretanto, o tempo é apenas um amparo, e não um contorno. Móveis, passado e presente se encontram, contraem e dilatam,<sup>3</sup> o que é possível apreender são os sentidos que as lideranças atribuem a si, as interposições da memória e os conhecimentos que deixam como legados.

Suas experiências mobilizam as singularidades das biografias em dois arcos: as trajetórias laborais e as trajetórias ativistas, no Norte e Nordeste brasileiro. São analisados os quadros de memória da infância/adolescência, nos locais onde cresceram, e os quadros de chegada ao trabalho sexual, por meio do qual se expressam as expectativas de vida e os cenários locais das zonas de prostituição. São retomados os despertares para os ativismos, as alianças e suas inscrições em um projeto mais amplo de transformação social. Entre os compartilhamentos e ensinamentos, elas traduzem os modos pelos quais, lutadoras incansáveis, vêm recriando seus próprios caminhos.

As histórias de vida se pautam por uma recusa ao imaginário colonial interno que construiu uma narrativa de vitimização das prostitutas pobres, nordestinas e nortistas.<sup>4</sup> Numa contranarrativa às dinâmicas impostas pelos regimes de poder locais, que imbricam gênero e raça, elas visibilizam experiências rebeldes, saberes adquiridos e cursos da vida como estratégias de invenção de si.

A análise que proponho não se orienta por uma visão retrospectiva e referencial das narrativas autobiográficas, numa leitura da continuidade do sujeito em que a subjetividade inscrita no passado é explicativa do presente, a fim de produzir uma trajetória de vida

---

<sup>3</sup> Referencio-me à noção espiralar de tempo de Lêda Maria Martins. Para a autora, as experiências de vida podem engendrar diferentes movimentos de tempo, simultaneidades, distâncias, contrações e inúmeras curvaturas entre passado e presente. Martins, Lêda Maria. Performances do tempo espiralar. *Poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021, p.23.

<sup>4</sup> Calabria, Amanda. Life story, prostitution and activism: Challenges and possibilities of research in co-creation. *Global Public Health (Online)*, v. 17, 2022, p.2515.

coerente.<sup>5</sup> Considero as inconstâncias das narrativas em seus cursos e desvios, e busco escapar da figura heroica idealizada, o que não exclui o fato de que é possível aprender com as experiências contadas.<sup>6</sup>

Esta é uma tese sobre as histórias de vida, mas é também uma mirada reflexiva, a partir das memórias e posições ativistas, para o movimento de prostitutas no Brasil, uma vez que as narrativas se relacionam com a história da categoria, ao sinalizar as diferentes significações das memórias individuais e os plurais percursos de lutas e resistência. Considero o modo pelo qual cada veterana evoca e organiza suas memórias de ativismo em relação ao trabalho de memória organizado do movimento de prostitutas. Não tenho o objetivo de confrontar a memória pública sobre a história do movimento, e, sim, de ampliar as vocalidades e sentidos de luta no trilho da memória coletiva, evidenciando sua relevância política desde as diferenças e os pertencimentos. Ao tomar como fundamental os aprendizados acerca do caráter interrelacional e provisório entre história e memória,<sup>7</sup> não busco escrever uma história do movimento de prostitutas, mas explorar os intercursos das memórias a partir das plurivocalidades, singularidades e intencionalidades narrativas. Dessa maneira, reconheço que as memórias são múltiplas, coletiva/social e individual, e seus usos são permeados por representações, subjetividades, expectativas e disputas. As memórias, enquanto elaborações do vivido, foram consideradas em suas subjetividades, esquecimentos, distrações e silêncios.<sup>8</sup>

Ao entrelaçar as narrativas ativistas às linhas de forças e aos debates públicos da categoria organizada, persigo, de fundo, a história pública do movimento de prostitutas no Brasil, fundado como uma rede nacional em 1987, na cidade do Rio de Janeiro. Com a criação do movimento e sua capilarização para associações estaduais por todo o país, os debates associados à reivindicação de cidadania e direitos, à descriminalização da prostituição e à denúncia de violações têm, desde então, se mantido em disputa na agenda política brasileira. Criado durante a redemocratização, o movimento de prostitutas tem atuado na construção de um projeto de cidadania para prostitutas, o que inclui o projeto de descriminalização do trabalho sexual. Esta tese reconhece a importância da visibilização dos debates públicos do

---

<sup>5</sup> Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.189.

<sup>6</sup> Schmidt, Benito. Contar vidas em uma época presentista: a polêmica sobre a autorização prévia. In: Avelar, Alexandre de Sá; Schmidt, Benito. *O que pode a biografia?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.30.

<sup>7</sup> Para Pierre Nora, “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.” Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n° 10, 1993, p.9.

<sup>8</sup> Portelli, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.55.

movimento, seu histórico de atuação, articulação política e as questões socialmente vivas que mobilizam as lideranças no tempo presente.

A história oral foi a metodologia suporte para a evocação das memórias das veteranas. Foi realizado um projeto de história oral de vida<sup>9</sup> com entrevistas pré-agendadas, autorizadas e transcritas acerca das recomposições das trajetórias de cada uma das seis mulheres, tendo como foco as experiências de trabalho e ativismo e, num atravessador inevitável, a pandemia de Covid-19. Memória e experiência não foram tomadas como evidências legitimadoras do vivido, mas como pilares fundamentais de um método de análise que privilegia indivíduos e grupos como sujeitos históricos em suas condições de elaborar e significar os próprios percursos. Busquei valorizar os fluxos de fala, as expectativas, os sentidos e as intencionalidades do narrar, assim como as demandas das veteranas e os debates públicos do movimento.<sup>10</sup> Procurei trazer as particularidades que se evidenciaram nas narrativas de cada uma, assim como os compartilhamentos, as simetriações e os reconhecimentos nos quais estruturam a coletividade da luta no Brasil. As entrevistas foram conduzidas sob os pressupostos fundamentais da ética do encontro e das relações entre entrevistador e entrevistado, que abrangem a transparência na pesquisa, a devolução do material e a publicação. As entrevistas serão arquivadas no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi – UFF) e se situam na interface da história oral com a história pública, no compromisso com a produção e difusão dessas narrativas junto à história do movimento no Brasil.

As memórias elaboradas e significadas foram inteligidas a partir do processo intersubjetivo da “entre-vista”<sup>11</sup>, considerando a minha relação com o movimento de prostitutas, o que perpassa igualmente o ativismo e a pesquisa. Nesse sentido, o encontro com o movimento de prostitutas e com a comunidade de veteranas antecede os interesses da realização da tese de doutorado e pavimenta o meu compromisso e engajamento ativista.

Meu percurso com o movimento se iniciou a partir do desdobramento do trabalho de conclusão da graduação em História na Universidade Federal Fluminense, “Violência e criminalização: o movimento de resistência das prostitutas do Prédio da Caixa”, em 2014,

---

<sup>9</sup> Para Meihy e Holanda, a história oral de vida possibilita ampla abordagem das experiências de um sujeito localizando-as na trajetória de vida a partir da significação das memórias no presente. Meihy, José Carlos S; Holanda, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

<sup>10</sup> Almeida, Juniele Rabêlo de. O movimento social e o trabalho de história oral. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo (orgs). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.53.

<sup>11</sup> Alessandro Portelli aborda a implicação do pesquisador nas pesquisas e o fato de que ele também é olhado e analisado. Para o autor: “uma entre-vista diz respeito a duas pessoas olhando uma para a outra. O observador nos observa – eles geralmente são mais perspicazes do que nós...” Portelli, op. cit., p.35.

quando havia acompanhado parte da sequência de acontecimentos que caracterizou a violação de direitos contra as trabalhadoras sexuais que moravam e trabalhavam em um dos pontos centrais de prostituição da cidade de Niterói, o edifício conhecido como “Prédio da Caixa”. Nessa ocasião, conheci o Coletivo Puta Davida, organização que integro atualmente, e, pela primeira vez, tive contato com o movimento brasileiro de prostitutas. O Coletivo exerceu um suporte fundamental para as ativistas envolvidas nas ações, colaborando com as denúncias de violação de direitos humanos.

Em 2015, compareci ao evento “Uma Revolução Particular: o Movimento Brasileiro de Prostitutas”,<sup>12</sup> um curso de extensão sobre a história do movimento que contou com a presença de lideranças, pesquisadores e aliados para uma série de debates sobre a prostituição no Brasil. Essa iniciativa me proporcionou a oportunidade de ouvir, pela primeira vez, grandes nomes do movimento contando, em primeira pessoa, suas histórias de luta. A corporalidade em cena, a afirmação da profissão, a palavra puta utilizada com precisão em alto e bom som, sem rodeios, me despertou interesse e curiosidade. Durante o café, numa mesinha do lado de fora do salão, conversei com Lourdes Barreto,<sup>13</sup> veterana fundadora do movimento nacional, e foi imediata a minha admiração. Dali em diante segui com interesse e envolvimento a categoria. Atravessei (e sigo atravessando) muitas zonas de “não saber” e desconstruções, véus que se abriram me mostrando o que eu não sabia, mas julgava saber. Em 2018, contactei Lourdes Barreto e manifestei o desejo em escrever a dissertação de mestrado sobre sua história de vida. Lourdes aceitou e demos início a uma longa relação que resultou no trabalho intitulado “Eu sou Puta: Lourdes Barreto, história de vida e movimento de prostitutas no Brasil”.<sup>14</sup>

Cheguei pela primeira vez em Belém (PA), em junho de 2018, para participar do Puta Dei,<sup>15</sup> conhecer melhor Lourdes e o seu trabalho no Grupo de Mulheres Prostitutas do

---

<sup>12</sup> O evento aconteceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro como realização do Observatório da Prostituição em parceria com a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, o Laboratório de Etnografia Metropolitana – LeMetro/IFCS-UFRJ e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR-UFRJ.

<sup>13</sup> Ver lista de entrevistas realizadas com Lourdes Barreto (80 anos) no final do trabalho, onde é possível identificar o acervo de entrevistas (transcritas e catalogadas) referente aos anos 2018, 2019 e 2022.

<sup>14</sup> Calabria, Amanda. *Eu Sou Puta: Lourdes Barreto, história de vida e movimento brasileiro de prostitutas*. Dissertação (mestrado) na Universidade Federal Fluminense, 2020.

<sup>15</sup> O Puta Dei comemora o Dia Internacional das Prostitutas, em 02 de junho, retomando o episódio ocorrido em 2 de junho de 1975, quando mais de 100 prostitutas ocuparam a Igreja Saint-Nizier em Lyon, na França, em resposta às sucessivas violências e assassinatos das quais eram vítimas. Desde então, a data é celebrada em diferentes países. No Brasil foi assumida sob a denominação provocativa “Puta Dei” a partir de uma ação do Gempac, em 2015. Envolve uma série de atividades políticas e culturais durante todo o mês de junho.

Estado do Pará (GEMPAC). Ali conheci também Vânia Rezende<sup>16</sup> e Nanci Feijó<sup>17</sup>, duas lideranças do movimento do estado de Pernambuco e a liderança Edna Maciel,<sup>18</sup> do estado do Amapá, amigas de longa data. Nessa ocasião pude contribuir ativamente com a construção do evento e realizar a primeira entrevista de história oral com Lourdes em sua casa, em Ananindeua (PA).

Em abril de 2019 retornei a Belém, dessa vez para um continuado trabalho de campo, o que me permitiu um aprofundamento na relação com Lourdes e um engajamento nas atividades do GEMPAC. Foram meses acompanhando seu cotidiano ativista, os espaços de debate, as dinâmicas internas e as ações públicas desempenhadas pela associação. Essa relação redefiniu os percursos metodológicos da própria pesquisa, impulsionou uma prática de história oral de vida afetiva alicerçada em negociações que buscaram fazer valer a tônica das autoridades compartilhadas,<sup>19</sup> reconhecendo as posições e conhecimentos de cada parte, o que possibilitou a presença e participação ativa de Lourdes em diferentes etapas da pesquisa. Nomeei esse processo de “cocriação”.<sup>20</sup>

A relação desenvolvida com Lourdes foi paulatinamente me dando um passe de confiança para colaborar com eventos públicos do movimento nacional a partir de um compromisso afetivo e político. Em 2018, acompanhei a oficina e o desfile Daspu, promovidos pela Rede Brasileira de Prostitutas no Festival WOW Mulheres do Mundo, no Rio de Janeiro, RJ, e contribuí com o registro do desfile.<sup>21</sup> No ano seguinte, estive no III

---

<sup>16</sup> As entrevistas realizadas com a veterana Vânia Rezende (71 anos) constam no acervo deste projeto, listado nas referências ao final da tese.

<sup>17</sup> Nanci Feijó é uma das veteranas do movimento que atua na Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS – PE). Embora não tenha integrado os trabalhos de história oral desta tese, é uma liderança de longa trajetória no movimento. Realizou muitos projetos pela associação, participando da campanha nacional “Sou Feliz sendo prostituta”, alvo de veto do Ministério da Saúde e de intensos debates, em 2013. Foi acionada para pesquisas acadêmicas e chegou a ser entrevistada por Jô Soares. Ver: Siqueira, Olívia Tereza. *Boate Chantecler: a representação da ascensão e do declínio nos espaços de prazer do Recife (1939-1984)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2022.

<sup>18</sup> Edna Maciel é uma liderança da Associação de Mulheres Profissionais do Sexo do Estado do Amapá (AMPAP), fundada em Macapá (AM), 2001. Sua trajetória ativista é expressiva na região. Sobre sua história de vida, ver: Transa de Saberes com o Movimento Brasileiro de Prostitutas. 2023. Vídeo (184m) Publicado pelo canal Faculdade de Saúde Pública da USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B2mXASwxaxc> Acesso em 17 mai.2024.

<sup>19</sup> Michael Frisch afirma a importância do reconhecimento das diferentes autoridades e autorias nas pesquisas. Defende que a autoridade é dialógica e compartilhada por definição. Ver: Frisch, Michel. A história pública não é uma via de mão única, ou, De a Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo. *História Pública no Brasil*. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.63.

<sup>20</sup> Calabria, Amanda. História oral, método e epistemologia: caminhos descolonizadores na pesquisa com prostitutas. In: Rovai, Marta; Santhiago, Ricardo. *História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa*. Teresina: Cancioneiro, 2021, p.110.

<sup>21</sup> DASPU Festival Mulheres do Mundo WOW. 2019. Vídeo (5m) Publicado pelo canal Amanda Calabria. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bJ8Q8CO06J8> Acesso em: 14 mai.2024.

Seminário Nacional 2019: Avanços e Desafios das Profissionais do Sexo, em São Luís (MA), colaborando com as atividades programadas. Meses depois, fui convidada a mediar a mesa sobre “Prostituição e feminismos” e registrar o I Congresso Brasileiro de Prostitutas - 7º Encontro Nacional - Protagonismo, desafios, resistências e diálogos possíveis, em Belo Horizonte (MG). Nesses dois encontros nacionais conheci Fátima Medeiros<sup>22</sup>, Diana Soares<sup>23</sup>, Célia Gomes<sup>24</sup> e Luza Maria<sup>25</sup>, narradoras desta tese.

Ao habitar o terreno político participativo, no qual me engajo em diferentes iniciativas de fortalecimento do movimento e divulgação dos seus debates, alimento também questionamentos epistemológicos acerca das relações entre pesquisa e ativismo. As experiências de colaboração e cocriação têm refinado meu olhar acerca da prostituição, complexificado as discussões e me possibilitado compreender as apostas e estratégias políticas, as relações de parcerias e afetividades fundamentais à luta por direitos. Por fim, têm transformado a minha relação com as veteranas, com quem venho produzindo laços de confiança, e me possibilitado revisitar a maneira de propor questões e negociar no âmbito da pesquisa.

Compartilho as diferentes iniciativas nas quais venho me engajando a fim de situar o meu posicionamento e compromisso com as vidas e vozes implicadas e, igualmente, com o movimento, em sua autodeterminação. Tenho buscado atuar sob os princípios de uma história pública feita com e para o público,<sup>26</sup> que reconheça as diferentes autorias e autoridades envolvidas no processo e para a qual a história pública, junto à história oral, podem ser pontes para a visibilização dos debates.

Atualmente colaboro com o Coletivo Puta Davida<sup>27</sup>, uma organização em defesa dos direitos das prostitutas fundada no Rio de Janeiro, em 1992, como uma ONG pela liderança

---

<sup>22</sup> A entrevista realizada com a veterana Fátima Medeiros (57 anos) consta no acervo deste projeto, listado nas referências, ao final da tese.

<sup>23</sup> A entrevista realizada com a veterana Diana Soares (65 anos) consta no acervo deste projeto, listado nas referências, ao final da tese.

<sup>24</sup> A entrevista realizada com a veterana Célia Gomes (60 anos) consta no acervo deste projeto, listado nas referências, ao final da tese.

<sup>25</sup> A entrevista realizada com a veterana Luza Maria (52 anos) consta no acervo deste projeto, listado nas referências, ao final da tese.

<sup>26</sup> Sobre os princípios basilares da história pública, ver: Mauad, Ana Maria; Santhiago, Ricardo; Borges, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e voz, 2018. Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo (orgs). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

<sup>27</sup> O Coletivo Puta Davida foi fundado em 1992 como ONG Davida – Prostituição, Direitos Civis e Saúde, dirigido à promoção e acompanhamento de políticas públicas e legislação sobre prostituição, à organização da categoria e realização de projetos de saúde integral e direitos sexuais. Embora tenha perdido o caráter institucional de ONG, a Davida mantém seu princípio fundador no novo formato organizacional arregimentando pautas atuais em defesa da prostituição no Brasil.

(já falecida) Gabriela Leite. Tenho sido convidada a participar de ações políticas e culturais junto às trabalhadoras sexuais. Em setembro de 2021, realizamos o “Sarau Daspuvivência”, uma oficina de narrativas autobiográficas no Museu de Arte do Rio (MAR), no Rio de Janeiro, RJ, que contou com a presença de oito trabalhadoras sexuais, em diferentes vivências geracionais, raciais e de classe social, partilhando suas experiências no marco da prostituição. Em julho de 2022, colaborei com a realização do Festival “Be Yourself”, organizado pelo Coletivo Puta Davida e pela Casa Nem<sup>28</sup>, no Circo Voador, Rio de Janeiro, RJ, que celebrava três datas marcantes: os 35 anos do Movimento Brasileiro de Prostitutas, os 30 anos do Davida e os 30 anos do Movimento Trans no Brasil. A comemoração teve uma forte conotação simbólica pelo fato de o Circo Voador se remeter ao contexto de fundação do movimento, em 1987. No festival foi realizada a oficina “Transa de Saberes” e a exposição “Toda Memória é da vida”, que serão abordadas ao longo da tese. A oficina contou com a participação de 25 lideranças do movimento de prostitutas de diferentes estados brasileiros e a presença de todas as veteranas desta tese. Em um exercício narrativo, elas compartilharam suas memórias laborais e os marcos significativos de suas trajetórias de vida junto ao movimento. Já a exposição apresentou materiais diversos do Arquivo Davida (fotografias, cartas, panfletos, cartazes) relativos à trajetória da ONG Davida e diferentes percursos do movimento brasileiro de prostitutas. Em colaboração com outras pesquisadoras e ativistas, participei da elaboração da oficina e da curadoria da exposição a partir da pesquisa prévia com a documentação do Arquivo Davida.

No percurso de pesquisa e atuação junto ao movimento, fui/fomos atravessadas pelo cenário pandêmico da Covid-19. Vivenciamos transformações em nossos cotidianos, reelaboramos nossas experiências e expectativas de vida diante de um fenômeno que arrebatou o mundo que conhecíamos. A Covid-19 estabeleceu um novo marco temporal, conformado em um cenário de adoecimento, medo e vulnerabilidade social. As prostitutas não passaram ilesas e foram afetadas pelos perversos efeitos sociais, emocionais, políticos, sanitários e econômicos da pandemia.

Nesse contexto, participei do estudo “Eu Quero é Mais: a vida das profissionais do sexo durante a pandemia da Covid-19”,<sup>29</sup> realizado entre 2020 e 2021, como um mapeamento

---

<sup>28</sup>A Casa Nem é um espaço de acolhimento para pessoas trans e LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade no Rio de Janeiro. É também matriz de uma série de projetos que visa o trabalho produtivo e a promoção de direitos da comunidade, como o curso preparatório Prepara Nem, o Coletivo TransRevolução e a CozinhaNem.

<sup>29</sup> O estudo foi desenvolvido pelo Coletivo de Pesquisa de Antropologia, Arte e Saúde (CPaS-1), da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), e pelo Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde da População LGBT+ (NUDHES), da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, com coordenação do pesquisador José Miguel Nieto Olivar e da pesquisadora Maria Amélia de Sousa Mascena

para investigar os principais impactos da pandemia entre prostitutas de oito cidades no Brasil. À época, já desenvolvia a pesquisa de doutorado com as veteranas do movimento e, inevitavelmente, fui levada a tratar também dos aspectos da Covid-19 como um tema de relevância, porque esses afetavam profundamente as experiências de vida no tempo presente e a forma como elas revisitavam suas histórias. Assim, as histórias de vida das veteranas nesta tese incorporaram também os resultados da pesquisa “Eu Quero é Mais”, o cotidiano assolado pelo coronavírus e uma elaboração social e emocional sobre os efeitos da pandemia. As veteranas relembrou antigos estigmas, velhos conhecidos dos tempos da epidemia de Aids, mas também os saberes corporais que foram estratégicos para o cuidado e a prevenção. Vírus, corpo, saúde, risco e direitos humanos ganharam novas ênfases nos debates públicos do movimento.

Se no mestrado realizei um longo trabalho de campo com entrevistas presenciais, no doutorado, diante do contexto pandêmico, esta prática revelou-se impossibilitada. Assumi a realização das entrevistas à distância, atentando-me para as questões implicadas no novo formato.<sup>30</sup> As entrevistas de história de vida foram realizadas virtualmente e conduzidas a partir de um roteiro prévio e amplo, que tomou como fio condutor a perspectiva individual acerca da própria vida. Um trabalho de transcrição foi feito em direção à centralidade narrativa, retirando os excessos e repetições e reposicionando as falas de modo a conferir maior fluidez ao texto, sem, contudo, deixar de valorizar as escolhas narrativas, os temas recorrentes, as interpelações e ausências que configuram o trabalho de memória.<sup>31</sup> Após a transcrição, as narrativas foram devolvidas às narradoras e, em negociação, foram feitos os devidos ajustes textuais.

O desafio com as entrevistas remotas levou-me às reflexões de Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães<sup>32</sup> acerca dos limites e das potencialidades das entrevistas à distância. O

---

Veras. O estudo integrou a iniciativa EPIC, uma pesquisa de base comunitária desenvolvida em 33 países, e buscou conhecer os efeitos do marco pandêmico, seus impactos e respostas entre trabalhadoras sexuais (cisgêneros, transexuais e travestis) - ativistas, lideranças comunitárias, dirigentes de ONGs e trabalhadoras sexuais vivendo com HIV. Para maiores informações, ver: <https://www.nudhes.com/queromais>. Acesso em: 14 mai. 2024.

<sup>30</sup> Nesse momento pude integrar também o projeto de história oral sobre mulheres e envelhecimento na pandemia de Covid-19, o que originou a obra coletiva: Almeida, Juniele Rabêlo de; Pimenta, Denise Nacif; Lima, Lívia (Org.). *(Im)permanências: História oral, mulheres e envelhecimento na pandemia*. Volume 1, São Paulo: Letra e Voz, 2021.

<sup>31</sup> As transcrições foram feitas com as narrativas de história de vida de Lourdes Barreto e Vânia Rezende, com quem realizei mais de uma entrevista (esse trabalho será mais bem descrito no início do capítulo 1). Ao longo dos capítulos, citarei as narrativas transcritas, mas mantereirei a menção às entrevistas na listagem ao final da tese. A idade mencionada é indicativa da última entrevista realizada.

<sup>32</sup> Santhiago, Ricardo; Magalhães, Valéria. *Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância*. Anos 90, Porto Alegre, v.27, 2020, p.6.

acesso remoto às entrevistadas proporcionou a viabilidade da própria pesquisa em um momento de isolamento social e de alta circulação do vírus, evitando a exposição e uma possível contaminação das idosas. Como um ganho considerável à tese, foi também possível abarcar um maior número de lideranças residentes em estados do Norte e Nordeste do Brasil, o que teria se configurado como uma dificuldade nos moldes presenciais. Como um ajuste da modalidade virtual, procurei explicitar os objetivos de pesquisa às colaboradoras e me atentar redobradamente para a qualidade de gravação do áudio e das dimensões da oralidade via tecnologia - simultaneidade, dialogicidade e imediatez das falas.

Para as entrevistas de história de vida, busquei eleger temas de análise presentes nas narrativas das veteranas em suas posições públicas, respeitando suas escolhas, elaborações e intencionalidades, por meio de um canal ativo de participação e de negociação sobre as narrativas das entrevistas de história de vida. Um dos pontos de pauta frequentemente mobilizado pelo movimento diz respeito ao não reconhecimento da autodeterminação e do protagonismo das prostitutas nos debates sobre gênero, sexualidade e direitos. Questiona-se a abordagem vitimizadora reproduzida por pesquisadores, jornalistas, assistentes sociais, profissionais de saúde etc., que as encaram somente como objetos de pesquisa ou sujeitos vulneráveis socialmente e ignoram os conhecimentos produzidos e os legados deixados na política brasileira. Venho acompanhando a criticidade das prostitutas organizadas em relação aos pesquisadores que as procuram, coletam suas histórias e desaparecem, de maneira que, com muita frequência, elas não sabem o que foi escrito e o que foi feito com suas vozes. Não à toa alimentam desconfianças acerca das pesquisas acadêmicas, mas nem por isso deixam de valorizar as relações de parceria com pesquisadores que se propõem ao compromisso político e à relação dialógica numa “via de mão dupla”.<sup>33</sup> Nesse sentido, reforço a importância de uma pesquisa pautada pelas relações de parceria e compartilhamentos desde o reconhecimento das assimetrias e posições de diferença.

As narrativas de história de vida foram cotejadas com os documentos do Arquivo Davida, o principal e maior acervo sobre prostituição no Brasil constituído por Gabriela Leite, uma das fundadoras do movimento, e salvaguardado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Gabriela tinha consciência da historicidade dos materiais e do fato de que ela e suas colegas estavam fazendo história, em um momento de intensas disputas na agenda política brasileira. O Arquivo é constituído por documentos de diferentes naturezas: cartas, exemplares de jornais, documentos, panfletos, cartazes, livros, revistas, anotações livres,

---

<sup>33</sup> Frisch, op. cit., p.61.

fotografias e negativos, materiais de vídeo e áudio.<sup>34</sup> Atualmente, o Arquivo tem sido foco de uma série de iniciativas de preservação, ativação e divulgação de natureza acadêmica, ativista, arquivista e artística.<sup>35</sup> Nesta tese são utilizadas as seguintes fontes: exemplares do jornal *Beijo da rua*, principal veículo de comunicação da história do movimento,<sup>36</sup> documentos de projetos, cartazes e cartilhas de prevenção de HIV/Aids,<sup>37</sup> e registros (fotografias e vídeos) de encontros nacionais.<sup>38</sup> Utilizei as publicações produzidas pela Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) sobre prostituição,<sup>39</sup> e as produções biográficas de Gabriela Leite,<sup>40</sup> Lourdes Barreto<sup>41</sup> e Monique Prada<sup>42</sup>. Junto a essas cotejei as narrativas de história de vida com a produção digital referente aos anos de 2020, 2021 e 2022, as *lives*, *webinários* e encontros remotos ocorridos durante a pandemia,<sup>43</sup> o relatório do estudo “Eu Quero é Mais”,<sup>44</sup> e os registros da oficina “Transa de Saberes”.<sup>45</sup>

A abundância das fontes coletadas e sistematizadas expressa a complexidade das batalhas do movimento nos períodos-chave de embate político na agenda brasileira e engendram perguntas, revelam ausências e permanências, demarcam os repertórios políticos e os contornos estratégicos julgados necessários nos devidos contextos.

---

<sup>34</sup> As fontes catalogadas no Arquivo Davida registram: 272 caixas com documentos textuais, 230 VHS, 38 umatic, 6 betacam, 72 dvds, 267 cds, 91 disquetes, 3 DVD cam, 65 cassetes, 19 microcassetes, 3 zipdrive, 29 edições do jornal *Beijo da rua*, 4.500 fotos/negativos (aprox.), além de cartazes, livros (que integram a biblioteca de Gabriela Leite) e objetos diversos.

<sup>35</sup> A essas atuações destaco os trabalhos desenvolvidos no projeto de extensão “Memória da vida: organização e disseminação do acervo do movimento brasileiro de prostitutas”, NEPP-DH/UFRJ, no projeto de extensão “Toda memória é da vida: percursos e ativações do arquivo Davida”, Faculdade de Filosofia da UNIRIO, e o projeto de pesquisa com o mesmo nome, apoiado pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Essas iniciativas de pesquisa serão mais bem descritas e analisadas no capítulo 4.

<sup>36</sup> *Beijo da rua*. Rio de Janeiro (RJ) 1988-2007. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Beijo da rua*. Exemplares impressos. n. 27 a 30. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

<sup>37</sup> Projeto Previna, Campanha “Sem Vergonha”, Manual do Multiplicador Projeto Previna, Manuais “Fala, mulher da vida”, “Estrela da Noite” e “Rapaz da noite”. Disponíveis no Arquivo Davida, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, e estão listados ao fim da tese.

<sup>38</sup> Os vídeos referentes aos encontros nacionais se encontram no Arquivo Davida, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e estão listados ao final da tese.

<sup>39</sup> Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA). *Levantamento nacional e contexto internacional*. Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, saúde e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA, 2013. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA). *Política de saúde, resposta ao HIV e prostituição no Rio de Janeiro*. Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, saúde e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA, 2014. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA). *Sexualidade e desenvolvimento: a política brasileira de resposta ao HIV/Aids entre profissionais do sexo*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: ABIA, 2011.

<sup>40</sup> Leite, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Leite, Gabriela. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

<sup>41</sup> Barreto, Lourdes. *Putas autobiografia*. Belém: Paka-Tatu, 2023.

<sup>42</sup> Prada, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.

<sup>43</sup> As *lives* e *webinários* consultados estão listados ao fim da tese.

<sup>44</sup> Calabria, Amanda et al. O impacto da Covid-19 nas vidas das trabalhadoras sexuais no Brasil. A pesquisa *Eu Quero é Mais*. *Relatório de pesquisa*, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.nudhes.com/queromais>.

<sup>45</sup> Os materiais referentes a oficina “Transa de Saberes” estão sob guarda do Coletivo Puta Davida e se encontram listados ao fim da tese.

O jornal *Beijo da rua*, por anos o principal veículo de comunicação do movimento, operou como um importante fio condutor temporal, porque, por meio da análise dos exemplares, pude identificar a construção do pensamento e debate político da categoria e os eventos e conjunturas nos quais se inseriam e a que respondiam. As fontes refletem os dissensos presentes nas histórias de vida e, portanto, deixam escapar as narrativas locais e os sentidos da luta que estão fora do quadro da memória pública do movimento. Para as veteranas, a seleção dos principais marcos e eventos das trajetórias ativistas individuais não corresponde sempre aos principais eventos do que estamos chamando de história do movimento de prostitutas. Ao rememorarem suas trajetórias, em suas especificidades laborais e regionais, os eventos, acontecimentos e personagens narrados expressam, por um lado, a complexidade e os deslizes de se trabalhar com uma história única do movimento de prostitutas, por outro, evidenciam a multiplicidade de iniciativas e lutas que ocorriam concomitantemente no território nacional, e que podem ser pensadas no âmbito de debates comuns, como a disputa por direitos, o protagonismo, as denúncias das violências policiais e a promoção da autoestima.

Em virtude dos significados abertos nas histórias de vida e dos recortes que particularizam as fontes, um trabalho sensível de cotejamento foi necessário para encontrar os limites de abordagem. No confronto com as fontes, muitas perguntas foram disparadas. Os documentos me direcionavam para um evento ou para uma liderança, enquanto eu observava a relevância de outros episódios e personagens. Como ajustar a análise do passado tendo como referência os sentidos de luta do presente? Como selecionar as narradoras da pesquisa dentre tantas lideranças do movimento? Quais associações e lideranças estão mais presentes nas fontes, e por quê? Quais as posições de tensão dentro do próprio movimento organizado? Quais os limites da própria pesquisa em analisar os conflitos internos? Estes devem ser passíveis ao escrutínio e à divulgação?

Considerando os desafios colocados pelas fontes, e o caráter de transformação inerente a um movimento de 37 anos de atuação, percebi a relevância de recomposição e publicização das narrativas de histórias de vida das lideranças a fim de visibilizar um tanto do que ficou fora da história pública do movimento e evidenciar a vitalidade de muitas outras tramas que não tiveram a ênfase que deveriam. As histórias de vida possibilitaram às narradoras reavivarem memórias e reelaborarem posições, reescrevendo novos capítulos da luta à história pública do movimento nacional. Junto às iniciativas de ativação do Arquivo Davida, que serão abordadas no capítulo 4, permitem expressar uma recomposição plurivocal

da memória do movimento de prostitutas que considere as questões sensíveis, as intencionalidades narrativas e os desafios atuais.

A escolha das narradoras se deu a partir das posições de cada uma das lideranças e do trabalho que realizam nas associações estaduais. Algumas associações têm suas atividades em suspensão, o que não implicou exatamente a paralisação das lideranças, mas redefiniu suas posições diante dos debates públicos do movimento atual. Há lideranças que vivenciaram pouco, ou não vivenciaram, os anos 1990 e a primeira década de 2000 junto ao movimento, período observado como de maior efervescência da categoria. A seleção das narradoras nesta pesquisa se deu por uma confluência de fatores, dentre os quais o meu nível de aproximação com as mesmas e o campo de possibilidades de realização das entrevistas à distância. Portanto, a seleção das seis narradoras, dentre outras tantas veteranas que, igualmente, merecem contar suas histórias, estabelece também um enquadramento narrativo.

Há uma intencional ausência de personagens do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. A escolha objetivou ampliar as questões relativas à prostituição no Norte e Nordeste brasileiro, reconhecendo a relevância, para elas, da articulação política sob este eixo para construir planejamentos comuns. Um argumento de certas lideranças, e que destaco aqui, é que a primazia do Sudeste como centro político e cultural provocou, com frequência, um preterimento de associações de outras regiões, especialmente o Nordeste, dificultando a aprovação de projetos, a realização das ações, e, por fim, a sustentação da própria luta.

Tendo em vista as dificuldades da pesquisa no que diz respeito às distâncias e diferenças regionais, à impossibilidade de ouvir todas as narradoras, às escolhas decorrentes de minha posição ativista, afirmo que não escrevo a história do movimento brasileiro de prostitutas, mas escrevo um trabalho de memória que considera as vozes ouvidas e as vidas implicadas. Uma narrativa a partir do meu alcance, dos laços que construí, e que busquei conduzir de forma ética e comprometida com as colaboradoras e com a comunidade.<sup>46</sup> Portanto, essa pesquisa é contextual e politicamente situada e, não poderia deixar de ser, incompleta.

A análise evoca os diálogos observados nos encontros, as pautas políticas recorrentes e os conflitos que perpassam as três redes do movimento nacional. Por razões éticas, e por considerar pouco contributivo ao debate, nem sempre publicizo direta e textualmente os conflitos internos, preservando questões pessoais e políticas. O desafio está posto, porque as

---

<sup>46</sup> Sobre as discussões e questões éticas em pesquisas com mulheres, ver: Patai, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo. Letra e Voz, 2010. Haraway, Donna. *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos pagu (5), 1995.

narrativas expressam disputas de memória, debates internos e dissonâncias a respeito das composições de luta. Nesse sentido, busquei respeitar as experiências em suas singularidades e as diferentes significações das memórias, assim como os entrelaçamentos, semelhanças e pertencimentos.

No capítulo 1, “Histórias rebeldes e reinvenções de si: memórias de prazeres e batalhas”, busco apresentar as veteranas em seus trajetos iniciais de vida, conservando o desejo de narrar e os aspectos nos quais mais se ativeram durante as entrevistas. Junto às narrativas de história de vida, mobilizo fotografias para que aquele que lê consiga vislumbrar também suas aparências e gestualidades, alcançando um pouco mais do que as palavras transcritas, embora essas cheguem com destreza e rebeldia. Dedico os subcapítulos à cada uma das lideranças, exploro narrativa e analiticamente suas escolhas e reinvenções de si, buscando, sempre que possível, relacioná-las com os contextos locais, com a prostituição e seus significados para cada vida. Essa abordagem não tem interesse de propor uma análise de causa e efeito, como um acontecimento explicativo ao ingresso na prostituição, mas sim de evidenciar a multiplicidade de percursos e sentidos.

No capítulo 2, “Adiando o fim do mundo: experiências e saberes no enfrentamento à pandemia de Covid-19”, abordo os efeitos da pandemia de Covid-19 nas vidas das lideranças e no movimento de prostitutas, e atento para as respostas comunitárias produzidas. São compartilhados sentimentos, expectativas, posicionamentos críticos e o trabalho ativista comunitário desempenhado diante do cenário de vulnerabilidade nas zonas de prostituição. Nesse contexto, as veteranas desenvolveram uma alargada atuação em cuidado com a categoria. Ao relacionar os cenários de saúde pública do passado e presente, evocaram os saberes aprendidos no combate à epidemia de Aids no Brasil, no qual possuem longa trajetória, gerenciaram o isolamento social e o risco de contaminação e se lançaram estrategicamente às ruas em um “dever de lutar” para garantir a vida da categoria. Nessa análise, utilizo as entrevistas de história oral que realizei, as *lives* que elas participaram durante a pandemia e as reflexões advindas da pesquisa “Eu Quero é Mais”, já citada.

No capítulo 3, “A batalha nas ruas como projeto de vida: memórias de ativismo nas histórias das veteranas”, analiso as trajetórias ativistas das veteranas, seus percursos e processos de formação política, os contextos locais que deflagraram a criação das associações, as ações nos territórios, as alianças estratégicas e suas incidências no movimento brasileiro de prostitutas. Procuro salientar as singularidades das trajetórias e suas significações, que rememoram personagens, acontecimentos, práticas e processos de resistências pouco

presentes na narrativa pública do movimento. Esse aspecto possibilitou visibilizar os intercursos das experiências individuais com os atores locais e as histórias das associações, assim como colaborou para desenhar o cenário de luta no Norte e Nordeste brasileiro.

No capítulo 4, “Movimento Brasileiro de Prostitutas: debates públicos e os usos da memória”, analiso as correlações entre as memórias das veteranas e a memória coletiva do movimento de prostitutas a partir de seus usos e suas significações frente aos desafios que persistem na luta política. Abordo as memórias de repressão e resistência que remetem à ditadura civil-militar enquanto memórias vividas pessoalmente ou vividas “por tabela”, analisando os sentidos de identificação com o passado e as disputas atuais em torno do reconhecimento. Proponho pensar a defesa da democracia como um compromisso que constituiu o projeto político do movimento de prostitutas desde seu início. Nesse sentido, revisito diferentes esforços de atuação engendrados pela categoria, nos quais as veteranas vêm cumprindo um importante papel de transmissoras de conhecimento, repassando o legado ainda em vida. São compartilhadas ainda as iniciativas de memória e ativação dos materiais do Arquivo Davida em proposições colaborativas junto às prostitutas do movimento, em um trabalho de reconhecimento interno e de divulgação pública. Em destaque, é narrada a oficina “Transa de Saberes” como um trabalho público de memória e oralidade junto à categoria, ao que reforço o compromisso de uma história pública feita com as prostitutas.

Considerando os ensinamentos da história do tempo presente, sigo atenta às questões socialmente vivas do movimento no país, às recorrências e ausências nas narrativas autobiográficas, aos debates candentes dos encontros, aos projetos em disputa na agenda política face aos limites da democracia e ao avanço da extrema-direita. O movimento organizado segue com suas armas de batalha, dentre as quais se situam as memórias, as experiências e o poder da autodefinição.<sup>47</sup> Meu objetivo é visibilizar os saberes e as tecnologias que resistem, os aprendizados que chegam e reformulam debates e as estratégias de um grupo político multivocal que vem apostando na insurgência, rebeldia e resistência em sua trajetória de luta na agenda brasileira.

---

<sup>47</sup> Patricia Hill Collins destaca a importância do poder da autodefinição no processo de tomada de consciência da matriz de dominação e expressão das próprias vozes a partir de um ponto de vista coletivo em uma recusa às imagens de controle desenvolvidas sobre as mulheres negras nos Estados Unidos. Utilizo a noção para pensar as iniciativas de auto enunciação e autodeterminação promovidas pelas prostitutas organizadas em recusa à representação e imaginário da prostituta vitimizada, objetificada e sem agências. Collins, Patricia Hill. *O poder da autodefinição*. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019a, p.183.

## Capítulo 1

### Histórias rebeldes e reinvenções de si: memórias de prazeres e batalhas

O ato de contar uma história de vida promove um exercício de disponibilidade para a rememoração, seleção e elaboração do passado. Evoca-se relações com pessoas, grupos, lugares e acontecimentos ainda vívidos, ou mesmo lembranças nebulosas e indesejadas. A narrativa que se desenrola é recomposta a partir das implicações e elaborações desse passado no tempo presente, reverberando as intencionalidades daquele que narra em relação ao encontro com o pesquisador, embora os significados do discurso oral carregam muito mais do que apenas a intenção consciente.<sup>48</sup> Nesse exercício, narradores revisitam e conectam diferentes experiências no tempo e alcançam uma dimensão mais subjetiva acerca de como se “olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes”.<sup>49</sup>

Neste capítulo, são apresentadas as seis veteranas que compõem essa tese por meio de trechos narrativos de suas histórias de vida contadas a mim. As narrativas foram transcritas e textualizadas a partir de um exercício de transcrição.

A transcrição, contudo, se apropria de recursos literários para compor um texto de natureza diferente de seu referente, que é a entrevista pautada no discurso oral. Ao compor um texto escrito resultante da interação entre dois ou mais interlocutores, escrito em primeira pessoa, o pesquisador assume a produção de um texto evidentemente diferente do oral, uma vez que os códigos utilizados são distintos.<sup>50</sup>

A transcrição pode assumir um caráter mais ficcional e teatralizado com vistas a recriar a atmosfera da entrevista, o que faz com que a narrativa seja tomada em seu significado comunicativo e literário.<sup>51</sup> Embora o trabalho de transcrição implique em uma variedade de mudanças e caracterizações do texto, busquei não alterar substancialmente o que foi narrado. A escolha por não realizar alterações significativas me aproxima mais de um trabalho de textualização, de pequenas alterações e preservação das palavras, expressões e fluxos de fala. Entretanto, uma alteração necessária foi a retirada do excesso de repetições e de vícios de linguagem, sem, contudo, apagar as inscrições de regionalidade e outras marcas

<sup>48</sup> Portelli, op. cit., p.21.

<sup>49</sup> Thompson, Paul. *A voz do passado*. História Oral. Paz e terra, 1992, p.258.

<sup>50</sup> Evangelista, Marcela Boni. Segredos compartilhados: a transcrição como recurso narrativo em histórias sobre aborto. *X Encontro Regional Sudeste de História Oral*. Educação das sensibilidades: violência, desafios contemporâneos. UNICAMP, 2013, p.3.

<sup>51</sup> Meihy, José Carlos Sebe Bom. *Canto de morte Kaiowá*: História oral de vida. Loyola, São Paulo, 1991, p.30.

vocais. Posteriormente, reorganizei alguns trechos das entrevistas que se repetiam em diferentes momentos narrativos em um só fluxo textual. Isso ocorreu fundamentalmente nas entrevistas com Lourdes Barreto e Vânia Rezende, com quem fiz mais de uma entrevista. Destaco a entrevista com Lourdes como sendo a que mais me exigiu o exercício criativo da transcrição, uma vez que, em virtude da pesquisa anterior de mestrado, realizei ao todo cinco entrevistas, optando por reorganizá-las em um só texto para fins desta tese. Com as demais narrativas fiz um trabalho de seleção em que enfatizei as passagens que julguei dominantes durante a entrevista e retirei outras que poderiam expor as próprias entrevistadas e as questões internas do movimento social, o que não cabe nos contornos desta tese. Na decisão sobre o que eu deveria levar a público, tive em consideração as dimensões éticas do meu papel e da minha posição ativista no movimento de prostitutas. Portanto, o trabalho de transcrição não implicou necessariamente em transformações substanciais e criativas das falas, e, sim, em exercícios de ajuste e seleção para melhor apresentação das histórias de vida (ou parte delas aqui compartilhadas). Todas as narrativas foram autorizadas, algumas mediante ajustes.

As narrativas desse primeiro capítulo destacam os percursos das veteranas antes de ingressarem no movimento de prostitutas, de modo a abordar as dimensões menos públicas de suas histórias pessoais e os aspectos que escapam dos contornos da militância, mas que não deixam de contribuir para o conhecimento de suas experiências e saberes. São apresentados temas como família, maternidade, terra natal, sociabilidade, mas são também narradas as formas plurais de se exercer o trabalho sexual nos contextos de vida no Norte e Nordeste, o que nos permite, ao fundo, vislumbrar cenários laborais. Destaco que essa não é uma tese sobre a prostituição em si, de maneira que não me dediquei a analisar as relações de trabalho, as negociações com clientes, cafetinas, colegas de trabalho e outros personagens que compõem o multifacetário domínio das zonas e pontos de prostituição.

Neste capítulo, meu objetivo é introduzir as histórias, tendo como foco a forma como as próprias narradoras as significaram, o modo como se reinventaram ao longo da vida e, mesmo sob circunstâncias adversas, assumiram agenciamentos, escolhas e se redefiniram em seus percursos. Proponho algumas conexões entre palavra e imagem, a fim de ampliar a significação das histórias que ouvi, das composições narrativas e das redefinições de si ao longo do tempo. As imagens possuem força explicativa e historicidade, porque se fundamentam em práticas culturais e sociais. Portanto, dialogam e compõem com o texto, não

figurando um papel meramente ilustrativo.<sup>52</sup> Ao entrelaçar trechos autobiográficos com frames e fotografias de temporalidades distintas, proponho uma ativação da linguagem, no intuito de produzir uma narrativa histórica sobre as experiências de vida a partir de diferentes suportes e sentidos.

Busco alimentar o campo semântico de compreensão das narrativas mobilizadas pelas lideranças e abordo as dimensões das vidas em constantes deslocamentos no tempo. Desejo escapar do risco da hierarquização do presente que, muitas vezes, assume as histórias de vida, em função das tramas políticas do agora e da excepcionalidade político-discursiva sobre a prostituição no Brasil no período recente.<sup>53</sup> As histórias por mim ouvidas atravessam muitas outras temporalidades e reproduzem, por meio dos fragmentos das vozes, corpos e memórias, as grandezas e as múltiplas dimensões do vivido.

As narrativas perfazem um tempo espiralar, expõem a dilatação, contração e descontinuidade dos eventos, marcos e signos que demarcam as histórias. A dimensão oral é um instrumento fundamental para o compartilhamento das experiências de vida e memórias de ativismo dessas mulheres no Norte e Nordeste brasileiro; de suas existências e de suas inscrições corporais, ao mesmo tempo, regionais e cosmopolitas; de suas palavras, ritmo e presença, gestos e movimento.<sup>54</sup> As expressões públicas que elas assumiram em encontros e celebrações, presenciais e virtuais, foram também foco de minha atenção. Acrescento que, ao reconhecer a corporalidade como uma dimensão narrativa relevante, deparei-me com o desafio imposto pelo formato digital das entrevistas que exigiu atenção redobrada ao que era dito e expressado à distância.

Convido a ler como quem ouve as palavras ditas e as ausentes, as autoafirmações, vocalizações, repetições, expressões que posicionam essas lideranças diante do imaginário social depreciativo da prostituta e diante das expectativas de vida das mulheres sertanejas, interioranas, racializadas ou das mulheres negras historicamente subalternizadas. As tessituras informam o que se diz, mas também o que se mantém propositalmente eclipsado, a face oculta da modernidade,<sup>55</sup> os sistemas de poder e opressão de gênero, raça, classe e regionalidade que

---

52 Sobre os usos interpretativos das imagens em histórica, ver: Mauad, Ana Maria. O passado em imagens. Artes visuais e história pública. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo (orgs). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

53 Refiro-me aos desafios recentes acerca do debate sobre prostituição no Brasil, as políticas anti-gênero e os ataques de segmentos conservadores que visam a criminalização da prostituição e/ou seu entorno sob narrativas de pânico morais, além da invisibilidade da defesa de direito às prostitutas que permeia o campo da esquerda institucional.

54 Martins, op. cit., p.22.

55 Walter Mignolo reflete sobre como a colonialidade se constituiu a partir de uma retórica positiva da modernidade por meio das noções de salvação, progresso, desenvolvimento, modernização e democracia.

reatualizam a colonialidade, conformam subjetividades e posições, invisibilizam insurgências e resistências cotidianas.

Aqui, a regionalidade é operada como um marcador que infere na produção subjetiva de si e na leitura de mundo, no acionamento da linguagem e na elaboração de uma textualidade local. Portanto, não se pode perder de vista o contexto histórico que situa as veteranas e suas batalhas no tempo, e considerar o colonialismo que subjogou o Norte e o Nordeste à centralidade do Sul e Sudeste, desde os ciclos econômicos do Brasil colonial aos projetos desenvolvimentistas, levados a cabo ao longo do século XX, reafirmando poderes nas economias locais, agudizando as desigualdades sociais e as opressões de raça e gênero. É preciso considerar a colonialidade das representações subalternizantes que acompanham a construção do Norte e Nordeste imaginados e mitificados,<sup>56</sup> homogêneos, arcaicos e atrasados, e os estereótipos de gênero a partir de um patriarcalismo local.<sup>57</sup>

As narrativas apontam para o engessamento das reproduções estereotipadas de gênero e expõem as multiplicidades de experiências, pertencimentos, identidades, relações e pulsões de vida que escapam das representações usuais das prostitutas nordestinas e nortistas, colonizadas discursivamente em suas heterogeneidades materiais e históricas. Mulheres nordestinas, nortistas e interioranas comumente são representadas sob as premissas da subordinação, do sofrimento e da vitimização,<sup>58</sup> assim como as prostitutas são historicamente representadas de forma dicotômica como vítimas das circunstâncias, subalternas, ou perigosas e lascivas.<sup>59</sup> Com as narrativas de prostitutas negras, nordestinas e nortistas, é importante ir além do campo de significação aportado na construção social de gênero das mulheres “ocidentais”, brancas e letradas.<sup>60</sup> No Brasil, a colonialidade interna construiu uma representação das mulheres do Sudeste como educadas, modernas, com controle do próprio corpo, enquanto as nordestinas e nortistas são vistas como ignorantes, pobres, subalternas,

---

Mignolo, Walter. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.32, n.94, jun, 2017, p.8.

<sup>56</sup> Sobre as construções sociais, simbólicas e discursivas do Nordeste, ver: Albuquerque Junior, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

<sup>57</sup> Lima, Caroline de Araújo; Britto, Clovis Carvalho; Moreira, Jailma dos S. Pedreira. (Orgs). *Outros olhares sobre o sertão nordestino: gênero, masculinidades e subjetividades*. Salvador: EDUNEB, 2020, p.7.

<sup>58</sup> Vasconcelos, Vânia; Vasconcelos, Cláudia. “Mulher séria” e “cabra macho”: por outras representações de gênero no sertão. In: Rios, Pedro Paulo; Mendes, Alane Martins. *Educação, gênero e diversidade sexual: fabricação das diferenças no espaço escolar*. Curitiba: CRV, 2018, p.151. Vasconcelos, Vânia. *Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006, p.34.

<sup>59</sup> Rago, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.190.

<sup>60</sup> Mohanty, Chandra. *Sob os olhos ocidentais: estudos feministas e discursos coloniais*. Rio de Janeiro: Zazie edições, 2020, p.37.

sem instrução e limitadas pelas tradições, sobretudo quando são prostitutas, pobres e migrantes.<sup>61</sup>

Para não se perder nos meandros da unidirecionalidade do sistema de poder e opressão, na estratificação social e no patriarcalismo, é preciso ouvir a multiplicidade de respostas e agenciamentos urdidos cotidianamente pela colonialidade e pela violência transtemporal. Ressalto, então, a relevância em percorrer as experiências e (re)invenções de vida das veteranas a partir de seus próprios modos de narrar, elaborar e visibilizar suas escolhas e saídas, práticas inaceitáveis para as mulheres de seu tempo e contexto político social. Convido que habitem as entrelinhas, os desejos, as fricções, as resistências nas vozes/imagens, e se deparem com os sistemas de aliança, ajudas e afetos, com as infinitas possibilidades de reinvenção da vida e subversão das imposições sociais e territoriais de raça, classe e gênero.

### **1.1 Lourdes Barreto**

Lourdes Barreto é uma das idealizadoras do movimento de prostitutas no Brasil. Junto à Gabriela Leite, fundou o movimento nacional no encontro chamado “Mulher da vida, é preciso falar”, realizado no Rio de Janeiro, RJ, em 1987. Após participar do I Encontro, Lourdes retornou à Belém com um desejo insistente de organização da categoria local. Três anos depois deu origem ao Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará - GEMPAC, em 1990, organização que coordena ainda hoje. Atualmente integra a Rede Brasileira de Prostitutas. Em 22 de fevereiro de 2024 ela completou 81 anos. Lourdes costuma se definir como mãe, avó, bisavó e, claro, puta, palavra essa tão importante para ela. Possui uma tatuagem no braço escrita “Eu Sou Puta”, e mais recentemente, abaixo dessa expressão poderosa, gravou outra: “Vagina tem poder”.

Lourdes é uma mulher aguerrida e lutadora, matriarca do movimento no Brasil. Vaidosa, está sempre iluminada com seus vestidos coloridos, batom vermelho, brincos pendentes e pulseiras que ficam tilintando ao seu gesticular. Em nossas entrevistas, rememorou com orgulho e fôlego os laboriosos tempos de prazer e batalha nas zonas.

---

<sup>61</sup> Calabria, 2022, op. cit., p.2516.



**Imagem 1:** “Eu sou Puta”. Registro de Laura Murray em 2018. Extraída da página pessoal de Lourdes Barreto (perfil *Facebook*).

Conheci Lourdes no curso de extensão “Uma Revolução Particular: O Movimento Brasileiro de Prostitutas”, em 2015, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A forma como ela se expressava publicamente me chegou com arrebatamento, seu brio e presença me soaram magistrais. Sua energia, verve, o corpo que estampa sua história são expressões que marcam o título de matriarca. O curso contou com diferentes mesas de debates e fechou com o desfile Daspu na escadaria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCS – UFRJ) nos arredores da Praça Tiradentes da cidade do Rio de Janeiro. No desfile, Lourdes performou a personagem Madame Fani, antiga dona de cabaré na tradicional zona de prostituição belenense “Quadrilátero do Amor”, onde Lourdes trabalhou durante boa parte da vida.

Com segurança afirmo que Lourdes me abriu a porta para que eu adentrasse no movimento e me conduziu a um universo de grandes aprendizados. Três anos depois de vê-la em toda sua força política e performática, iniciei o projeto de dissertação de mestrado intitulado “Eu Sou Puta: Lourdes Barreto, história de vida e movimento de prostitutas no Brasil”, mencionado na introdução. Entre 2018 e 2019, realizei com ela quatro entrevistas

presenciais na cidade de Belém, sendo uma delas entrevista pública.<sup>62</sup> Para esta tese, realizei uma entrevista remota no dia 09 de abril de 2021, durante a pandemia de Covid-19. Marcamos e desmarcamos algumas vezes nosso encontro virtual antes de conseguirmos, finalmente, ajustarmos os horários e as disponibilidades. Se no início da pandemia os usos da *Internet* ainda lhe eram estranhos, um ano depois, ela já estava acostumada aos desafios virtuais que se tornaram constantes durante a pandemia, embora se sentisse profundamente cansada e desanimada em virtude do contexto político e sanitário.

Nos trechos abaixo, compartilho, por meio do trabalho de transcrição, as formas de auto apresentação de Lourdes e seus temas recorrentes, ou seja, as abordagens que se repetem nas entrevistas.

*Eu sou Lourdes Barreto, sou natural do estado da Paraíba, nasci na cidade Brejo de Areia e fui criada no sertão, em Catolé do Rocha. Não nasci numa família miserável, nasci numa família considerada o que seria uma classe média hoje, porque naquela época Catolé tinha dois tipos de pobre: o pobre e o pobre que tinha o que comer, que tinha água, que tinha boi, burro, feijão armazenado, bode, cabra. Meu pai tinha terra, tinha água. Quem tem água no Nordeste tem dinheiro. Minha família era considerada a terceira, quarta família da cidade. Tive cinco irmãs e seis irmãos. Minha mãe teve muita disposição pra parir, coitada, porque eu tive quatro e achei que foi demais. E aos meus quatorze anos, completando os quinze, eu sofri uma violência familiar e eu resolvi ganhar o mundo. Eu fiquei sentida. Meu pai, quando aconteceu isso, no lugar de ficar contra o meu tio, ele queria me matar. Ele me responsabilizou, achava que eu era responsável por isso, que eu cruzava a perna pros caras ver, eu era bonita, tinha as pernas grossa. Essas coisas machista que tem até hoje. Mas isso não justifica eu ter tomado o caminho da prostituição. Fui pra prostituição porque eu queria lidar com os dois lados da moeda da sociedade e a única forma seria exercer o trabalho sexual. Tinha uma tia que pensava diferente. Para essa tia minha era uma saga pras mulheres estudar. Mas tinha um pai que era gaúcho e minha mãe paraibana, um homem do sul e uma mulher do nordeste, completamente diferente do contexto que se vivia ali: machista, conservador e com certeza gostava das putas, né. Então foi muito assim a minha*

---

<sup>62</sup> A entrevista pública é uma modalidade aberta ao público que obedece os mesmos critérios das entrevistas de história oral em suas diferentes etapas. A entrevista pública com Lourdes Barreto foi realizada na Universidade Federal do Pará (UFPA) e contou com a participação de José do Espírito Santo Dias Junior e Flávio Furtado, pesquisadores e parceiros que já haviam realizado trabalhos anteriores com ela, além de estudantes presentes. Barreto, Lourdes. [75 anos]. [29 out.2019]. Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. IV Entrevista, Laboratório de História, Universidade Federal do Pará (UFPA). Duração: 01h20m (Transcrição/Textualização: – 20 páginas). Nascida em Brejo de Areia, Paraíba, residente em Belém, Pará.

*vida. Mas também não pode aparecer pra sociedade que eu fui pra zona por causa disso. [Eu não penso isso, não! - interpele]. Você não pensa, mas a sociedade pensa. Eu fui pra zona pra ser puta.*<sup>63</sup>

Ao contar sua história e origem, Lourdes sinaliza a posição de classe como um componente importante da narrativa, porque sabe das armadilhas discursivas que conformam a prostituta numa história de vitimização e objetificação, sobretudo quando se trata de uma mulher de origem popular do sertão nordestino. Também por isso antecipa a argumentação simplista que costuma tomar a violência sexual como causa do ingresso na prostituição e vincular este trabalho a uma experiência de opressão. Para Lourdes, o trabalho sexual é definido, de antemão, como uma escolha.

No sistema sexo/gênero sertanejo nos anos 1950 e 1960, centrado na autoridade masculina e na rígida divisão de papéis de gênero, a expectativa social das mulheres jovens estava relacionada ao casamento, muitas vezes arranjado e autorizado pelo pai, e ao trabalho reprodutivo vinculado à terra e circunscrito ao ambiente familiar. Numa ruptura com a expectativa generificada, a busca pela prostituição constituiu um fator de mobilidade da zona rural para a cidade, assim como alternativa laboral e possibilidade de melhoria de vida, o que revela uma certa “ambição e não a estrita necessidade”<sup>64</sup>, como reafirmado no trecho narrativo: *Eu fui pra zona pra ser puta.*

Afinada aos debates do movimento, a narrativa pública de Lourdes reforça uma história de agenciamentos na qual se destaca o desejo de ir para a prostituição. Aqui o querer atua como um significante que informa autonomia e desejo, o que descarta a compreensão de ingresso na prostituição por extrema necessidade. É esse o tom que assume a recomposição de sua história, a partir do interesse de se aventurar e descobrir o mundo.<sup>65</sup> Nesse campo semântico, Lourdes evoca os trânsitos laborais durante os anos 1950 e 1960 quando chegou à Campina Grande, onde começou a exercer o trabalho sexual, assim como o seu percurso por outros estados do Nordeste. As zonas de prostituição próximas aos portos e rodovias se apresentaram como os principais espaços de trabalho.

*Eu fui criada mais em Catolé, mas comecei a trabalhar em Campina Grande exercendo o trabalho sexual. De lá fui pra Recife, eu corri todo o Nordeste. O Nordeste todo*

---

63 Barreto, Lourdes [78 anos]. Transcrição das entrevistas de história de vida realizadas entre 2018 e 2022 – 13 páginas. Nascida em Brejo de Areia, Paraíba, residente em Belém, Pará.

<sup>64</sup> A noção de melhoria econômica e de ambição laboral é encontrada na seguinte pesquisa: Silva, Ana Paula da; Blanchette, Thaddeus. Amor por um real por minuto: A prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. In: Correa, Sonia; Parker, Richard. (org.). *Sexualidade e política na América Latina: Histórias, intersecções, paradoxos*. Rio de Janeiro, Sexual Policies Watch, 2011, p.15.

<sup>65</sup> Calabria, op. cit. p. 92.

*eu conheço bem, como conheço várias estradas. Eu passava dois meses num lugar, cinco num outro, seis no outro, sete no outro. Trabalhei em Maria Boa, em Natal, Maceió, Recife, João Pessoa, trabalhei como dançarina de cartão, em Fortaleza, fui pra Salvador na “Baixa do Sapateiro”. Isso aí indo e voltando pra Fortaleza. Belém do Pará foi a cidade que eu mais morei, cinquenta e um anos. Eu vim pra cá e passei alguns meses aqui e resolvi que queria morar, queria construir família, ser feliz aqui. Porque eu resolvi marcar minha carta aqui, marcar minha história, porque eu vi que era uma cidade que tinha tudo a ver com os meus conceitos, com minha forma de ser. Belém é essa cidade que agrega pessoas e eu sou muito assim de agregar pessoas. Sou apaixonada por Belém. Belém é uma cidade mulher, uma puta mulher. Uma cidade amorosa, muito respeitadora. Muito linda, porém muito sofrida e maltratada pelos seus maridos, seus companheiros, que são prefeitos e governadores desse Estado.*<sup>66</sup>

Lourdes chegou à Belém no final dos anos 1960, num período de crescimento populacional e urbano estimulado pelo projeto de modernização capitalista da região Amazônica, desenvolvido no governo de Juscelino Kubitschek.<sup>67</sup> As promessas de modernização, longe de garantirem melhoria local, alimentaram as desigualdades sociais na região. Iniciativas como Belém-Brasília, nos anos 1960, e a posterior construção da Rodovia Transamazônica, nos anos 1970 e 1980, acirraram os conflitos locais, gerando um *boom* populacional nos centros urbanos, ampliando a pobreza, as zonas de ilegalidades, a exploração predatória de minérios, as tensões e mortes no campo e o desmatamento. Em Belém, a aposta no desenvolvimento urbano afetou não somente a estrutura da cidade, mas influenciou social e culturalmente a população ao introduzir um imaginário de consumo, hábitos modernizantes, normas comportamentais e acirrar as desigualdades sociais.<sup>68</sup> Nesse sentido, as iniciativas de controle incidiram sobre os mais pobres, considerados um atraso e um problema social ao desenvolvimento, e a região de meretrício foi alvo de constantes vigilâncias e intervenções dos campos de poder médico e policial.<sup>69</sup>

Um de seus primeiros locais de trabalho foi o “Quadrilátero do Amor”, zona tradicional de prostituição situada no centro da cidade, próxima à região portuária. Nesse período, a zona era um cenário de grande afluxo de homens de diferentes classes sociais e de

<sup>66</sup> Barreto, op. cit., p.1.

<sup>67</sup> O projeto econômico de integração do Norte ao centro administrativo de poder no Centro-Oeste se baseou em justificativas colonialistas que retratavam a região Norte como “atrasada” e entrave ao progresso.

<sup>68</sup> Dias Junior, José do Espírito Santo. *Entre Cabarés e Gafieiras: Um estudo das representações boemias em Belém (1950-1980)*. Tese de doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013, p.55.

<sup>69</sup> *Ibid*, p. 213.

diferentes regiões do Brasil. Ela lembra a presença massiva de “gringos”, os clientes mais desejados por pagarem melhor as prostitutas. O “Quadrilátero do Amor” era uma zona restrita caracterizada pelo confinamento das meretrizes num domínio específico da cidade, o que garantia um melhor controle das autoridades. Entre o final do século XIX e início do século XX, a zona concentrava grande parte da prostituição de Belém em um espaço circunscrito.<sup>70</sup> Esse tipo de organização espacial dos territórios de prostituição nas cidades é utilizado estrategicamente para controlar e conter, impedindo o “alastramento” da prostituição para outras áreas urbanas.<sup>71</sup> Além das delimitações e vigia das autoridades públicas, Lourdes rememora o cosmopolitismo e os encontros culturais vivenciados no “Quadrilátero do Amor”.

*Era uma zona muito grande, tinha muita mulher. Tinha mulheres, pra você ter ideia, de vários países, vários continentes. Encontrei puta japonesa, portuguesa e de outro continente que eu nunca podia imaginar. E elas muito mais madura que eu, elas davam aula de organização política, de entendimento da sexualidade, sobre história...*

*Eu andei nessas casas muito jovem, e cada casa tinha sua doutrina, tinha uma forma de condução, uma cafetina diferente. E eu aprendi também muita coisa com elas. Era do tempo que tu tinha que descascar uma banana com a ponta da língua. Era do tempo que tu tinha que aprender a ser elegante, andar de sapato alto no salão. A zona era muito linda. Uma zona amorosa, muito brilho, muito glamour, muita penumbra, e eu era completamente apaixonada por essa coisa, essa fantasia linda de lidar com sexo, lidar com homem, com prazer, com a sensualidade, com a sexualidade...<sup>72</sup>*

Em sua narrativa pública a evocação da zona tradicional revela sentidos ambíguos, porque dão a ver as disputas territoriais em torno da prostituição. Por um lado, o “Quadrilátero” é lembrado como um local de prazer, sedução, encontros, aprendizados e cosmopolitismos, por outro, trazido mais à frente, retoma as proibições e violências policiais.

O “Quadrilátero do Amor” era territorial e culturalmente definido pela proximidade com duas contrastantes rotas na zona central da cidade. De um lado, era próximo do mercado Ver-o-Peso e do complexo comercial da área de embarque nos portos da cidade; do outro, o tradicional e boêmio Bar do Parque, o Teatro da Paz, a Praça da República, o Cinema

<sup>70</sup> Ibid, p.39.

<sup>71</sup> Essa é uma antiga prática de violência contra a prostituição, controle e vigilância do poder público. Ver: Rago, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2008; Simões, Soraya. *Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: EdUFF, 2010. Mazzariol, Regina Maria. “*Mal necessário*”: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. [Dissertação de mestrado]. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1976. Helene, Diana. *Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero*. A segregação urbana na prostituição em Campinas. São Paulo: Annablume, 2019.

<sup>72</sup> Barreto, op. cit., p.2.

Olympia e o Grande Hotel, localizados na Avenida 15 de Agosto (atual Presidente Vargas), inscrições da modernidade e do projeto burguês que entronizou os novos costumes.

Nas memórias de Lourdes, a penumbra dos salões, o glamour e a elegância das vestimentas das prostitutas evocam uma aura de romantismo e sensualidade de um cenário que já não existe mais em face da pobreza e violência que caracterizam atualmente o mesmo “Quadrilátero”. Suas lembranças abordam as transformações modernizantes pelas quais passaram Belém, os novos hábitos e fluxos culturais, o que questiona a noção de que a zona confinada estava alheia ao mundo social que a circundava.<sup>73</sup> No trecho abaixo, é possível compreender o quanto as prostitutas buscavam se inserir no projeto de modernidade que se desenvolvia.

*As mulheres mesmo eram chique, mulheres que mandavam fazer vestido todo dia. Nós tinha a Airó e a Dona Maria, que era a costureira que morava ali na Carlos Gomes. Essas mulheres costurava todo santo dia pra fazer um vestido novo. Eu quase todo dia mandava fazer um vestido novo, porque ninguém comprava, não tinha roupa feita comprada. Mandava fazer. Tinha horário pras prostitutas mandar fazer vestido, porque essas costureiras costuravam pra elite de Belém do Pará, pra mulher de governador, pra mulher de prefeito, pras mulheres de classe alta. Mas elas tinha um horário pra costurar pra nós, porque nós pagava mais do que as dona de casa, porque nós ganhava mais dinheiro, queria que fizesse vestido pra vestir naquele dia.*<sup>74</sup>

As memórias da matriarca são saudosas porque remetem aos “tempos dourados” de sua juventude, de quando, jovem, aprendeu a arte do ofício. Ela retoma os bons momentos compartilhados entre as ruelas e as “casas de cômodos”, a sociabilidade entre prostitutas, clientes e cafetinas, assim como o entorno da prostituição, comerciantes, costureiras, joalheiras, cuidadoras, médicos, em suma, um amplo setor de serviços que se beneficiava da manutenção da prostituição local. Em sua história de vida,<sup>75</sup> ela aborda a relação recíproca entre as prostitutas, contando como as “mais velhas” ajudavam as “mais novas” com indicações sobre as melhores casas de trabalho ou com informações sobre saúde sexual e cuidados ginecológicos. Ou mesmo a significação da cafetina naquele momento que, para

---

<sup>73</sup> Margareth Rago em “Os prazeres da noite” menciona o trânsito entre prostitutas e “mulheres de família” nos espaços centrais e culturais da cidade de São Paulo na Belle Époque, período em que passou a haver uma presença feminina cada vez mais expressiva (a considerar que as mulheres negras já ocupavam a cena pública desde a colonização em virtude do trabalho desempenhado). Rago, op. cit, p. 63 – 65.

<sup>74</sup> Barreto, op. cit., p.2.

<sup>75</sup> Calabria, op. cit, p.112.

além da dimensão exploratória econômica popularmente conhecida, poderia ser uma facilitadora do trabalho ao ensinar modos de comportamento às ingressantes.

Por outro lado, o projeto modernizante de cidade demandava controle e vigilância para os segmentos historicamente estigmatizados. A coexistência da zona e do centro da cidade, inter cruzados aos principais fluxos culturais modernizantes, fez com que esse mesmo espaço urbano estivesse frequentemente sob a mira do controle da polícia de costumes e da intervenção médica. Desde os anos 1920, diante da deflagração da epidemia de sífilis, a zona do “Quadrilátero do Amor” esteve sob controle médico e policial, segundo os princípios morais e as diretrizes higienizadoras que regulavam a vida moderna. Eram constantes as ações repressivas policiais e a perseguição às meretrizes. Havia uma política de recenseamento na região, pela qual as meretrizes eram categorizadas e “fichadas” em cadernetas. No contexto de acirramento da repressão na ditadura civil militar, entre os anos 1960 e 1970, a violência no “Quadrilátero” se acentuou e as cadernetas foram retomadas para o fichamento das meretrizes.<sup>76</sup> Lourdes relembra momentos de persistente perseguição e violência com as meretrizes.

*A zona aqui em Belém era uma zona completamente confinada, uma zona controlada pela questão sanitária. Levava a gente pra a fazer o exame ginecológico de quinze em quinze dias. Aquele tempo você tinha uma epidemia de sífilis muito grande, não só no Brasil, mas na América Latina, e como os gringos também vinham, às vezes eles estava doente. Nós tinha duas carteirinhas, tinha uma carteirinha cor de rosa, e as que ia frequentemente era azul a carteira. Uma da polícia, quem chegava em Belém ia primeiro pra Delegacia de Costumes, pra ficar registrado, e a outra era da saúde, que era pra fazer os exames.<sup>77</sup>*

A região esteve longamente sob a mira do governo e da arbitrariedade policial e, durante a ditadura civil-militar, foram recorrentes as batidas e prisões. No ano de 1970, no governo de Alacid Nunes, a zona foi terminantemente fechada, impedindo o exercício do trabalho e a circulação nas ruas. As prostitutas foram frequentemente detidas sem qualquer justificativa.

*As crianças não podia ficar dentro da zona, então os familiares moravam ao redor da zona e elas também viviam ali praticamente presa naquelas casas, elas não podia transitar. Depois da ditadura militar tu teve um regime militar pesado. Era uma coisa impressionante! Como as prostitutas gostava muito de janela, na época a gente não podia botar a cara na janela. Eu fui presa porque atravessei a rua, porque tinha a casa de costume*

---

<sup>76</sup> Dias Junior, op. cit., p.103.

<sup>77</sup> Barreto, op. cit., p.2.

*e a casa das famílias, eu atravesssei a zona, duas casa pro lado da Padre Prudêncio, pra amamentar, que a Leila morava na casa Dona Selma, uma prostituta de quase setenta anos que tomava conta da Leila.*<sup>78</sup>

O nascimento de dois de seus filhos nos anos 1960 é um marco em sua trajetória. A maternagem amplia os sentidos das experiências na prostituição, uma vez que esta passa a se tornar o principal meio de sustento para si e sua família. Em todas as entrevistas Lourdes abordou a importância do trabalho sexual para a criação dos seus filhos, assim como pontuou que nunca negou a eles *de onde vinha o dinheiro*. Em sua trajetória, os anos 1960/70 entrelaçam a maternidade ao contexto político da ditadura civil-militar.

Com o fechamento da zona e a necessidade de sustento familiar, Lourdes buscou inicialmente trabalhar nas regiões mais afastadas do centro de Belém, deslocando-se para as regiões mais periféricas e as cidades adjacentes, longes da vigilância policial. Entre os anos 1970 e 1980,<sup>79</sup> com o declínio da prostituição na zona central de Belém e diante da oportunidade aberta pelos novos fluxos migratórios para a região Norte, ela encontrou alternativa de trabalho nas regiões de garimpo que se apresentavam financeira e temporariamente mais rentáveis. Conta que durante a vida chegou a passar pelos garimpos de Rio Madeira, Porto Velho (RO), Vale do Rio Tapajós, Itaituba (PA), Serra Pelada (Sul do Pará), Calçoene (garimpo do Lourenço), Oiapoque (AP). Mas relembra mais enfaticamente o período vivido em Serra Pelada, maior região garimpeira do Brasil conhecida pela extensa exploração, pela precariedade de trabalho e pelo furor na época com a rápida descoberta e ocupação da região.

*Nos anos 80 já tem uma grande abertura de barragens e garimpos em Serra Pelada surgindo, né. Aí tinha mais de 50 mil homens e eu fui uma das primeiras mulheres a entrar no garimpo pra exercer o trabalho sexual, tomar uma cachaça... Mas foi surgindo as curruteladas, as mulheres foram indo pra ela. Então tinha uma quantia de mulher muito grande também em Serra Pelada. Porque eu decidi baixar no garimpo de 40 metros de altura, de corda, escada de corda. Garimpo, garimpo de barragem. 40 metros de altura. O cara tava lá embaixo, aí botava uma lona com um pouco de água pra se assear e lá ia trepar. Aí já subia com latinha de leite moça pendurada com as pepita de ouro prá chegar lá em cima em escada de corda. Aí descia e parecia que tava tirando açaí. Éééé... Ganhei muito dinheiro. É porque eu não*

<sup>78</sup> Barreto, op. cit., p.3.

<sup>79</sup> Esse período é compreendido na literatura do garimpo como a fase de desenvolvimento exponencial de uma economia de extração aurífera nas regiões citadas, e, em consequência, de formação de uma “comunidade garimpeira”. Tedesco, Leticia. *No trecho dos garimpos*. Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica. Tese de doutorado UFRGS. Antropologia. Amsterdã, 2015, p.88 e 89.

*sou, não sou, como é que diz, meu Deus? É... apegada a bens materiais. Eu não tenho nada na vida, se eu tenho todo mundo tem. Aí depois eu fui voltar pra Belém, porque os filhos moravam aqui.*<sup>80</sup>

Os fluxos de trabalho mencionados por Lourdes se inserem num contexto mais amplo da “descoberta do ouro” acelerada na Amazônia dos anos 1970 e da efervescente ocupação da região nos anos 1980. Trama-se um cenário complexo deflagrado pela exploração de recursos naturais e pela política desenvolvimentista e de segurança nacional do governo militar, o que acarretou desemprego, conflitos de terra, militarização, violências e disputas de poderes locais.<sup>81</sup> A criação da Rodovia Transamazônica (BR-230), o projeto de colonização do INCRA e o Projeto Grande Carajás, assim como a intervenção do poder estatal no garimpo de Serra Pelada, por meio das forças militares, integravam o projeto político oficial mais amplo de intensificar a presença do Estado nas regiões Norte e Nordeste sob a ideologia colonizadora de ocupar a “terra sem homens”.

Nesse cenário predominantemente masculino, no qual uma massa expressiva de trabalhadores nordestinos e nortistas foram atraídos pela promessa do ouro e expectativa de melhoria de vida,<sup>82</sup> Lourdes se oportunizou dos fluxos migratórios e da circulação de dinheiro para encontrar uma oportunidade de sustento. De modo geral, os trabalhos no garimpo são considerados desgastantes e, muitas vezes, exploratórios, sugerindo uma passagem arriscada, estratégica e temporária.<sup>83</sup> Na narrativa da veterana, além de indicar uma alternativa laboral sazonal, denota também um senso de coragem e aventura para o encontro com um mundo que ela, pioneira, desbravava a conhecer. *Ia daqui pro garimpo, passava três meses. Ia pra Serra Pelada, como era mais perto, mais fácil pra chegar, passava três ou quatro semanas.*

No retorno à Belém, já com a reabertura do “Quadrilátero do Amor”, Lourdes se restabeleceu na cidade e começou a participar das atividades promovidas pelos núcleos religiosos de ação social, como as reuniões da Pastoral da Mulher Marginalizada e do

---

<sup>80</sup> Barreto, op. cit., p.5.

<sup>81</sup> Para melhor aprofundamento do debate, ver: Salomão, Elmer Prata. A condição e o ofício de garimpar. In: Rocha, Gerônimo Albuquerque (org.). *Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1984, p. 35-86. Guerreiro, Manoel Gabriel. Garimpagem do ouro na Amazônia: reflexos econômicos, sociais e políticos. In: Rocha, Gerônimo Albuquerque (org.). *Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1984, p. 87-106.

<sup>82</sup> Tedesco, op. cit, p. 329.

<sup>83</sup> Na dissertação de mestrado, abordo os papéis desempenhados por Lourdes nos garimpos em um diálogo com a bibliografia temática, na qual se situa a tese de Letícia Tedesco. Cotejo sua narrativa com o vídeo “26 Cascatinha” do Arquivo Davida em que ela e outras colegas conversam sobre o trabalho sexual no garimpo e as dinâmicas relacionais que denotavam precariedade e violência. Todavia, a prostituição em contexto de garimpo não é meu enfoque nem na dissertação, nem na tese de doutorado. Calabria, op. cit, p. 95.

Movimento de Promoção da Mulher (MOPROM),<sup>84</sup> que realizavam uma série de ações nas áreas de prostituição. Nessa época ela já ocupava uma posição de prestígio na região, por atuar junto das prostitutas locais.

Embora a Pastoral e o MOPROM desenvolvessem ações com as prostitutas, as organizações conduziam suas atividades a partir de uma posição assistencialista e salvacionista.<sup>85</sup> Por meio de atividades de assistência social apostavam em ofícios alternativos que garantissem a saída do trabalho sexual. Lourdes participou de muitos encontros promovidos pela Pastoral. Foi por meio da agenda política do movimento assistencial católico que conheceu Gabriela Leite. Ambas se posicionavam criticamente à vitimização das prostitutas promovida pela Igreja, o que resultou em um interesse por uma outra abordagem que respeitasse o trabalho como escolha de vida. O desejo gestado fez com que elas passassem a articular a realização de um encontro nacional somente protagonizado por prostitutas, o que se concretizou em 1987.

---

<sup>84</sup> O Movimento de Promoção da Mulher (MOPROM) foi criado em 1967 como um projeto assistencialista voltado às experiências das mulheres na Amazônia.

<sup>85</sup> Para saber mais acerca das atividades da Pastoral da Mulher Marginalizada, ver: Skackauskas, Andreia Vaz de Mello. *Prostituição, gênero e direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada*. Campinas: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH, Universidade Estadual de Capinas, 2014.



**Imagem 2:** Lourdes com neto no colo no II Encontro Estadual de Prostitutas em Belém, em 1993. Acervo Gempac.

Em sua trajetória, Lourdes participou de diferentes frentes de ação. Desenvolveu projetos para crianças e adolescentes do entorno da zona de prostituição, atividades artísticas, formativas e pedagógicas, participou de fóruns de luta no Brasil e internacionalmente, sendo hoje uma liderança de grande peso político. Orgulhosamente ela rememora a sua atuação na histórica de prevenção e combate ao HIV/Aids, desde projetos nacionais aos projetos para a região Norte. Nos anos 1980, ela e Gabriela Leite desempenharam um papel de responsabilidade por meio da parceria com o Ministério da Saúde para planejar e executar os projetos de Aids nos territórios. Em suas palavras: *Nós era chamada grupo de risco e o*

governo não sabia como chegar próximo dessa comunidade. Nós começamos primeiro na luta de prevenção do que homossexuais.<sup>86</sup>



Lourdes é reconhecida como uma das 100 primeiras pessoas a atuarem no combate da AIDS no país,<sup>87</sup> além de ter contribuído para o processo de constituição do Sistema Único de Saúde – SUS. Considerada a matriarca do movimento, é uma referência no movimento de prostitutas no Brasil e internacionalmente. É também referência na história de Belém.

**Imagem 3:** Lourdes exibindo a campanha de prevenção para o carnaval na primeira sede do Gempac, no bairro da Campina, Belém. Fotografia sem data. Acervo Gempac.

Em 2018, foi homenageada e coroada na festa tradicional do Auto do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, ao lado de duas representantes, indígena e negra. No carnaval de 2023, foi homenageada pela escola de samba de Belém “Piratas da Batucada” com o enredo nomeado “Um redez-vous de grandes mulheres”, descrito nos seguintes trechos:

Mulher cortesã do dia-a-dia  
 Leva sua fantasia nos bordéis dessa cidade  
 Estrelas que brilharam no lapinha  
 Tem “fruta” na esquina com a malandragem  
 Da vida vem Lourdes Barreto  
 De punho cerrado contra o preconceito  
 A Paraíba é arretada  
 Bem resolvida, empoderada  
 Por seu direito  
 A ativista não se cala

<sup>86</sup> Barreto, op. cit., p.5.

<sup>87</sup> Abbade, Áurea Celeste da Silva; Baião, Fátima (Org). *Os 100 nomes que fizeram a história da luta contra a Aids no Brasil*. Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS – GAPA BR SP, 2010.

É resistência, hoje tem poder de fala

Eu posso ser o que quiser  
Tem que respeitar o coração da mulher  
E no caminho do amor, sou bamba  
Eu sou Piratas da Batucada e do samba

*Daqui a cinquenta anos as mulheres vão despertar pra como uma mulher vá vem revolucionando desde o século XX falando de história, de relação de valores, sonhando com uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais humanitária ela consegue dizer pra sociedade que é puta. Puta com esse sistema, com essa sociedade preconceituosa, puta com as pessoas que não acreditam, não dão credibilidade pras pessoas. Mas uma puta mulher que tem um prazer de gozar da maternidade. Mãe de quatro filhos, vó de dez netos e bisavó de oito bisnetos. Isso pra mim é o maior patrimônio. E meu outro patrimônio é saber que a sociedade precisa de pessoas como nós.<sup>88</sup>*



**Imagem 4:** Coroação de Lourdes na festa tradicional “Auto do Círio de Nossa Senhora de Nazaré”. Belém (PA), nov. 2018. Fotografia cedida por Lourdes.

---

<sup>88</sup> Barreto, op. cit., p.7.

## 1.2 Fátima Medeiros

*Hoje faz 50 anos que eu fiz 7. Lembro desse dia nitidamente. O dia amanheceu no sertão paraibano e eu só queria comemorar. Foram dias planejando a chegada dos meus 7 anos.*

*Éramos muito pobres. Vivíamos da agricultura e o ano não foi bom de inverno, mas eu tinha uma franga para comer no meu aniversário.*

*O dia era 14 de abril de 1973. Levantei da rede, dei a benção a mamãe e a papai e já fui dizendo: “É meu aniversário. Hoje como minha franga”.*

*Estava feliz e determinada a comemorar esse dia tão especial, mas infelizmente não pude comer minha franga. Mamãe não deixou matar. A franga era para botar ovos, nossa plantação tinha morrido por falta d'água, escassez de chuva. Não tínhamos colheita e as galinhas e os porcos eram nossas únicas fontes de renda. Eu não entendia e não queria saber, a franga era minha, eu queria festejar meu aniversário.*

*Apesar de mamãe falar que eu não iria matar a franga, não dei a mínima importância, corri atrás da penosa até pegar. Mamãe tomou a franga viva das minhas mãos. Espernei como fazem algumas crianças quando querem alguma coisa e mamãe sem saber o que fazer, me bateu. Hoje sei que não foi por maldade, a necessidade obrigou.*

*Papai chegou do roçado e se deparou com o chororó. Ele se comoveu e foi pro mato com uma espingarda. Matou um passarinho. Assei na brasa, comi e fiquei muito feliz...*

*Hoje já não passo mais fome. Já até enjoiei de frango, mas nunca esqueci daquele dia. Todo ano, no dia 14 de abril, me lembro dos meus 7 anos. Mamãe me proibiu de falar sobre isso, ela disse que sente uma tristeza profunda, mas já disse a ela que falo por ficar feliz por termos superado. Até acho engraçado.*

*Hoje resolvi escrever sobre aquele dia, mas sei que é capaz de mamãe me dar outra surra quando souber desse texto rsrs. Ainda assim, vim aqui falar dele porque lembro com saudade, amor, humor e gratidão por meu saudoso pai que não deixou um dia muito importante na minha vida passar em branco e pela lembrança da minha família unida no sertão. Apesar de todas as dificuldades, sempre soubemos ser felizes.*

*Hoje faz 50 anos do meu feliz aniversário de 7 anos.*

*Fal Medeiros<sup>89</sup>*

Esse texto foi escrito por Fátima Medeiros e publicado em sua página pessoal do *Instagram* no dia 14 de abril de 2023. Marca os seus 57 anos de vida com a convocação de um momento significativo de sua infância no sertão paraibano. São lembranças e sensações que ressignificam o vivido a partir da posição social que ocupa atualmente, distante do passado de privações e dificuldades.

Fátima, também chamada de Fal, é uma mulher branca, de olhos e cabelos claros, por vezes loiros, por vezes ruivos, compridos ou nos ombros, ligeiramente encaracolados. É bem-humorada e sua presença reverbera a energia e o desejo de vida. É coordenadora da Associação das Profissionais do Sexo do Estado da Bahia (APROSBA),<sup>90</sup> fundada por ela em 1997, e, em dezembro de 2023, passou a ser a coordenadora geral da Articulação Nacional das Profissionais do Sexo (ANPROSEX).

<sup>89</sup> Texto publicado em sua página pessoal. FÁTIMA MEDEIROS. Instagram: fofita.medeiros. Disponível em: <https://www.instagram.com/fofita.medeiros/>. Acesso em: 17 mai.2024.

<sup>90</sup> Para acompanhar o trabalho realizado pela APROSBA, ver: APROSBA. Instagram: aprosbahia. Disponível em: <https://www.instagram.com/aprosbahia?igsh=MXNueGt1bGE2cmpraQ==>. Acesso em: 15 mai.2024.

Conheci Fátima pessoalmente no “III Seminário Nacional 2019: “Avanços e Desafios das Profissionais do Sexo”,<sup>91</sup> em São Luís (MA), todavia, já acompanhava suas práticas ativistas desde meus estudos iniciais sobre a prostituição. Encontramo-nos novamente no “I Congresso Brasileiro de Prostitutas - 7º Encontro Nacional - Protagonismo, desafios, resistências e diálogos possíveis”<sup>92</sup>, onde tive a oportunidade de conversar com ela um pouco mais.

Fátima costuma demonstrar apreço às entrevistas e falas públicas, o que parece encarar como uma oportunidade de compartilhar um tanto de sua história de vida e das ações desenvolvidas junto à APROSBA, embora constantemente questione os projetos e estudos em que prostitutas são meros objetos de investigação, sem comprometimento e implicação com a luta da categoria. Por diversas vezes a vi debater sobre as condições de realização das pesquisas e o recorrente quadro de ausência delas próprias como protagonistas de suas histórias. E aqui relembro a reflexão proposta por Alessandro Portelli acerca da dialogicidade nas pesquisas em história oral ao considerar que nós, pesquisadores, somos também estudados, inquiridos e julgados por aqueles que pesquisamos,<sup>93</sup> sobretudo quando se trata de grupos sociais historicamente silenciados, sub ou depreciativamente representados. Nesse sentido, achei bastante significativo que ela se mostrou disponível para a realização da pesquisa, o que me levou a refletir sobre a construção de uma relação de confiança com as lideranças do movimento estabelecida a partir da interface pesquisa e ativismo.

Durante a pandemia de Covid-19, eu e Fátima trocamos diversas mensagens pelas redes sociais, sobretudo pelo *Whatsapp*. Ela integrou o estudo “Eu Quero é Mais” nas etapas quantitativa e qualitativa, forneceu entrevista sobre sua vida pessoal e participou como mobilizadora comunitária para aplicação de questionário nos locais de prostituição em Salvador. Para os fins dessa tese, compartilhou suas experiências ao longo da vida e seus percursos laboral e ativista.

Estivemos em comunicação durante a pandemia em um momento consideravelmente sensível. Ela passava boa parte dos dias em sua casa na praia, na Ilha de Itaparica (BA). Em uma chamada de vídeo ela estava na Ilha e me mostrou seu vistoso jardim e sua plantação, onde cultivava diferentes hortaliças e árvores frutíferas. Quando agendamos a entrevista era temporada de chuvas na região e Fátima decidiu retornar à Salvador com receio

---

<sup>91</sup> Realizado entre os dias 30 e outubro a 1 de dezembro de 2019 pela Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA).

<sup>92</sup> Realizado nos dias 17 e 18 de dezembro de 2019 pela Associação das Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG).

<sup>93</sup> Portelli, op. cit., p.35.

de haver dificuldade de acesso à *Internet*. Antes da entrevista começar, repassei meus interesses de pesquisa e a relevância da sua participação. Inicialmente fiz uma única pergunta que motivou a sua abordagem de modo geral, expressiva pelo forte desejo em narrar. Ela privilegiou sua trajetória ativista, com ênfase na história da APROSBA, e sua atuação junto ao movimento de prostitutas. O enquadramento narrativo pode ter se dado em parte por conta da minha apresentação do projeto, que enfatizava a relevância do engajamento político, em parte por conta do seu desejo em divulgar o ativismo. Fátima esteve animada e gesticulou bastante durante a entrevista, o que diferiu do sentimento de tristeza e pesar que a tomava durante as *lives* em que participou na fase mais aguda da pandemia. Antes da entrevista começar, sentou-se comodamente no sofá de sua casa, de onde chegava um feixe de luz da janela lateral. Ali rememorou experiências de luta e significou sua história de vida.



**Imagem 5:** I Congresso Brasileiro de Prostitutas, Belo Horizonte, 2019. Fotografia feita por mim. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

*Eu sou Fátima Medeiros, sou paraibana do Sertão. Eu nasci numa fazenda de parteira, não deu tempo de ir pra maternidade não. Até os 15 anos eu morei nessa fazenda em São José de Espinharas, sertão mesmo. Eu gosto de mato, gosto do cheiro de mato. Eu lembro que aprendi a nadar com sete anos de idade em açude, minha infância não foi assim uma infância milionária não, mas eu tive uma infância boa. Eu brincava no mato, tomava*

*banho de barragem, de açude, de rio. A gente plantava, mamãe criava bicho, galinha, porco, pato, bode, essas coisas. Aí teve que vender tudo e a gente foi morar em Natal.*<sup>94</sup>

Fátima nasceu em São José de Espinharas, região sertaneja da Paraíba, o que proporcionou uma infância na área rural, onde a própria terra era fonte do sustento, basicamente a partir da plantação. A agricultura dependia, dentre outros fatores, do ciclo climático e, em períodos de seca, havia carestia na vida da população local.

A narrativa biográfica de Fátima remonta a uma infância afetiva e de bastante vivência na terra. Em nossa entrevista, Fátima não enfatiza a dimensão de classe, limitando-se a dizer que *não foi assim uma infância milionária não, mas eu tive uma infância boa*. Já na postagem em sua página pessoal no *Instagram* sublinha um momento mais pobre, ao menos no período tomado como marco significativo de sua trajetória, quando completou os 7 anos, em 1973, sinalizado como uma fase de bastante dificuldade econômica: *nossa plantação tinha morrido por falta d'água, escassez de chuvas*. A condição de vida relembra parece denotar um momento específico, encarado por ela como um inverno desfavorável, e não necessariamente a sua existência como um todo no sertão paraibano.

A primeira infância e adolescência de Fátima, a despeito das diferenças, é similar à narrada por Lourdes Barreto, que também cresceu no sertão da Paraíba, vivendo da agricultura familiar e da criação de animais. Embora tenham vivido na região em períodos distintos, e, portanto, sob a influência de sertanidades também distintas, Lourdes nos anos 1940 e 1950 e Fátima em meados dos anos 1960 e anos 1970, elas se simetizam no sentido de demarcarem a experiência do trabalho na terra do sertão paraibano no quadro do sustento sazonal.

Enquanto Fátima sublinhou a união familiar e o apoio materno, o que será abordado mais à frente, Lourdes sublinhou a tradição do patriarcalismo que demarca os papéis e códigos de gênero no sertão paraibano, lembrando um contexto familiar patriarcal difícil, de pouco acolhimento às expressões femininas que não dirigidas às antigas normativas e moralidades vinculadas ao casamento e à maternidade.<sup>95</sup> Em ambas as histórias de vida, o sertão paraibano é evocado e ressignificado a partir das memórias familiares na infância, assim como na especificidade da economia familiar na relação com a agricultura e na

<sup>94</sup> Medeiros, Fátima [55 anos]. [15 fev.2022] Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. Entrevista remota. Duração: 1h43m. (Transcrição/Textualização – 23 páginas). Nascida em São José de Espinharas, Paraíba, e residente em Salvador, Bahia.

<sup>95</sup> Nas normativas de gênero no interior paraibano, as posições dirigidas às jovens mulheres esbarram nas expectativas sociais acerca do casamento e da maternidade, ver: Nascimento, Silvana; Garcia, Loreley. Nas armadilhas do desejo: privações e movimentos de jovens prostitutas em zonas rurais. *Caderno CRH*, Salvador, v.28, n.74, 2015, pp.383-396.

dependência da água para as condições ideais de vida. Nesse contexto, a prostituição se apresenta como um projeto para jovens mulheres abaixo dos 18 anos, seja como uma aposta de autonomia e trabalho, seja como um momento laboral, passagem para cumprir as necessidades imediatas. De todo modo, pode ser lido como uma estratégia de mobilidade social e rompimento com as normativas patriarcal familiar.<sup>96</sup>

Mobilizo o termo sertão como uma categoria de análise fundamentalmente construída no pensamento social brasileiro, e, portanto, envolta por disputas narrativas, estereótipos e valorizações culturais. Na tradição literária, é descrito como um cenário longínquo, desértico, bárbaro, mas também se apresenta sob o discurso mítico e ordenador de uma realidade cultural. Durval Muniz de Albuquerque Júnior defende a existência de uma pluralidade de sertões, habitados por diferenças e representações que os definem, portanto, como categoria histórica e inventada.<sup>97</sup> Partindo dessa crítica fundamental sobre as representações, pesquisadoras/es têm mobilizado um campo de estudos transdisciplinar para debater o sertão e as sertanidades numa abordagem generificada, indo além da tradição dos “cabras” e “coronéis”, ao ampliar os contornos territoriais para outras regiões brasileiras, pondo em relevo as diversidades, potencialidades de práticas e subjetividades ancoradas na experiência regional.<sup>98</sup>

Na representação nacional sobre o sertão também foram construídos sentidos generificados ancorados no patriarcalismo e na submissão das mulheres. Numa aposta pela desconstrução do olhar, as pesquisas que reformulam o campo temático têm contribuído para reposicionar a representação dominante que concebe as mulheres sertanejas como coadjuvantes e subalternas, e visibilizar processos históricos de protagonismo e autonomia de mulheres que denotam papéis e práticas para além das idealizações de gênero.<sup>99</sup> Nesse giro epistêmico, é possível reconhecer o sertão como expressão de potencialidades e pulsões nas subjetividades e experiências de mulheres sertanejas.

---

<sup>96</sup> Nascimento, Garcia, op. cit., p.394.

<sup>97</sup> Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. Distante e/ou do instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: Freire, Alberto (org.). *Culturas dos sertões*. Salvador: Edufba, 2014.

<sup>98</sup> Sobre o mapeamento do campo de estudos das sertanidades e das dimensões de gênero, ver: Veiga, Ana Maria; Vasconcelos, Vânia N. P. Lugares de escuta e de acolhimento nas pesquisas sobre sertanidades. *Saeculum – Revista de História*, v. 24, n. 41, 2019, p. 196-203.

<sup>99</sup> Vasconcelos, Tânia Mara Pereira. “Perigosas mulheres modernas” ou “Pobres tabaroas”: concepções acerca das mulheres sertanejas em Jacobina, Bahia. In: Lima, Caroline de Araújo; Britto, Clovis Carvalho; Moreira, Jailma dos S. Pedreira. *Outros olhares sobre o sertão nordestino: gênero, masculinidades e subjetividades*. Salvador: EDUNEB, 2020, p.106. Britto, Clovis Carvalho. Grande sertão: mulheres – generificação, colecionismo e musealização do cangaço. In: Lima, Caroline de Araújo; Britto, Clovis Carvalho; Moreira, Jailma dos S. Pedreira. *Outros olhares sobre o sertão nordestino: gênero, masculinidades e subjetividades*. Salvador: EDUNEB, 2020. p.58

As trajetórias de Fátima e Lourdes, em diferentes períodos históricos, contribuem para que se reconheça algumas das formas de vida no sertão naquele tempo e, com isso, a significação da textualidade sertaneja em suas experiências. Para Lourdes, a evocação familiar rememora um passado distante que deseja esquecer, em virtude da reprodução machista de seu pai e da violação de seu tio. Todavia ela não deixa de rememorar a origem sertaneja para justificar sua posição firme, ousadia e a coragem perante a vida. Para Fátima, mesmo relembando um momento de maior dificuldade econômica, o acolhimento familiar e a vida na fazenda aproximam afetivamente os tempos de outrora, no que se pode vislumbrar um sentido de pertencimento à região e saudosismo. Ela também é enfática ao vincular seu temperamento e posição forte e corajosa à terra natal. Em ambos os casos, perde-se de vista a representação do sertão como um espaço estéril, de absoluta pobreza e violência, e transparecem, em maior ou menor relevo, lembranças ternas, pertencimentos e distanciamentos culturais que ampliam imagens e sentidos de sertanidades ao designar um território plural e diversificado habitado por contradições e inconstâncias.

Fátima viveu em São José de Espinharas até os 15 anos, quando entrava na adolescência, mas com o adoecimento do pai foi necessário vender a casa. A alternativa encontrada foi se mudar para a cidade de Natal, em Rio Grande do Norte.

*Eu fui adolescente morar em Natal, no Rio Grande do Norte. Com 16 anos eu comecei a trabalhar no Alpargatas, trabalhando e estudando. Me casei aos 17, tive uma filha ainda menor de idade e não quis mais voltar pra dentro de casa. Aos 20 me separei, aos 22 eu entrei na prostituição. Depois eu fui morar na cidade Parnamirim, que é onde tem o primeiro aeroporto de Natal, porque ficava mais próximo do meu trabalho.<sup>100</sup>*

A mudança de estado provocou a necessidade de reestruturação da economia familiar e sua entrada no mercado de trabalho. Fátima ingressou na fábrica têxtil aos 16 anos, o que possibilitou a precoce aquisição da renda própria. Aos 17 anos, casou-se e teve uma filha, mas não se acomodou ao esperado papel de esposa ideal, mãe e dona de casa, separando-se posteriormente e ingressando na prostituição.

Deve-se ter em vista seu percurso e insubmissão às normas estabelecidas para mulheres no contexto em que recém saía. Se nos anos 1980 a entrada no mercado de trabalho não era tanto mais uma novidade para as mulheres (o que de fato nunca o foi nas experiências de mulheres pobres e negras), não se pode dizer o mesmo da maternidade fora do casamento, da recusa ao papel de esposa e do ingresso na prostituição. Ainda mais se recompostas nesta

---

<sup>100</sup> Medeiros, op. cit., p.1.

sequência, como práticas generificadas no quadro patriarcal local. Seu trajeto desenha uma busca pela autonomia e liberdade, o que a distância dos papéis normativos no espaço familiar seguro.

As experiências de vida de Fátima e Lourdes, ainda que em períodos distintos, expressam a diversidade de vivências, significações e saídas encontradas pelas jovens diante de uma expectativa social generificada, idealizada e limitada pelas tradições patriarcais. Vivências que, por um lado, escapam diametralmente do estereótipo da jovem ingênua, ignorante e inexperiente. Por outro, revelam a esterilidade do estereótipo da prostituta desvirtuada que habitava os grandes centros e ameaçava a moral das jovens “decentes”.<sup>101</sup>

*Eu trabalhava na Texita, numa empresa de indústria têxtil. Não era uma empresa que eu não gostasse, eu gostava, mas achava que ganhava muito pouco. Eu era operadora de máquina e ganhava razoavelmente bem naquela época, ainda tinha as hora extra. Eu tinha uma colega, o nome dela é Ester, acho que não tem problema falar, tem tantas Esters no mundo, e a gente tomava sempre uma cervejinha na minha folga, sempre gostei de “carcar o dente”. A gente conversava e falava de namoricos, eu falava onde trabalhava e ela sempre dizia que era cozinheira, só que eu pensava: “Puxa vida, essa menina anda tão chique!” Ela tinha relógio, sabe. Isso nos anos 80. Ela se arrumava super bem e a casa dela era muito chique. Eu pensava comigo: “Vou ser cozinheira, vou fazer um curso”, e perguntava onde ela fez curso. Ela ficava me enrolando, não sei se era porque não queria falar ou se porque tava bêbada. Eu sempre gostei de um tira gosto, por isso que eu sou gordinha, eu como bebendo, e chamava ela pra fazer um tira gosto, mas a comida dela era horrível. E eu fui começando a desconfiar, sabe. Ela dizia que era cozinheira no Relax For Men, que era uma boate, aí segurei as duas coisas e perguntei: “Tu é cozinheira mesmo? É que tu cozinha mal pra caramba. Não fica com raiva de mim não, mas essa não é a primeira, nem a segunda vez que tu vem aqui fazer comida e tu não sabe nem fazer um ovo frito. Ou você me conta o que tu faz, ou eu vou ficar no teu pé. Mas se você me falar, eu vou ficar de boa.” E ela me contou que fazia programa. Eu digo: “Me leva?” Na época eu tinha 21 ou 22 anos, não lembro bem. Eu pensava que já era muito assediada dentro da firma, mas quando eu via que era dia de pagamento eu também tomava o dinheiro deles. “Me leva que vou juntar o útil ao agradável.” Aí comecei a conciliar os dois lugares pra ganhar um extra. E foi assim que eu entrei. Só que o marido da minha irmã começou a ir no Relax For Men, e eu me escondia toda vez. Depois eu disse: “Quer saber? Vou me embora pra outro estado.” Dei baixa na*

---

<sup>101</sup> Vasconcelos, op. cit., p.102.

*minha carteira na Texita e parei na Bahia. Fui pra Aracajú, passei em Pernambuco... Lembro que peguei uma carona e o cara falou: “Você quer ficar aonde?” “No lugar que tiver bordel.” Ele falou: “Você conhece a Bahia?” Eu disse: “Não, me deixa lá, me deixa no centro.” E toda cidade grande tem bordel nos centros, né, e eu fui, com uma mala bem feia. Eu fiquei no Hotel Ilhéus, hotel ruinzinho mesmo, bem no centro, e perguntei ao recepcionista onde se fazia programa.<sup>102</sup>*

A narrativa fluida de Fátima costura diversos aspectos que contribuem para pensar a prostituição numa perspectiva positivada para si. De início foi movida pela curiosidade diante da amiga que andava sempre bem-vestida, mas com a prática constatou a possibilidade de melhoria de renda, apostando na prostituição como um trabalho melhor do que o já conhecido trabalho fabril. Considera que, no trabalho sexual, deparou-se com mais espaço para exercer autonomia e negociação nas relações de trabalho, e, assim, estabelecer limites corporais, o que era mais difícil em relação aos colegas na fábrica têxtil, pela sua posição de empregada. Por fim, a frase *juntar o útil ao agradável* irrompe o sentido simplista de que a prostituição lhe exigia um esforço sacrificial, ou que era uma ocupação movida pela extrema necessidade, e se apresenta mais próxima do prazer e interesse pelo novo mundo que se abria.

Nas histórias de vida das veteranas, em maior ou menor medida, a prostituição é encarada como uma expectativa de melhoria de vida e/ou mobilidade social. Esses aspectos ampliam os sentidos do ingresso na prostituição, afastando-os da lógica causal que comumente entende a prostituta como uma vítima de circunstâncias, levada a se prostituir por extrema necessidade. Aqui a chegada ao trabalho sexual se apresenta como uma alternativa ao mundo social em que viviam, uma oportunidade encontrada em um contexto rural marcado pela rígida divisão de papéis de gênero e pouca oferta laboral para mulheres.<sup>103</sup>

No entanto, ao lembrar e significar positivamente o passado, as ativistas não deixam de compreender que a prostituição se apresentou como uma atividade marcada pelo estigma e pela discriminação. Para Fátima, o ingresso da profissão levou-a mudar de cidade, afastando-a da convivência e proximidade com familiares, para que pudesse trabalhar com a autonomia desejada, longe dos olhares e julgamentos.

Ao deixar o Rio Grande do Norte, Fátima transitou por estados do Nordeste, como Sergipe, Pernambuco e Bahia. Os trânsitos laborais são uma das características centrais da prostituição de rua, de maneira que a mobilidade perpassa as histórias de trabalho de muitas veteranas. A mobilidade, então, pode ser entendida como uma estratégia de trabalho que

---

<sup>102</sup> Medeiros, op. cit., p.2.

<sup>103</sup> Nascimento, Garcia, op. cit., p.391.

consiste na busca de locais “bons de se trabalhar”, levando-se em conta a economia sazonal, o alto fluxo de clientes, ou mesmo a oportunidade de encontro com diferentes pessoas e realidades culturais, como circulação de ideias e experiência com novos regimes de trabalho.

Essa prática de prostituição é chamada pelas ativistas de “prostituição de trecho” por caracterizar o constante movimento sazonal entre os territórios de trabalho e o não se fixar por muito tempo em um só lugar. Tal estratégia é utilizada também em uma mesma cidade para circular entre diferentes pontos e boates, como veremos abaixo na narrativa de Fátima sobre sua chegada a Salvador, em 1988, quando foi morar e trabalhar no centro histórico. No texto que escreveu para o “Putá Livro” do Coletivo Puta Davida, ela conta em detalhes suas memórias sobre esse período:

*O centro de Salvador era muito bom para ganhar dinheiro, porque você descia o Elevador, você estava no porto, você subia, haviam as boates. Pigalle, Hollyday, Liberty Night, Maria da Vovó, era tanta boate no centro de Salvador. Ainda haviam dois restaurantes bem famosos na Ladeira da Praça que eram ponto de encontro: o Braseiro, que não funciona mais, e o Bar do China. Era muito gringo que ia para lá. Eu sou de uma época que rolava muito dinheiro. Na Ladeira da Praça também havia um hotel onde a gente permanecia em pé na porta, que era o Hotel Ilhéus. Se a gente não quisesse ir para lugar nenhum, só bastava ficar em pé ali, os gringos já sabiam que era trabalhadora sexual e que estava a fim de fazer programa. Embaixo do Elevador Lacerda, havia o famoso Damasco, de Sr. Sami. [...] Quando não havia navio no porto, eu ia para a Ladeira da Montanha, ganhei bastante dinheiro lá.<sup>104</sup>*

Ao citar os mais variados locais de trabalho, Fátima evidencia também as diferentes modalidades do ofício exercido, seja nas boates, nos restaurantes, em frente aos hotéis ou mesmo o trabalho nos navios, estes mais almejados porque contavam com clientes “gringos” cobiçados por pagarem o programa em dólar.

*De lá eu conheci umas meninas que iam pra navio, e comecei a ir pra navio, ganhar em dólares e tal, as coisas foram melhorando. Quando não tinha navio eu ficava ali por perto da Praça da Sé, nos barzinhos, nas boatezinhas. Aí saí do hotel e aluguei um quarto, uma kitnetizinha no Edifício Orion, quase na ladeira do Pelourinho. Eu ganhei bastante dinheiro, depois eu fui pra Belo Horizonte. Lá eu trabalhei em vários hotéis, muitos, mas sempre gostei de Salvador, amei Salvador de paixão, e deixei meu quarto fechado com minhas coisas. Eu já tinha uma filha, minha filha ficou em Natal com minha mãe, eu mandava a despesa dela.*

<sup>104</sup> Medeiros, Fátima. “Fadas baianas”: A trajetória da APROSBA na luta por permanência no Centro Histórico de Salvador. In: Donini, Angela et al. *Putá Livro* [livro eletrônico], Rio de Janeiro, 2022, p. 210.

*Quando eu podia vinha a Salvador e as vezes eu ia até Natal. Eu gostava de BH pra ganhar dinheiro, mas eu sempre gostei de litoral.*<sup>105</sup>

A maternidade é outro tema presente na trajetória de Fátima e enormemente abordada nas histórias de vida das veteranas desta pesquisa, assim como a constituição familiar. Aparecem nas narrativas como eventos importantes que alteram tanto a forma de significar a vida quanto as relações de trabalho. Nas histórias aqui trazidas, a mulher é tomada como a figura central da família ao desempenhar duplamente a função de chefia familiar na composição dos atributos de cuidadora e provedora.<sup>106</sup> Todavia, a necessidade de trabalhar fora de casa demanda, muitas vezes, o compartilhamento dos cuidados dos filhos, sobretudo se são pequenos, sendo necessário recorrer aos auxílios de redes de apoio, como no caso de Fátima, que deixou a filha com sua mãe.

Para uma mulher prostituta, a maternidade é envolta por preconceitos e acusações. Historicamente construída em oposição à mulher honesta, boa mãe e casada, a partir da imagem da família nuclear e higiênica, a prostituta concentra em si os discursos de negatividade - indecente, degenerada e ameaça social,<sup>107</sup> resultando na impossibilidade de ser mãe e/ou na prática de uma maternidade errada.<sup>108</sup> Embora muitas encontrassem apoio nos locais de trabalho, como o caso de prostitutas mais velhas aposentadas que cuidam dos filhos das mais novas, ainda assim elas ficam suscetíveis a julgamentos sociais e acusações nos locais de trabalho.

*Um dia eu fui trabalhar no Hotel Catete da Dona Irene. Você pode acreditar que tudo que eu tinha eu levei numa sacola e não pude usar. Lençol de cama tinha que ser o dela, o batom tinha que ser o dela, até o meu nome eu tive que mudar, porque era obrigação mesmo. Ela falou assim: “Você vai ter que mudar de nome. Seu nome não ganha dinheiro. Fátima é nome de pobre.” Eu também nunca gostei do meu nome por isso que o pessoal me chama de Fal, até um cliente que deu esse apelido em mim e eu gostei. Comecei a ganhar dinheiro, porque lá o programa era barato, mas você paga muito alto pra ficar, a despesa*

---

<sup>105</sup> Medeiros, op. cit., p.2.

<sup>106</sup> A discussão sobre a posição da mulher prostituta dentro da família foi impulsionada pela pesquisa de Cláudia Fonseca que buscava olhar para a dimensão cotidiana das prostitutas na profissão e na família, o que denominou como dupla carreira, vendo-as como “Mulheres como membros de redes sociais e universos simbólicos que vão além do metiê”. Fonseca, Cláudia. A dupla carreira da mulher prostituta. *Revista Estudos feministas*, v.4, n.1, 1996, p.8 Na história de vida de Lourdes Barreto, busquei visibilizar a forma como ela se dedicava também à maternidade e exercia a função de provedora e educadora, condensando os atributos da maternidade e da paternidade. Calabria, op. cit., p.125.

<sup>107</sup> Rago, op. cit., p. 154, 155.

<sup>108</sup> Fernandes, Camila. *Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2017, p.106.

*era muito grande. Trabalhei trabalhei trabalhei. Aí chegou o carnaval e eu disse que precisava ir pra Salvador, era 17 de fevereiro. Na época de carnaval eu ia até Natal porque era aniversário da minha filha mais velha. Dona Irene disse: “Você tá indo pro carnaval?” e eu: “Não, Dona Irene, é aniversário da minha filha e eu vou passar com ela.” Tinha comprado aqueles boneco baby pra levar pra ela, que hoje minha filha tá com 37 anos” “Ah, você vai pro carnaval...” Eu disse: “A senhora pensa como a senhora quiser, eu vou precisar ir.” Fui lá, depois passei, deu pra fazer uns programinhas, pra aproveitar o carnaval e tal, quando eu voltei ela queria que eu pagasse o mês que fiquei em Salvador. Mas a chave não ficou lá, não deixei nada, e disse pra ela que eu não ia pagar porque não tinha condição. Eu fui trabalhar no Lírio, mas essa mulher me perseguiu de um jeito que eu tive que ir trocando de hotel. Nessa época eu vi que não ia ter condição de enfrentar ela, porque ela era uma pessoa que tinha amizade até com polícia, conhecia todo mundo. Aí falei com um cliente meu, que trabalhava numa rádio, eu não lembro mais qual era a rádio, e ele perguntou se eu tinha coragem de dar uma queixa. Eu disse: “Tenho, mas tenho medo de ela me matar.” Dito e certo, meti o cacete na rádio e ela me perseguiu. Quando eu vi que ela botou um segurança pra vir atrás de mim, um tal de “Mais forte”, eu procurei as freiras da Pastoral que vivia fazendo trabalho lá dentro. Elas me botaram num ônibus chamado Betim e de lá eu vim embora pra Salvador, mas foi barril.<sup>109</sup>*

Além da dificuldade de conciliar o trabalho e as responsabilidades familiares, Fátima relembra o episódio de exploração econômica e perseguição vivenciado na casa de prostituição na cidade de Belo Horizonte por uma proprietária bastante influente, que contava com a ajuda da força policial. Fátima relata uma série de práticas abusivas, denunciadas por ela à época, que indicam uma posição exploradora por parte da proprietária, o que lhe rendeu uma continuada perseguição.

Foi por essa razão que saiu de Belo Horizonte e retornou à Salvador, onde se reencontrou com os espaços de trabalho mais afinados com a prostituição de rua, na qual não dependia do regime local de trabalho estabelecido pelas donas de pensão. Com as colegas e outros personagens do entorno da prostituição, construiu novas redes de sociabilidade e ajuda, o que foi fundamental no contexto de reforma do Centro Histórico de Salvador.

O que Fátima acabou descobrindo era que o novo contexto urbano local não se mostrava favorável à prostituição de rua, pois uma “limpeza” incidia sobre as prostitutas do Pelourinho e da Praça da Sé. Ela conta que não trabalhava nessa praça, mas que era necessário

---

<sup>109</sup> Medeiros, op. cit., p.2, 3.

ser solidária às colegas, sobretudo as “mais velhas” que trabalhavam na região. *A gente chegou primeiro que todo mundo aqui. Agora com essa reforma, a gente vai ter que sair?*<sup>110</sup> A solidariedade que exerceu denotou um momento significativo em sua trajetória. A indignação com a ameaça de retirada das prostitutas do centro de Salvador e a denúncia da exploração do hotel de Belo Horizonte a levaram a um encontro da Pastoral da Mulher Marginalizada em Ipatinga, Minas Gerais. Lá, ela conheceu Lourdes Barreto e paulatinamente foi construindo sua trajetória ativista pelos direitos das prostitutas.

Uma das parcerias fundamentais e de quem, àquela época, angariou apoio político para suas ações foi o Grupo Gay da Bahia (GGB). Em diálogo com o GGB e já em ação ativista, foi se integrando ao movimento nacional de prostitutas. Naquele momento, as agendas políticas dos movimentos de prostitutas e de “homossexuais” estavam institucionalmente visibilizadas pela pauta da saúde pública e da epidemia de Aids. Ali Fátima encontrou um *front* de luta.



**Imagem 6:** Fátima na janela no centro histórico de Salvador. S/data. Fotografia enviada por Fátima de seu acervo pessoal.

Em 1997, em resposta à violência contra a categoria, Fátima fundou a APROSBA, em Salvador, associação que coordena ainda hoje. Na época a associação integrava a Rede Brasileira de Prostitutas. Anos depois, no contexto de falecimento de Gabriela Leite, passou a

---

<sup>110</sup> Medeiros, op. cit, p.211.

se articular com outras associações do Norte e Nordeste, fundando, posteriormente, a Articulação Nacional das Profissionais do Sexo (ANPROSEX), da qual a APROSBA é atualmente filiada.

Diferentemente dos anos iniciais, quando não se sentia à vontade para se expor publicamente enquanto prostituta, hoje Fátima valoriza a afirmação positiva da identidade política e não a esconde mais dos familiares. Pelo contrário, sua trajetória de trabalho e luta é motivo de orgulho e admiração.

*Meus filhos sabem da minha vida. Minha família sabe da minha vida, minha mãe sabe da minha vida, porque minha vida não tem mais o que esconder, né? Quando eu fui contar pra minha mãe que eu era puta, ela pelejava pra eu não dizer. Ela é muito católica, cada vez que eu queria falar da minha vida ela não deixava. Num dia, eu levei ela pra zona. “Mãe, é aqui onde eu trabalho”. Ela disse que já sabia há muito tempo só não queria que conversasse com ela essas coisas. Um dia meu primo viu uma entrevista minha dizendo que eu tinha orgulho da minha profissão, mamãe tava lá na Paraíba, e ele cutucando o google achou. O apelido dela era Mariquinha: “Tia Mariquinha, Fátima tá dizendo que tem orgulho de ser prostituta” Mamãe disse: “O que isso incomoda você alguma coisa? Ela tá devendo quanto a você? Deixa ela em paz, ela é maior de idade. Ela não tá roubando ninguém.” E eu achei tão bacana, um dia eu disse: “Mãe, eu sou lésbica”, e eu não sou lésbica, queria testar ela, sabe? “O que que tem? E daí? Você é minha filha do mesmo jeito.” Aí levei ela pro GGB, levei ela pra ANTRA, ali onde tem a Keila Simpsom, pessoal gosta muito dela, chamam ela de mãe. Ela adotou Diana, Diana chama ela de mãe. É a verdadeira mãe das putas.<sup>111</sup>*

### 1.3 Vânia Rezende

Vânia Rezende é pernambucana, puta e poeta, como gosta de se descrever. Nasceu no dia 11 de maio de 1952. Atualmente está com 71 anos de muita vida. É uma mulher negra de cabelos encrespados, brancos e curtos. Vaidosa, está sempre de batom nos lábios, colar e outros adornos. Nos últimos anos, o acometimento de uma doença a fez perder parte da mobilidade das pernas, o que a tornou usuária de cadeira de rodas. Mais recentemente, enfrentou um câncer de mama, conseguindo realizar os procedimentos indicados para o tratamento do tumor. O adoecimento, entretanto, não a impede de manter suas atividades,

---

<sup>111</sup> Medeiros, op. cit., p.12.

tampouco lhe tira o desejo, a energia e a alegria de viver. Vânia é integrante da Rede Brasileira de Prostitutas e compõe o time das matriarcas. Coordena a Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS),<sup>112</sup> integra a organização Uiala Mukaji – Sociedade das Mulheres Negras e o Fórum LGBT de Pernambuco. Ela também possui uma conta no Youtube onde divulga os seus poemas e faz questão de, a cada vídeo novo, convidar as colegas a assistirem.<sup>113</sup>



**Imagem 7:** Vânia exibindo o registro da campanha “Sou feliz sendo prostituta”. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Fotografia: Luiza Nasciutti. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Nos conhecemos no desfile Daspu realizado em Belém (PA), organizado em parceria com o GEMPAC, em junho de 2018. Vânia participou das atividades junto à Lourdes Barreto e a colega Nanci Feijó (apresentada na introdução), também pernambucana e integrante da APPS. Poucos meses depois encontrei-a no “WOW – Festival Mulheres do Mundo”, no qual a Rede Brasileira de Prostitutas foi convidada a realizar atividades como parte da programação do festival, a oficina sobre trabalho sexual e o desfile Daspu. A presença de

<sup>112</sup> Para acompanhar o trabalho desempenhado pela Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo, ver: APPS. Instagram: appsrecifepe. Disponível em:

<https://www.instagram.com/appsrecifepe?igsh=MTQyNDcxa2N4eGttZw==> Acesso em: 15 mai.2024.

<sup>113</sup> Lista de vídeos. Publicado pelo canal Vânia Rezende. Disponível:

<https://www.youtube.com/@vaniarezende370>. Acesso em: 06 fev. 2024.

grande parte das lideranças no Festival foi também uma oportunidade para a realização do encontro de planejamento estratégico da RBP, reunião da qual também participei. Naqueles dias, acompanhei Vânia entre um evento e outro, o que me permitiu conhecê-la um pouco mais. Em 2019, encontrei-a novamente nos fóruns nacionais, já citados, em São Luís (MA) e Belo Horizonte (MG), o que viabilizou novas oportunidades de diálogos. Ela contou brevemente sobre os velhos tempos de trabalho, sua participação na vida cultural das cidades de Recife e Olinda e falou muito sobre seu filho e seu neto.



**Imagem 8:** Lourdes Barreto, Nanci Feijó e Vânia Rezende (da esquerda para a direita). Fotografia produzida por mim no Puta Dei, 2018, Belém (PA)

Tendo em vista nossa interlocução prévia e a proximidade estabelecida, não tive dificuldades para agendar as entrevistas com Vânia, mas busquei fazê-las com tranquilidade, respeitando o seu tempo, o cansaço com os usos das telas e o adoecimento físico, agudizado em certos períodos. Realizamos duas entrevistas nos dias 19 de fevereiro e 29 de junho de 2021. Vânia também foi uma das participantes da pesquisa “Eu Quero é Mais”, de maneira que mantivemos intenso diálogo durante da pandemia de Covid-19. Ela me relatou as dificuldades e temores vivenciados no período mais agudo da pandemia, mas também pude acompanhar o seu engajamento para mobilizar recursos e ajuda para as colegas de Pernambuco e de outros estados.

As entrevistas de história de vida foram realizadas remotamente e pude vê-la em sua casa por meio da câmera. O cenário ao fundo estampado com cartazes, lenços e papéis na parede cartografava o ativismo de uma vida. Vânia percorreu a narrativa com uma voz tranquila, num apreço ao ato de narrar. Precisei imprimir alguns estímulos iniciais, e ela mesmo esperava que eu o fizesse, numa expectativa por um formato de entrevista já conhecido seu. Ao devolver-lhe a entrevista transcrita, Vânia fez uma série de ponderações e sugestões de alterações por não se ver exatamente nas palavras informais. Como poeta e afeita à literatura, também reclamou dos erros gramaticais e dos vícios de linguagem que mantive na transcrição. Acolhi os seus pedidos, mas sugeri que mantivéssemos algumas expressões suas, porque indicavam o seu jeito próprio de falar, só seu. Ela aceitou.

*Meu nome é Vanderliza Rezende da Silva, mas meu nome social é Vânia Rezende. Mulher negra, filha de homem negro com uma mulher branca. Meu pai estivador e minha mãe dona de casa. Tenho 68 anos e não tive uma infância totalmente feliz, porque meu pai era violento em relação a minha mãe. Com os filhos não, meu pai era um pai maravilhoso. Pra você ter uma ideia, meu pai pegou um papelão, cortou redondo, botou dois palito de fósforo pra ensinar a gente a hora. Meu pai toda vez que chegava era tabuada, e pra gente ler dava palmada com palmatoria na mão. Ele tinha muita vontade que a gente aprendesse a ler, que a gente se alfabetizasse. Nesse sentido ele era legal, mas tinha essas coisas que não se dava muito bem e não se entendia com minha mãe. Ela sofria violência doméstica naquela época. Então eu fui criada nesse lar desajustado, mas mesmo assim consegui estudar. Fiz até o segundo grau. Nunca tive assim muita proximidade com homem não. Eu tive namorados, mas homem que eu tive um apego mesmo foi o pai do meu filho, que a gente morou junto três anos. Tive esse filho, depois a gente se separou. Eu me considero uma mulher feliz. Eu sou a pessoa mais velha, sou a matriarca da minha família. Essa casa que eu moro é de herdeiro, ela foi toda reformada pelo meu filho. Só tive um filho, ele é meu companheiro. Sou mãe e avó, tenho um neto que tá com 14 anos.*

*Parei tudo por causa da doença. A minha doença é uma doença motora e é muito difícil quando você não tem habilidade com as pernas, né. Eu tive um câncer de mama, tô em tratamento ainda. Faz dois anos. Fiz todos os processos, a terapia, a mastologia, a radioterapia, e agora eu tô acompanhada seis em seis meses fazendo revisão, porque a minha oncologista ela disse que nunca vai me dar alta. Mas o câncer não me atrapalha metade do*

*que essas pernas. Ê, tu imagina?! Tu viu a minha trajetória de maracatu, carregar bandeira, dar no frevo, tá nas passeatas...*<sup>114</sup>

A vida de Vânia se inicia e se enraíza no estado de Pernambuco. Perpassa o trabalho sexual, a luta das minorias políticas e o envolvimento cultural e político. Nas cidades de Olinda e Recife, Vânia trabalhou como prostituta e como costureira, chegou a exercer outras profissões, como o trabalho administrativo no Centro de Referência e Cidadania LGBT do Município de Recife, por onde se aposentou quando adoeceu. O trabalho no Centro de Referência é lembrado com orgulho, porque ela se identifica como bissexual e reivindica o direito e respeito às orientações sexuais e às diferentes identidades de gênero. Nesse sentido, a atuação junto ao Centro de Referência é tomada como um evento significativo de sua trajetória política não somente pela atividade desempenhada, mas também por mobilizar um sentido de pertencimento a uma comunidade.

*Sempre trabalhei formalmente. Trabalhava na prostituição e sempre tinha um trabalho, porque o dinheiro do salário não dava pra pessoa se manter e eu tinha a prostituição como uma ajuda de renda. Não vivia direto, mas tinha como ajuda de renda. A minha profissão era costureira. Sou costureira de profissão, de carteira assinada e tudo. E com o tempo entrei no movimento e fui contratada pela Prefeitura de Recife pra trabalhar no Centro de Referência e Cidadania LGBT e lá eu adoeci. Hoje em dia sou aposentada, tô sozinha. Não tenho namorado, não tenho namorada. Meu namorado e minha namorada é minha família. Me sinto amada. Não sou sozinha. Eu sou feliz sendo prostituta sim. Por isso que eu botei aquele cartaz que eu ganhei de presente de uma ONG chamada PAPAI, que é uma ONG que trabalha a violência contra a mulher em Pernambuco.*<sup>115</sup>

Ainda que tenha optado pelo trabalho sexual como uma renda complementar, essa foi uma atividade constante em sua vida. Vânia exerceu diferentes modalidades da prostituição na região do Recife Antigo e em Olinda, no interior do Estado, trabalhou nas ruas e praças, nas casas e boates, nas beiras de estradas e postos de gasolina. Na modalidade do *trottoir*, batalhou nos anos 1970 e 1980 no cais do porto, em Recife, na calçada da praia da Boa Viagem, na Rua da Concórdia, na Rua Marquês do Herval, nas tradicionais Praça do Diário e Praça Joaquim Nabuco, regiões centrais da capital pernambucana caracterizadas pela concentração de serviços, atividades cultural e intensa circulação de pessoas.

---

<sup>114</sup> Rezende, Vânia [68 anos]. Transcrição das entrevistas de história de vida realizadas em 2021 – 10 páginas. Nascida em Recife, Pernambuco, residente em Olinda, Pernambuco, p.1.

<sup>115</sup> Idem.

Embora Vânia não explicita em detalhes o contexto da violência vivida nessas décadas, foi um período de intensa intervenção policial em Recife, seguindo o curso da política repressiva durante a ditadura civil-militar. Recife vivenciava grandes transformações urbanas que culminaram na metropolização da área central, como a “modernização” de parte do centro da capital, o que foi acompanhado por uma política de vigilância e repressão em nome da moral e dos bons costumes. O projeto de modernização da área central acirrou as desigualdades sociais e precarizou as vidas das camadas populares.<sup>116</sup> Como aparato fundamental do projeto urbano, as forças policiais incidiram sobre os grupos sociais que exerciam o que era convencionalmente chamado de subemprego e criminalizaram práticas consideradas moralmente ofensivas, como a prostituição.<sup>117</sup>

Na entrevista com Nanci Feijó, colega de Vânia e antiga coordenadora da APPS, ela aborda as diferenciações do trabalho sexual no Recife Antigo. Nanci também trabalhou em diferentes modalidades da prostituição, do *trottoir* às boates, especificamente a famosa boate Chantecler, e relata que, na primeira modalidade, estava mais sujeita à repressão policial, por estar nas ruas e não contar com a segurança dos estabelecimentos.<sup>118</sup>

Na prostituição de rua, Vânia não se fixava em um único ponto. Como abordado anteriormente, a circulação/mobilidade é uma estratégia importante de trabalho. Nesse caso, o trânsito possibilitava driblar a violência dos poderes locais, como dos donos das casas, cafetões, cafetinas e, sobretudo, dos policiais.

Na literatura sobre prostituição, transparece a importância da construção de laços entre as colegas e outros personagens como um apoio e/ou segurança para o trabalho. É possível compreender esses laços de socialidade e afeto como relações tentaculares de ajuda e proteção. Para Adriana Piscitelli, as “ajudas” podem ser consideradas como diferentes formas de apoios, que não somente dinheiro, facilitadas por uma rede de sociabilidade e de laços íntimos e afetivos que estruturam a economia do mercado sexual.<sup>119</sup> As redes de ajuda

---

<sup>116</sup> Araújo Rita de Cássia. Uma “feira de mangaios”: o Recife fotografado no tempo dos generais, 1960 -1980. In: Silva, Marcília; Soares, Thiago (Orgs). *Pernambuco na mira do golpe*, v.1. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021, p.331, 332.

<sup>117</sup> Santos, Stênio R. C. Entre o crime e a ideologia: a repressão às drogas em Pernambuco nos idos da ditadura. In: Silva, Marcília; Soares, Thiago (Orgs). *Pernambuco na mira do golpe*, v.2. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021, p.276.

<sup>118</sup> Feijó, Nanci [27 mai.2021] Entrevistadora: Olívia Tereza Siqueira. Entrevista remota realizada para a dissertação de mestrado *Boate Chantecler: a representação da ascensão e do declínio nos espaços de prazer do Recife (1939-1984)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2022. Agradeço à Olívia por me conceder acesso à entrevista realizada com Nanci Feijó.

<sup>119</sup> Nesse texto, Adriana Piscitelli analisa as experiências de mulheres que migraram e foram enquadradas no contexto de tráfico de pessoas e observa a presença de formas de facilitação e ajuda para migrarem e exerceram a prostituição. Piscitelli, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre o tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu* (31), Unicamp, 2008, p.45.

aparecem praticamente em todas as trajetórias laborais como possibilidades e são constituídas pelas relações estabelecidas com colegas de trabalho, donas de pensão e cafetinas e/ou outros personagens da zona que compartilham ensinamentos e aconselham a respeito da segurança, saúde, programa.

*Eu entrei na prostituição como sempre a gente entra, através de uma amiga. Eu tava com dificuldades, desempregada na época, com 20 anos. Ela me levou para o bairro Boa Viagem, isso há 48 anos atrás. A gente trabalhava numa boate, mas a gente ganhava muito dinheiro naquela época. Época de se fazer um salário. Você chegava na zona dez horas e quando dava cinco horas da manhã tu tinha um salário.<sup>120</sup>*

Também para Vânia a prostituição apareceu como uma possibilidade de trabalho, seja como uma ocupação que permitia o dinheiro rápido diante do desemprego, seja como um complemento ao trabalho regular.

*Sempre trabalhei formalmente. Trabalhava na prostituição e sempre tinha um trabalho, porque o dinheiro do salário não dava pra pessoa se manter. E eu tinha a prostituição como uma ajuda de renda. Não vivia direto, mas tinha como ajuda de renda. E daí eu fui ficando lá e sempre arrumava um emprego. Quando tava apertada eu ia, entendeu?<sup>121</sup>*

Outra questão narrada diz respeito às múltiplas possibilidades de agenciamentos e trocas no marco do programa. Na entrevista que deu à Silvana Jeha para o livro “Uma história da tatuagem”<sup>122</sup>, Vânia conta a breve história da tatuagem de borboleta da coxa esquerda que fez por volta de 1972, quando trabalhava no cabaré chamado “Inferninho” em Olinda. A tatuagem foi resultado de uma permuta do programa com um cliente argentino. Ao invés de receber dinheiro em espécie ela recebeu a tatuagem. O relato demonstra as muitas formas de relações que envolvem a prostituição, assim como as possibilidades de troca que giram entre o afeto, o dinheiro e o trabalho.

No mesmo livro, ela conta que, naquela época, ela não se “identificava como prostituta” e precisava esconder o trabalho entre os familiares.

estendia a farda no varal pra o meu pai ver, pra minha mãe ver. Quando chegava na área eu vestia a minha roupa de batalha, que geralmente era espartilho, saia, vestido,

---

<sup>120</sup> Rezende, op. cit., p.2.

<sup>121</sup> Rezende, op. cit., p.2.

<sup>122</sup> Jeha, Silvana. *Uma história da tatuagem: do século XIX à década de 1970*. São Paulo: Editora Veneta, 2019, p.202.

eu era muito arrumada... Eu acho que nós prostitutas estamos num casulo e queremos sair. A borboleta é a liberdade, o voo livre.<sup>123</sup>



**Imagem 9:** Vânia e a borboleta.

Fotografia tirada por Silvana Jeha.<sup>124</sup> para o livro “Uma história da tatuagem no Brasil”.

A liberdade desfrutada por Vânia hoje, ao assumir-se publicamente e ser reconhecida pela sua trajetória de trabalho e ativismo, muito difere do vivido naquele período. São muitas as diferenças entre os tempos, contextos políticos e sociais, expectativas e possibilidades para mulheres e pessoas negras, assim como regimes de poderes locais que permeiam o trabalho sexual. Em um trecho da entrevista, ela rememora, saudosa, a indumentária feminina de batalha dos anos 1970, colocando em relevo o contraste entre práticas e códigos de conduta.

<sup>123</sup> Ibid., p.202.

<sup>124</sup> Ibid.

*Na minha época as mulheres no cabaré usava salto Luís XV, saia de cambráia, todas bem-vestidas e era um glamour. Acabou essa história. Você chega numa zona, no cabaré, é aquele shortinho do tchan, na beirada do cu, malvestida. Você não vai no cabaré e vê uma puta de meia. Na minha época tinha lugar que só se batalhava de meia fina. Conheceu meia fina? Evolução do vestiário, tudo muda, vai evoluindo, mas acabou aquele glamour.<sup>125</sup>*

A percepção do passar do tempo no marco da prostituição põe em relação indumentárias, signos e códigos de conduta, mas também as possibilidades de exercício do trabalho sexual nos diferentes contextos e tempos históricos. O saudosismo das “mais velhas” às antigas relações de trabalho nas zonas, entretanto, não significa que a prostituição era irrestritamente melhor naqueles tempos. Apesar da ausência do *glamour* experimentado outrora, o presente redimensiona a importância das transformações na cena da prostituição brasileira. Vânia reconhece as conquistas trazidas pelo movimento, sabe que, mesmo com muitos desafios travados no campo político e social, existe uma categoria organizada para reivindicar os direitos e reconhece que nem sempre foi assim, principalmente quando se trata de olhar para a realidade de uma mulher negra nordestina.

Na região central de Recife, Vânia conheceu uma organização comunitária que desempenhava um trabalho de prevenção com mulheres parceiras e que desejava ampliar suas ações para as prostitutas. Ela integrou as reuniões iniciais e, um ano depois, engajava-se com as colegas para criar a Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS), em 2002, entidade que, como mencionado, viria a coordenar. Como sinalizado, seu ativismo, embora dedicado prioritariamente ao movimento de prostitutas, perpassa muitas outras lutas que lhe possibilitaram ampliar o processo de formação política, como a luta contra a violência às mulheres e a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+, ambas em organizações de Pernambuco.

*Eu sou bissexual e trabalhei no centro de referência, fiz parte do fórum LGBT no ano de 2009, tá fazendo 11 anos. Eu botei o tema da parada LGBT de Pernambuco que foi “Homofobia dói, machuca e mata” Até hoje as pessoas ainda fala desse tema. Nos associamos ao Fórum LGBT, inclusive a gente foi muito discriminada, porque Nanci é hétero, né, e eles não queriam que a Associação fizesse parte do Fórum, porque eles achavam que prostituta não ia lutar pelos direitos das pessoas LGBT. Aí foi quando Nanci me levou, eu*

---

<sup>125</sup> Rezende, op. cit., p.8.

*calei a boca deles: “Eu trabalho é com meu cliente, eu ganho dinheiro é com o meu cliente, mas amor eu faço com a minha mulher.”<sup>126</sup>*

Outra pauta cara à Vânia, e que se articula com as demais lutas nas quais se engaja, é a dos direitos e discussões sobre a comunidade e a cultura negra, o que ela demarca narrativamente em dois episódios. Relembra a primeira reunião de prevenção sexual na qual estava presente uma advogada negra que coordenava o Fórum de Mulheres de Pernambuco, chamada Vera Barone. *A mulher falava muito bem, era um encanto a mulher falando! Vera Barone falou sobre igualdade racial, aí eu gostei, era um clima diferente.* Conta que naquele momento conectou-se com uma vivência que lhe era familiar. Mas evoca também um episódio anterior, quando se identificou como mulher negra no contexto da sua participação nos grupos de maracatu, manifestação cultural de matriz afro-brasileira recriada no estado de Pernambuco. No trecho abaixo, ela recorda sua primeira aproximação com os grupos locais de baque virado<sup>127</sup>, como o Axé da Lua, o Leão de Judá e a Nação de Luanda.

*Comecei no maracatu há muitos anos. Me identifiquei como negra, como mulher negra, porque eu não me identificava. Você sabe, eu tenho 68 anos e na minha época não tinha nada pra mim. Hoje em dia a gente avançou bastante, tem muitos negros na faculdade, graças a Deus! Tem negros em cargos políticos, formados, mas, mesmo assim, insiste essa história da escravidão. Todo mundo sabe que a gente foi escravizado. Lá, minha filha, antigamente, em outra encarnação, eu era rainha mesmo e vim pra esse país. Mas assim é nossa vida. Eu tô no movimento negro. E entrei para o maracatu com uma história muito interessante por causa do meu filho. Meu filho tinha 6 anos e começou a frequentar o maracatu. Ele gosta de tocar percussão, essas coisas. E começou um zum zum zum que o presidente do maracatu era maconheiro. Aí eu fiquei com medo. Pronto, porque fuma na idade que quiser depois de adulto, mas uma criança, né, a mãe tem que tá de olho. E eu comecei a frequentar o maracatu, acompanhar meu filho. Só que não tinha nada disso. Ele era muito respeitador e eu fiquei com afinidade com ele. Passei uns dez anos no maracatu, era o Axé da Lua. Foi o primeiro. Depois ele me apresentou outro maracatu, o Leão de Judá. Esse Leão de Judá eu saí muitos anos. Meu sonho era ser rainha. Só que pra ser rainha de Maracatu de Baque Virado tem que ser feita no santo, e eu não sou. Eu não frequento religião nenhuma. Eu admiro a religião de matriz africana, eu tenho um neto que faz parte, mas eu não tenho religião, só tenho Deus. E eu nunca fui coroada. Mas tinha todo o perfil.*

<sup>126</sup> Rezende, op. cit., p.4.

<sup>127</sup> Maracatu de Baque Virado é uma manifestação de cultura popular pernambucana fundamentada no Candomblé, surgida no século XVIII, que envolve dança e música a partir da representação de uma corte real negra.

*Saí no Leão de Judá, saí no Nação de Luanda... Nação de Luanda eu saí muitos anos. Só saí do Nação de Luanda porque eu adoeci. E hoje eu sou presidente do conselho do maracatu Nação de Luanda.*<sup>128</sup>

Ao relembrar as experiências vividas no maracatu, expressão popular que valoriza e recompõe culturalmente as heranças das raízes africanas negras em Pernambuco, Vânia se reconhece positivamente na identidade negra afro-diaspórica. Num diagnóstico do presente, compara a diferença das possibilidades inscritas para as mulheres negras nos anos 1980 e nos tempos atuais. Entre a contração e a retração dos tempos, perfaz um movimento espiralar entre o presente e as diferentes estações do passado, de modo a evocar a ancestralidade negra: *em outra encarnação, eu era rainha mesmo e vim pra esse país*. Essa leitura se ancora no regime de escravidão que tornou escravizadas figuras importantes de África em um processo de desumanização, de violência e apagamento das identidades política-culturais, levado a cabo pelos regimes coloniais. Como contranarrativa, a evocação e a ficcionalização das reminiscências do passado ancestral são necessárias para construir uma história possível para si e para a comunidade negra a partir de um fio de reconexão e pertencimento.<sup>129</sup> Nessa abordagem, Vânia se posiciona como integrante do “movimento negro”, evoca as festas nos grupos de maracatu, a presença nos fóruns de mulheres negras, a formação e atuação entre as prostitutas e costura sua história em um ponto particular entre a agenda da luta negra e a das prostitutas.

Nas imagens abaixo, Vânia desfila na corte da nação, ocupando uma posição de destaque para mulheres negras na tradição cultural.

---

<sup>128</sup> Rezende, op. cit., p.4.

<sup>129</sup> Sobre a aposta fabulatória narrativa negra a partir do passado da escravidão atlântica, ver: Hartman, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.



**Imagens 10 e 11:** Vânia em desfile das nações de Maracatu. Sem data e sem especificações. Acervo pessoal de Vânia Rezende.

Na narrativa de Vânia, outro tema bastante abordado é a maternidade, o que, certamente, não se pode descolar do marcador racial e generificado. Ela aborda a positividade da maternidade, a importância do cuidado com o filho e a dedicação à sua família. Negra, periférica e prostituta, o marcador racial junto à profissão estigmatizada compõe uma trama complexa de discriminações sob imagens históricas de controle<sup>130</sup> que envolve representações idealizadas sobre a mãe negra e acusações sobre a mãe prostituta.<sup>131</sup> Apesar dos quadros acusatórios e pressões sociais, a trajetória de Vânia visibiliza seus próprios modos de negociação da maternidade.

<sup>130</sup> As imagens de controle foram desenvolvidas por Patricia Hill Collins como uma noção para se compreender as representações históricas das mulheres negras nos Estados Unidos que vem operando como instrumentos de controle e opressão. Dentre as representações, situa-se a mãe negra, de forma idealizada e glorificada. Embora a análise de Collins se contextualize na sociedade norte-americana, é útil para se pensar nas pressões sociais vivenciadas pelas mulheres negras no Brasil e as expectativas acerca dos papéis sociais, especialmente, na maternagem. Collins, Patricia Hill. *Mammies, matriarcas e outras imagens de controle*. In: *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo, 2019b, p.140.

<sup>131</sup> O debate sobre maternidade, prostituição e estigma pode ser encontrado no documentário “Filhos da Puta”, produzido pelo Coletivo Rebu. “Filhos da Puta”. 2022. Vídeo (27m) Publicado pelo canal Coletivo Rebu. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FXoo9P8-34k> Acesso em: 02 fev. 2023. Além da discussão proposta pela trabalhadora sexual Santuzza Souza, do Coletivo Rebu no seguinte texto: Souza, Santuzza. *Não são nossos filhos*. 2017. Mundo Invisível. Disponível em: <https://mundoinvisivel.org/nao-sao-nossos-filhos/> Acesso: 15 mai. 2024.

Em seus debates públicos, Vânia aborda as contrariedades e os desafios vivenciados pelo racismo e expressa a consciência racial como uma motivação de seguir na luta. Entretanto, entendo que as experiências do racismo não a fizeram construir um discurso sobre si que se encerra na dor. Sua narrativa está longe de se configurar a história de uma prostituta negra objetificada e sem agências.

Na literatura sobre feminismo negro, há muito pouco espaço para se pensar de forma afirmativa os usos ativos da sexualidade das mulheres negras em virtude dos limites estabelecidos pela matriz de compreensão do feminismo acerca do patriarcado e do heterossexismo como sistemas de opressão. Duas grandes pensadoras, Lélia Gonzalez e Patrícia Hill Collins, na denúncia ao racismo e sexismo, acoplaram os estereótipos de gênero e raça<sup>132</sup> e as imagens de controle<sup>133</sup> à noção de objetificação e acesso irrestrito ao corpo negro, dando pouca ou nenhuma margem de agência às mulheres negras na arena da sexualidade, chegando a compreender a ocupação trabalhadora sexual como indigna. Todavia, Vânia e outras prostitutas negras do movimento, como Betânia Santos,<sup>134</sup> Maria de Jesus Costa, Luza Maria e Célia Gomes, denotam a importância do trabalho sexual para a autonomia financeira, independência e mobilidade social e econômica de mulheres negras. Podemos ver que Vânia afirma a escolha pela prostituição como uma atividade mais rentável, mobilizando experiências que expressam a capacidade de agência, negociação e estratégias no marco do trabalho. Essa posição, todavia, não anula a contundência de suas críticas ao racismo nos espaços de prostituição, que é muitas vezes reproduzida por clientes ou pelas próprias colegas como forma de desvalorização das prostitutas negras.<sup>135</sup>

Na defesa da prostituição como uma possibilidade afirmativa para mulheres negras, Doroth de Castro, uma das fundadoras do Davida, já falecida, narra em um documento do Arquivo Davida suas vivências e expõe a discriminação sofrida dentro da esquerda política nos anos 1990.<sup>136</sup>

---

<sup>132</sup> Gonzalez, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: Rios, Flávia; Lima, Marcia (Orgs.). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020, p.51.

<sup>133</sup> Collins, Patricia Hill. *A política sexual para as mulheres negras*. In: *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo, 2019c, p.249.

<sup>134</sup> Betânia Santos é uma liderança do movimento brasileiro de prostitutas. Atua no Coletivo Puta Davida e na Associação Mulheres Guerreiras, de Campinas, SP. É também integrante da RBP. Ver: Peruch, Vítor. *Trabalhadora do sexo: “Nossa luta é para garantir os direitos de toda uma categoria”*. 2024. SindipetroSP. Disponível em: <https://sindipetrosp.org.br/trabalhadora-do-sexo-nossa-luta-e-para-garantir-os-direitos-de-toda-uma-categoria/> Acesso em: 19 mai.2024.

<sup>135</sup> *Trabalhadoras sexuais e a luta diária contra o racismo*. 2022. Vídeo (95m) Publicado pelo canal ECOS. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=KSS-TmUL2Q&t=2773s> Acesso em: 09 fev. 2023.

<sup>136</sup> Datação incerta, suponho ser anos 1990, porque é o período em que Doroth de Castro integrava o movimento.

O Movimento negro de alguns anos atrás discriminava a mulher negra prostituta. Com autoridade convenciam as negras de que ser prostituta era algo abominável e quem se assumia como prostituta tinha que ser ignorada. Em seguida vinha a frase ditadora: Negra não pode ser prostituta! [...] Me enveredei por vários caminhos que me diziam ser totalmente errados: fui doméstica um bom tempo, logo depois fui mulata exportação e, paralelo a ambos, investi na prostituição. Sempre acreditei que tinha que sobreviver e nunca me fixei muito no certo ou errado, no bom ou mau. Apostando na sobrevivência, me envolvi no mundo marginal, o que me deu alguns anos de presídio. No final desse percurso, através de uma análise, percebi que o que menos me tirava e muito me acrescentava era a prostituição e foi nela que me estabilizei, foi com o auxílio material da prostituição que pude parar e refletir minha vida, dando a ela um destino. Hoje posso optar, mas foi a prostituição que me deu essa condição de opção.<sup>137</sup>

No diálogo com esse documento, a pesquisadora Ana Paula da Silva enfatiza a importância do protagonismo negro nos espaços públicos e a visibilização dessa posição nos arquivos históricos, assim como a importância de se ouvir e ler vozes negras, respeitando as atuações e as apostas tomadas nos percursos de vida. Ana Paula sublinha as escolhas de Doroth de Castro, em suas agências, e critica os dispositivos racistas que apagam, desqualificam e vitimizam as agências de prostitutas negras: “As mulheres negras precisam ser reconhecidas como protagonistas de suas próprias histórias e assim, permitidas a construir seus próprios caminhos possíveis de justiça social em seus respectivos campos de atuação.”<sup>138</sup>

Tal reflexão se aplica às experiências laborais de Vânia, suas estratégias iniciais em conduzir o trabalho sexual como complementar à renda de costureira, as práticas, resistências e negociações no marco da profissão, e a escolha posterior em assumir a prostituição positiva e publicamente como constructo de sua própria história de vida, o que se consolida com o seu ativismo no movimento de prostitutas.

É relevante saber que Vânia se identifica com Ângela Davis e Elza Soares, referências de mulheres negras no campo intelectual e cultural, e valoriza a literatura como fonte de prazer e conhecimento. Gosta de ler e escrever poesias, formas que encontrou para se expressar e traduzir sentimentos, experiências e visões de mundo. Nesse sentido, endereço a produção de Vânia, assim como a de Doroth de Castro, ao campo literário da “escrevivência”, conceito cunhado por Conceição Evaristo com a junção das noções “viver” e “escrever”. Evaristo entende que se pode aprender sobre a vida de uma mulher negra a partir de suas experiências contadas em primeira pessoa sob a forma escrita poética e informal.<sup>139</sup>

<sup>137</sup> Texto de Doroth de Castro. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>138</sup> Silva, Ana Paula da. Dia 17 de julho de 2020. Instagram: coletivoputadavida. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCwK64fhsnZ/?igshid=ZWIZMWE5ZmU3Zg%3D%3D> Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>139</sup> Conceição Evaristo. 2021. Vídeo (151m) Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wnu2mUpHwAw> Acesso em: 15 mai.2024.

“Escrevivência” funciona, assim, como uma episteme antirracista frente à concepção hegemônica do conhecimento, que historicamente exclui e silencia as produções e visões de mundo das mulheres negras. Em um poema recorrentemente declamado em encontros presenciais e virtuais, Vânia produz um discurso sobre si e o estende às suas irmãs de cor.

#### Mulher negra é revolução

Sou negra sim senhor  
 Não me venha com seu racismo  
 Sou negra com muito orgulho  
 Carrego nas costas as marcas  
 Das chicotadas do seu preconceito.

Tenho nas veias o sangue negro de Zumbi  
 Sou filha da senzala  
 Sou negra forte, corajosa, bonita e gostosa  
 Você não baixa minha autoestima  
 Aprendi a lutar desde menina.

Sou negra tenho a força da beleza  
 Mulher negra é poder e a força do querer  
 Não é flor que se cheire  
 É flor que se cuide, que se ame e que se respeite.

É luta persistência paciência generosidade sabedoria  
 É pura alegria filha da natureza rainha da beleza<sup>140</sup>

#### 1.4 Diana Soares

Maria da Paz é conhecida no movimento das prostitutas como Diana Soares. Nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte. Tem 64 anos, é negra, possui cabelos cacheados escuros e longos. Embora possa aparentar uma timidez à primeira vista, é uma mulher firme, de bastante opinião. Diana coordenou por muitos anos a Associação das Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte (ASPRORN),<sup>141</sup> atualmente desativada devido a problemas de

---

<sup>140</sup> Rezende, Vânia. Mulher negra é revolução. In: DONINI, Angela et al. *Putá Livro* [livro eletrônico], Rio de Janeiro, 2022, p. 76.

<sup>141</sup> ASPRORN antigamente era chamada de Associação dos e das Profissionais do sexo e congêneres do Rio Grande do Norte, posteriormente passou a denominar Associação das Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte.

regulamentação. Integra o Coletivo Filhas da Luta<sup>142</sup> do qual fazem parte duas de suas filhas, também trabalhadoras sexuais. Compõe a Articulação Nacional das Profissionais do Sexo (ANPROSEX) como vice coordenadora.

Conheci Diana no “III Seminário Nacional 2019: Avanços e Desafios das Profissionais do Sexo”, em São Luís (MA), mas tive a oportunidade de uma maior aproximação no “I Congresso Brasileiro de Prostitutas - 7º Encontro Nacional - Protagonismo, desafios, resistências e diálogos possíveis”, em Belo Horizonte (MG), no mesmo ano. Na ocasião, eu estava registrando o evento, o que me rendeu uma fotografia dela, exposta abaixo. Conversamos algumas vezes e, ao fim do encontro, ela, que havia conseguido uma carona do hostel até o aeroporto, estendeu-me sua carona.



**Imagem 12:** Diana Soares no I Congresso Brasileiro de Prostitutas, Belo Horizonte, 2019. Fotografia feita por mim. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida

Realizei junto a Diana uma só entrevista no dia 10 de julho de 2021, com duração de uma hora e vinte cinco minutos, o que, como uma entrevista à distância, considero extensa. Ao longo dos meses mantivemos diálogo pelo *WhatsApp*, por meio do qual ela me forneceu outros detalhes sobre sua história e aprovou a narrativa transcrita de sua trajetória. Diana

---

<sup>142</sup> Para conhecer o trabalho do Coletivo Filhas da Luta, ver: FILHAS DA LUTA. Instagram: filhasdalutadorn. Disponível em: <https://www.instagram.com/filhasdalutadorn?igsh=MXg5eDFmaTl4bmhvNg==> Acesso em: 15 mai.2024.

também participou da pesquisa “Eu Quero é Mais” na etapa qualitativa e contribuiu com uma narrativa que informava sobre a sua vida e o sensível contexto de trabalho em Natal durante a pandemia.

Embora minha trajetória no movimento de prostitutas esteja muito vinculada à Rede Brasileira de Prostitutas, e mais especificamente ao Coletivo Puta Davida (antiga ONG Davida), não foi exatamente difícil realizar entrevistas com as lideranças da ANPROSEX e da CUTS, uma vez que elas se colocaram prontamente disponíveis. Entretanto, a disponibilidade de Diana para narrar não significou uma absoluta abertura na abordagem dos diferentes aspectos da sua trajetória de vida, principalmente, dos percursos ativistas. Sua narrativa também engendra certos silêncios na seleção da história de vida. Isso porque a disponibilidade para narrar se relaciona também com a posição da pesquisadora frente às narradoras, conforme refletido nas dinâmicas relacionais das pesquisas em história oral<sup>143</sup>. Dessa maneira, o meu percurso e a minha posição no movimento de prostitutas (de colaboração com o Coletivo Puta Davida) certamente permearam desconfianças e estabeleceram quadros narrativos para serem publicizados. Com Fátima Medeiros, a minha posição estimulou uma narrativa franca em que ela exerceu a função pedagógica de me ensinar sobre as batalhas ativistas em Salvador (BA), dando-me a chance de acessar uma história que eu não conhecia e a ela a oportunidade de endereçar a história de lutas em Salvador à escrita de uma história mais ampla do movimento de prostitutas no Brasil. Já no caso de Diana, minha posição de ativismo disparou um fluxo narrativo que priorizou sua trajetória de trabalho, em detrimento de algumas passagens de seu ativismo, focando neste caso apenas particularidades da luta das prostitutas do Rio Grande do Norte até a criação da ASPRORN e deixando de lado as lembranças relativas à sua passagem pela CUTS e os embates relativos à criação da ANPROSEX.

Ela também me convidou a acessar sua história de vida a partir de um viés fortemente biográfico, no qual afloraram os sentidos e significados de uma infância difícil e de seu trajeto até a vida adulta, para surpresa minha. Pude conhecer aspectos que nunca a havia ouvido narrar publicamente. Deitada confortavelmente em uma rede amarela em seu quarto, próxima de uma janela de onde chegava uma iluminação natural, ela me narrou corajosamente sua história.

---

<sup>143</sup> Sobre as disponibilidades narrativas e a relação entre entrevistador e entrevistado, ver: Portelli, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.; Patai, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

*Eu me chamo Diana Soares. Não gosto muito de falar meu verdadeiro nome, quem me conhece até fora do Brasil me conhece como Diana Soares. A minha própria família se acostumou com esse nome. Às vezes quando é falado meu nome de registro, as pessoas ficam procurando saber quem é. Eu mesma não tenho muita familiaridade com meu próprio nome. É bem engraçado, mas é assim que as coisas acontecem. Eu já passei de 60, sou mãe, avó, tenho 6 filhos e 12 netos. Daqui a pouco até as neta mais velha tão me dando bisneto.*

*Comecei minha história de vida num bairro chamado Quintas, perto da linha do trem aqui em Natal. Uma das minhas brincadeiras favorita era ficar esperando o trem vim. A linha ficava bem assim no alto. E ficava... como é o nome daqueles negócios que a gente desce? Escorrego! Era tipo escorrego. Aí tinha a trilha onde o trem passava até chegar na minha casa. Então minha brincadeira favorita, na qual eu deixava todo mundo louco, era ficar lá na linha, e quando o trem estava bem próximo, próximo mesmo, já com o maquinista lá apitando, apitando, chamando a atenção de todo mundo, bem pertinho, aí eu descia com tudo. Ai, aquela adrenalina! Aquela sensação era muito gostosa! Outra das minhas brincadeiras favoritas, que também era uma forma de eu sobreviver, de me alimentar, era com aqueles caranguejos pequenininho. O pessoal vizinho fazia aqueles fogo de lenha, e eu catava os pedaços de lenha aceso, fazia fogo e ia cozinhar aqueles caranguejo pra comer. Era uma delícia!*

*Eu poderia dizer da casa que eu nasci, que eu tenho boas recordações, mas contando ela se torna maus lembranças. Dentro da minha infância, sem conhecer o bom da vida, achava que a pobreza era algo normal. Então eu não tenho lembranças. Aquilo ali pra mim não era lembranças. Eu olhando pra trás hoje vejo que eu tive uma infância bem difícil. Não foi mais difícil porque uma família me pegou pra criar. A minha avó ela era alcoólatra, pedinte. Eu, naquela idade, nunca esqueci. Esqueci rosto, mas não esqueci como eu vivia. As lembranças que eu tenho pra mim eram boas, porque não conseguia entender que eu saía com minha avó pra ela pedir. Na minha cabecinha eu achava que era porque todo mundo gostava da minha avó, que minha avó era muito importante, e por isso que as pessoas davam pra ela. Passado um tempo fui entender que não, que ela mendigava e não tinha com quem me deixar, então me levava junto.*

*Então eu fui criada por essa outra família que me levou pra casa deles, onde já tinha mais duas irmãs e quatro irmãos que foram me apresentados como meus irmãos dali por diante. A mulher que me criou, a mãe dela era vizinha da gente. Então meu pai, o esposo dela, sempre ia me visitar, e ele ficava pedindo a ela pra que eles me criasse. Até que um dia*

*ela pegou e resolveu passar pelo Juizado de Menores. Levaram minha avó, no caso a bebida e o alcoolismo já tava dando conta das faculdades mentais dela, e ela já tentava se matar e me matar. Ela já tava numa coisa bem forte! Aí eles resolveram me criar. Eles não eram ricos, mas era melhor do que a situação que eu vivia, né. Me deram estudo... Eu não me formei porque no meio do caminho eu perdi meu pai, que era minha referência, e era quem me dava todo o estímulo. Era quem praticamente me obrigava, queria muito que eu estudasse, que eu me formasse. Como ele era analfabeto, o sonho dele era ter uma filha formada, já que ele não tinha conseguido isso com os filhos legítimos, né. Só que ele morreu no meio do caminho e não deu pra ele ter esse sonho realizado.*

*As coisas foram ficando mais distantes, foi como se eu tivesse aberto uma gaveta e guardado tudo isso dentro pra viver as coisas boas que estavam sendo ofertadas a mim. E o restante da minha infância não foi ruim. Tive direito a tudo aquilo permitido a uma criança, que era próprio a uma criança. A minha adolescência não foi melhor, porque eu fui muito prematura pra tudo. Eu quis namorar cedo, eu comecei a namorar com dez anos de idade. Eu comecei a ser babá dos meus sobrinhos cedo demais. Eu tinha uma irmã que era muito irresponsável, e ela só tendo filho, e eu tomando conta deles. E quando eu perdi meu pai tudo ficou difícil, passou muitos meses sem a mãe receber o dinheiro, então a gente passou por muita dificuldade. Eu tive que começar a trabalhar cedo, abandonar meus estudos... Eu não sabia fazer nada, a única coisa que eu sabia, porque como eu estudava, eu sabia dar aula. Eu era mestra em alfabetizar. Eu tinha participado bem jovem daquele Mobral. Não sei se você ouviu falar da história do Mobral, era um projeto pra alfabetizar pessoas idosas, era o movimento brasileiro de alfabetização, é antigo, é do meu tempo. Depois passou a ter outros nomes, mas naquele tempo o nome era esse. Meu primeiro trabalho foi dando aulas num externato que era uma escola particular, se chamava Externato José da Penha, também nunca me esqueci. Eu dava aula de manhã, intermediário de tarde e de noite. Eu tinha quatro turma. Então eu saía de casa 6 horas da manhã e chegava em casa quase 6, 11 horas da noite.<sup>144</sup>*

As memórias de infância de Diana transbordaram nos primeiros momentos da entrevista em um só fluxo ao evocar as brincadeiras e as agruras da vida de uma criança pobre. Sob os olhos do presente e a experiência de veterana, Diana recontou seu passado numa elaboração franca do vivido. Não é mais a criança vulnerável, e sim a dona de si,

---

<sup>144</sup> Soares, Diana [62 anos]. [10 jul.2021] Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. Entrevista remota. Duração: 1h25m. (Transcrição/Textualização: – 15 páginas). Nascida e residente em Natal, Rio Grande do Norte, p.1 -3.

mulher que se inventou sob circunstâncias adversas, que construiu família, filhos e netos, e que fez da batalha nas ruas um ativismo.

Escolhi trazer a história de vida de Diana aqui por algumas razões. Introduzi sequencialmente as narrativas das veteranas em subcapítulos considerando, em primeiro lugar, a trajetória ativista mais longa no movimento de prostitutas e, em segundo, a produção de sentido em relação à representação das mulheres negras, nordestinas e prostitutas. A história de Diana evoca uma infância difícil, família adotiva, pobreza e alcoolismo familiar. Em uma armadilha, para leitores desavisados e com pouco contato com a prostituição, os trechos sensíveis da história de Diana podem ser lidos sob uma lógica causal explicativa da prostituição e do ingresso no trabalho sexual. Explicando de outro modo, é muito fácil ler uma história de vida difícil de uma prostituta negra e nordestina procurando na infância e na adolescência as justificativas e lógicas causais para o ingresso na prostituição, uma armadilha que encapsula sua vida em uma visão vitimizadora e sem agências. É fácil, mas equivocado. É importante saber que a própria Diana não constrói os sentidos de sua vida e a escolha pelo trabalho sexual sob a justificativa da pobreza extrema. Sendo assim, elegi as introduções das histórias de vida de maneira que pudesse alcançar as multiplicidades de percursos, as chegadas e as aproximações com a prostituição, cada qual em sua singularidade, sob dificuldades, sim, mas também sob agenciamentos e reinvenções da vida.

Na história de Diana, o interesse e a descoberta da sexualidade foram despertados ao longo da adolescência e culminaram na urgência em se tornar adulta, no mesmo fluxo narrativo em que menciona o estudo, o trabalho e o cuidado das crianças pequenas, que a introduziram em uma série de obrigações e atividades que não mais estavam no campo da infância. Na passagem para a vida adulta, o estudo aparece como um significante importante que a conecta com o sonho do pai e a possibilidade de ganho financeiro. Aqui ela menciona a experiência no Mobral, programa de alfabetização da década de 1970, como uma oportunidade tanto de estudo quanto de trabalho.

O Mobral foi um programa educacional criado pelos militares durante a ditadura para fazer frente aos extintos programas de alfabetização popular de inspiração de Paulo Freire, sobretudo sua jornada educacional em Angicos (RN). O Mobral foi muito popular nos anos 1970 no Nordeste brasileiro, tinha como objetivo atuar na esfera das demandas sociais, conferindo legitimidade ao regime de exceção. Todavia não havia um compromisso crítico com a alfabetização e o sistema educacional brasileiro. Sendo assim, não se deve tomar o

Mobral como um projeto de transformação da realidade educacional nordestina.<sup>145</sup> No caso de Diana, a alfabetização foi oportunizada para que pudesse auxiliar a vida financeira de casa. Ela conta em detalhes como contribuiu, ainda jovem, para a melhoria do ambiente doméstico depois da partida do pai e para a educação de outras pessoas.

*Depois fui conhecendo outras coisas. Fiquei atrás de perder a virgindade, de me livrar daquilo, porque eu queria dizer muitas coisas e a virgindade me atrapalhava demais. Aí terminei me entregando pro cara que eu me casei forçado. Minha mãe me obrigou a casar, ela não queria rapariga dentro de casa. Se chamava rapariga, né. E eu tinha que casar e tal. Casei, passei 6 meses casada, me fui embora pro Rio. Fugi dele e fui ao Rio. Chegando no Rio descobri que tava grávida.*

*Na verdade, eu comecei a batalhar no Rio de Janeiro. Comecei de uma forma bem engraçada, porque eu não entendia que eu tava me prostituindo. Na minha cabeça aquilo ali não era prostituição, porque, como que eu posso dizer? Eu era remunerada, eu não sei por que que as coisas acontecia assim, mas eu ia pras festa, conhecia alguma pessoa e terminava no motel. Geralmente quando o cara saía bem antes de mim deixava dinheiro, dizia que tava tudo pago, e vira e mexe deixava uma boa grana, entende? Eu fui achando super legal. Começou tudo assim, mas eu não entendia, pra mim aquilo ali não era prostituição, porque a prostituição que eu conhecia era aquela que a gente vai pro cabaré, essa coisa toda. Depois eu conheci umas amigas, trabalhei em uma gráfica lá em Nova Iguaçu. Tanto trabalhava numa gráfica, como trabalhava de diarista também, aqui a gente chama de faxina.<sup>146</sup>*

Nas histórias de vida das veteranas, um dado muito presente é a expectativa do casamento como uma etapa natural do curso da vida e oportunidade de mobilidade social. Como abordado, nas famílias rurais do interior do Nordeste, as mulheres costumavam sair de casa para se casar e ter filhos, ou quando engravidavam sem se casar corriam o risco de serem expulsas, o que coincidia também com o abandono escolar.<sup>147</sup> Diana se casou em 1979, como alega, por pressão da mãe sob a ameaça de virar “rapariga”, expressão popular pejorativa para designar prostituta. Diante da gravidez inesperada, o casamento operava como uma obrigatoriedade, uma saída para evitar a desonra no quadro da moralidade generificada da comunidade local. Na construção histórica do papel feminizado na sociedade, a prostituição é situada em oposição ao casamento sob um discurso estigmatizador, sinônimo de desonra, é

<sup>145</sup> Souza, Bianca. Verdades opacas ou memória protetora? O Mobral e sua (auto)biografia. In: Da Silva, Marcília; Soares, Thiago. *Pernambuco na mira do Golpe*, volume 1: Educação, arte-cultura e religião. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021, p.198.

<sup>146</sup> Soares, op. cit., p.3, 4.

<sup>147</sup> Nascimento; Garcia, op. cit., p. 389.

considerada a pior posição que uma mulher pode ocupar. Na prática, um regulador moral da conduta das mulheres no que diz respeito à sexualidade.<sup>148</sup>

Por outro lado, a violência dentro do casamento fez com que seis meses depois Diana tivesse que fugir. E foi assim que ela chegou à Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. A região foi entrada de muitos nordestinos no Estado do Rio, o que fez movimentar uma certa cultura nordestina local e uma classe de trabalhadores migrantes que apostavam em melhores condições de vida.<sup>149</sup> Naquele contexto, é curioso o modo como a prostituição aparece para ela no início de sua trajetória. Diana já estava empregada em uma gráfica e exercia o trabalho de faxineira quando iniciou a experiência da troca de sexo por dinheiro. Entretanto, não entendia essa experiência como prostituição. Com um pouco mais de prática, foi compreendendo os benefícios da nova relação sexual e passou a desenvolver seu jeito próprio de cobrar pelo trabalho. Sua estadia no Rio de Janeiro, entretanto, não durou muito. Ao se envolver com um homem que julgou violento, ela optou por “fugir pela segunda vez”, retornando à Natal, porque gostava muito da vida e não queria se sujeitar à violência do namorado.

*Vim pra cá [Natal] e aqui fiquei. Eu sempre usei um tipo de estratégia que era assim, eu ficava tímida em sair com o camarada e cobrar, porque aqui em Natal já era bem diferente. Então eu ia pras noites, algum bar bem legal, sem ser cabaré. Aqui tinha uns bar bem legal, tinha dança, tinha tudo. Quando chegava lá o cara começava naquela coisa da gente terminar no motel, e eu já tinha estratégia de dizer que não ia. “Não tem nada dentro casa, tô com meu aluguel atrasado...” “Não seja por isso, a gente vai e quando for de manhã dou o dinheiro do seu aluguel, a gente vai no supermercado e faz uma feira.” Era assim minhas cobranças, através dessa coisa de que não tinha nada. Quando eu voltei do Rio não queria assumir a prostituição. Eu não entendia, acho que era devido o estigma mesmo, o preconceito todo que as pessoas tinha, mas depois eu fui aos poucos conhecendo as menina. Continuei escondendo da família, dos vizinhos, aquela coisa toda, mas já podia cobrar. Não era mais assim com tanto da conversinha, com tanto do chaveco, com história de aluguel atrasado.<sup>150</sup>*

<sup>148</sup> Pheterson, Gail. The whore stigma. Female dishonor and male unworthiness. *Social Text*, n. 37, A Special Section, 1993, p. 43.

<sup>149</sup> Barreto, Alessandra. Um Olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. *Campos* (5), 2, 2004, p.46, 47. Pinto, Rodrigo. *Memória e identidade de migrantes nordestinos no município de Duque de Caxias: a Feira como parâmetro de resistência cultural e social*. Dissertação de mestrado em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018, p.27.

<sup>150</sup> Soares, op. cit., p.4.

No retorno, já com o repertório de trabalho no Rio de Janeiro, apostou na prostituição como uma forma de renda, embora, ainda no início, sentisse preconceito com a atividade. Foi aos poucos que aceitou a prostituição como uma profissão de fato, o que paulatinamente assegurou a redefinição da estratégia de trabalho e das formas de negociação de valor e do local. No olhar retrospectivo para a trajetória laboral, as veteranas relembram o quanto era difícil assumir a profissão quando jovens. Todas relatam preconceito entre familiares e às vezes consigo própria, o que as fazia projetar a ocupação como temporária. Entretanto, foi por meio da prática continuada do trabalho que elas conquistaram *expertise*, aprenderam a cobrar, a estabelecer limites corporais e a impedir a exploração de cafetinas e outros mediadores. No trecho abaixo, é possível ver como Diana já acionava estratégias de trabalho e capacidade de negociação, garantindo benefícios não tão somente a si, mas também à sua colega, dona do estabelecimento.

*Eu já trabalhava na rodoviária de Natal, na rodoviária velha. Tinham os quiosques, onde vendia bebida e tira gosto, e eu trabalhava no quiosque dia e noite. Tinha motel por perto, cabaré mais distante, mas era um quiosque mesmo. Pronto, eu começava a trabalhar e dali tanto ganhava no bar, como ganhava gorjeta e ganhava pra fazer programa. Lá mesmo eu conseguia tudo, descolava tudo. E os cabaré eu ia mais pra me divertir. Às vezes eu pegava um cliente: “Vamo tomar um, vamo lá pra tal cabaré”. Aí a gente ia pro cabaré pra escutar radiola de ficha. Agora, nunca gostava de ficar no quarto. Às vezes até dizia: “Paga aí o quarto”. “Mas você não quer fica aqui no quarto?”. “Não, mas paga aí”. Porque quando a dona era colega minha, eu fazia ele pagar a chave. Só depois a gente saía e ia pro motel. Cabaré eu nunca gostei não. Eu sou uma pessoa muito tímida e na maioria dos bordeis os quarto era meia parede, sabe, o que a gente fazia lá dentro o pessoal sempre tava escutando, ninguém podia dar um gemido mais alto que era aquela coisa. E como sou muito tímida, eu gostava mais de motel, era mais seguro, mais fechado. Mas eu gostava de cabaré pra isso, pra dar pitaco, sabe, pra ver as coisas erradas. Porque eu já começava a ser ativista, a lutar pelos nossos direitos nos cabarés assim sem nem... Qualquer coisa que achava errada já falava: “Ah, devia fazer assim! Vocês sabem que precisa da gente! Vocês age de uma forma muito errada”. Aí já conversava pra mudar um pouco as coisas. Tinha muita violência, muita coisa que não era pra existir. Tinha muita exploração de dono de cabaré com as mulheres, e as mulheres precisavam. Então eu tanto orientava elas, como orientava eles também pra forma errada que eles tavam fazendo. E quando eles não queria*

*me ouvir, eu falava com elas, incentivava elas fazerem greve. Era desse jeito. Quando eu via que era injusto, eu sempre formava uma briga. Isso era no colégio, era lá em casa mesmo.*<sup>151</sup>

Se no início da trajetória laboral há uma inexperiência, uma maior probabilidade de exploração e de relações desfavoráveis com clientes, com o tempo a prostituta se torna experiente, capaz de garantir um maior aproveitamento no serviço e de manejar melhor as negociações laborais. Seja exercendo uma carga horária menor de trabalho, seja acionando práticas sexuais de menos desgaste, há uma infinidade de estratégias para tirar melhor proveito do trabalho e maximizar os tempos e o lucro.<sup>152</sup> É um estágio diferente da trajetória, porque caracteriza uma trabalhadora já experiente no ofício, que não é mais “passada pra trás” e está apta a criar condições estratégicas de trabalho e a instruir suas colegas.

Uma outra etapa que denota experiência é a capacidade de analisar e atuar em contextos desfavoráveis de trabalho, como situações de violência por clientes, policiais, ou exploração de proprietários de casas e mediadores de estabelecimentos. Nas histórias de vida foram narradas diversas situações que denotam um sentido, ainda amorfo, de indignação nas zonas. Essas situações são evocadas após a fase inicial de adaptação e aceitação da prostituição como um trabalho. Entretanto, ainda não é o momento de formação política tal qual caracteriza a posição de veteranas hoje. As situações significam um despertar da consciência crítica acerca do funcionamento das diferentes modalidades de trabalho e das relações envolvidas. Ao lembrar sua verve questionadora nos locais de prostituição, Diana atribuiu o sentimento de indignação a uma característica inata do seu ser, assumindo-se como uma mulher que sempre se embraveceu com as injustiças.

Diana se aproximou do movimento por meio do trabalho de prevenção e testagem de HIV e sífilis em Natal junto a um grupo local articulado por homossexuais do qual fazia parte a sua colega e trabalhadora sexual Marinalva Ferreira. Ao conhecer a iniciativa, ela buscou engajar as trabalhadoras sexuais da comunidade em que morava e do entorno da zona de prostituição. À época morava em um prédio que era chamado de Pombal. Em suas palavras, parecia um cortiço, porque tinha de tudo e muitas das mulheres que lá moravam eram trabalhadoras sexuais. Foi lá que iniciou a mobilização. *Tinha o térreo e mais dois andar, e era cheio de janelinha, sabe? Quando tinha uma confusão no térreo, lá embaixo na rua, você olhava lá pra cima, cada janela daquela tinha duas, três mulher, parecia umas pombinha, aí*

---

<sup>151</sup> Soares, op. cit., p.4.

<sup>152</sup> Silva; Blanchette, 2011, op. cit., p.15.

*botaram apelido de Pombal.*<sup>153</sup> Marinalva Ferreira a convidou, então, para comparecer às reuniões da organização que mais tarde seria fundada como ASPRORN, e da qual Diana viria a ser coordenadora após o falecimento de Marinalva. Ela conta que a associação já se organizava desde 2000, mas foi fundada somente em 2003. Desde então ela passou a realizar atividades de prevenção e saúde e conscientização com as trabalhadoras de Natal.

Diana quase não exerce mais o trabalho sexual principalmente por questões de saúde. Não se sente mais confortável em estar nas ruas e bares, sobretudo, porque a socialização com os clientes tornou-se mais difícil, já que a saúde debilitada não lhe permite mais o uso do álcool. Outro fator é o preconceito vivido na prostituição por conta da idade, fator que acaba dificultando o exercício do trabalho para as veteranas, porque muitos dos clientes preferem as “mais jovens” havendo então uma preponderância de clientes antigos, também “mais velhos”, que acompanham essas veteranas de longa data.<sup>154</sup>

*E a exposição agora? Eu tô muito frouxa! Tenho medo da violência. E também na nossa idade enfrentamos a questão do preconceito pela idade, porque quando não é de um cliente, é da própria população de achar que a gente já devia tá aposentada e esquece que a gente ainda tem nossa sexualidade, né.*<sup>155</sup>

Atualmente, ela se ocupa do ativismo em Natal e das atividades da rede nacional ANPROSEX junto da colega Fátima Medeiros. Mais recentemente passou a realizar o ativismo em conjunto com duas de suas filhas, que também são trabalhadoras sexuais, e criaram o Coletivo Filhas da Luta, em Rio Grande do Norte.

---

<sup>153</sup> Soares, op. cit., p.6

<sup>154</sup> Essa discussão será melhor analisada no capítulo 2.

<sup>155</sup> Soares, op. cit., p.8.



**Imagem 13:** Diana Soares na oficina “Transa de Saberes,” no Circo Voador, RJ, exibindo o cartaz da Santa Ceia do IV Encontro Nacional da Rede de Prostitutas, em 2008. A imagem recompõe a Santa Ceia a partir dos rostos de diferentes lideranças do movimento de prostitutas. Fotografia Luiza Nasciutti. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

## 1.5 Célia Gomes

Célia é uma importante liderança do movimento no Nordeste. Mulher negra retinta, cabelo cacheado comprido, muitas das vezes colorido de vermelho. Aguerriada, “fala alto” e “luta pela comunidade”, expressões que utiliza para designar a si. É presidenta da Associação de Prostitutas do Piauí (APROSPI).<sup>156</sup> Tem 59 anos, mãe de quatro filhas e avó de quatro netos, dona de um bar na zona sul de Teresina e uma referência da ocupação Vila Irmã Dulce, em Teresina (PI). Nasceu em Santa Inês do Maranhão, em 21 de outubro de 1964, e foi criada na periferia de São Luís (MA).

<sup>156</sup> Para acompanhar o trabalho realizado pela APROSPI, ver: APROSPI. Instagram: aprospiaui. Disponível em: <https://www.instagram.com/aprospiaui?igsh=MTh4ZjF6cDF0eWMYnQ==> Acesso em: 15 mai. 2024.



**Imagem 14:** Fotografia realizada por Maurício Pokemon<sup>157</sup>

Demorei para realizar a entrevista com Célia, porque ela, assim como Luza, integrantes da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), são as lideranças com quem tive um contato mais tardio no movimento. Foi no “I Congresso Brasileiro de Prostitutas”, em Belo Horizonte (MG), em 2019, que nos vimos pela primeira vez e, posteriormente, acompanhei muitas das *lives* em que participou, o que me permitiu conhecer um pouco mais de sua trajetória ativista, assim como das ações e contextos da luta das trabalhadoras sexuais no Piauí.

Em julho de 2022, Célia esteve no Rio de Janeiro para participar do “Festival Be Yourself”, em celebração dos 35 anos do movimento brasileiro de prostitutas. O evento foi organizado em parceria com o Coletivo Puta Davida, o qual integro, e contou com a oficina “Transa de Saberes”, que envolveu lideranças de diferentes estados brasileiros. Nesse evento, tive oportunidade de estreitar os laços com Célia, conhecer um pouco mais de sua história e reforçar o agendamento da entrevista.

---

<sup>157</sup> Fotografia extraída da matéria: Pilar, Vitória. Prostituta é comunidade. 2023. Revista Revestres. Disponível em: <https://revistarevestres.com.br/reves/cultura/prostituta-e-comunidade/> Acesso em: 06 fev. 2024.

Realizamos uma só entrevista no dia 03 de novembro de 2022. Havíamos tentado várias vezes, mas Célia sempre se desculpava por ter que desmarcar, em função de sua agenda continuamente atarefada. Durante a entrevista ela foi objetiva e prática, correlacionando o vivido com as questões do presente enfrentadas pela associação. Pouco se ateu aos detalhes mais descritivos e a uma dimensão subjetiva mais profunda, por meio da qual se deixasse conhecer. Entendo que para tal fim eu devesse ter realizado entrevistas presenciais, em que tivéssemos melhores condições de abordar temas específicos, pouco explorados no fluxo contínuo e público da fala, além de mais tempo para o aprofundamento da relação, o que talvez proporcionasse maior disponibilidade e confiança para a abertura narrativa.

Célia é uma narradora que requer disponibilidade continuada do entrevistador, por sua agenda atribulada e por uma narrativa contornada pela identidade pública, o que faz com que privilegie as dimensões políticas mais evidentes e deixe de fora as camadas sensíveis e íntimas de sua história. Nesse sentido, reconheço os limites e desafios das entrevistas virtuais à distância; o tempo escasso, o distanciamento provocado pelas telas e a dimensão genérica das abordagens temáticas.

Quando Célia ligou a câmera, estava na espaçosa área frontal da sua casa, que fez questão de me mostrar em detalhes. Ela definiu o espaço como *um pouco sede [da associação], um pouco casa*. A área externa com mesas e cadeiras espalhadas me instigou a imaginar um espaço movimentado e claro compartilhado com colegas de trabalho, vizinhas e familiares. Ainda no início da entrevista, fomos interpeladas por pessoas que a acionavam para informações e resolutivas cotidianas do ativismo, até que ela decidiu ir para um pequeno cômodo fechado, que definiu como uma espécie de depósito. Lá narrou de forma fluida, com disponibilidade, franqueza e bom humor, sem interrupções.



**Imagem 15:** Célia Gomes no I Congresso Brasileiro de Prostitutas, Belo Horizonte, 2019. Fotografia feita por mim. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

*A coisa mais fácil é falar de mim. Meu nome de batismo é Auricelina Silva Gomes, poucas pessoas me conhecem por esse nome. Mas eu gosto mais de Célia Gomes. Nasci em Santa Inês do Maranhão, fui criada em São Luís pelos meus avós. Nessa mesma capital eu me casei, nessa mesma capital me separei. Desse casamento tive duas filhas. Quando eu separei, fui-me embora pra Marabá, no Pará. Foi onde começou a minha trajetória como trabalhadora sexual. Como toda história de violência com as mulheres desse Brasil, não seria diferente a minha história. Saí de uma história de violência. Aquela história da mocinha do interior que foi pra capital, conheceu uma pessoa, se casou, do casamento malsucedido, vindo de uma violência, se separou.*

*Daí a minha trajetória foi um pouco, um pouco não, foi bem difícil, porque eu nunca tinha feito prostituição. Eu tinha 20 e alguma coisa na época. Como eu não tinha feito prostituição e precisava sobreviver nesse lugar, então começou. Mas como fazer prostituição? Tinha que ter alguém pra levar, pra ensinar, porque naquela época era muito pesado ser uma trabalhadora sexual, porque você tinha que ir pro bordel, tinha que beber, tinha que passar a noite todinha acordada, tinha que comprar tudo no bordel pra você ficar*

*empenhada, pra você não sair nunca mais desse lugar. Tinha que pagar a saída. Tudo ia lá nas suas mãos, ia manicure, ia cabeleireira, porque você não podia sair mesmo.*<sup>158</sup>

Célia se casou muito jovem. Aos 16 anos teve sua primeira filha e logo engravidou de sua segunda menina. O primeiro casamento se mostrou desgostoso pelas reações enciumadas e violentas do marido, também jovem. Como saída, ela optou por uma viagem, só de ida, para a cidade de Marabá, no Pará, deixando as filhas aos cuidados da mãe. A viagem se mostrou como uma possibilidade de distanciamento do marido, e foi em Marabá que ingressou na prostituição. A primeira investida na prostituição foi narrada com pesar. O trabalho no bordel se deu em uma casa com regime restrito, carga horária intensiva e obrigatoriedade de compras no local, ou seja, economicamente exploratório, já que não conferia autonomia para entrada e saída, e ainda gerava um ciclo de endividamento com os responsáveis pelo estabelecimento, o que é especialmente danoso para trabalhadoras com pouca experiência, como era o caso de Célia. Posteriormente, movida pela atmosfera da “corrida do ouro”, ela foi atrás da prostituição nos garimpos, nas chamadas currutelas, chegando de teco-teco e encarando, de cima, a região potencialmente rentável.

*Mais pra frente eu fui me adaptando à prostituição e fui pros garimpos, que era pior. Eu trabalhei no garimpo do Rio Branco, de Cumaru. Trabalhei também na Serra Pelada. A gente ficava no 30, não descia pra Serra. Tinha a serra e a currutela. A gente ficava na currutela esperando os garimpeiro sair. E foi um dos maiores garimpos que a gente já trabalhou. Foi o lugar em que mais a gente viu mulheres morrendo. Porque elas ganhava dinheiro, mas ia sair pra deixar pra família e o que acontecia? Os ladrões estavam lá e matavam. Tanto é que quando a gente saía de lá, trazia a pepita de ouro na vagina que era pros caras não roubar, entendeu? Foi onde eu vi mais desmando, mais coisas ruins com a profissão. E esse é o começo da minha trajetória.*

*Hoje eu fico vendo que naquela época a gente vivia em cárcere privado. Hoje a gente vê a diferença do passado de 25 anos atrás pra hoje! O tanto que a luta de 30 anos valeu a pena pras trabalhadora sexual ter direito de ir e vir, ter a opção de comprar ou não suas roupas dentro do próprio bordel, morar ou não dentro do bordel. Hoje as mulheres elas são diversificadas, elas fazem prostituição pelo telefone, pelo celular, pelo WhatsApp, elas marcam seus programa... Elas não são obrigadas a viver nos bordéis, elas ficam nas praças,*

---

<sup>158</sup> Gomes, Célia [58 anos]. [02 nov.2022] Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. Entrevista remota. Duração: 55m47s. (Transcrição/Textualização: – 9 páginas). Nascida em Santa Inês, Maranhão, residente em Teresina, Piauí, p.1, 2.

*então elas hoje têm todo um diferencial e há 25 anos atrás você não fazia isso. É o que a gente fala, já fez uma diferença a luta.*<sup>159</sup>

As memórias laborais de Célia nos garimpos de Rio Branco, Cumaru e Serra Pelada, entre 1980 e 1990, denotam um passado difícil, com pouca margem de negociação e autonomia, e remetem a contextos precários e relações de violência.

Letícia Tedesco (2015) possui um trabalho acurado a respeito das dinâmicas normativas e simbólicas, papéis e códigos de honra que envolvem as relações e trocas entre homens e mulheres nos garimpos. Ao dirigir seu olhar para as transformações e permanências das dinâmicas relacionais e laborais, desde os anos 1980 (período da corrida do ouro) ao período de realização da pesquisa etnográfica, ela compreende que:

Nesse período [anos 1980] relata-se que os garimpos eram muito violentos em função da facilidade de encontrar ouro, do grande afluxo de pessoas e da falta de instituições estatais (especialmente da política) sendo ‘mais difícil para a mulher andar no garimpo.’<sup>160</sup>

Embora haja uma dinâmica relacional hierarquizada generificada e masculina, Tedesco encontra nas narrativas das mulheres que buscaram trabalho e vida no garimpo possibilidades de reação e estratégias urdidas frente aos códigos e papéis de gênero locais, sublinhando também as expectativas de mobilidade física, de ascensão social e os ganhos reais conquistados com o trabalho nas regiões garimpeiras.

No livro “Prostituta é Comunidade” sobre a história de Célia Gomes, escrito pela jornalista Vitória Pilar, a veterana conta que no garimpo conseguiu juntar 30 mil reais em pouco menos de dois anos. Juntado essa quantia, decidiu dar adeus às currutelas. Lourdes também rememora a possibilidade de ganho rápido nas regiões garimpeiras: *Ganhei muito dinheiro*. Evidentemente, naquele contexto de trabalho é importante considerar além das possibilidades de alto ganho laboral, o alto custo de vida nas currutelas, em que os regimes de trocas garantem alimentação, moradia, proteção, mobilidade e lazer à preços exorbitantes. Na entrevista dada à jornalista Vitória Pilar, os ganhos são lembrados por Célia sob a contrastiva das condições inseguras de trabalho: “Era o preço do medo que se passava.”<sup>161</sup>

A significação do trabalho sexual nos garimpos é ambígua. Algumas trabalhadoras sexuais rememoram o ofício com ênfase na possibilidade de alto ganho, enquanto outras

---

<sup>159</sup> Ibid., p.2.

<sup>160</sup> Tedesco, op. cit., p.365.

<sup>161</sup> Pilar, Vitória. *Prostituta é Comunidade: a história de uma mulher que fez do sexo ganhão-pão e luta*. Arisca: Piauí, 2023, p.47.

tomam como central a condição de vida sob permanente violência. Todavia, as sentenças não são excludentes.

De modo geral, a modalidade garimpeira é encarada como o exercício da prostituição de maior propensão à vulnerabilidade, é o que sugerem as lembranças de Célia e Lourdes. Por outro lado, elas também denotam o alto poder de ganho em pouco tempo de trabalho. No vídeo “Cascatinha”,<sup>162</sup> sobre o trabalho sexual no contexto do garimpo no Pará, é possível se deparar com essa ambiguidade de sentidos. Embora demarque um contexto de intensa exploração e violência, sobretudo para ingressantes na prostituição, também apresenta as possibilidades de reação e as elaborações frente aos movimentos migratórios laborais. Nessa chave de leitura, Letícia Tedesco observa as “táticas e estratégias de mobilidade e proteção envoltas em uma autorreflexão sobre suas próprias ‘vulnerabilidades’, ou seja, suas percepções sobre riscos e perigos de ser mulher no trecho dos garimpos.”<sup>163</sup> Dessa maneira, é possível dizer que as dinâmicas de mobilidade, expectativa e trabalho na prostituição em um contexto de “cultura garimpeira” não podem ceder às categorias puras e restritas sobre migração no lugar exemplar da vitimização e da migração forçada. Para Célia e Lourdes, que driblaram os desafios do trabalho no garimpo e fizeram desse percurso trampolim para inscreverem suas histórias, assim como para as demais veteranas, o ingresso no trabalho sexual é tomado como expectativa de melhores condições de vida, uma oportunidade de escapar das relações conjugais violentas e/ou desfavoráveis, uma possibilidade de trânsito migratório (inter e intrarregional para regiões garimpeiras no Norte do Brasil e zonas limítrofes da Amazônia brasileira), assim como alternativa aos trabalhos femininos mal remunerados.

Embora conste uma maior propensão à vulnerabilidade e exploração econômica nos contextos de trabalho no garimpo, essa modalidade de prostituição não deve ser lida estéril e genericamente como uma prática que convoca a violência por si,<sup>164</sup> mas deve ser compreendida a partir das nuances que permeiam “o lícito e o ilícito na fronteira entre o legal

---

<sup>162</sup> 28\_Cascatinha\_Copia\_1\_m.mov. Bar Cascatinha. (29m) Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

<sup>163</sup> Pilar, op. cit., p.288.

<sup>164</sup> Ao compreender a prostituição como um emaranhado de relações em um contexto capitalista, no qual se correlacionam noções como trabalho, sexo e dinheiro a partir de posições de gênero, raça, classe, geração e território, é necessário considerar que a prostituição exercida nas regiões de garimpo integra uma composição de forças territorial, interagindo e respondendo às complexas e ambíguas dinâmicas entre poderes locais, capital privado e intervenção Estatal, permeados de violência, exploração econômica e vulnerabilidade. Ou seja, embora o garimpo, como um setor econômico não regulamentado, irregular e desprotegido, possa e deva ser lido em seu fator de risco, a prostituição ali exercida não deve ser entendida como reprodutora da violência em si, mas inserida nas dinâmicas relacionais que fundamentam a moral nos garimpos, os papéis e códigos de conduta.

e o ilegal perante o que é assim definido pelo Estado”.<sup>165</sup> A atribuição de um caráter ilegal e exploratório à garimpagem de ouro impôs também severos limites às possibilidades de segurança, negociação e agenciamento das relações afetivas e de trabalho sexual.

Na história de Célia Gomes, as evocações do passado laboral difícil são lembradas à luz da posição ativista atual. *Hoje a gente vê a diferença do passado de 25 anos atrás pra hoje! O tanto que a luta de 30 anos valeu a pena...*<sup>166</sup> Em sua perspectiva, a transformação dos cenários de trabalho se deve à atuação continuada do movimento de prostitutas na luta contra o estigma, pela cidadania, por condições laborais dignas e combate às formas exploratórias do trabalho.

*Quando eu fiz prostituição, ontem a gente tava falando, acho que foi hoje, que a gente não se infectou do vírus do HIV que não tinha ninguém pra falar com a gente sobre preservativo, né. Eu acho que hoje essas meninas são muito privilegiada da gente estar lá na ponta explicando: “Olha, gente, tem preservativo feminino, tem masculino, tem gel e não sei o que. E cuidado com HIV e cuidado com IST”.*<sup>167</sup>

Outra dimensão aparente na história de Célia é a maternidade. As veteranas entrevistadas abordaram a maternidade e os percalços de exercê-la devido a particularidade do trabalho sexual. Além do fato de que a busca por regiões que possibilitassem o trabalho próspero fazia com que estivessem em constante trânsito, havia a necessidade de exercer a profissão em cidades distantes das casas de familiares pelo receio de serem descobertas e “envergonharem” os seus. Os trânsitos contínuos impuseram, em algum momento ou temporariamente, a prática de deixarem os filhos com as próprias mães ou com cuidadoras que realizavam essa atividade para as prostitutas. Embora desafiadora, tal prática não é narrada necessariamente como um conflito com a maternidade, mas uma estratégia que se relaciona às desejadas e necessárias autonomia e mobilidade, características da prostituição.

Atualmente, após uma vida dedicada a combater o estigma e garantir melhores condições de trabalho no contexto da prostituição, todas as veteranas enfatizam a importância da família, dos filhos e netos. Têm a prostituição como um engajamento público e reconhecida por seus familiares próximos.

*Eu ficava indo e vindo e eu sempre tinha a esperança de buscar minhas filhas que tinham ficado no Maranhão. Até que deu certo pra mim buscar, mas minha mãe não deixou*

---

<sup>165</sup> Tedesco, op. cit., p.129.

<sup>166</sup> Gomes, op. cit., p.2.

<sup>167</sup> Narrativa de Célia Gomes. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

*porque não sabia o que eu fazia. Eu também não disse pra ela, porque tinha vergonha de falar. Eu vinha de uma família da igreja, daquilo tudo certinho, e na realidade a gente tinha essa vergonha, o que até hoje a gente não entende o porquê essa vergonha de falar. Você vê que ainda é muito difícil pras mulheres trabalhadoras falar sobre seu trabalho. Se não tem uma coordenação pesada pra falar em nome dela..., é por isso que a gente não avança. A gente não avança porque não querem falar sobre a profissão.*

*Quando eu saí do Maranhão, fui prum lugar chamado Marabá. Saiu eu mais uma mulher. Ela meio que vendia a gente pra dar mais dinheiro pras casas noturnas, os bordéis. Preparava um banho de loja pra gente, coisa e tal e a gente chegava toda preparada. Eu saí direto pra um hotel. Só que eu fui trabalhando, trabalhando e trabalhando. Como eu estava falando, eu fui buscar minhas duas filhas e não consegui, porque minha família não deixou porque não sabia direito o que eu fazia. Eu só disse que tinha um lugar e que ia continuar no trabalho, mas não disse o que era, então minha mãe segurou minhas filhas lá. Eu vou que vou pra prostituição. Daí conheço uma pessoa, que é dessa pessoa que eu sou viúva e tenho duas filhas, e saí da prostituição, porque depois toda mulher tinha um cara que gostava, que no final da noite era só com ele. Saí, mas mesmo assim eu botei um bar pra mim, vendia cerveja, as meninas iam pra lá, alugava quarto... Eu continuava fazendo o trabalho que fazia antes, só que diferenciado, né? Porque quando a gente alugou essa casa, a gente já começou a dar dignidade. Alimentava essas mulheres, dava um dia de folga. Eu acho, eu acho não, tenho certeza que a gente fez uma diferença muito grande entre as trabalhadoras sexual. A gente foi vendo que o que a gente viveu não era legal que as outras vivessem. Elas iam pra lá desabafar comigo, eu era porto seguro delas, porque já tinha feito prostituição e muitas sabia. E eu me dava muito bem com todo mundo. Sempre tive um poder de tá com todo mundo e ser bem recebida. Isso era em Cajazeiras, um lugar pequeno perto de Marabá.<sup>168</sup>*

Na cidade de Cajazeiras, no interior do Pará, Célia se casou novamente e decidiu parar de exercer o trabalho sexual, dedicando-se à vida familiar e ao cuidado com os filhos. Junto ao marido montou o Sergipana I, bar que logo se tornou um cabaré e os motivou a seguirem investindo na nova atividade. Consideravelmente maior que o primeiro, o Sergipana II indicou o sucesso do empreendimento. Entre os vários estabelecimentos que ela administrou, muitos se enlaçaram à prostituição, devido à proximidade com a área, mas também pela relação que Célia estabelecia com as trabalhadoras sexuais. Além de boa articuladora, carismática e administradora, Célia sabia se relacionar bem com as prostitutas e,

---

<sup>168</sup> Gomes, op. cit., p.3.

por conhecer o ofício, buscou orientá-las. Em suas diferentes empreitadas para prover condições melhores para si, para o marido e as filhas, ela não deixou de se engajar com a comunidade, o que a levou, diversas vezes, a prestar assistência direta às trabalhadoras sexuais. Ela relembra que ainda não era uma iniciativa que poderia se caracterizar como consciência política, mas como uma sensibilidade às necessidades das colegas.

*Eu nem sabia o que era movimento. A gente só sabia que tinha um coração e tinha a história da gente. Sabia que a história daquela outra companheira era igual e que a gente podia fazer a diferença contando como foi a nossa história. A gente orientava pra não ir pro rumo errado.*<sup>169</sup>

Em 1997, Célia se mudou para Teresina (PI) para que seu marido, gravemente adoecido, pudesse dispor de melhor tratamento médico. Morando com o marido e as duas filhas em um quarto de pensão e precisando garantir a sobrevivência, passou a cuidar da alimentação do restaurante da pensão. Foi nessa época que viu anunciar na televisão o início da ocupação Vila Irmã Dulce, midiaticamente chamada de “invasão”, que se formava em condições ainda muito precárias. Percebeu ali uma oportunidade para a casa própria e integrou a ocupação ainda nos primeiros momentos para apoiar a organização. Logo conseguiu levantar sua própria casa na Rua Plataforma.

*Daí eu vim pra Vila Irmã Dulce, eu morava num lugar mais elevado, porque eu pagava aluguel, mas surgiu uma invasão chamada Vila Irmã Dulce, que é a segunda maior favela da América Latina, que é onde o nosso presidente Lula já veio! Inclusive essa vila foi fundada pelo PT e a FAMCC [Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários]. Eu sou da favela, eu sou do gueto. Eu amo esse lugar, aqui me identifico. Sou uma das fundadora também. Quando eu vim pra Vila, comecei a ver que o movimento era de ocupação, e a gente foi se integrando.*<sup>170</sup>

Pouco a pouco, Célia foi se tornando uma referência na ocupação por sua disponibilidade e solidariedade às outras mulheres. Foi ali que sua atuação ganhou contornos ativistas e onde despertou sua conscientização política, o que culminou com a fundação da Aprospi, em 2007. Atualmente não realiza mais o trabalho sexual, seu marido faleceu e, por vezes, denomina-se publicamente como “ex prostituta”, embora nunca tenha de fato se desvinculado dos territórios de prostituição e da atuação junto às trabalhadoras sexuais. Sua história de vida, embora de muitas contrariedades, é narrada por ela sem rodeios. Veterana de muitas batalhas, sabe o valor de sua própria história.

---

<sup>169</sup> Ibid., p.3.

<sup>170</sup> Ibid., p.4.

*Eu me sinto um museu, vivi de tudo um pouco. Não quero jamais apagar o meu passado na prostituição. Não tenho vergonha, porque eu sobrevivi através dele. Eu almocei e jantei. Não tenho vergonha daquilo que me deu sustentabilidade ao longo do tempo.*<sup>171</sup>

## 1.6 Luza Maria Silva

Luza Maria é a mais jovem das veteranas entrevistadas. Mulher negra, cabelos lisos, compridos, olhos pequenos e astutos, tendo a considerar uma certa seriedade em suas feições em momentos de posicionamento político, o que não anula o carisma e a forma acolhedora com que interage com as colegas. Nasceu em 1972 na cidade de Santa Quitéria, no interior do Maranhão, e na década seguinte foi viver em João Pessoa, cidade que abraçou como sua. Atualmente tem 52 anos, é trabalhadora sexual, mãe, avó e bisavó. Vive em Santa Rita, na Grande Paraíba, é uma importante liderança do movimento, coordenadora da Associação de Prostitutas da Paraíba (APROS-PB)<sup>172</sup> e integrante da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS).

Conheci Luza no mesmo contexto em que fui apresentada à Célia, no “I Congresso Brasileiro de Prostitutas”, em 2019, e segui acompanhando-a por meio das *lives* e encontros virtuais em que participou. Paulatinamente fui conhecendo um pouco mais de sua trajetória ativista em João Pessoa, Paraíba. Luza também veio ao Rio de Janeiro em julho de 2022 para participar do “Festival Be Yourself”, integrando a oficina “Transa de Saberes”. Nos dias em que estive aqui, fomos a uma celebração na Vila Mimososa, tradicional zona de prostituição na cidade do Rio de Janeiro, quando então expus a ela a minha pesquisa em detalhes e meu interesse em tê-la como participante. Depois do seu retorno, mantivemos diálogo por meio das conversas no *WhatsApp*.

Não tive dificuldades em agendar a entrevista, mas optei por fazê-la após sua vinda ao Rio de Janeiro, já que o contato pessoal nos permitiu uma conversa mais elucidativa. Embora com agenda bastante atarefada, Luza se mostrou disponível para a entrevista. Realizamos uma só entrevista no dia 05 de agosto de 2022 com duração de pouco mais de uma hora. Talvez por Luza não estar acostumada a esse tipo de narrativa, precisei fazer algumas intervenções para manter o fluxo da narrativa, por vezes perguntando sobre detalhes de algo que havia sido abordado muito rapidamente, por vezes fazendo exclamações sobre o

---

<sup>171</sup> Gomes, op. cit., p.10.

<sup>172</sup> Para acompanhar os trabalhos da APROS-PB, ver: APROS-PB. Instagram: aprospb. Disponível em: <https://www.instagram.com/aprospb?igsh=MWU3MGIzcVrdDJpZg==> Acesso em: 15 mai.2024.

que ela evocava. Ela abordou genericamente sua história, trouxe mais detidamente os episódios acerca do ingresso no trabalho sexual, o que publicamente não é trazido por ela e que foi um ponto levantado por mim. Correlacionou a trajetória laboral do passado com o cenário de prostituição do presente em João Pessoa fundindo os tempos. Também se mostrou disponível para abordar algumas das questões acerca da criação da CUTS e da ANPROSEX, as redes nacionais que se derivaram da Rede Brasileira de Prostitutas, o que me oportunizou lançar perguntas específicas sobre o contexto de criação de ambas. Todavia, a narrativa foi tramada em linhas gerais e precisei retomar alguns pontos para melhor compreensão.

Quando terminei de transcrever a entrevista, enviei a ela o documento para autorização e alguma ponderação. Ela agradeceu e disse que esse tipo de retorno é muito raro entre os pesquisadores. Mesmo não tendo tanta proximidade anterior com Luza, parece ter se construído um laço de confiança entre nós, pude apreender com sua história, conhecer seu ativismo, a história da associação APROS-PB e o trajeto da CUTS.



**Imagem 16:** Luza Maria na oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, 2022. Fotografia Luiza Nasciutti. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

*Eu sou Luza. Eu tenho outro nome, mas eu gosto que me chame de Luza. Eu tenho 50 anos, nasci no interior do Maranhão, já tô aqui na Paraíba há quase 40 anos. Atualmente*

*eu moro na cidade Santa Rita, que é uma cidade metropolitana, faz parte da Grande João Pessoa. Tenho quatro filhos, cinco netos. Três filhas e um filho, três netos e duas netas. Todos já criados, maiores de idade. Eu cheguei aqui em João Pessoa como doméstica, na época eu tinha 12, 13 anos. Minha tia me trouxe pra trabalhar numa casa de babá e foi o que aconteceu.*<sup>173</sup>

Quando criança, Luza vivia com a mãe e os irmãos em Santa Quitéria, no Maranhão. A família plantava e colhia mandioca e feijão numa pequena porção de terra. Naquela época, havia moinhos comunitários para moer a mandioca em farinha e transformar a cana em açúcar refinado. Durante a infância, junto com seus irmãos, ajudava a mãe no trabalho na roça. Como de praxe entre as famílias mais pobres na região interiorana, estudou somente nos primeiros anos e só pôde se alfabetizar integralmente quando regressou aos estudos, aos trinta anos. A vida na área rural é relatada como de muita pobreza, e as dificuldades para criação dos filhos fizeram com que sua mãe a enviasse, ainda aos doze anos, para morar com a tia, em João Pessoa. Quando se mudou para a cidade, ingressou no trabalho doméstico em uma casa de família considerada classe média. A família havia prometido garantir os seus estudos em troca do trabalho doméstico e do cuidado das crianças, mas tal promessa nunca foi cumprida. No início trabalhava na mesma casa em que sua tia, mas depois passaram a trabalhar em casas diferentes.

Na entrevista concedida à historiadora Margareth Weeks, Luza lembra de sentir muito a falta da mãe e dos irmãos e também de se sentir humilhada na casa em que trabalhava. Não se recorda de um episódio em que foi especialmente maltratada, mas se lembra de que não lhe era permitido comer à mesa de jantar. Vivia num quarto minúsculo ao lado da cozinha e não recebia um salário, apenas uns trocados que rendiam por vezes uma ida ao cinema.<sup>174</sup>

*Vim também para estudar, só que eu não tive a oportunidade de estudar, só de trabalhar e fui ficando por aqui. Um tempo depois minha tia engravidou e não tinha quem tomasse conta da filha dela. Deixei o emprego na casa que eu tava trabalhando e fui tomar conta da filha dela. Ela alugou um quartinho numa vilazinha e a gente foi morar nessa vila. A minha vizinha era prostituta, a essa altura eu tinha 15 anos e já transava, saía, curtia, todo final de semana era um boy. Já transava, mas não cobrava. E aí minha vizinha dizia assim:*

<sup>173</sup> Maria, Luza [50 anos]. [05 ago.2022] Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. Entrevista remota. Duração: 1h04m. (Transcrição/Textualização – 10 páginas). Nascida no interior Maranhão, residente em Santa Rita, Paraíba, p.1.

<sup>174</sup> Weeks, Margaret. *From the House to the Street: Sex Workers and Domestic Laborers in Brazil's Democratic Transition*. Department of History. Harvard University, Cambridge, Massachusetts, 2023.

*“Poxa, mulher, todo final de semana é um namorado e tu não tem nada. E lá onde eu trabalho...” Ela começou a falar do trabalho e eu fiquei curiosa. A gente de baixa renda não tem muita coisa e eu precisava. A gente precisa de roupa, calçado... e eu fui. No primeiro dia que eu fiz um programa o cara me pagou super bem. Comprei roupa, sapato, não sei o que. Aí falei pra minha tia, que arrumou outra pessoa pra tomar conta da filha dela, e eu fui batalhar numa casa. Lá mesmo em João Pessoa, perto de onde eu morava. Depois eu e minha tia a gente separou, mas sempre em contato, até mesmo porque eu era menor e ela era responsável por mim, tem toda essa história.<sup>175</sup>*

Ao sair do trabalho doméstico, Luza passou a cuidar da filha de sua tia, a pessoa responsável por ela em João Pessoa, até que foi interpelada pela vizinha, que lhe apresentou o trabalho sexual como uma possibilidade de melhoria financeira. É comum nas histórias de vida de prostitutas a presença de uma colega que já realizava o trabalho sexual e que simbolicamente denotava uma melhor condição de vida. Essa, muitas das vezes, é a pessoa que fornece a *expertise* necessária para o trabalho. Lourdes e Fátima também tiveram colegas que foram fundamentais para indicar melhores pontos de trabalho, dar dicas laborais, ou mesma figurar como proteção e ajuda entre os trânsitos de mobilidade.

A particularidade do trabalho na prostituição, de modo geral, convoca as mulheres a se vestirem bem, a comprarem suas próprias roupas, sapatos, perfumes e outros atrativos para clientes, e mesmo a casa própria<sup>176</sup>, o que as faz designarem uma distinção simbólica e material entre mulheres pobres do seu meio. Quando Luza percebeu que a atividade exercida pela amiga poderia proporcionar o consumo de coisas que não lhe eram possíveis com o trabalho doméstico, decidiu fazer da prática sexual, já iniciada, uma ocupação que lhe garantisse ganhos financeiros e, por fim, a independência. Em suas palavras: *Eu acho que foi a melhor coisa que eu fiz, porque aí eu fui ser independente, porque na época eu dependia de uma minha tia, eu sou do Maranhão e morava em João Pessoa, eu dependia da minha tia e deixei de depender dela e fui ser independente.<sup>177</sup>*

Luza começou a trabalhar em uma casa noturna em João Pessoa. Conta que de certa forma gostava do ofício pela liberdade sexual e pelo poder de compra que o trabalho

---

<sup>175</sup> Maria, op. cit., p.1.

<sup>176</sup> Na sua autobiografia, Gabriela Leite rememora que entre suas colegas era frequente o desejo da casa própria, fator que motivava muitas prostitutas a investirem nas externas jornadas de trabalho e nos grandes números de programa por dia. A conquista material por meio do trabalho demarcava simbolicamente distinções sociais entre familiares, vizinhos e colegas.

<sup>177</sup> Narrativa de Luza Maria. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

proporcionava. Para quem era explorada nas atividades de faxineira, cozinheira e babá, a possibilidade de usar roupas bonitas e de ser valorizada, somada ao fato de não estar submetida a um patrão e organizar o próprio tempo de trabalho, configuravam-se como atrativos.

Em sua trajetória, o trabalho sexual não foi a única alternativa de renda. Assim como para outras mulheres que ingressam na prostituição, Luza buscou estrategicamente alternar o trabalho sexual com o trabalho doméstico, principalmente em períodos de gravidez. Das vezes em que engravidou, optou por privilegiar o trabalho doméstico, por ser um serviço mais estável financeiramente, pela dificuldade do exercício do trabalho sexual durante a gravidez e para privilegiar a criação dos filhos após o nascimento. Porém nunca deixou de vez o trabalho sexual e ainda hoje possui alguns clientes fixos de longa data.

*Depois que eu tive a minha primeira filha, eu parei de viajar e fiquei mais aqui em João Pessoa. Depois veio o segundo filho, o terceiro, o quarto, o quinto... A quinta eu perdi, tava com seis meses de gravidez. Ela nasceu, ainda passou uns dias viva, mas faleceu. Depois disso, eu passei um tempo trabalhando de doméstica, porque tinha feito a cirurgia e não podia fazer programa. Então fui fazer outras coisas, mas voltei pra a prostituição, porque a renda é maior. Com todas as dificuldades a gente consegue ganhar mais. Ainda mais que a despesa também vai aumentando, porque você com filho, pagar aluguel, pagar uma pessoa para tomar conta, comida, escola, tudo, e ainda trabalhar para ganhar salário-mínimo não dá. E aí nessa história toda eu já tenho 35 anos de trabalho sexual.*<sup>178</sup>

Trabalho doméstico e trabalho sexual podem se correlacionar com frequência. É comum que trabalhadoras sexuais nordestinas e nortistas tenham passado, em algum momento de sua trajetória, pelo trabalho doméstico. É frequente a narrativa de prostitutas que já haviam realizado o trabalho doméstico e optaram pelo trabalho sexual. Diana conta que, quando chegou ao Rio de Janeiro, exerceu o trabalho de faxineira/diarista. Célia também rememora o exercício de trabalhos de limpeza e cozinheira, especialmente na época em que chegou à Teresina. Cito ainda as particularidades da prostituição nas regiões garimpeiras, em que o trabalho sexual se mistura e se amplia com outros trabalhos de cuidado, como sinalizado por Lourdes:

*Ela [a prostituta] é banco, ela é enfermeira, pra dar o remédio da malária na hora certa, ela é médica, ela é psicóloga, ela é analista, ela é contadora, ela... enfim... faz todas as coisas... Também é doméstica, porque lava a roupa do garimpeiro, faz a comida do*

---

<sup>178</sup> Maria, op. cit., p.2.

*garimpeiro. Então ela tem várias funções dentro do garimpo. E termina, concluindo com a relação sexual. Ela faz tudo isso e depois vai ter uma relação sexual.*<sup>179</sup>

Para essa reflexão, mobilizo os debates trazidos pela historiadora Margareth Weeks (2023) sobre os trajetos dos movimentos de prostitutas e das trabalhadoras domésticas no Brasil, as aproximações e diferenciações no que concerne aos debates políticos e às linhas de forças na agenda da redemocratização brasileira. A pesquisadora compreende os trabalhos sexual e doméstico, exercidos historicamente por mulheres pobres e negras, e acrescento aqui nordestinas, ambos imbuídos por fortes marcas de desvalor e estigma. Weeks os analisa sob o arco das profissões de prestação de serviços de cuidado, em diálogo com uma literatura do trabalho de cuidado e/ou trabalho emocional. Essas noções buscam pensar a produção e a metabolização de sentimentos e de intimidade nas relações com clientes e contratantes, ao entender que o trabalho envolve custos emocionais particulares “para o qual o seu salário ou contrato (escrito, duradouro ou verbal e temporário) geralmente não são contabilizados”<sup>180</sup>.

Na análise da prostituição como uma forma de trabalho de cuidado, Weeks compreende que as relações de trabalho com clientes perpassam o sexo, a conversa, o envolvimento afetivo e o cuidado emocional. De maneira que a trabalhadora sexual precisa gerir, produzir e metabolizar afetos para além do "trabalho corporal interativo" do próprio sexo.

A discussão sobre o trabalho sexual como um trabalho emocional e/ou trabalho do “care” é complexa. Há pesquisas consistentes com trabalhadoras sexuais em que a dimensão do cuidado não se aplica às particularidades do ofício da prostituição. A pesquisa de Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette analisa a racionalidade econômica que mobiliza o trabalho sexual no Rio de Janeiro e que posiciona a profissão como um trabalho feminizado na organização social do mundo capitalista.<sup>181</sup> As relações no âmbito do trabalho são guiadas por uma lógica econômica que estabelece limites corporais e afetivos e definições contratuais que restringem o serviço, considerando-se o tempo e o valor do programa.

Por outro lado, a multiplicidade das formas de prostituição, em suas diferentes possibilidades de cobrar e se relacionar, faz com que também haja uma dimensão emocional, sobretudo entre as veteranas, que evocam diferentes formas de fazer programa, para a sua

---

<sup>179</sup> Barreto, Lourdes. [74 anos]. Transcrição da Fala de Lourdes na oficina “Profissionais do Sexo, Prazer e Trabalho”. Festival Mulheres do Mundo. Rio de Janeiro. Novembro, 2018. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

<sup>180</sup> Weeks, op. cit., p.20 [tradução minha].

<sup>181</sup> Silva, Ana Paula da; Blanchette, Thaddeus. *Por amor, por dinheiro?* Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão-de-obra feminina. Dossiê conservadorismo, direitos, moralidades, violência. Cadernos Pagu. N.50, dezembro, 2017.

geração, entre os anos 1960 e 2000, entre as quais relações que perpassam amizade, intimidade e afeto. Relações que vão desde uma lógica de racionalidade econômica à afetuosidade, como o chamego e o companheirismo. Ou seja, relações que indicam uma fronteira mais porosa nas trocas de sexo por dinheiro e outros bens, e outras práticas que extrapolam a lógica contratual da racionalidade e produtividade do trabalho. Muitas chegaram a se envolver com clientes, como Célia que se casou com um cliente da zona onde trabalhava, e Fátima, Lourdes e Luza que rememoraram relações duradouras com clientes antigos.

Nesse sentido, entendo que a prostituição pode ou não ser pensada à luz do trabalho de cuidado, a depender das relações em contextos específicos. Ao acompanhar o movimento brasileiro de prostitutas e as diferentes gerações de ativistas, compreendo que a porosidade entre prostituição e cuidado parece caracterizar muito mais frequentemente as experiências laborais das veteranas nas tradicionais zonas de prostituição de outrora, em que as relações eram pautadas por uma outra lógica relacional, quando as zonas e boates persistiam em suas dinâmicas próprias de interação. Essa diferenciação parece fazer sentido quando observada a dinâmica de trabalho de jovens profissionais nos centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, marcadas pela racionalidade analisada por Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette.

Na comparação entre o trabalho sexual e doméstico, Weeks aborda ainda a dimensão do prazer que permeia o trabalho sexual, presente nas narrativas de muitas prostitutas que entrevistou (dentre as quais Lourdes Barreto e Luza Maria), o que difere significativamente do que encontrou entre as trabalhadoras domésticas. O trabalho doméstico envolve dificuldade em recusar os pedidos do empregador para atividades fora do horário contratado, perpassa o acúmulo de funções, como cozinhar, limpar e cuidar de crianças, além da vulnerabilidade vivenciada diante dos avanços sexuais indesejados, o que incorre em violências diversas por parte dos membros masculinos da família empregadora, cimentando ainda mais a subordinação racializada e de gênero.

Já o prazer e a liberdade aparecem no trabalho sexual conferidos à flexibilidade da carga horária, às possibilidades de negociação contratual direta com o cliente (sem mediação de patrões) e de uma visão da profissão como uma arena de experimentação e liberdade sexual. Desse modo, a prostituição é narrada como uma alternativa melhor do que o trabalho doméstico, de maior remuneração e mobilidade social, além de menos sujeita à subordinação econômica, racial e generificada. É essa a posição de Luza que, embora tenha alternado o trabalho doméstico com a prostituição, ressalta que prefere a autonomia e flexibilização do trabalho sexual como uma atividade mais rentável e menos sujeita à exploração.

Luza aborda com ânimo uma certa liberdade vivida durante a juventude na profissão, que permitia que ela se lançasse em trânsito por diferentes regiões em busca de melhores pontos de trabalho, assim como conhecesse diferentes lugares, pessoas e estabelecesse constantemente trocas culturais. Luza, assim como Lourdes e Fátima, evoca essas lembranças vivenciadas na juventude a partir de um senso de aventura e coragem. Atualmente, olhando para o próprio percurso, ela reconhece que não teria coragem em se lançar pelas cidades e estradas e caracteriza a experiência no rastro dos antigos tempos da juventude.

Em sua história de vida, a liberdade se mescla ao perigo e à coragem, uma vez que não era fácil para uma mulher viajar sozinha por meio de caronas em estradas e navios, sobretudo, para exercer o trabalho sexual. Por outro lado, a circulação a permitiu chegar às cidades pequenas que margeiam as estradas e às áreas metropolitanas, em um circuito entre interior, capital e litoral. Luza sublinha a circulação entre as capitais João Pessoa e Natal a partir do acesso do Porto do Cabedelo, sinalizado como um importante e movimentado local de trabalho, e também o acesso rápido à cidade de Itabaiana, onde existe uma feira livre tradicional que movimenta a região há décadas, cantada pela compositora paraibana Cátia de França.<sup>182</sup>

*Eu fui conhecendo as meninas, as mulheres que viajavam e eu comecei a viajar, ganhar dinheiro. Ia pro cais do Cabedelo, pegava carona nos navios, ia para Natal, tinha muito essa história. Passei um tempo trabalhando com gringo. Não falava inglês, mas tinha um cara lá que falava, negociava e fazia a transação e a gente pagava um valor para ele. Cabedelo é onde tem o porto, né? Os navios saíam de lá e aí a gente pegava carona, ia escondido. Também ia pra pista pegar carona com caminhoneiro... Naquela época, hoje não faço mais isso, era muito louco. Mas naquele tempo, bem jovem, a gente era muito doida mesmo. Viajava pra outros outros estados, pros interiores aqui da cidade. Eu tive muitas histórias na zona, eu andei muito em alguns cabarés, praças e avenida, em tudo.*

*Você estava numa casa e o movimento num tava tão bom, aí já chegava uma colega: “Olha, tal canto tá bom, vamo pra lá.” Aqui tem uma cidadezinha, Itabaiana, inclusive vou até terça feira pra lá. De segunda feira à noite até a terça feira meio dia é um movimento por conta de uma feira que fica bem pertinho. Um movimento! As mulheres aqui de João Pessoa vão quase todas pra lá, porque um dia de feira é um dia de trabalho, ganha uma grana boa! Olha, quando a gente ia pra lá era na segunda feira de tarde e ficava. Às vezes nem dormia, ia até na terça, uma hora, meio dia e meia e vai-se embora, minha filha. De tarde não tinha*

---

<sup>182</sup> Letra da música disponível online <https://www.lettras.mus.br/catia-de-franca/842421/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

*mais ninguém. O cabaré fecha duas horas, quando não tem mais movimento, todo mundo já ganhou dinheiro e todo mundo vai embora.*<sup>183</sup>

Na cidade de João Pessoa, conta que trabalhou nas praças, ruas e cabarés. Relembra as Praças Pedro Américo e o Pavilhão do Chá, no centro da cidade, em que trabalhou boa parte da vida. Relembra que nos anos 1990 o Pavilhão do Chá foi alvo de constante ação policial e as prostitutas foram um dos segmentos mais perseguidos pela polícia, o que as levava a se alternarem entre os diferentes pontos da zona central. Chegou a exercer o trabalho na região até 2018. Nessa época, preferia trabalhar na parte da manhã, porque à noite a região era tomada pelo tráfico de drogas e as prostitutas não gostavam de se misturar com tal atividade. Embora tenha vivenciado às contradições sociais geradas pelos empreendimentos modernizantes urbanos, retém memórias saudosas e felizes da região do Pavilhão de Chá, sobretudo dos tempos mais antigos significados como *o tempo que eu fui mais feliz*.

*Eu batalhava na praça do Pavilhão do Chá, que ficou conhecida muito tempo como Praça Pedro Américo. Primeiro era a Praça Pedro Américo, só que eu não ficava na Pedro Américo, que todo mundo chamava Praça da Gala. Eu ficava num cabaré de frente pra essa praça, o Cabaré do Toinho. Eu sempre digo que foi o tempo que eu fui mais feliz. Eu fiquei muito tempo lá. Trabalhei de garçomete no cabaré dele, depois ele montou uma pousada e eu fiquei tomando conta do cabaré. Quando o cabaré fechou, eu fui trabalhar na pousada. Passei um tempão trabalhando na pousada de camareira e nas horas vagas fazia o programa. Inclusive as meninas que ficavam no Pavilhão do Chá usava os quartos da pousada de Toinho, porque ficava bem próximo. E era uma das pousadas bem popular, mais barata, era a que a gente mais usava. Naquele tempo, Toinho foi um dono de cabaré muito bom assim de ajudar, de defender... O cliente no quarto que não quisesse pagar a mulher, ele fazia pagar. Não deixava a mulher no prejuízo. Alguns momentos em que o cara não tinha dinheiro de jeito nenhum, ele pagava do dinheiro dele. Ele era muito de ajudar as mulheres. No tempo que eu morava no cabaré dele, eu engravidei. Tive duas filha no período que eu tava lá. Uma foi de um cliente, meu filho é filho de um cliente. Cliente antigo, né? Porque naquele tempo a gente até usava camisinha, mas não era tanto como agora. As informações, o acesso aos preservativos não era tanto como agora. Eu fiz programa até um dia antes de ir para a maternidade, batalhei até na hora de ir pra maternidade. E no período que eu tava de resguardo, Toinho me ajudava. Não só eu, as outras mulheres também. Ele deixava algum dinheiro, deixava feira, porque ele sabia que a gente tava sem trabalhar e precisava de*

---

<sup>183</sup> Maria, op. cit., p.2.

*comer. Faleceu antes da pandemia. No velório foram um bocado de putas. Era um bom dono de cabaré.*<sup>184</sup>

Por muitos anos Luza trabalhou na região central de João Pessoa, o que marcou fortemente sua trajetória, mas, assim como as demais veteranas, ela tem uma longa história marcada pela “prostituição de trecho”, caracterizada por circulações e pela vasta experiência acumulada. Trabalhou em ruas, praças, bares, cabarés e encontrou nos diferentes trânsitos sazonais uma oportunidade de vida. Analisando as elaborações do vivido e as formas como as veteranas se relacionam e se referenciam no movimento, é possível compreender que a experiência da “prostituição de trecho” designa um acúmulo de conhecimentos advindos das diferentes modalidades da prostituição em distintos regimes territoriais, e um incremento de capacidades de negociação do programa, controle do corpo e agenciamento na relação com os clientes. Nesse sentido, mesmo que Luza seja a mais nova das veteranas, sua vasta experiência de trabalho e de ativismo, e seu conhecimento acumulado, são credenciais que a posicionam como figura respeitada e acionada pelas colegas. Ela faz questão de relembrar os 35 anos de atuação no ofício e dimensiona a diferença entre o período da juventude, marcado por coragem, perigo e liberdade em uma rotina laboral intensa, e os dias atuais, quando não tem a mesma disposição de antes.

*Agora, já tenho 35 anos de trabalho e o número de clientes já não é mais. Porque as meninas novinha tão chegando e os homens preferem pagar pra mulheres novas. Depois a gente já tá bem mais velha. Embora a gente tem alguns clientes que envelheceram com a gente, que ficam, procuram. É aqueles clientes de não sei quantos anos que tá com a gente. Eu já não tenho tanto, sempre tive pouco cliente. Sempre fui um pouco enjoada, então tive poucos clientes, mas eu tenho ainda alguns, tem cliente há mais de 20 anos que vem.*<sup>185</sup>

O ativismo de Luza se iniciou nos anos 1990 quando começou a participar das atividades desenvolvidas pela organização Amazona, Associação de Prevenção à Aids, em João Pessoa. A associação não contava com a participação ativa de trabalhadoras sexuais na equipe do projeto de prevenção, o que fez com que buscasse um diálogo continuado com a categoria.<sup>186</sup> Em uma insistência dos responsáveis pela Amazona, Luza passou

---

<sup>184</sup> Ibid., p.3.

<sup>185</sup> Ibid., p.9.

<sup>186</sup> No Arquivo Davida, há um vídeo “A difícil vida fácil” (sem data), produzido pela APROS-PB, que mostra a articulação entre a associação e a Amazona para um trabalho contra o preconceito contra a prostituta e a importância do trabalho de prevenção. O vídeo foi realizado no âmbito de um projeto de Aids pelo Ministério da Saúde. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

gradativamente a compor o projeto até se tornar uma educadora com o modelo de educação com pares, em voga na época nos projetos de Aids.



**Imagem 17:** Luza Maria no I Congresso de Prostitutas, Belo Horizonte, 2019. Fotografia feita por mim. Arquivo Davida, Coletivo Puta Davida.

Com o tempo, Luza passou a frequentar os espaços de ativismo e, em 2001, participou da fundação da APROS-PB. Desde então, Luza vem conciliando o ativismo com o trabalho sexual. Quando decidiu voltar a estudar, precisou organizar-se ainda mais para cumprir a jornada tripla: trabalho, ativismo e estudo. *De manhã eu ia pra praça, à tarde pra APROS, e de noite, faculdade. Aí me formei e mesmo assim eu continuo batalhando só pela manhã.*<sup>187</sup> Em 2014, ingressou na faculdade de Ciências Contábeis junto com seu filho. Fazia algum tempo, era estimulada por um antigo cliente a voltar a estudar até que, com a parceria do filho, decidiu retornar. Lembra que, em 2018, ela e o filho colaram grau juntos. Com orgulho, contou sobre a ocupação de cada um dos filhos, constatando que estão todos encaminhados na vida, o que lhe traz grande satisfação.

Luza vem exercendo um papel importante no ativismo. Coordena as ações da APROS-PB para o trabalho de formação política com a categoria ativa nas ruas, mulheres

---

<sup>187</sup> Maria, op. cit., p.4.

egressas de diferentes regiões do estado. Busca fomentar a conscientização da profissão, combater o estigma, melhorar a autoestima das mulheres, promover diálogos sobre as estratégias de trabalho, além das ações de prevenção em Aids e outras ISTs.



**Imagem 18:** Luza Maria, Célia Gomes e Maria de Jesus na oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, 2022. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

## Capítulo 2

### Adiando o fim do mundo:<sup>188</sup> experiências e saberes no enfrentamento à pandemia de Covid-19

*Recriar a partir da colonialidade  
e fugir do caminho que nos empurra para a morte.*

*Jota Mombaça e Michelle Mattiuzi<sup>189</sup>*

*Carta para Gabriela*

22/04/2020

*22 de abril, aniversário da minha amiga Gabriela Leite, pelas minhas conta, hoje vc faz 70. Ainda lembro de quando vc fez 50. Gabi, passe o tempo que passar, vou sempre te lembrar como a mulher mais revolucionária que já conheci.*

*Quanta falta vc nos faz, Gabi, vc não tem noção como o país tá bagunçado, o governo é uma bosta, não dá pra ter um diálogo, se antes era difícil, agora cem mil vezes pior, estamos em pandemia, um vírus matando todo mundo e não temos vacina o suficiente, imagine pra gente, pra nossa categoria. Sei que se vc tivesse aqui estaria correndo atrás, pra nos incluir nos grupos específicos para vacinação, não podemos sequer sair às ruas, logo a gente que amamos as ruas, as esquinas, as praças. Eu sei que se vc tivesse aqui hoje ia quebrar essa regra, ia bebemorar, prostrar, cantar umas cantigas de seresta, fumar uns cigarrinhos, comer uns petiscos... O dia era sempre curto pra gente, terminava às cinco do dia seguinte, ao meio-dia, como vc me dizia, iniciava novamente a cervejinha, quanto mais bebia e fumava, mais ideias surgia pro movimento, pra Rede Brasileira de Prostitutas.*

*Etha lasqueira, saudade da gota, saudade de te ouvir, seus ensinamentos, seu alô me chamando de QUERIDA, etha lasqueira, saudade da gota, eu ainda continuo aqui na APROSBA, só saio daqui morta, espero que demore muito tempo, a Bahia que vc tanto amava tá sentindo sua falta. Eu sempre falo em vc nas minhas entrevistas, como nos conhecemos, no saguão do aeroporto do Ceará, etha lasqueira saudade da gota, aquele dia o melhor da minha vida, muita gente te conheceu, mais não tanto quanto eu e a Lourdes Barreto, que privilégio. Mas cá entre nós, tu tinha um carinho diferenciado por mim, rrs, eu sei e muita gente percebia, eu continuo com o mesmo sentimento por ti, acho que até mais, pq a saudade da gota nunca passa e cada dia lembro mais, #GabrielaLeite vive firme, etha lasqueira, saudade da gota!*

*Fátima Medeiros<sup>190</sup>*

---

<sup>188</sup> A expressão que dá título a esse capítulo se inspira na obra “Ideias para adiar o fim do mundo” de Ailton Krenak. A obra propõe uma crítica à exploração e violência da sociedade moderna colonial capitalista cometida contra a própria humanidade, os seres e o planeta, dimensões que não estão apartadas umas das outras. Expressa a importância de reconhecer as formas de vida produzidas pelos povos indígenas, seus saberes e experiências comunitárias. Krenak faz um chamamento para reflexão sobre a irresponsabilidade da vida humana e convida a uma sensibilização para as implicações coletivas, respeitando as diversidades de seres e os recursos terrestres. Ao tomar como inspiração a expressão “adiar o fim do mundo”, atento livremente para as ações das prostitutas ativistas em uma dimensão comunitária implicada com os territórios. Suas experiências e saberes vêm oferecendo possibilidades de respostas diante dos efeitos individualistas e devastadores da vida nas cidades. Ver: Krenak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

<sup>189</sup> Mombaça, Jota; Mattiuzzi, Michele. Carta à leitora preta do fim dos tempos. In: Silva, Denise Ferreira da. *A dívida impagável*. São Paulo, 2019.

<sup>190</sup> Fátima Medeiros. Carta para Gabriela. In: Donini, op. cit., p.503.

A carta escrita por Fátima Medeiros à Gabriela Leite, no período crítico da pandemia, é movida pela saudade de Gabi, sua presença vivaz e força revolucionária. É uma evocação dos anos de convívio nos encontros e nas zonas de prostituição, dos promissores tempos de ativismo. É também enquadrado do presente e denúncia da crise social, sanitária e política deflagrada no governo de extrema direita, sob a presidência de Jair Bolsonaro. Fátima percorre e sobrepõe os tempos, revisita eventos e comemorações marcantes de sua trajetória, perpassa o aniversário da Gabriela e alcança o dia em que a conheceu no aeroporto de Fortaleza, durante o “II Encontro Estadual de Prostitutas do Ceará”, promovido pela Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE), em 1998,<sup>191</sup> seu primeiro encontro de prostitutas. Por fim, retorna ao presente com uma fabulação evocativa da presença e da atuação de Gabriela durante a pandemia de Covid-19. Se sua querida Gabi estivesse viva hoje, aos 70 anos, durante a pandemia...

A fabulação proposta leva a pensar que Gabriela teria se engajado para prover melhores condições de vida e trabalho à categoria; teria encontrado formas de driblar o isolamento social para beber uma cervejinha, fumar um cigarrinho, vivenciar as ruas com as colegas; teria acompanhado as dificuldades daquelas que não puderam cumprir o isolamento e permaneceram trabalhando durante a pandemia. Fátima, ao retomar as memórias de luta e prazer, visibiliza seus anseios e sonhos. Suas lembranças se somam às projeções e futurizam um passado de luta.

Neste capítulo, mobilizo os principais impactos da pandemia para o movimento de prostitutas, especialmente, a forma como as veteranas enfrentaram a pandemia em seus cotidianos, driblando os medos, inseguranças diante dos cenários de vulnerabilidade nos territórios. Com uma resposta imediata, evocaram as memórias de luta do movimento de prostitutas e os saberes das antigas batalhas, adaptando-os à realidade do tempo presente. Para Fátima Medeiros e as demais veteranas do movimento, as inseguranças de se habitar o presente levaram-nas a percorrer os interstícios da memória e a buscar os repertórios coletivos para os tempos difíceis, insistindo em inscrever novas páginas de futuro e escapar do desespero presentista que sublinhava o fim do mundo.

A evocação do passado apareceu constantemente nas narrativas das veteranas durante a pandemia, especialmente, em dias celebrativos, como o aniversário da Gabriela, o tradicional Puta Dei, os 35 anos do movimento, os aniversários das associações. A

---

<sup>191</sup> A APROCE foi criada em Fortaleza (CE), em 1990. Sua primeira liderança se chamava Elizabeth Santos, sendo sucedida por Rosarina Sampaio, já falecida. Sobre a APROCE, ver: Bonomi, Carolina. *Mulher da vida é preciso falar: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2019, p.84.

rememoração conjura um elo entre o passado e o presente, ao iluminar as conquistas e as dificuldades, e orienta a busca por saídas no cenário desolador.

Em todo o mundo, parecíamos compartilhar um mesmo marco global e seus efeitos devastadores. Em reflexão quase que imediata, o historiador François Hartog, à toque de caixa, escreveu sobre a exasperação produzida pelo novo vírus circulante e a instauração da nova experiência de tempo, o tempo da pandemia, em que o tempo da doença coexistia e/ou se sobrepunha a outras dimensões temporais.<sup>192</sup> A pandemia alterou as formas de se experienciar o tempo, suspendeu e introduziu hábitos no cotidiano, reorientou subjetividades e compreensões de mundo, configurando-se como um novo marco histórico. A noção de presentismo, regular da vida cotidiana nas sociedades neoliberais, reforçada pela crise climática e o avanço contumaz das tecnologias, pareceu expressar, em termos radicais, uma aceleração do tempo. O cenário desolador do aumento cotidiano de mortes, dos adoecimentos, da ameaçadora circulação do vírus e do necessário confinamento produziu e acirrou desesperos, descrenças e fragilidades, de modo que habitar o presente cada vez mais fugidio se tornou o motor da vida humana diante da possibilidade do desaparecimento, de si, dos familiares e dos amigos.

Entretanto, não significa que tenha havido uma só maneira de se experienciar o tempo da pandemia. Cotidianamente, pessoas e grupos vivenciaram-no de diferentes formas, tendo em vista as diferenças culturais e realidades nos territórios, os marcadores sociais, bem como as possibilidades concretas de adesão ao isolamento social e outros regimes de quarentena. Para pessoas e comunidades historicamente estigmatizadas, como transgêneros, negras, pobres, mulheres, indígenas e comunidades tradicionais, o tempo da pandemia expressou, em termos radicais, o aumento das desigualdades existentes.<sup>193</sup>

A Covid-19 assolou as múltiplas dimensões de nossas vidas, minha e das colaboradoras da pesquisa, levando-nos a encontrar novas formas de se habitar o presente. Em março de 2020, período em que a Organização Mundial de Saúde decretou o início da

---

<sup>192</sup> Hartog, François. A Covid-19 e as perturbações no presentismo. *ArtCultura*, Uberlândia, v.22, n.41, 2020, p.53.

<sup>193</sup> Ver as pesquisas sobre grupos historicamente marginalizados durante a pandemia de Covid-19: Matta, Gustavo et al (Orgs.). *Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. Flauzina, Ana; Pires, Thula. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. *Gênero, Raça e Direito: Articulações empíricas e epistemológicas. Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v.20, n.2, 2020; Verdade, K. K.; Fischer, A. [Orgs] *Impacto de COVID-19 em organizações da sociedade civil lideradas por mulheres e pessoas trans no Brasil: ativismo e pandemia/ ELAS+ Doar para Transformar*. Rio de Janeiro: Elas+ Doar para Transformar, 2021. ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras em 2020*. Brasil, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 14 fev. de 2024.

pandemia, eu acabava de defender a dissertação de mestrado sobre a história de vida de Lourdes Barreto e me desafiava a pensar sobre os modos de condução da tese de doutorado. Lideranças do movimento de prostitutas também buscavam compreender as implicações da pandemia, o que suscitou, da parte delas, inúmeros debates públicos por meio de *lives* e *webinários*, os quais acompanhei e utilizei nessa tese em cotejamento com as entrevistas de história oral.

Em 2021, passei a integrar a pesquisa “Eu Quero é Mais”<sup>194</sup> sobre os impactos da pandemia nas vidas de trabalhadoras sexuais, igualmente fundamental para o desenvolvimento desta tese. A pesquisa abrangeu prostitutas de 11 cidades diferentes do Brasil, durante os meses de julho a outubro de 2021. Colaborei com a etapa qualitativa, que envolveu quatro ativistas dessa tese, Lourdes Barreto, Vânia Rezende, Fátima Medeiros e Diana Soares. O foco de análise do estudo foram os impactos e as respostas cotidianas face à pandemia: os adoecimentos, as perdas, os sentimentos gerados, as expectativas, as alianças e os debates políticos.<sup>195</sup>

A participação naquele estudo me proporcionou novos elementos de análise para as abordagens das histórias de vida nesta tese, na qual busquei entrelaçar as questões advindas da pandemia com as formas de lembrar e significar os cursos de vida, trabalho e ativismo. Os desafios do tempo pandêmico entrecortaram as narrativas e imprimiram novos sentidos às trajetórias.

Diante do marco pandêmico, das implicações de um tempo de catástrofes sociais e econômicas, de adoecimento, mortes e impunidades, o projeto de história oral de vida com as veteranas traduz a força e a valorização de suas narrativas e experiências enquanto sobreviventes de batalhas. Num desejo de narrar, tornam vívidas suas marcas no tempo, elaboram os dias difíceis, relembram acontecimentos e dão sentido aos seus percursos. Ao mesmo tempo, o projeto contorna questões desafiadoras acerca da historicidade das vidas envolvidas. Como disparar um trabalho de memória quando as dimensões de presente e futuro

---

<sup>194</sup> A pesquisa “Eu Quero é Mais” integra o programa EPIC, coordenado pela Coalition Plus, que viabilizou o estudo de base comunitária, desenvolvido em 33 países com o objetivo de conhecer os efeitos do marco pandêmico, seus impactos e respostas entre trabalhadoras sexuais (cisgêneros, transexuais e travestis), ativistas, lideranças comunitárias, dirigentes de ONGs e trabalhadoras sexuais vivendo com HIV. A Coalition Plus é uma rede de associações que defende e promove a abordagem de prevenção do HIV/Aids e hepatites virais pelas comunidades dos grupos populacionais mais afetados por essas infecções. Coalition Plus. <https://www.coalitionplus.org>. Acesso em: 02 abr. 2024. Para saber maiores informações sobre a EPIC, ver: Riegel, Lucas et al. La Recherche communautaire en temps de pandémie: retour sur l'étude multi-pays EPIC. *Santé publique*, v.3, n.6, nov-dec, 2021.

<sup>195</sup> Calabria, Amanda et al. O impacto da Covid-19 nas vidas das trabalhadoras sexuais no Brasil. A pesquisa Eu Quero é Mais. *Relatório de pesquisa*, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.nudhes.com/queromais>. Acesso em: 02 abr. 2024.

estão abaladas e incertas? Como recompor uma trajetória de vida diante do medo constante de morte e adoecimento? Em uma aposta, busquei visibilizar os sentidos das trajetórias de vida, as ações cotidianas, as elaborações das memórias difíceis e as tecnologias de resistência face da vulnerabilidade acirrada pela gestão da pandemia no Brasil.

## 2.1 Impactos da Covid-19 e as vidas das veteranas

*De uma forma extrovertida  
Eu vim aqui pra falar  
De um assunto muito sério  
Que vai te arrepiar  
Minha amiga prostituta  
Não descuide um só segundo  
Pra covid não te pegar*

*Com esse vírus não tem idade  
Raça cor ou profissão  
Por isso, na hora de fazer sexo  
Só faça com proteção  
Por mais que o parceiro seja  
Ator de novela, modelo e bonitão  
Sem máscara, diga não!*

*Quem ama se cuida e se previne  
Não paga pra vacilar  
Transar curtir e beijar  
É bom, eu não vou negar  
Porém só com camisinha,  
Máscara e álcool  
Se não tiver, amiguinha,  
Desculpe. Não vai rolar  
[...]*

*Cordel – Milene Ferreira<sup>196</sup>*

O cordel escrito pela prostituta veterana Milene Ferreira expressa os desafios vivenciados pelas organizações de prostitutas com a deflagração da pandemia de Covid-19. Além do trabalho que desempenham há décadas para promoção da cidadania, autoestima, direitos e saúde, uma outra ação surgia, ainda mais necessária, atropelando a agenda de ativismo do movimento. Ao trabalho de prevenção em Aids, acoplou-se uma nova orientação, ainda imprecisa no primeiro momento, sobre os métodos preventivos para a Covid-19 e sua adaptação para as realidades de trabalho. O novo vírus lançou uma série de desafios para o trabalho das associações de prostitutas. Medidas como quarentena e isolamento social, usos

---

<sup>196</sup> Milene é a atual coordenadora do Centro Informativo de Prevenção, Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande – CIPMAC, PB, e integrante da Rede Brasileira de Prostitutas. O trecho integra o Cordel publicado no Puta Livro, ver: Ferreira, Milene. Cordel. In: Donini, Angela et al. *Putá Livro* [livro eletrônico], Rio de Janeiro, 2022, p.355.

de máscara e álcool em gel foram as primeiras recomendações que tomaram conta dos repertórios instaurados com a nova forma de vida.

Durante a fase mais crítica do isolamento social, entre 2020 e 2021, as redes virtuais, como os grupos de *WhatsApp*, *Meetings* e *Lives*, foram bastante utilizados por lideranças do movimento e relevantes em um momento de fragilidade das ações presenciais. Nos locais de prostituição, a situação era grave, uma vez que a maioria das prostitutas não pode adotar, por muito tempo, as medidas de isolamento diante da necessidade de trabalho. Desse modo, prostitutas de todo Brasil acabaram se expondo ao risco em algum momento. Entre as veteranas, podemos dizer que elas conseguiram aderir, ao menos nos primeiros meses, as medidas de isolamento, enquanto, por meio das redes sociais, compartilhavam informações sobre prevenção, experiências de trabalho e traçavam estratégias de ações comunitárias.

Alguns encontros virtuais foram potencialmente importantes para os compartilhamentos e debates. Destaco: as iniciativas da Articulação Nacional das Profissionais do Sexo - ANPROSEX em promover uma série de debates entre as integrantes da Articulação e colegas da Rede Brasileira de Prostitutas e a Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais, a respeito da Covid-19, racialidade e transgeneridade na prostituição, violação de direitos, entre outros temas; o “Projeto Mulheres Empoderadas”<sup>197</sup> que, por meio da ECOS, fomentou um espaço de conversas entre trabalhadoras sexuais sobre prevenção em HIV/Aids, saúde mental, direitos, racismo, violência e respostas à pandemia; além das iniciativas de integrantes do Davida, que promoveram atividades virtuais como o “Caféputadei”,<sup>198</sup> o “Conhecimentos de Pu(n)ta: cuidado e prazer na pandemia”<sup>199</sup> e inúmeras conversas ocorridas em salas fechadas do *Google Meet* e nas *lives* por meio de contas no *Instagram*.

Prostitutas participaram como palestrantes da *lives*, interagiram nos *chats*, enviaram perguntas e comentaram suas impressões sobre os temas debatidos. A *Internet* nunca teve tanta importância para o movimento, possibilitando um compartilhamento simultâneo de informações em diferentes territórios brasileiros e com capilaridade para uma ampla audiência. Ao mesmo tempo, expunha os contrastes: disponibilidade desigual de acesso

---

<sup>197</sup> Projeto Mulheres Empoderadas. Vivendo e protegendo em tempos de pandemia. 2021. Vídeo (1m) Publicado pelo canal ECOS. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCuXv6xnK-RRPP-OYID1859Q/videos> Acesso em: 09 fev. 2024.

<sup>198</sup> Café PutaDei. 2021. Vídeo (247m) Publicado pelo canal Puta Dei. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=icFYA3VKM78> Acesso em: 09 fev. 2024.

<sup>199</sup> 29º Webinar FSP-USP. Conhecimentos de Pu(n)ta: cuidado e prazer na pandemia. 2021. Vídeo (177m) Publicado pelo canal Faculdade de Saúde Pública da USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wH0Z7A9AlfQ&t=4005s> Acesso em: 06 fev. 2024.

virtual, instabilidades da conexão e diferentes capacidades dos aparelhos em suportar dados, aplicativos e plataformas.

Ainda que o quadro fosse sensível, no início, as avaliações das veteranas mantinham um tom de otimismo e confiança na força do ativismo, fortalecendo-se internamente, o que não significa que ignoravam a gravidade do contexto sanitário ou se iludiam quanto a possibilidade de assistência do Estado. Entretanto, com o avançar dos meses e com a sequência trágica dos números crescentes de adoecimentos e mortes no país, as falas tomaram ares mais pesados.

Nos primeiros meses de 2021, Maria de Jesus, trabalhadora sexual negra, 62 anos, ativista veterana do coletivo Mulheres Empoderadas, São Luís, MA, fez uma avaliação da pandemia e da capacidade de resposta do movimento de prostitutas:

A gente precisa entender o tamanho do desastre que isso colocou nas nossas vidas. E a gente pensa que tem estudos e mais estudos. Vamos prestar muita atenção no Covid-19 que atingiu uma população altíssima, e o governo se preocupou só com a alta, não se preocupou com as pessoas que estavam aqui. [...] Todas nós que somos ativistas dentro da prostituição, do brega, do pistão, a gente precisa dizer pro mundo a capacidade que a gente tem de fomentar saúde. A gente foi essa pessoa na Aids e a gente tá sendo essa pessoa na Covid-19. Enquanto o governo não entender que essas mulheres que estão na prostituição são importantes, porque a gente deixa esse recado, a gente deixa esse alerta. Nós estamos aqui. Nós precisamos continuar esse trabalho de prevenção do Covid-19 [...] A gente tem uma capacidade muito grande de trabalhar saúde, que é uma dimensão que nem a gente mesmo sabe disso. A gente faz o social, faz o acolhimento, faz o cuidado e a gente trabalha. Essa junção de sabedoria precisa ir pro mundo. Atravessar fronteiras e ir pro mundo mesmo.<sup>200</sup>

A fala de Jesus, como é chamada pelas companheiras, expressa os desafios do movimento diante dos processos de vulnerabilidade desencadeados pela Covid-19 e da ausência de proteção e assistência do governo à categoria. Por outro lado, reforça a importância da atuação do movimento nos territórios, colocando em perspectiva os conhecimentos adquiridos com o histórico de atuação do movimento na prevenção de Aids, iniciado no final dos anos 1980 com os primeiros projetos do governo federal e continuados ainda hoje, trinta e cinco anos depois. Jesus denuncia o silêncio e a exclusão do governo sobre as prostitutas.

Nacionalmente, a política de saúde para contenção e prevenção da Covid-19 demonstrou o seu fracasso em uma deliberada recusa ao cumprimento das recomendações das autoridades médicas e científicas, dentre as quais as diretrizes da Organização Mundial de

---

<sup>200</sup> Trabalhadoras sexuais e mulheres vivendo com HIV/Aids falam sobre desigualdades de gênero. 2021. Vídeo (108m) Publicado pelo canal ECOS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1pLVzow1XKk>. Acesso em: 09 fev. 2024.

Saúde. As pesquisadoras Deisy Ventura e Rosana Reis<sup>201</sup> definiram as ações do governo Bolsonaro como uma “estratégia de disseminação da Covid-19”, uma política de negligência deliberada em que o governo federal é responsável pela ampliação da circulação do vírus e a alta letalidade da doença no país.

Essa política acirrou os contextos de vulnerabilidade para a Covid-19 a partir das desigualdades estruturais já existentes. No cotidiano, demonstrou as diferenças acerca das dificuldades de adesão ao isolamento social e a seletividade social do acesso aos serviços de saúde. Pesquisas têm mostrado como pessoas pretas e pardas tiveram maior adoecimento pela Covid-19, mas foram as pessoas brancas que mais tiveram condições de ocupar os leitos disponíveis e/ou puderam ser hospitalizadas no período mais crítico.<sup>202</sup> Assim como mulheres e homens negros em postos de trabalho precário foram os que estiveram mais vulneráveis e sem possibilidades de isolamento social.<sup>203</sup> Vale considerar o caso emblemático de Cleonice Gonçalves, de 63 anos, trabalhadora doméstica que foi infectada durante o trabalho pela empregadora, que acabara de voltar de viagem internacional, configurando o primeiro caso de mortandade por Covid-19 no Rio de Janeiro. Nessa linha, tomando a “política de disseminação” e seus efeitos, não se deve tão só qualificá-la como uma má gestão, mas adjuntar o componente necropolítico no qual se fundamenta a gestão pandêmica brasileira, que, deliberadamente, condenou populações à morte sob o princípio de quem deve viver e quem se deve fazer morrer.<sup>204</sup>

No *hall* dos trabalhos precários, as prostitutas estiveram sob risco constante de infecção por Covid-19 e a grande maioria não pode cumprir as medidas de isolamento recomendadas, necessitando trabalhar para manter a subsistência para si e seus familiares. Uma frase impactante compartilhada entre as participantes da pesquisa “Eu Quero é Mais” foi

<sup>201</sup> As autoras consideram a existência de uma política ativa de disseminação da Covid-19 e atribuem responsabilidade ao governo federal em razão de uma série de fatores, como: demora de um plano de contenção da circulação do vírus; atraso na realização de um programa eficaz de vacinação; políticas frágeis de vigilância sanitária e de assistência aos adoecidos; negação da gravidade da doença; banalização das mortes; defesa da tese de imunidade de rebanho por contágio; incitação pública à exposição ao vírus; descumprimento das medidas sanitárias de prevenção; obstrução das medidas de contenção ao vírus em instâncias estaduais e municipais e divulgação de notícias falsas e informações sem comprovação científica médica. Ver: Ventura, Deisy; Reis, Rosana. *A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19*. São Paulo: CEPEDISA/USP, 2021, p13.

<sup>202</sup> Nichele, Cíntia et al. A biopolítica da Covid-19 no Brasil: os dispositivos do necropoder no contexto neoliberal e as violações aos direitos humanos. *Research, Society and Development*, v.11, n.6, 2022, p.10.

<sup>203</sup> Santos, Hebert et al. Necropolitics and the impact of COVID-19 on the Black Community in Brazil: a literature review and a document analysis. *Ciências e Saúde Coletiva*, 25 (Supl.2), 2020, p.4216.

<sup>204</sup> Para Achille Mbembe, a necropolítica é um quadro teórico para a análise das expressões de soberania e poder de um estado pautadas por uma política de gestão da morte manifesta em terror, violência e estados de exceção tomados como permanentes. A noção de necropolítica amplia e atualiza o conceito de biopolítica de Michel Foucault sobre a lente do racismo e das desigualdades no sistema capitalista mundial. Ver: Mbembe, Achille. *Necropolítica. Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV/EBA/UFRRJ, n.32, dez, 2016, p.132.

“ou eu morro de fome, ou morro de Covid”, o que expõe a falsa dicotomia da possibilidade de escolha, jogando por terra a noção compartilhada de que a doença teria um componente democrático ao afetar a todos por igual.

Para se manterem, as prostitutas precisaram efetivamente assumir o risco de infecção no marco do programa. A vulnerabilidade do contexto se somou às dificuldades impostas pelo histórico de estigmatização e o princípio de não regulamentação do trabalho sexual no Brasil, conformando a máxima do “deixar morrer” nos espaços de prostituição dos centros urbanos brasileiros, sem qualquer possibilidade de atuação de uma política de direitos humanos por parte do Estado.

Entre os principais impactos no cotidiano das trabalhadoras sexuais são destaque: franca queda do número de programas; desemprego; instabilidade financeira; insegurança alimentar; perda de moradia; retornos às pressas para as cidades de origem; violência no marco da prostituição; dificuldade de acesso aos tratamentos e aos serviços de prevenção para o HIV, Aids e ISTs no Sistema Único de Saúde (SUS) e adoecimentos físico e mental, como ansiedade e depressão, o que pareceu não se dar como resoluto diante do fim da disseminação do vírus. Os adoecimentos estiveram vinculados ao pânico sanitário, às incertezas sobre a circulação e contaminação do vírus, medo e luto, e, para as “mais velhas” e demais que conseguiram cumprir, em algum momento, o isolamento social, o período foi bastante difícil também por produzir afastamento das redes proximais de sociabilidade.

Na prostituição, o trabalho se ocupa majoritária e extensivamente das ruas e designa uma rede complexa de relações, nas quais se produzem afetos, sociabilidades, prazeres, cuidados, para além da garantia primeira de sustento.<sup>205</sup> As ruas funcionam como locais de produção de corpos, afirmação e garantia da vida, bem como de produção de coletividade e redes de apoio, de maneira que os primeiros meses de pandemia em isolamento social se tornaram desafiadores para as mais jovens, na ativa, e para as veteranas e aposentadas.

Para o movimento brasileiro de prostitutas, o afeto opera como uma força importante da atuação política nas diferentes zonas e espaços laborais brasileiros, um dispositivo que mobiliza intimidade, pertencimento e união, ainda que provisória e situacional. As experiências descrevem ter sido por meio da empatia no corpo a corpo que se construíram associações, redes e um movimento nacional. Nesse sentido, o distanciamento afetou fundamentalmente as vidas, o trabalho sexual e as ações das associações.

---

<sup>205</sup> Essa noção se apresenta nas histórias de vida das veteranas, foi abordada na biografia de Gabriela Leite e na pesquisa com prostitutas veteranas de Porto Alegre (RS). Leite, op. cit., p.70. Olivar, José Miguel. *Devir puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: UERJ/CLAM, 2013.

Nas narrativas abaixo serão apresentados os impactos do marco pandêmico brasileiro nas vidas das veteranas que participaram da pesquisa, nos seus cotidianos e no ativismo.

Para a matriarca Lourdes Barreto, que esteve engajada nas ações em Belém (PA), e participou ativamente das atividades virtuais, a pandemia foi definitivamente desastrosa. Na entrevista para a tese, ela refletiu sobre a Covid-19, endossando as dificuldades vividas no cotidiano e as possibilidades políticas no atual campo de forças:

*A pandemia realmente vai deixar alguma coisa de ruim. Pra mim, quem mais tá sofrendo é a população mais vulnerável, as mulheres, as pessoas mais humildes, pessoas que não têm acesso às políticas públicas. Essa crise sanitária tá mexendo muito com a saúde mental de todo mundo. Eu tô há vários dias me controlando, ficando mais em casa, tô mal com isso pra caramba. Recentemente teve 6 pessoas da minha família doente, meu filho mais velho, a minha filha mais nova, as crianças, e foi muito difícil porque eu tive que cuidar dessas pessoas.*

*Nós tamos vivendo uma crise sanitária que não tem sentido nenhum, porque tamo com um governo que não tem compromisso com as questões sociais, políticas e humana, e isso tem prejudicado. Daqui a pouco são 400 mil pessoas que morreram no Brasil. Perder tantas pessoas interessantes tem sido uma coisa de doer o coração. Recentemente perdemos uma grande amiga, assistente social, que ajudou a fundar o Gempac. Perdemos outras companheiras trabalhadoras sexuais, parentes dessas pessoas. E além disso tu tá vendo uma situação que as pessoas tão... a falta do abraço, de pegar na mão, isso tem agravado profundamente. E mais as mulheres, nós somos mais vulneráveis, porque tem que cuidar das pessoas, tem que correr atrás da estrutura pra viver. Essa pandemia aumentou mais a violência de gênero, teve mais feminicídio. Trouxe muitas mazelas que vai ficar pro resto da vida. É uma doença que depois que a pessoa morre tu não tem nem como se despedir no velório. Isso é muito grave, é muito perverso e cruel.<sup>206</sup>*

*Nós tamos vivendo uma situação desesperadora da gente não conseguir dormir pensando se amanhã não é eu. Será que não é eu amanhã? Não é alguém que a gente conhece aqui? A gente tá vivendo uma crise muito séria, sem saber quando vai acabar, porque tem as novas variantes. Daqui a pouco não tem mais nem onde enterrar, não tem mais funerária nem nada. Tem um presidente que não acredita na ciência, não confia nas pessoas, não dá autonomia pras pessoas, pros prefeitos e governadores fazer suas ações.*

---

<sup>206</sup> Barreto, op. cit., p.7, 8.

*Eu sei que um dia vai passar, mas a gente não sabe o prejuízo que vai deixar pra uma sociedade. Mas como eu sou uma pessoa que sonho, acredito que vai passar, vai ter dias melhores e nós vamos aguentar mais um pouco. Como eu sou uma nordestina, uma paraibana de coração, mas de espírito e alma amazona, sou do norte do país, dessa cidade fêmea, Belém do Pará, então ninguém vai tirar isso de nós. Até não tô querendo ficar falando mais muito, porque cansa, mas dizer que isso vai passar. Tudo passa e a vida continua, pras pessoas que continuaram vivendo, né. Agora, eu vivo todo dia assustada. Eu tô com traumas, transtorno mental, porque qualquer coisa eu me aborreço, choro, porque tamo vivendo preso, sem poder sair, se sai é preocupada. Não tem uma política pública, é coletivo lotado... Lógico que o governo tem toda uma responsabilidade sobre o que tá acontecendo, mas algumas pessoas também parecem que não acordaram e saem pra aglomerar, ir pra festa. Eu nunca mais fui pra lugar nenhum, nunca mais nem tomei uma cervejinha. Só quando passar trinta dias, porque eu tomei a segunda dose, mas tenho diabetes, pressão alta.<sup>207</sup>*

A narrativa de Lourdes expressa muitas camadas dos efeitos da pandemia. A veterana mora sozinha em uma casa simples de dois quartos, embora quase nunca esteja realmente só. Com constância, ela se dedica aos cuidados de sua bisneta pequena e, constantemente, é visitada pelos filhos e netos. Nos primeiros meses, Lourdes se manteve, com dificuldade, em isolamento, assistindo diariamente as notícias na televisão e se informando sobre o ativismo por meio dos grupos de *Whatsapp*, recebendo e compartilhando notícias sobre o trabalho sexual e a Covid-19. O recolhimento impulsionado pelo isolamento social a impediu, no primeiro momento, de realizar as atividades presenciais do GEMPAC, assim como as que promovem o seu lazer, como o encontro com os familiares e amigos.

Com a ameaça da Covid-19, Lourdes foi se sentindo cada vez mais insegura, o seu temperamento vivaz costumeiro assumiu ares pesarosos e angustiados. Por ter realizado entrevistas anteriores com ela (entre 2018 e 2019), pude constatar essa mudança tanto no enfoque dos debates públicos quanto na elaboração sobre a própria vida. A expectativa de futuro, traduzida nas palavras sonhar e acreditar, embora apresente algum otimismo, foi nublada pelo limite do esforço e do suportar, envolta pelos males do tempo presente.

As sensações de desespero e incerteza quanto ao futuro estiveram contundentemente em todas as narrativas das veteranas. O isolamento social, os adoecimentos, as mortes de pessoas próximas e as incertezas acerca da pandemia e da crise política geraram sentimentos de medo, sobretudo para as idosas e com comorbidades: *Nós tamos vivendo uma situação*

---

<sup>207</sup> Ibid., p. 9,10.

*desesperadora da gente não conseguir dormir pensando se amanhã não é eu. Será que não é eu amanhã?*

Outra questão sensível salientada por Lourdes ao longo da entrevista foi a dificuldade de vivenciar o luto, a impossibilidade de se despedir daqueles que faleceram. Para as mais velhas, que vêm enfrentando as transformações do mundo e a aceleração contumaz do tempo, a pandemia revirou o conhecido, tornando instáveis as expectativas de futuro e as formas de se habitar o presente.

As sensações de vulnerabilidade e desespero foram generalizadas. Vânia Rezende, veterana também idosa e aposentada, vivenciou o isolamento social de forma estrita, perdeu pessoas próximas e sentiu-se profundamente ameaçada com a disseminação da Covid-19. Ao abordar os sentidos da pandemia, ao final da entrevista, o tom de sua voz mudou, sufocado pelos eventos recentes.

*A pandemia afetou a minha vida em vários sentidos. Ela me afetou no sentido financeiro, me afetou no sentido sentimental e no sentido psicológico. No financeiro porque tudo fica mais difícil. As coisas que a gente precisa ficam bem mais caras. No sentido sentimental, a gente fica com medo de abraçar, de se aproximar das pessoas. Isso é muito difícil pra nós, principalmente eu que sou um pouco solitária. Muitas vezes o neto vem beijar: “Ah, tu vem da rua? Não me beija e tal”. Melhorou agora depois da vacina, que eu já tomei as duas vacinas. Politicamente também afetou, porque fica aquela história: como eu sou coordenadora, faz parte da minha atuação e as prostitutas ficam vindo no privado, questionando as necessidades delas e a gente vai ter que tá correndo pras parcerias com o Estado, município, outras ONGs.*

*Eu moro só, eu e Deus. O meu filho vive aqui porque ele me ama demais. Aí toda hora, todo santo dia ele tá aqui, mas ele tem a casa dele, tem a esposa e o filho, tem a vida dele. Ele dorme lá e quando é de manhã ele vem. Quando ele tem uma folguinha vem aqui. Naquele período que eu tava sem a vacina foi muito complicado, mas eles são sempre muito cuidadosos, sabe, meu filho e meu neto. Meu neto quando entrava ia em cima da estante, já tem um frasquinho com álcool em gel, ia logo lavar as mãos e tirava os sapatos. Era aquele aperreio. Muitas vezes eu evitava, e eles evitava de tá me beijando. Meu filho e minha nora passaram uns dois ou três meses sem me dar um cheirinho. Eu ficava doida pra dar um cheirinho, mas não dava. Por isso que eu digo que emocionalmente ela mexe e mexeu muito com a gente.*

*Ontem mesmo fui fazer essa ressonância. Passei o dia todinho no hospital, o dia todinho de máscara. Eles dois não se vacinaram, porque meu neto tem 14 anos, meu filho tá com 38, e minha nora vacinou porque ela é professora, então ela ficou como prioridade, já vai tomar a segunda. Mas meu filho não vai tomar tão cedo. A Janssen não chegou aqui em Olinda. Parece que chegou em Recife, mas em Olinda ainda não chegou. Essa questão da vacina tá muito complicada, tá faltando.*

*Aqui na minha área tem uma unidade de saúde, uma policlínica. E eu tinha uma agente de saúde que vinha na minha casa. Ela me receitava, fazia a enfermeira, todo o aparato comigo. Inclusive eu sou amiga da mãe dela. Era uma menina jovem de 30 e poucos anos, ela veio a falecer. Trabalhava nesse posto e se infectou. Na minha família, uma sobrinha jovem foi infectada duas vezes pela Covid, e ela tem dois bebês, que também foram infectados duas vezes, então ela não veio aqui mais. Porque é uma doença que ninguém conhece. A irmã da patroa da dona da escola tomou as duas vacinas, teve a Covid e ficou boa. Depois teve de novo e veio a falecer. É muito complicado. O que a gente tem que fazer é tá protegido sempre, fazendo a higiene e não desprezar a máscara. É um lava-lava de mão, porque não vou dizer a você que não tinha aquele cuidado de limpar cesta quando viesse da feira, de limpar mercadoria, porque é muito complicado, mas agora a gente é forçado a fazer essas coisas porque o vírus tá aí, entende? Não acabou não. Aqui em Pernambuco tá horrível. Tão saindo da segunda ou terceira fase. Tá melhorando, bar já tá aberto, mas é uma coisa que ela prejudicou. Não sei, eu nunca tinha participado de pandemia, então é a primeira vez que eu vi como é difícil. Não só aqui, é no mundo inteiro. As colegas que vivem autônoma, você sabe que prostituta é autônoma, não tem um salário, tem meninas que tão em situação de rua, porque não tão ganhando dinheiro e não podem pagar aluguel. Vão fazer dois anos que a gente tá nessa. O povo tá tudo desesperado.<sup>208</sup>*

A narrativa de Vânia Rezende sobre os impactos da pandemia se inicia com o relato sobre seu cotidiano, a rotina doméstica e familiar, e encontra uma reflexão mais ampla da crise. Ativista antenada, abordou as particularidades da pandemia em Olinda, PE, como a distribuição e a faixa etária de aplicação das vacinas, o acompanhamento das fases de risco, a condição social e econômica da classe trabalhadora, especialmente das trabalhadoras sexuais. Vânia sentiu fortemente a responsabilidade política com a categoria e buscou se empenhar com o repasse de auxílios às trabalhadoras sexuais assistidas pela Associação Pernambucana

---

<sup>208</sup> Rezende, op. cit., p.8, 9.

das Profissionais do Sexo (APPS), garantindo cestas básicas e outros recursos por meio da articulação com parcerias locais.

Nas dimensões pessoais, abordou os desafios acerca da introdução dos novos hábitos de higiene, necessários para a sobrevivência no período, como lavar as mãos com constância, as compras e os alimentos; tirar o sapato ao entrar em casa; usar máscara; passar álcool em gel, práticas que precisam ser realizadas e internalizadas por todos a sua volta (como o filho, a nora e o neto), embora o trabalho de limpeza fique a seu encargo enquanto um trabalho generificado. Para ela, a vida parecia estar sujeita a ameaça constante de contaminação, nas ruas e dentro de casa, presentificada no risco trazido pelos familiares e no adoecimento e perda de pessoas próximas.

A internalização das novas práticas de cuidado gerou desconforto, medo e provocou distanciamento e impossibilidade de receber os afetos dos familiares. As medidas de isolamento produziram estados de solidão nas veteranas, que encontravam na unidade familiar a dimensão afetiva central. Seus relatos expressam os conflitos entre o desejo do afeto e da proximidade familiar, necessários para o bem-estar e para uma boa saúde mental, ao tempo que ressaltam a sensação de medo e suscetibilidade ao adoecimento, o que gerou uma necessária gestão das práticas de cuidado, entre o risco e a autopreservação.

Em outro trecho, Lourdes Barreto também expressou as fragilidades emocionais provocadas pelo distanciamento social: *essa crise sanitária é muito mais complicada, porque tu não pode beijar, tu não pode abraçar, tu não pode se aproximar, então é o momento mais difícil.*<sup>209</sup> Durante a realização da entrevista, o neto de Lourdes chegou à sua casa e a escutei interpelá-lo para que colocasse a máscara. Em seguida, ela me explicou sua preocupação:

*É porque ele vem da rua trabalhando nesse negócio do canal, daí vem sem máscara. Tá com a mesma roupa que tava trabalhando. Eu tenho que me prevenir, tenho que me cuidar. Chegou aqui sempre coloca a máscara, porque isso não passou. Tamo vivendo o pior momento da história é agora. O ano passado morreu muita gente, mas agora tá muito pior a situação.*<sup>210</sup>

As narrativas das “mais velhas” expressam a ambiguidade entre o desejo de proximidade e o medo da contaminação. A mesma pessoa que oferece afeto pode transmitir o vírus, sendo o isolamento, então, uma necessidade. Por sua vez, a vida de reserva e distanciamento gera sensações como solidão. É preciso considerar que tanto Lourdes quanto Vânia possuem doenças crônicas e, na idade avançada, a saúde tem sido objeto de atenção

<sup>209</sup> Barreto, op. cit., p.10.

<sup>210</sup> Ibid., p.13.

redobrada. Para elas que moram sozinhas, mas estão acostumadas a receber em casa os filhos, netos e bisnetos, a dimensão afetiva e o cuidado intrafamiliar foram contrapostos ao risco e ao perigo iminente, principalmente durante os primeiros meses da pandemia.

Lourdes contou os dribles empreendidos para cuidar do filho mais velho, que foi visitá-la e adoeceu em sua casa, demandando um esforço enorme de reorganização dos cômodos, de forma a preservar a si mesma e garantir a ele os cuidados necessários. Contou também sobre as dificuldades de cuidar de sua bisneta, que ficou sem as aulas escolares e se mantinha agitada com o isolamento social.

*Como é que você pode ter isolamento social se tu mora num compartimento? Eu moro numa casa um pouco maior, com seis compartimento, assim mesmo fiquei com filho meu doente aqui. Ficamos trancado dentro do quarto usando máscara e tudo. Eu tô até campeã de usar a máscara. Meu filho chegou passando mal, veio deixar umas coisas pra mim e começou a sentir mal, tremer, com febre. Arrumei uma rede, mandei ele deitar, aí ele disse: “Mãe”, e começou a tossir. Só que ele ficou naquele quarto isolado, passou 8 ou 10 dias aqui. Quer dizer, é uma coisa que ninguém sabe onde pega, a qualquer momento. Apesar de eu higienizar a casa toda hora, usando álcool gel, isso tudo.<sup>211</sup>*

O trabalho de cuidado generificado<sup>212</sup> se ampliou com a incorporação das novas práticas pandêmicas e com o risco alarmante do adoecimento, tornando-se mais um complicador na vida das “mais velhas”, gerando sobrecarga e fragilidade. Pesquisas com enfoque em gênero no Brasil confirmaram o aumento do trabalho do cuidado entre as mulheres durante a pandemia.<sup>213</sup> Assim como Lourdes, que cuidou do seu filho e da bisneta, Fátima Medeiros também se dedicou à família nesse período, especialmente aos cuidados com a mãe, o que a fez se deslocar de Salvador (BA) à Natal (RN), o que provocou o seu adoecimento por Covid-19.

*Mamãe mãe pegou três vezes Covid, minha mãe fez 86 anos anteontem, eu tive que viajar às pressas. Mamãe com marca passo já fez não sei quantas cirurgias do coração, valha-me Deus! Comprei um xaropinho e foi indo indo... Primeiro foi assim, minha irmã*

<sup>211</sup> Ibid., p.9.

<sup>212</sup> O trabalho de cuidado foi histórica e majoritariamente desempenhado por mulheres. Com a mercantilização da vida e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, tornou-se uma possibilidade laboral, ainda que precária, de baixa remuneração e pouca valorização. Todavia, há muitos debates acerca do reconhecimento de atividades, sobretudo domésticas, como um trabalho. Ver: Hirata, Helena. O trabalho de cuidado. *Ensaaios*. SUR 24, v.13, n.24, 2016, p.61.

<sup>213</sup> Gênero e número; Sempre viva organização feminista. *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Sempre viva Organização Feminista, 2020, p.32. Disponível em: [http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf). Acesso em: 14 fev. 2023.

*mora com ela em Natal e tava se ajeitando pra fazer uma cirurgia, aí eu disse pra minha irmã: “Você não pode pegar Covid, deixa que eu vou, eu aguento.” Mas peguei também. Peguei Covid três vezes.<sup>214</sup>*

Em sequência, narrou com detalhes sua experiência de adoecimento durante a pandemia e os desafios diante da responsabilidade política com a categoria na APROSBA.

*Eu vou tomar a terceira dose na semana que vem. A primeira vez eu tive Covid de tanto fazer visitas nas áreas. Não tive como não ir, né. Tive uma depressão grande, eu chorava o tempo todo. Minha vida ficou muito ruim. Eu via minhas colegas daquela forma, e eu com as mãos amarradas. Eu chorava tanto, fiquei tão desesperada, eu tinha muito ódio no coração. Foi muito difícil, e eu segurando a onda pra minha mãe não saber lá. O que melhorou um pouquinho era quando eu ia pra Ilha, porque essa minha casa da Ilha é no mato. Ela tem uma praia perto e eu vou andando. Ela tem a maré que eu posso tomar banho, é rodeada de passarinho, eu boto alpiste pros passarinho, eu boto frutinha pra eles comerem, eu boto água com açúcar... mas quando eu me lembrava que minhas colegas não tinha isso, eu dizia: “Eu não posso ficar aqui, porque eu tô sendo muito egoísta.” E voltava. Foi duro. Tá sendo duro ainda. Eu comecei a participar de terapias na internet. Eu tinha duas terapias por semana. Uma em grupo e outra era sozinha.<sup>215</sup>*

*Eu achei que ia morrer. Eu tive Covid a primeira vez e fiquei muito ruim. Eu me isolei. Quando a Covid chegou cheia de dúvidas, eu achei que a pandemia ia passar em um mês, achei que ia ser aquela coisa assim, chegou e vai acabar, tipo a gripe, aquele surto. Eu fiquei tão mal que eu não sabia o que fazer. À noite era o pior momento, eu só ficava pensando na noite, mas não tinha onde fazer um exame, e aonde eu ia não conseguia sequer ser atendida, porque era gente demais. Eu não sei, eu tive sorte. Lá tem uns pés de eucalipto e comecei a tomar chá de eucalipto com mastruz, coisa da minha cabeça, se serviu eu não sei, mas eu fiz. A gente não tinha nem teste no Brasil na época. Eu só acredito que eu tive porque muita gente que eu conheço era a mesma coisa, uns morreu, outros ficaram vivo. Aí quando veio a segunda vez eu fiquei muito mal de novo. Passei no Postinho no Pelourinho, fiz teste de Covid e deu positivo. Eu tava muito mal, mas não tão mal quanto da primeira vez. Aí me passaram aquela rama de remédio amarguento. Eu só tomei dois dias porque eu não aguntei, e comecei a tomar os meus chazinhos à parte. Era tanta coisa que me deram. Me deram Cloroquina, me deram Ivermectina, me deram um bicho desse tamanho que eu não sei o nome, parecia um biscoito. Eu sei que o bicho amargava tanto e o coração fazia assim:*

---

<sup>214</sup> Medeiros, op. cit., p.10.

<sup>215</sup> Ibid., p.11.

*tum-tum tum-tum tum-tum. Só tomei dois dias. Não vou tomar, senão eu vou morrer, esse trem vai acabar com meu coração. Eu nunca tive açúcar no sangue, foi lá pras alturas, eu nunca tive pressão alta, minha pressão foi lá pras alturas. Só que eu tive menos, porque eu já tava vacinada. E ainda vou tomar a terceira dose, o que tiver eu vou tomando.*<sup>216</sup>

A narrativa de Fátima é expressiva por condensar uma série de adoecimentos em virtude da Covid-19. Assim como Lourdes e Vânia, Fátima dá destaque para a gravidade do adoecimento em saúde mental durante a pandemia, descrito em sensações como desespero, tristeza, raiva, mas também a outros adoecimentos adquiridos nesse contexto, como diabetes e pressão alta. Conta que “pegou Covid” três vezes, mesmo cumprindo o calendário vacinal, por conta da suscetibilidade do trabalho nas ruas com a categoria. Para se sentir um pouco melhor, isolou-se em sua casa na Ilha de Itaparica, onde pode levar, provisoriamente, um cotidiano com certo bem-estar. Mas o adoecimento fez com que temesse uma piora da Covid e não conseguisse dispor de condições de hospitalização adequadas na Ilha. Conta também como administrou o adoecimento com medicamentos naturais, em substituição aos receitados no Posto do Pelourinho (Cloroquina e Ivermectina), para os quais não havia comprovação científica de eficácia no combate à Covid-19.

Mesmo com os desafios de saúde, Fátima não se centrou nos processos individuais e se lançou na assistência das colegas da ativa em Salvador, que não dispunham das mesmas condições que ela. Além de cuidar de si, cuidou de sua mãe e das colegas, mesmo se colocando em risco. É interessante dimensionar a posição do cuidado nas vidas das veteranas, que são filhas, mães, avós e bisavós, mas também se sentem implicadas com as dificuldades vividas pela categoria assistida pelas associações. O trabalho do cuidado de si, estendido os familiares e às colegas por meio de ações de assistência e suporte, constitui uma tarefa generificada, não individualizada ou restrita à dimensão doméstica, e complementado pelas ações de prevenção em saúde. A responsabilidade política e a relação afetiva com as trabalhadoras sexuais locais impediram que Fátima gozasse do bem-estar proporcionado na casa da Ilha de Itaparica e se pusesse ao risco de adoecimento para prover condições melhores às colegas na capital.

A liderança Célia Gomes, assim como Lourdes e Vânia, enfrentou o desafio de morar só na fase mais aguda da pandemia em Teresina (PI), encarando os temores e desconhecimentos da Covid e a ameaça de contaminação.

---

<sup>216</sup> Ibid., p.11.

*Na realidade tem males que vêm pro bem. A pandemia foi muito ruim, porque a gente perdeu muitas pessoas legais, mas a pandemia aqui no Piauí, na minha casa, pessoal pelejou pra ficar longe de mim, mas ninguém consegue porque eu não deixo, né. Eu sou uma pessoa viúva, moro só. Morava com o neto, mas ele casou. E os netos vêm pra cá. A diretoria fica aqui, porque todo mundo sabe que se eu ficar sozinha, fico doida. Não posso ficar sozinha, acostumei no meio de muita gente. E assim, já era pra eu ter me isolado, mas eu não tenho jeito.*

*Olha, eu não peguei Covid, apesar de que eu fiz não sei quantos mil testes, né. Todo dia eu amanhecia doente psicologicamente. Eu ficava doente, tossia, não sei o que. Até que a minha colega falou: “Célia, tu ta sabendo que tu tá doente é só da tua cabeça.” Aí eu larguei de mão.<sup>217</sup>*

Célia mora sozinha, mas está constantemente cercada por familiares, amigos e colegas de profissão, dedicando-se ao trabalho de cuidado, o que se estendeu também para o campo do ativismo. Similar ao vivido por Fátima, Célia não se conformou com a suposta segurança trazida pelo isolamento social e se empenhou em garantir algum suporte para as trabalhadoras sexuais locais e de outros estados, por meio das ações da Associação das Profissionais do Sexo do Piauí (APROSPI).

*A gente foi começando a escrever pra Deus e o mundo, porque o governo não pensou nessas mulheres, na nossa vulnerabilidade, mas nós pensou assim: “Não vamos deixar essas mulheres morrer de fome. E nem morrer de Covid. Elas têm que fazer prostituição, porque elas usam o corpo. Então a associação tem que fazer alguma coisa.” Primeiro, já veio logo uma ajuda de 10.000 reais. Aí eu já fiquei doida. “Vamos comprar tudo de comida e de material de limpeza.” As minhas filhas dizia: “Mãe, não pode ir, não pode.” Aí a fundação que ajudava a gente, que dava um carro, não deu mais na pandemia. Eu digo: “Mas eu vou dar um jeito.” Aí eu comecei a alugar carro, pedi aqueles EPIs pro pessoal que trabalhava na limpeza. A gente se vestia dentro daqueles EPIs e ia pra zona entregar. Eu era de risco, era fumante, hipertensa e não sei mais o que. “Não pode ir.” “Meu Deus, eu tenho que ir”. Até porque precisava conversar com elas. Eu precisava pedir, implorar pra não tirar a máscara. Já trabalha sem beijo, agora mais do que nunca é sem beijo.<sup>218</sup>*

Embora vivenciando momentos difíceis, as veteranas se empenharam extensivamente no ativismo, promovendo uma série de ações voltadas à garantia das condições básicas de

<sup>217</sup> Gomes, op. cit., p.8.

<sup>218</sup> Ibid., p.9.

vida e de trabalho para as prostitutas, mesmo que isso significasse um risco de contaminação. Assistências essenciais como arrecadação e distribuição de cestas básicas, kits de higiene e limpeza, promoção do acolhimento, compartilhamento de medidas de prevenção sexual e Covid-19. A sensação de responsabilidade pela vida de outras colegas foi compartilhada por todas as veteranas.

Luza Maria também narrou sobre os desafios vivenciados no período:

*Eu peguei Covid agora, em 2021, depois da segunda dose, ainda bem! Eu tinha muito medo. Foi muito, muito assustador. Mas eu não peguei naquela época. Eu acho que o medo maior era naquela época, porque não tinha vacina, não tinha remédio. Os médicos não sabiam nem como cuidar das pessoas, e as pessoas estavam morrendo. Depois da pandemia tudo mudou. O trabalho nas praças, nas ruas... A gente não encontra mais reunião de mulheres, o movimento é mais fraco, algumas casas fecharam, o movimento caiu. Foi difícil pra todo mundo.<sup>219</sup>*

*Pra mim eu posso até dizer que não foi tanto, porque como eu tô na APROS, e a gente tava com o projeto, tinha ajuda de custo, que é um salário. Mesmo assim foi ruim, porque nesse período eu não fiz programa. Eu fiquei com muito medo da história de não poder se aproximar das pessoas, do isolamento. Mas fui correndo atrás de cesta básica pras colegas, material de higiene, essas coisas. Agora, se a APROS não tivesse com projeto como hoje, eu não sei o que tinha sido, porque eu vi as colegas tudinho assim batalhando. Tinha que ir pra rua, por causa do aluguel, do filho, tinha que ir. Algumas delas pegaram Covid. Até onde eu sei nenhuma faleceu. Quem podia foi pra casa, a gente sabe que tem algumas colegas que têm condição de ficar em casa realmente em isolamento, outras não têm condição nenhuma. Mas foi muito triste em alguns momentos da gente saber que as colegas tavam precisando e a gente não tinha o suficiente pra dar. Eu não fiquei com essa mesma dificuldade. Pra mim foi ruim porque diminuiu minha renda, porque nesse período eu não fiz programa. Inclusive alguns clientes fixos que eu tinha, clientes bons, sumiram. Não sei dizer se eles pegaram Covid, morreram, não sei. Sei que sumiram. Até hoje não entraram mais em contato. Eu já tinha essa rotina, cliente certo final de semana. Eu tinha dois, três clientes que eu atendia, grana certa, mas eles sumiram.<sup>220</sup>*

Das veteranas entrevistadas, Luza é a única que realiza o trabalho sexual atualmente. A liderança de João Pessoa (PB) relatou o agravamento de suas condições financeiras diante do desaparecimento dos clientes, mas, mesmo em um período de dificuldades, não deixou de

<sup>219</sup> Maria, op. cit., p.3.

<sup>220</sup> Maria, op. cit., p.5.

prestar assistência às colegas na ativa e narrou as estratégias para prover auxílios básicos e suportes para as companheiras, por meio da Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS PB).

*Lá na APROS a gente tava com um projeto de prevenção do Fundo Elas, acho que foi até maio, abril. Um projeto do estado e um do município, foi o que segurou a onda, sabe. Segurou a equipe, curso de capacitação de direitos humanos, encontro... O encontro nem rolou, por conta da pandemia, mesmo assim a gente conseguiu executar as ações, porque a gente tinha que ir pra rua, falar com as colegas, levar o material. Com o nosso público não dava nem pra fazer virtual, porque nem todo mundo tem acesso à internet, porque a gente trabalha com as mulheres mais pobres, de baixa renda mesmo. Então a gente foi para a rua.*<sup>221</sup>

Enfrentar as ruas, sob o risco de contaminação da Covid-19, em solidariedade com as colegas, foi a tônica das narrativas das veteranas. A comoção com a situação precária vivida pelas trabalhadoras sexuais e o compromisso assumido com a categoria impulsionaram-nas a saírem do isolamento social, temporária ou radicalmente, e a enfrentarem o risco de adoecimento. Essa mesma postura foi assumida por Diana Soares, outra veterana entrevistada.

Realizei a entrevista com Diana já passado o momento mais crítico da pandemia, em Natal (RN), quando se instaurava alguma abertura para maior convívio social. Durante a entrevista, ela passou boa parte do tempo deitada confortavelmente sob uma rede amarela, embalando lentamente a si própria, enquanto seu neto, recém-nascido, dormia ao lado.

*Mulher, a pandemia pra mim teve alguns fatores muito positivo. Um dos fatores positivos foi o fato de ter me levantado da depressão, que quando ela chegou mesmo foi pra mim ter consciência do que tava tendo no país e no mundo. Foi quando eu perdi meu irmão, uma pessoa que era uma referência muito grande, que me ajudava muito, inclusive tava me ajudando nessa época que fui tomar conta dele dentro da sua casa. Fez um ano agora. Mas começou as menina me procurando e a coisa pegando. Cada uma aperreada, passando fome e adoecendo. Foi quando eu, de repente, vi que a minha dor era uma, mas existia outra coisa muito maior do que aquela minha dor, aí eu fui levantando e tendo que correr atrás de ajuda, porque a coisa tava bem forte. Tanto que pedi ajuda sem poder sair, né, mais dentro mesmo das redes sociais, através do telefone, da própria tecnologia, ainda bem que a gente tem. Eu comecei a buscar ajuda nacional, que a gente tem a nossa rede de articulação nacional [ANPROSEX], então comecei a levar o que tava acontecendo dentro e ouvir o que tava*

---

<sup>221</sup> Ibid., p.6.

*acontecendo lá fora. A gente resolveu fazer uma rede de solidariedade, de ajuda, e eu entrei com vontade.*<sup>222</sup>

*A gente começou com as colegas que eram de outro estado e colocamos doente pra dentro de casa, porque elas ficaram doente do Covid e sem apoio nenhum, sem ter pra onde ir. O hospital botou elas pra casa, porque não dava pra ficar lá, mas cadê a casa? Não tinha casa. O bordel onde ela tava não aceitou, porque já tinha outras morando. Não teve a experiência de botar ela num quarto pra ficar isolada. E tinha como fazer, porque eu levei ela pra minha casa. Eu com a idade que eu tenho, levei, separei um quarto. Cheguei a levar duas ainda, que eu levei a primeira sem a família saber. Eu tive uma filha minha com Covid, ela teve muito mal, mas graças a Deus sobreviveu. Tive alguns amigos que se foram, pessoas conhecidas, parentes de amigas também, mas no movimento não. Nosso público aqui tivemos alguns casos que veio a óbito. Tivemos um número de doentes que a gente acreditava ser pequeno, mas depois a gente descobriu mais, porque ficou escondido. Tiveram que esconder porque tinha aquele medo, aquele preconceito todo. As pessoas ficavam discriminando, ficavam se afastando, isolando as pessoas doentes. Se tivesse uma gripe, o dono do bar já mandava se recolher. Quer dizer, uma simples gripe a pessoa já ficava sem poder batalhar, sem nem poder frequentar o ambiente. Aí pronto, muitas escondiam a gripe que tinha, e principalmente se tivessem Covid não chegava nem a dizer que tinha tido. Foi preciso muito trabalho. A gente tem um grupo de WhatsApp onde a gente trabalha muito essa questão. Tem que ter cuidado, mas não precisa ter esse cuidado ao ponto de deixar uma companheira, uma colega doente. Desprezar aquela colega pelo medo de se contaminar. Toma seus devido cuidado, usa tua máscara, se cuida. Imagina a gente pegar e jogar todo mundo fora assim, abandonar... Deixar a pessoa na rua, passando fome e com medo de pegar uma doença... Além da doença matar, mata mais a fome, o desprezo.*<sup>223</sup>

Diana fez um relato sensível acerca da experiência de vida na pandemia. Ela e Fátima Medeiros participaram dos atendimentos terapêuticos *online* em grupo, considerados fundamentais para se fortalecerem diante da depressão. Diana foi a única que relatou o acometimento da morte na família. Dedicou-se aos cuidados do irmão, quem a ajudava financeiramente, mas também aos cuidados das colegas de profissão. Novamente, a dimensão do trabalho de cuidado se expressou enquanto atividade generificada não remunerada, movida pelo afeto e solidariedade e entrecortada pelo risco de contaminação.

---

<sup>222</sup> Soares, op. cit., p.10.

<sup>223</sup> Ibid., p.13.

A narrativa de Diana também mobiliza questões sobre a experiência laboral na fase mais crítica da pandemia em Natal, como a violência, o descaso e a discriminação vivida pelas trabalhadoras sexuais, em que ela própria se sentiu impelida a tomar medidas radicais para a manutenção das vidas das colegas, ao levar duas delas adoecidas para sua própria casa, mesmo que isso a colocasse em risco. Ela narra a necessidade de trabalho, a ampliação da pobreza e das desigualdades sociais e denuncia a falta de assistência aos espaços de prostituição. *Além da doença matar, mata mais a fome, o desprezo.* A frase enfatiza a precariedade vivida pela categoria e a importância da resposta empática e solidária imediatamente oferecida pelas lideranças, o que tem sido definida como a linha de atuação geral das veteranas no marco pandêmico.

Numa breve síntese, as narrativas das veteranas abordam o impacto da Covid-19 em suas vidas pessoais sob diferentes dimensões, as novas rotinas domésticas, os rearranjos familiares e as estratégias de cuidado, assim como o contexto mais amplo, político, social e econômico e seus desafios para as trabalhadoras sexuais. Como ativistas que conhecem e acompanham a realidade laboral em seus territórios, fazem um diagnóstico da dinâmica social do vírus, avaliam os passos necessários e atuam nas ausências de políticas públicas, sabendo das urgências do presente e das incertezas do amanhã. Suas posições expressam a interlocução com as trabalhadoras da ativa nesse período, num mapeamento de condições de vida e trabalho, e visibilizam como estiveram antenadas às dimensões sanitárias da pandemia, como as medidas de prevenção, o calendário de vacinação e as fases da Covid-19 nos territórios.

Mesmo as veteranas que cumpriram o isolamento social mais rígido não deixaram de se manter informadas sobre a condução nacional da pandemia, as ações públicas locais e as experiências das trabalhadoras sexuais em seus territórios. Seja por meio do acionamento dos celulares, da televisão e da *Internet*, seja por meio da comunicação com colegas, familiares e vizinhos, as veteranas mantiveram-se bem-informadas e buscaram seus próprios modos de atuação a fim de enfrentar a nova batalha em marcha por meio de um movimento continuado de solidariedade.

O tempo da pandemia demandou ações emergenciais e assistenciais de natureza individual e coletiva, tirando de foco, ao menos momentaneamente, a ênfase nos trabalhos de formação política. Os poucos recursos que dispunham e as vulneráveis condições em que se encontravam suas colegas na ativa tornaram premente o engajamento em cuidados e assistência básica. Não posso deixar de observar o tom compartilhado de pessimismo nas

elaborações individuais e coletivas, o que esteve, a todo tempo, mesclado aos compartilhamentos de ideias, afetividades e ajudas, numa urgência em adiar, um pouco mais, o fim do mundo.

## 2.2 Veteranas e sentidos do envelhecimento

No trabalho com as histórias de vida das veteranas, expressaram-se algumas particularidades em relação às experiências de envelhecimento. Nos momentos iniciais da pandemia de Covid-19, a noção de envelhecimento foi intensamente disseminada, envolta por temores, adoecimentos e marcada por uma incerteza de futuro. As pesquisas sobre os impactos da pandemia no cotidiano dos idosos abordaram uma maior vulnerabilidade a respeito da saúde física e emocional nesse período, embora, evidentemente, as pessoas idosas não tenham vivenciado a pandemia do mesmo modo.<sup>224</sup> Essa compreensão impulsionou a inserção dos idosos como categoria prioritária no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação, marcando a primeira política pública nacional específica.

Ao lado da institucionalização sanitária da noção de “grupo de risco etário”, uma série de recomendações de proteção e isolamento social repercutiu nas mídias e redes sociais, fomentando uma imagem pública complexa que reforçava a velhice como frágil, dependente e incapaz.<sup>225</sup> Essa imagem produziu um apagamento acerca das possibilidades de pessoas idosas gerirem seus cotidianos e invisibilizou as diferentes formas de se vivenciar a velhice. Uma abordagem consequente foi a noção dos “mais velhos” como um problema para a sociedade, uma categoria custosa para o estado e não produtiva. Esses discursos seguiram na contramão dos esforços de se pensar o envelhecimento ativo, das experiências plurais, e de considerar a intersecção dos marcadores sociais de gênero, classe, raça e território, assim como as condicionantes de saúde. Tais esforços argumentativos se posicionam criticamente em relação à representação da velhice essencializada como uma condição homogênea de vulnerabilidade determinada pela idade. Grosso modo, as pessoas idosas se tornaram

---

<sup>224</sup> Sobre as diferentes formas de se experienciar a velhice durante a pandemia, ver: Almeida, Juniele Rabêlo; Lima, Lívia Morais. Apresentação ao dossiê “História oral e envelhecimento”. *História Oral*, v.25, n.1, jan/jun, 2021, p.5-8; Henning, Carlos. Nem no mesmo barco nem nos mesmos mares. *Cadernos de Campo*, v.20, n.1, São Paulo, USP, 2020.

<sup>225</sup> Consequentemente, uma série de noções preconceituosas foram disseminadas, reproduzidas práticas de controle, regulação e vigilância dos idosos, a fim de que não saíssem de casa. Para compreender melhor os discursos sociais sobre velhice durante a pandemia de Covid-19, ver: Schuch, Patrice et al. Cuidado e controle na gestão da velhice em tempos de Covid-19. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Reflexões na Pandemia*, Rio de Janeiro, 2020, p.4.

“simultaneamente uma categoria de análise e grupo de risco, povoando o imaginário sobre o adoecimento pela Covid-19”.<sup>226</sup>

Procuo pensar os processos de envelhecimento no movimento de prostitutas para além dos enquadramentos etários e dos discursos sociais da velhice, abarcando as dimensões intersubjetivas, nas quais cada veterana situa seu próprio percurso no tempo e, de forma relacional, engendra uma percepção de si na relação com familiares, amigos e colegas de ativismo. Aqui, a noção “envelhecimento” é utilizada de maneira a não encapsular as mulheres a uma faixa etária definida ou a uma temática redutora da velhice, o que invisibiliza as plurais percepções de si e as elaborações sobre cursos da vida, marcos e acontecimentos.<sup>227</sup>

Entre o movimento de prostitutas, as discussões sobre envelhecimento, estimuladas pelas condições do marco pandêmico, afloraram uma reflexão sobre o risco de adoecimento a que as “mais velhas” estavam sujeitas. Ao pensar sobre as vulnerabilidades e garantia de suas vidas, passaram a considerar a importância de toda uma geração de prostitutas que precisa ser preservada, valorizada e reconhecida. Nessa reflexão, compreendo que a dimensão do envelhecimento foi considerada em dois sentidos diferenciais, e que se entrecruzam: os processos do envelhecer na trajetória laboral e do envelhecer na trajetória ativista, no âmbito do movimento de prostitutas.

Na trajetória laboral, os sentidos do envelhecimento perpassam uma elaboração de si a partir de uma diferenciação relacional que situa as ingressantes no ofício como pouco experientes, enquanto as “mais velhas” e aposentadas são as mais experientes. As categorias “mais novas” e “mais velhas”, ativas e aposentadas, são categorias êmicas. Ser “mais velha” é, muitas vezes, sinônimo de mais experiente, o que denota longa atuação em diferentes modalidades do trabalho sexual. Ao tempo que “mais novas” compreende tanto as ingressantes no ofício (pouco experientes), quanto as de menos idade.

Na prostituição feminina cisgênero, os 50 anos se apresentam como um marco etário indicativo da entrada no *hall* das “mais velhas”.<sup>228</sup> O indicativo reflete uma fluidez, uma vez que a idade é atravessada também por marcadores de classe, raça, território, e por atributos corporais pautados no padrão de beleza do mercado do sexo. Esse padrão também não é geral

---

<sup>226</sup> Almeida et al., op. cit., p.21,22.

<sup>227</sup> Debert, Guita; Goldstein, Donna. (Orgs.) *Políticas do Corpo e o Curso da Vida*. São Paulo: Editora Sumaré, 2000, p.10.

<sup>228</sup> Entre as trabalhadoras sexuais cisgênero, os 50 anos aparecem como idade indicativa das “mais velhas”, o que não é exatamente o que ocorre com as trabalhadoras trans e travestis. Na pesquisa “Eu Quero é Mais”, foi compreendido os 40 anos como indicativo da entrada das trabalhadoras trans e travestis entre as “mais velhas”, considerando, para esse grupo social, tanto a baixa expectativa de vida no Brasil, quanto o ingresso no mercado do sexo com pouca idade.

e varia de região e zona de prostituição, adquirindo especificidades e contornos locais. Os sentidos do envelhecimento são influenciados por aspectos que orientam, embora não restrinjam, as corporalidades do mercado do sexo. Todavia, em termos de representações simbólicas, há uma maior valorização ao capital corporal lido como jovem, branco e saudável. Conseqüentemente, há um certo consenso acerca da relação entre idade/geração e o valor cobrado pelos programas, o que é tensionado também por outros marcadores sociais, como o racial e étnico. Para as idosas, a disponibilidade de clientes e a diminuição do valor cobrado pelo programa é uma realidade compartilhada, demarcando um quadro de desvalorização no marco do mercado do sexo.

Vânia Rezende abordou as dimensões mais subjetivas do envelhecimento para a prostituta a partir do imaginário social sobre sexualidade, beleza e gênero. No seu caso, é válido considerar também os aspectos físicos, a condição restrita de mobilidade e o adoecimento que impossibilitam a realização do programa.

*Para mulher, exclusivamente para mulher, é muito difícil envelhecer. E para uma prostituta muito mais. Por que o que é a prostituição na cabeça das pessoas? Beleza do corpo, juventude. O homem o que é que ele pensa? Mas claro que tem aqueles clientes antigos que envelhecem junto com a gente. Eu tenho cliente de 40 anos, entendeu? Quer dizer, nem trepa mais, minha filha, mas liga, conversa... Não só comigo, como acontece com muita gente. E pra nós, prostitutas da terceira idade, tudo é mais difícil, né. A acessibilidade também é difícil porque a gente batalha geralmente em motéis e pensões que é tudo escada. A história mesmo de negociar, a prostituta da terceira idade pra negociar o preservativo é mais complicado. O cliente fica, sabe como é a história: “Ah, porque eu sou velho”. Os cliente da gente geralmente é mais velho, tudo pra terceira idade é mais complicado.<sup>229</sup>*

Vânia aborda alguns desafios, como a dificuldade de negociar as medidas de prevenção, a redução do valor do programa, a falta de acessibilidade e o alto custo das diárias, mas não deixa de contestar a noção trivial de que os clientes têm desejo apenas pelas mais novas e mostra as complexidades destas relações que, muitas vezes, perpassam a constituição de redes de afetos duradouras, nas quais prostitutas e clientes podem envelhecer juntos. Aqui as “mais velhas” não figuram somente na lógica do desvalor, mas encontram companheirismo, parceria e afetividade no marco do programa. Destaco que são expressivas as narrativas que abordam a presença continuada de clientes nos seus cursos de vida e acompanham os processos de envelhecimento.

---

<sup>229</sup> Rezende, op. cit., p.7.

Na pesquisa “Eu Quero é Mais”, foi analisado que havia uma preocupação e cuidado mútuos entre as trabalhadoras “mais velhas” que atendiam clientes também “mais velhos”, especialmente diante da possibilidade de adoecimento e morte por Covid-19. Algumas mantiveram o contato por telefone e buscaram saber do estado de saúde dos respectivos clientes. Outras foram fortemente ajudadas por eles, o que as permitiu se manterem financeiramente, em algum momento. Nesse sentido, a relação entre prostitutas “mais velhas” com clientes também “mais velhos” pode transbordar o programa estrito e encampar relações de amizade e de ajudas.<sup>230</sup>

No filme “Rosas do Asfalto”,<sup>231</sup> realizado pela Caza Filmes em parceria com associação de Brasília, “Tulipas do Cerrado”, as prostitutas foram perguntadas sobre como viviam e/ou percebiam o envelhecimento. Lourdes Barreto respondeu: “Primeira coisa quando a gente vai chegando na minha idade é que começa a sentir um peso nas pernas pra andar, tu não é mais aquele, mas tu tem um acúmulo de conhecimento. Isso devia ser valorizado.” E propôs uma reflexão na qual aproxima a prostituta “mais velha” do técnico de futebol, outrora jogador, que não possui a mesma energia corporal de antes:

A mesma coisa é puta mais velha. Essas mulheres mais velhas tem um acúmulo de experiência, de tática, de forma, até seduzindo, porque a sexualidade é através da sedução, sensualidade. Seduzir pra mostrar que o sexo é uma coisa que não precisa nem de cara, nem de boca; é cabeça, mente.<sup>232</sup>

Para elas, muitos homens buscam a mulher mais experiente, “a mulher que viveu toda uma história, toda uma trajetória,” como costuma caracterizar o papel da veterana.

É comum que as veteranas se apresentem publicamente citando o tempo de trabalho sexual vivido como uma experiência laboral conquistada, o que Lourdes chamou de “acúmulo de experiência”. Os anos de intensa atividade laboral se sobrepõem ao peso da idade, que desvaloriza socialmente as “mais velhas”, e potencializa suas trajetórias com a noção de sabedoria, ao sublinhar a autoridade conquistada na profissão a partir das experiências acumuladas.

Para o mesmo filme, Diana Soares dá a seguinte resposta: “[O envelhecimento] é a chegada que todo mundo tem um certo temor. A gente começa a pensar que não vai mais ser procurada, porque tem muitas jovens. Quem já é desprovido da beleza, a coisa fica pior

---

<sup>230</sup> Calabria et al., 2023, p.22.

<sup>231</sup> Rosas do Asfalto. 2021. Vídeo (19m) Publicado pelo canal Caza Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uptjdbBgCTM> Acesso em: 02 mar. 2024.

<sup>232</sup> Ibid.

ainda.”<sup>233</sup> Diana conta que, na época do filme, fazia programa com um senhor idoso, e chegou a realizá-lo com o seu filho. Com um sorriso no rosto diz que poderia fazê-lo, ainda, com o seu neto. A despeito de lamentar a chegada da idade, também demonstra a experiência e a sagacidade conquistadas com o tempo de trabalho sexual. Quando a perguntei sobre os sentidos do envelhecimento, Diana respondeu:

*Pra mim a coisa ficou bem mais difícil com a idade. Veio surgindo problemas de saúde, né. A clientela também vai ficando mais escassa, os cliente antigo vão morrendo, vão ficando doente também, porque não fazia mais sexo, mas sempre gostava da putada, da birita, de almoçar e ir pro motel. De ficar naquela nem trepa, nem saí de cima. Se achavam o máximo! E pagavam. O importante é que tá pagando, né. A maioria já faleceu, alguns tiveram doenças e ficaram impotentes. Pra rolar um programa agora tá bem difícil e principalmente pelo fato de eu não gostar muito de bordel. Tô sem poder beber também, aí pra ir pro bordel, tomar cerveja, conhecer alguém, não é a mesma coisa como eu ir pra um bar, ou então pro cais do porto. Tenho medo da violência. E a exposição agora? Eu tô muito frouxa! E também na nossa idade enfrentamos a questão do preconceito pela idade, porque quando não é de um cliente, é da própria população de achar que a gente já devia tá aposentada e esquece que a gente ainda tem nossa sexualidade, né.*<sup>234</sup>

Diana aborda pontos importantes do envelhecimento na prostituição, como o preconceito vivenciado entre colegas, clientes e a concepção da sociedade acerca da sexualidade ativa da mulher “mais velha”. Aborda também as dificuldades de exercício do trabalho, o que requer uma disponibilidade do corpo para o programa em espaços barulhentos e noturnos. No seu caso há um complicador, pois se sente mais confortável em se relacionar com os clientes por meio do consumo de bebidas alcólicas, o que é inapropriado para ela atualmente, em virtude da saúde física. Diana menciona, ainda, o medo da violência corrente nos espaços de prostituição, pois agora se sente “frouxa”, o que não sentia em outros tempos, quando desfrutava de mais coragem. Todavia, é enfática ao dizer que está afastada do trabalho sexual, mas não do ativismo, confirmando o bordão tão ouvido entre as veteranas do movimento: “Não existe ex puta”. Uma prostituta não perde a “identidade” ao se aposentar, especialmente, quando, na velhice, dedica-se às atividades com a categoria.

A condição financeira é outro aspecto que merece destaque. Algumas veteranas conseguiram dar entrada na aposentadoria junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), conquista garantida pelo movimento de prostitutas com a inclusão da categoria

<sup>233</sup> Ibid.

<sup>234</sup> Soares, op. cit., p.11.

“profissional do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações, em 2002.<sup>235</sup> Para as que não contribuíram, o exercício do trabalho sexual é mais pesadoso e precário na etapa avançada da vida. Entretanto, o ativismo passa a ser uma alternativa de atuação e renda, por meio dos projetos, entrevistas e eventos culturais, ainda que os ganhos sejam sempre insuficientes e compartilhados.

Para Célia Gomes, que vivenciou a prostituição em contextos de extrema vulnerabilidade nas zonas de garimpo, nos anos 1980 e 1990, deixar de exercer o trabalho sexual foi um passo importante em sua trajetória, embora enfatize que nunca se afastou da prostituição efetivamente, pois se manteve trabalhando em projetos e assistindo as colegas em atividade. Quando a perguntei sobre como experienciava os sentidos de envelhecimento, Célia afastou a narrativa de dificuldade e pesar.

*Se eu falar pra ti que em nenhum momento eu penso nisso. Até porque as pessoas não deixam eu pensar. As pessoas dizem: “Meu Deus, a Célia tem 58 anos, nem parece”. Ai eu já me sinto. Se as pessoas não estão vendo esse envelhecimento, eu é que não tô vendo. Tô aproveitando a todo vapor. Eu tenho 58, então sabe de uma coisa? Eu vou é me cuidar! Tô fazendo academia, tô querendo dançar, tô querendo namorar, fazer tudo que eu não tinha tempo. Eu tô me dando esse tempo, então agora está melhor ainda. Eu te digo que não sinto essa velhice, me sinto cada dia mais jovem. Cada vez que eu visto uma roupa, me sinto mais bonita do que outro dia. Eu mesma me acho linda. Gosto de mim, gosto da minha fala, gosto das minhas unhas, gosto do meu cabelo. Cabelo então eu adoro!*<sup>236</sup>

Diferente das demais veteranas entrevistadas, Célia enfatiza os prazeres e as autonomias vivenciadas nessa etapa da vida. Ela é viúva e não realiza mais trabalho sexual, ocupando-se, além do ativismo, de uma série de atividades voltadas para o próprio cuidado e prazer. Desse modo, retomo a ideia do início deste subcapítulo acerca das formas plurais de se envelhecer. Nem todas as veteranas envelhecem do mesmo modo e, como tal, significam o trabalho sexual e o processo de envelhecimento de diferentes maneiras.

Há também um outro sentido do envelhecimento para além do que foi abordado no contexto do trabalho sexual e que remonta diretamente à experiência ativista no tempo. Aposentadas ou afastadas da prostituição, as veteranas se engajam ativamente nas atividades das associações, dos coletivos e das redes nacionais. Mesmo não exercendo mais a profissão, permanecem coordenando e/ou acompanhando as atividades das associações estaduais e

<sup>235</sup> BRASIL. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Profissional do Sexo. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo>. Acesso em: 03 mar. 2024

<sup>236</sup> Gomes, op. cit., p.10.

coletivos que abrangem centenas de trabalhadoras sexuais, mantendo-se informadas acerca das dinâmicas do trabalho, articulando parcerias, serviços assistenciais, formativos e suportes materiais.

Os sentidos do envelhecimento ativista são mobilizados a partir de uma diferenciação interna e relacional que dissocia as “mais novas” das “mais velhas” e/ou veteranas. Aqui, o percurso político se articula diretamente à experiência laboral mencionada acima, de maneira que esta última legitima o *status* de liderança. As “mais velhas” são reconhecidas por suas extensas trajetórias políticas junto ao movimento de prostitutas e pelo contínuo ativismo nos territórios, embora “mais velha” nem sempre seja sinônimo de veterana, no sentido êmico. As posições são relacionais, ou seja, dependem da comparação em perspectiva. Algumas “mais velhas” não são necessariamente veteranas, porque “não detêm” a bagagem política necessária, a atuação continuada e formativa junto ao movimento.

Demorei a entender a relação entre as duas condições e a compreender que nem toda “mais velha” é veterana, assim como nem toda veterana é necessariamente “mais velha.” A condição de veterana depende do tempo de atuação no movimento aliado à trajetória política. De todo modo, o termo veterana é direcionado para as lideranças, abrangendo experiências laborais e ativistas em suas destrezas no tempo. As veteranas participam de encontros, fóruns, debates, capacitações no campo da saúde, formação em direitos e cidadania. Elas detêm *expertises* advindas das relações políticas, das capacidades de articulação e negociação com instâncias de Estado, sociedade civil, ONGs, universidade, agentes de saúde, movimentos sociais etc. São reconhecidas por vivenciarem eventos e acontecimentos junto ao movimento social, pelo valor das experiências individuais, pelas marcas de batalhas nas ruas e na luta por direitos e justiça social. Compartilham contextos históricos mais ou menos comuns, como o trabalho sexual nos anos 1980 e 1990 e as conquistas políticas da primeira década dos anos 2000. Com constância refletem sobre a luta, retomando narrativamente experiências que se modificaram e atualizaram.

É importante se atentar para o uso das noções e categorias etárias. Quando decidi entrevistar Luza, sabia muito pouco sobre sua história de vida, ou sobre a trajetória da APROS-PB, mas observava em sua figura, e na forma como é respeitada e acionada politicamente, a posição de veterana. Menos pela idade em si, e mais por conta da experiência e engajamento. Ela lembrou que possui 35 anos de trabalho sexual. Em outro trecho, Célia mencionou o tempo dedicado à luta, 25 anos. O acionamento do tempo de trabalho sexual e de ativismo confere autoridade e legitimidade às ações, indicando a força das experiências, as

capacidades de negociar, de se reconhecer nas colegas, de se relacionar com instituições e organizações diversas, porque elas partilham em seus passados os desafios da prostituição na vida social e política e as chaves de reação.

Mesmo não realizando mais programas, as veteranas possuem um valor inegável à categoria. A atuação ativista reforça suas funções sociais, porque aciona as experiências e os conhecimentos adquiridos no tempo, valorizando as atividades em vida. Movidas por um “dever de lutar” diante do *status* estigmatizante da prostituta, as experiências das veteranas não se referem a um passado congelado, mas se mantêm vivas e implicadas nos desafios presentes.

Foi observado que não há necessariamente uma correlação que signifique que quanto mais velha, mais se sente o peso do envelhecimento, ou mais infeliz, mais incapaz, ou mais distante do movimento social, ainda que não se descarte os limites corporais para o trabalho e o ativismo que decaem com o avançar da idade, sobretudo, com o acometimento de doenças e a vulnerabilidade das ruas. Foi também observado que nas narrativas autobiográficas os sentidos de envelhecimento são percebidos e significados a partir de uma autorreflexão sobre a trajetória de vida e sua inserção no movimento social, sinalizando posições, demarcando grupos e gerações que compartilham um passado mais ou menos comum e produzem pertencimentos, ainda que provisórios.

### **2.3 Saberes e antigas batalhas epidêmicas: a atuação em Aids**

Foi visto que nas narrativas das veteranas, a pandemia foi definida como um novo marco, um tempo de guerra que reposicionou as experiências e expectativas de vida, redefiniu os cotidianos e os ativismos. O trabalho sexual se tornou um lugar de potencial contágio e risco, similar a um outro momento difícil em que as veteranas foram testemunhas e desempenharam um papel combativo fundamental, a epidemia de Aids. As palavras de Fátima Medeiros traduzem a correlação entre os cenários epidêmicos:

*Eu já passei três pandemias, tá sendo a terceira pandemia que eu passo. A primeira pandemia foi de Aids. A outra foi de que mesmo? Teve a de H1N1. E agora foi de Covid, essa foi a pior que já teve, porque fechou as portas pra tudo. A crise junto com a pandemia.*<sup>237</sup>

A leitura de que a Covid-19 seria a “terceira epidemia” circulou nas *lives* e debates virtuais em que participaram as veteranas do movimento. A aproximação entre a pandemia de

---

<sup>237</sup> Medeiros, op. cit., p.9.

Covid-19 e a epidemia de Aids logo se tornou recorrente entre as veteranas, que ainda tinham vívidos na memória os desafios, as estratégias e os lutos do passado. Nesse sentido, a pandemia retomou também a memória coletiva do movimento, ao revisitar os impactos da Aids na história da categoria.

Ao elaborar sobre a pandemia, Lourdes Barreto chegou a lembrar outros acontecimentos marcantes em sua trajetória:

*Eu tive que correr atrás, porque as mulheres tão passando fome, as mulheres não pode trabalhar, porque nem tem cliente, nem dinheiro. O Brasil ele empobreceu de uma forma que eu nunca pensei na minha vida. Eu vivi a mão de ferro da ditadura militar, eu vivi várias crises sanitárias, como o sarampo quando era criança, a sífilis, a Aids, mas eu nunca vi uma crise tão perversa, tão cruel como essa, porque a Aids você podia usar um preservativo e transar. Um beijo não pegava Aids, um aperto de mão não pegava Aids. Então essa é mil vezes pior do que a Aids. E a gente tá de mãos atadas, sem saber o que fazer. Qual é a direção? Pra onde nós vamos? Só temos que pedir a Deus proteção. Cada dia que eu acordo me ajoelho no pé da minha cama e agradeço por tá viva, porque também me arrisquei, tive que fazer campanha, ir pra área, eu e outras companheiras no Brasil fizemos muitos trabalhos e campanhas de apoio às trabalhadoras sexuais e às pessoas mais vulneráveis.<sup>238</sup>*

Ao elencar acontecimentos importantes de sua trajetória, Lourdes rememora a epidemia de Aids e, numa comparativa, hierarquiza os vírus, seus danos e formas de contágio, concluindo que a Covid-19 se apresentava como uma doença mais cruel e infecciosa, por conta da facilidade de contágio e do risco implicado no contato proximal. É importante dizer que a entrevista com Lourdes se deu num período envolto por muito desconhecimento sobre a doença e sua narrativa expressa o pânico, as incertezas e os riscos gerados pelo vírus naquele momento.

A narrativa de Diana também aborda o desconhecimento acerca da transmissão da infecção da Covid-19 e reforça a comparação estabelecida com a Aids:

*Porque a pandemia foi, tipo assim, a Aids, a diferença é que a Aids tinha que ter relação sexuais ou se furar, ou alguma coisa, e o Covid era respiratório. Aí todo mundo ficava com medo, ninguém conhecia direito como é que era aquilo ali. Eu não podia, mas tive que tá com essas pessoas, tendo todo cuidado.<sup>239</sup>*

---

<sup>238</sup> Barreto, op. cit., p.9.

<sup>239</sup> Soares, op. cit., p.12.

A simetria da Covid-19 com a Aids esteve atrelada a uma série de fatores percebidos nos momentos iniciais de eclosão de ambas: a rápida propagação do vírus, as incertezas sobre as formas de infecção; o pânico acerca da letalidade do vírus; a responsabilização de grupos específicos pela disseminação da doença, como os homossexuais e as prostitutas; a vulnerabilidade no contexto do exercício do trabalho sexual; o medo de contaminação e o risco assumido no trabalho; a necessidade de adoção de medidas de prevenção e as negociações acerca do uso do preservativo e da máscara, além da crítica à agenda nacional de combate às epidemias. A correlação entre os momentos da Aids e o da Covid-19 retomou velhos conhecidos das prostitutas, como os dispositivos de controle dos corpos e de higienização das sexualidades, reatualizando estigmas e saberes em cuidado e saúde.<sup>240</sup>

Ainda hoje a Aids não foi superada no contexto da prostituição, e as veteranas mantêm o trabalho de prevenção e conscientização sobre o tratamento das infecções sexualmente transmissíveis. Nesse sentido, além de conviver com a circulação e o contágio crescente da Covid-19, as veteranas precisaram seguir as agendas de prevenção em saúde sexual, o que se tornou ainda mais desafiador em virtude do desmonte da política de Aids, que implicou na reestruturação do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das ISTs, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, o qual passou a ser nomeado Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, em 2019. O viés de atuação do novo departamento, ao englobar outras doenças, como tuberculose e hanseníase, tirou o foco em HIV/Aids, fato este que refletiu na exclusão da sigla no nome do novo departamento. Com a reorganização da agenda federal de prevenção, houve uma diminuição ainda maior dos recursos disponíveis para os tratamentos e projetos em curso. As lideranças denunciaram consideráveis atrasos, faltas de medicamentos e redução dos tratamentos e das ações de prevenção, como o oferecimento de testagens e a distribuição de preservativos.<sup>241</sup> Denunciaram ainda a ausência de repasse do lubrificante, item fundamental, sobretudo, para as trabalhadoras sexuais “mais velhas”, chegando a encaminhar uma carta ao Ministério da Saúde explicitando esta e outras faltas e seus efeitos, mas não obtiveram respostas. A dupla exposição à Aids e à Covid-19, num contexto de desmobilização em marcha das políticas de

---

<sup>240</sup> Carrara, Sergio. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

<sup>241</sup> Trabalhadoras sexuais e suas contribuições para o fim do HIV/Aids. 2022. Vídeo (107m) Publicado pelo canal ECOS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mTiIpNLPJNw&t=276s>  
Acesso em: 09 fev. 2024.

prevenção e cuidados em HIV/Aids,<sup>242</sup> atesta o alcance da necropolítica na gestão do governo brasileiro de então.

O cordel escrito por Milene Ferreira, no prólogo deste capítulo, visibiliza as formas pelas quais as veteranas precisaram combinar as medidas de enfrentamento à Covid-19 com a manutenção das medidas de enfrentamento da Aids. Nesse contexto, Covid-19 e Aids seguem exigindo estratégias combinadas de prevenção e tratamento, num período de intensa vulnerabilidade das zonas de prostituição, total desassistência social e ausência de políticas públicas.

É importante saber que essa pauta vem ocupando extensas páginas na história do movimento de prostitutas. A fundação do movimento se deu no período das primeiras estruturas de uma política nacional voltada para o enfrentamento da Aids no Brasil. A Aids havia acabado de chegar às mídias brasileiras, entre o pânico moral e o sensacionalismo, reproduzindo o viés da mídia norte-americana, que a concebia como uma “doença dos homossexuais”. Essa pecha estava intimamente ligada à noção de sexualidade desviante, como uma expressão de um tempo de permissividades e liberdade sexual.<sup>243</sup> Nas repercussões iniciais no Brasil, a Aids foi vista como uma doença de homens gays, brancos, de classe média e vindos do exterior, mas logo incluiu outras sexualidades e práticas consideradas dissidentes dos padrões conservadores e normativos, nas quais as prostitutas estiveram implicadas, passando a ser vistas como potenciais transmissoras da doença.<sup>244</sup>

A caracterização das prostitutas enquanto vetor da enfermidade não foi particularidade da política brasileira de prevenção e integrou, de forma mais ampla, a abordagem transnacional de combate à Aids.<sup>245</sup> Tampouco se configurou como inaugural, considerando os discursos médicos do século XIX, que concebiam a prostituição como

---

<sup>242</sup> Uma análise sobre o percurso da política de Aids no Brasil e a fragilidade da relação participativa com o movimento de prostitutas pode ser encontrada no texto: Leite et al. O par e o ímpar: o potencial de gestão de risco para a prevenção de DST/HIV/AIDS em contextos de prostituição. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, set. (18), 2015.

<sup>243</sup> Todavia esse imaginário de abertura da sexualidade não condizia com a realidade brasileira, recém-saída da ditadura civil militar, espelhando, com mais proximidade, a experiência cultural dos Estados Unidos. Ver: Galvão, Jane. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000, p.181, 182.

<sup>244</sup> Daniel, Herbert; Parker, Richard. *AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas*. Rio de Janeiro: ABIA, 2018, p.19.

<sup>245</sup> Correa, Sonia. Prostituição, normas e contextos: a dimensão transnacional. In: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). *Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, saúde e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 2013, p.11.

ameaça à saúde física, moral e social, e as prostitutas, por sua vez, como transmissoras de doenças.<sup>246</sup>

A constituição do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, no final dos anos 1980, lançou um primeiro projeto de prevenção chamado Previna I (1988-1990),<sup>247</sup> que se constituiu em uma abordagem ambígua. Por um lado, reproduziu o viés discriminante ao eleger “grupos de risco”<sup>248</sup> específicos para aplicação de medidas de prevenção e, na sua primeira versão, adotar um viés vitimizador. Por outro lado, estimulou a esses grupos o protagonismo na mobilização de estratégias de prevenção. Nesse âmbito, as prostitutas foram convocadas a participar ativamente do planejamento do programa de prevenção no que se designou a primeira inclusão da categoria entre as políticas públicas.

Como resultado de intensos debates junto ao movimento de prostitutas, o projeto Previna abarcou processos de formação e capacitação em saúde e prevenção, formulou grupos de trabalho, reuniões, seminários, conferências, além da constituição de uma gama de organizações que recebiam financiamento direto do governo e de instituições internacionais. Os materiais de prevenção do Previna<sup>249</sup> ficaram sob responsabilidade do Programa Prostituição e Direitos Civis, do Instituto de Estudos da Religião (ISER), e tinha como coordenadoras de núcleos Gabriela Leite e Lourdes Barreto. Os materiais foram apresentados e aprovados no “II Encontro Nacional das Prostitutas”, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1989, e, posteriormente, distribuídos para todo o Brasil.<sup>250</sup>

O Previna II (1994-1996)<sup>251</sup> foi o segundo projeto nacional de prevenção e deu continuidade às parcerias previstas pelo Previna I, incluindo as novas associações de prostitutas que cresciam continuamente no território brasileiro. Nesse enfoque, foram

---

<sup>246</sup> Engel, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>247</sup> Previna I (1988-1990) e Manual do Multiplicador Projeto Previna. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>248</sup> Eram considerados “grupos de risco” os homossexuais, as prostitutas, os internos do sistema penal e os usuários de drogas injetáveis.

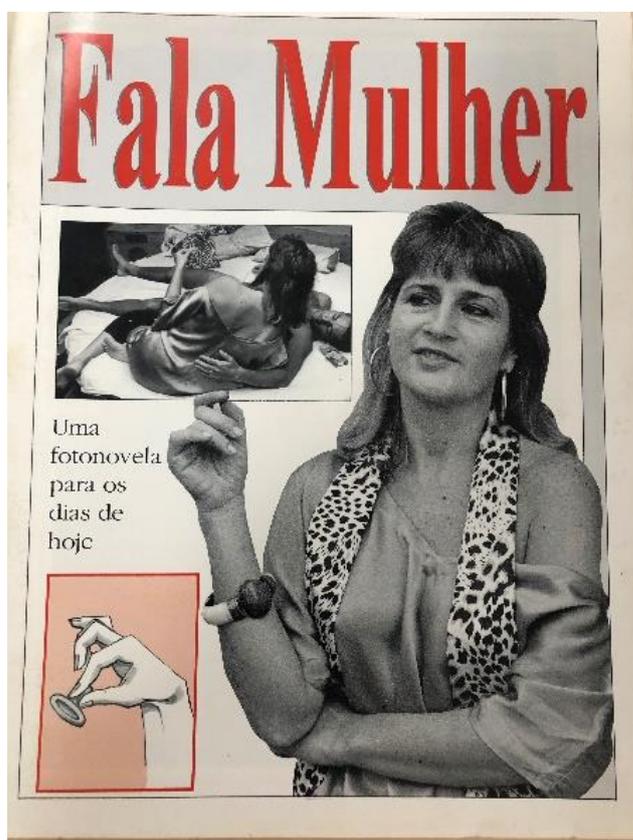
<sup>249</sup> Refiro-me especificamente aos seguintes manuais: “Fala, mulher”, voltado para prostitutas cisgênero; “Estrela da Noite”, voltado para as trabalhadoras sexuais travestis, e “Rapaz da noite”, para os michês. Manual Fala, mulher. Projeto Previna. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Manual Estrela da Noite. Projeto Previna. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Manual Rapaz da noite. Projeto Previna. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>250</sup> Leite, Gabriela; Lenz, Flávio. A trajetória do movimento de prostitutas e sua relação com o Estado brasileiro. In: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA). *Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, saúde e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 2013, p.42.

<sup>251</sup> O projeto se insere em um cenário crescente de implementação de políticas para o enfrentamento à Aids pelo Programa Nacional de Aids favorecidas pelo financiamento do Banco Mundial. Ver: Previna II (1994-1996). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

incorporados outros grupos do entorno da prostituição, como os garimpeiros da “Amazônia Legal”.

De forma inventiva e ousada, por meio de representações em quadrinho e fotonovelas, os manuais informavam sobre as formas de contágio do HIV e as possibilidades de negociações do preservativo no marco do programa sob um discurso de agenciamento no trabalho e valorização da autoestima, em um diálogo direto com o público-alvo. O manual “Fala, Mulher”<sup>252</sup> é expressivo por condensar a narrativa afirmativa da prostituição em uma abordagem inaugural de prevenção. Nas primeiras páginas, a mensagem “Sexo é bom, é gostoso!” informa sobre as possibilidades de contágio e as formas de prevenção, sem renunciar à positivação da sexualidade e do prazer.



**Imagens 19 e 20:** Imagens do Manual “Fala, Mulher”, 1995. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.<sup>253</sup>

Durante as entrevistas e, de forma mais ampla, nos debates públicos, as veteranas lembraram o histórico de atuação do movimento nos projetos em Aids, a habilidade nas práticas de prevenção e acolhimento, a atuação interiorizada e especializada nos territórios

<sup>252</sup> Manual Fala Mulher. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>253</sup> O manual se refere à edição de 1995, atualizada e publicada pelo Ministério da Saúde. A primeira edição foi publicada em 1989, pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), e também se encontra no Arquivo Davida.

onde o Estado, muitas vezes, não era capaz de chegar. Com base nesse histórico, reivindicaram um reconhecimento do trabalho desempenhado por elas em saúde e direitos humanos. Ao lembrar os passos iniciais do movimento, Lourdes destaca o protagonismo das prostitutas no contexto mais amplo da mobilização social e política:

*Tem a história da Aids que surge nos anos 83 com aquele alarde, aquela coisa toda, e vão atrás de nós, de mim e da Gabriela. “Olha, tem duas prostitutas que pode fazer um trabalho que eles não sabia como”. Porque nós era chamadas de grupo de risco e o governo não sabia como chegar próximo dessa comunidade. Nós começamos primeiro na luta de prevenção do que homossexuais. As prostituta brasileira liderada por Gabriela Leite e Lourdes Barreto. Somos pioneiras! Pioneiras!*<sup>254</sup>

Já de início, Gabriela Leite, Lourdes Barreto e suas companheiras definiram algumas diretrizes para a atuação com o Ministério da Saúde. A política de prevenção deveria ser combativa ao modelo higienista e moralizante que as concebiam como transmissoras de doenças e, portanto, sujeitas ao controle médico e vigilância, o que reforçava estigmas e discriminações. A atuação em colaboração deveria promover o princípio do movimento de prostitutas, a aposta na autoestima, a positivação da sexualidade e a atuação em cidadania e direitos, a partir de um trabalho de formação política.

Durante os anos 1990 e início dos anos 2000, a longa colaboração entre o movimento de prostitutas e o Ministério da Saúde se deu envolta por muitos tensionamentos. Os projetos e capacitações em prevenção ampliaram o conhecimento acerca das possibilidades de transmissão e procuraram rechaçar o pânico moral e os estereótipos discriminadores, ao articular as ações de prevenção aos discursos de positivação do trabalho sexual. Na prática, os trabalhos das associações do movimento abarcavam: oficinas de sexo seguro, distribuição de preservativos, denúncia das violências e das violações de direitos, política afirmativa, conscientização do trabalho, acolhimento e promoção à autoestima. É interessante pensar como as lideranças do movimento se tornaram “multiplicadoras de informação”, ao mesmo tempo em que se formavam politicamente, constituindo e fortalecendo a categoria política na agenda brasileira.

Desse modo, o período de expansão dos recursos governamentais da política de HIV/Aids no Brasil, em meados dos anos 1990,<sup>255</sup> acabou se tornando um impulso para que o

<sup>254</sup> Barreto, Lourdes. [75 anos]. [01 ago.2019]. Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. III Entrevista, Bar do Parque, Belém (PA). Duração: 34m82s. (Transcrição/Transcrição: Amanda de Mello Calabria – 9 páginas). Nascida em Brejo de Areia, Paraíba, residente em Belém, Pará.

<sup>255</sup> Esse período de expansão está relacionado à redefinição do perfil epidemiológico de infecção, ao início da feminização da Aids, e à pauperização e interiorização da epidemia.

movimento de prostitutas realizasse os encontros estaduais e nacionais que desejavam sob o arco da saúde pública, o que na prática estimulava a ampliação das associações e a discussão entre as prostitutas de diferentes estados, ao que elas se oportunizavam, debatendo outras pautas que julgavam fundamentais para a formação política. É desse período a criação do GEMPAC, Belém (PA); do CIPMAC, Campina Grande (PB); da APS, Aracaju (SE); da APROCE, Fortaleza (CE); do NEP, Porto Alegre (RS); do Davida, Rio de Janeiro (RJ); e a realização de uma série de encontros estaduais que fortaleceram as atividades das associações nascentes, o que será melhor abordado no capítulo 3. Os novos caminhos possibilitaram a formação política de uma geração de ativistas e a ampliação da atuação em prevenção e saúde sexual em todas as regiões do país.

Em meados dos anos 1990, novos debates foram incorporados ao arco da prevenção, como a valorização das fantasias sexuais, o prazer e o direito sexual, discussões expressivas nos encontros e fóruns de debates do movimento. A categoria ocupava um papel importante na política nacional de Aids, o que se expressou em 1997, quando o movimento reivindicou o impedimento da pesquisa financiada pela Usaid, dos Estados Unidos, baseada nas testagens de HIV nas áreas de prostituição no Rio de Janeiro e outras cidades. O movimento argumentou que a pesquisa não foi pauta de diálogo com a categoria e feria os princípios básicos da luta, aqueles que, no início, Gabriela e Lourdes haviam definido como fundamentais para a colaboração. A testagem nos espaços de trabalho gerava constrangimento e reforçava o estigma, além do fato que havia centros de testagem anônima apropriados e referenciados para tais procedimentos.<sup>256</sup>

Em 2002, o movimento ganhou fôlego considerável com o projeto nacional “Esquinas da Noite”, que permitiu a ampliação e interiorização de suas atividades e mobilizou mais de 50 associações em todas as regiões brasileiras, capacitando lideranças para ações em prevenção do HIV e para a defesa de direitos humanos e trabalhistas.<sup>257</sup> São também desse período relevantes acontecimentos para o movimento social, como a agenda de reivindicação da regulamentação da profissão e a introdução do trabalho sexual no hall da Classificação Brasileira das Ocupações (CBO); a Campanha nacional “Sem Vergonha, Garota. Você tem profissão” (2002), que contou com materiais diversos, como cartilhas, manual para profissionais do sexo e adesivos.<sup>258</sup> Esses debates buscavam ampliar a discussão sobre

---

<sup>256</sup> Leite et al., p.17.

<sup>257</sup> Ibid., p.44.

<sup>258</sup> Materiais da campanha “Sem Vergonha, Garota. Você tem profissão”. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

prostituição e a atuação junto ao Estado, não delimitando-a ao campo da saúde pública, mas buscando inseri-la na arena dos direitos humanos e, especificamente, dos direitos trabalhistas. A prostituição passava a ser debatida como uma profissão e um direito, a partir da força discursiva da positividade e do prazer sexual.

Em 2005, foi significativa a pressão exercida pelo movimento para que o governo brasileiro não assinasse o acordo de cooperação com o governo norte americano, que visava implantar um aditivo por meio da Usaid que impedia o repasse dos recursos para controle e prevenção de Aids entre as organizações afirmativas da prostituição no Brasil. O movimento de prostitutas se opôs à cláusula da Usaid, que representava a rejeição à dimensão cidadã e humanitária das ações de prevenção, premissa basilar para o trabalho exercido em parceria até então.

Paralelamente, a atuação em Aids seguia em frente. A primeira década dos anos 2000 também foi marcada pelo “Seminário Nacional Aids e Prostituição”<sup>259</sup>; a inclusão das prostitutas no “Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST” (2007); o lançamento da primeira pesquisa nacional pela Universidade Nacional de Brasília (UNB), sob organização da Coordenação Nacional de DST/Aids, e a “I Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição”, em 2008. Entretanto, esse período se caracterizou pelos tensionamentos com agentes do Ministério da Saúde, em razão da abordagem higienizadora e da falta de diálogo entre o governo e as comunidades implicadas, o que se agravou na segunda década dos anos 2000. As críticas fundamentais tecidas pelo movimento de prostitutas residiam na ênfase do governo aos aspectos epidemiológicos e ao modelo biopolítico e moral, em detrimento da dimensão cidadã e da defesa dos direitos da categoria.

Outro fator que culminou para a fragilidade do diálogo entre Ministério da Saúde e movimento de prostitutas foi a implementação do modelo de descentralização das atividades do Ministério, que reorientou a gestão e o repasse dos financiamentos de projetos para as secretarias municipais e estaduais de saúde, estabelecendo uma diferenciação de recursos entre as organizações que atuavam com Aids. Desde então, os diálogos com as instâncias governamentais de saúde pública têm gerado dissensos e conflitos, num reclame à antiga possibilidade de participação comunitária nos projetos nacional de prevenção e nos programas de saúde sexual.

---

<sup>259</sup> O Seminário Nacional Aids e Prostituição foi organizado pela Coordenação Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde. Teve como temas centrais a prevenção em Aids, assistência e direitos humanos. Leite et al., op. cit., p.44.

Os novos cursos da relação do movimento com o governo, e com a nova cena de debates sobre sexualidade e direitos, reforçaram a proposição de que não era possível permanecer trabalhando somente com a Aids. Na entrevista de história de vida, Célia Gomes reafirma o legado da atuação, ao tempo em que questiona as políticas de saúde para a categoria com enfoque exclusivo em Aids/ISTs, que sustentava a noção de “transmissoras de doenças”:

*A APROSPI sempre trabalhou com o HIV mas sempre quis ir além do HIV. A gente trabalha, claro, mas a gente foi muito além. Direitos humanos, direitos reprodutivos, inclusão no mercado de trabalho, como uma segunda opção de trabalho. Porque queremos desmistificar essa ideia de que prostituta é só depósito de HIV/Aids, então a gente trabalha além do HIV. Em 2020 a gente ficou assim muito à deriva. 2019, 2020 e até 2021, porque teve um índice muito alto de HIV, porque simplesmente os estados e municípios não quiseram ter um olhar diferenciado para aquele público e para a nossa necessidade de prevenção naquele momento crucial, que era a pandemia do Covid e também da Aids.<sup>260</sup>*

A discussão mobilizada por Célia durante a pandemia de Covid-19 é similar à elaborada pelas lideranças no contexto de fundação do movimento, durante a deflagração da epidemia de Aids e, contundentemente, ao longo dos anos 2000. A atuação persistente do movimento de prostitutas, ao lado do conjunto de organizações comunitárias no quadro da saúde pública, contribuiu para os contornos da resposta brasileira à Aids, em suas elaborações acerca das novas construções sexuais e políticas para os grupos específicos e, de forma mais ampla, para a sociedade, costurando um robusto trabalho de prevenção fundamentalmente implicado no respeito aos direitos humanos e direitos sexuais, tensionando os antigos enquadramentos da sexualidade no campo da saúde.

Atualmente não há a mesma abertura no diálogo com o Ministério da Saúde para a implementação de políticas humanizadas, tampouco há uma política consistente e comunitária de prevenção em HIV/Aids. A última década solapou continuamente as possibilidades de contribuição entre sociedade civil e governo, o que se agravou no governo de extrema direita. No marco pandêmico, as críticas expressaram um tempo de finitude de diálogo, de desmoronamento da política de prevenção e de escassez de recursos. A sensação de estarem abandonadas pelas políticas públicas aparece contundentemente, tanto em relação à prevenção em Aids, quanto à pandemia de Covid-19 e as vulnerabilidades decorrentes.

---

<sup>260</sup> Fala de Célia Gomes na *live* sobre as contribuições do movimento de prostitutas para o combate à Aids. Trabalhadoras sexuais e suas contribuições para o fim do HIV/Aids. 2022. Vídeo (107m) Publicado pelo canal ECOS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mTiIpNLPJNw&t=276s>. Acesso em: 09 fev. 2024.

Nesse cenário, a evocação da memória da epidemia de Aids entre as veteranas que viveram aquele período impulsionou uma ação efetiva nos territórios de prostituição, no período de extrema vulnerabilidade da Covid-19. Elas reconheceram a relevância da atuação precursora, as práticas de intercâmbio de informações e a produção de respostas emergenciais para além da prática oficial, valorizando a dimensão de direitos humanos e de cidadania para as populações mais vulneráveis. As ações diretas deflagradas por organizações comunitárias foram essenciais nos dois períodos históricos, embora a política do governo federal tenha sido radicalmente diferente em ambos os contextos. Em uma aproximação espiralar entre os anos 1980 e 2020, as narrativas expressam a relação entre os dois períodos, ao revisitar estigmas, incertezas, adoecimentos, mortes, vulnerabilidade em contexto e reconhecem a força das ações interiorizadas, comunitárias e engajadas. Contando com suas próprias alianças e parcerias, as lideranças realizaram um verdadeiro trabalho na linha de frente da pandemia da Covid-19, a fim de mitigar os impactos sociais e sanitários, assim como deram continuidade à agenda de prevenção em Aids, com acolhimento e promoção de cidadania e garantia de direitos básicos.

## 2.4 Novo vírus, velhos saberes: as tecnologias de cuidado das veteranas

Uma das críticas centrais do movimento à gestão da pandemia da Covid-19 foi o fato de as prostitutas não terem sido consideradas um grupo vulnerável à infecção nem serem incluídas como prioritárias no programa federal de vacinação. Em um cenário de falta de auxílios assistenciais, de insumos de prevenção e suscetibilidade à vulnerabilidade sanitária, as três redes do movimento escreveram uma carta ao Ministério da Saúde, na qual



reivindicavam que fossem incluídas como grupo prioritário no calendário vacinal, argumentando acerca do trabalho essencial que desempenhavam e enfatizando o amplo histórico que detêm em promoção da saúde.



**Imagens 21 e 22:** Campanha nacional pela inclusão das trabalhadoras sexuais no grupo prioritário de vacinação mobilizadas pela APROSMIG (MG), na primeira foto, e pelo GEMPAC (PA), na segunda foto. As fotografias foram compartilhadas nos grupos de WhatsApp do movimento de prostitutas.

A discussão da prostituição como um trabalho essencial se amparou no reconhecimento do trabalho para a sobrevivência financeira de si, dos familiares e de toda uma cadeia que engendra o entorno da prostituição (comércio, bares, segurança etc.). Elas inseriram o trabalho cotidiano desempenhado em uma perspectiva comunitária de saúde, prevenção e higiene. Evocaram a atuação do movimento brasileiro das prostitutas nos inúmeros projetos de prevenção e combate ao HIV, recordando que haviam sido, então, consideradas “grupo de risco”, “população alvo” e “vulnerável” e que responderam àquele desafio com o cumprimento de uma extensa agenda de trabalho como “multiplicadoras de informação”, em todas as regiões do país.

Entretanto, a carta enviada e as seguidas manifestações realizadas nas zonas de prostituição de Salvador (BA), Belém (PA), Belo Horizonte (MG) e Campinas (SP) não geraram respostas por parte do Ministério da Saúde. Em nenhuma das fases do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação as trabalhadoras do sexo foram cogitadas pelas autoridades sanitárias responsáveis como prioritáveis na estratégia de imunização, não

havendo qualquer possibilidade de diálogo com agentes governamentais e nem mesmo o reconhecimento do histórico da atuação em saúde. O movimento se viu excluído das possibilidades de amparo do governo federal e suas lideranças compreenderam que precisavam contar, substancialmente, com seus próprios conhecimentos, repertórios de prevenção e suas alianças nos territórios de trabalho.<sup>261</sup>

Com a eclosão da pandemia, todas as associações ativas se empenharam em compartilhar informações e traçar estratégias de prevenção em Covid-19. O enfrentamento à Aids as havia ensinado a lidarem com a realidade do trabalho sexual em contexto desfavorável, encarando o medo e a ameaça de contágio. Não sendo possível parar de trabalhar, buscaram compartilhar formas de realizar o programa por meio de práticas de menor contato corporal, ou mesmo utilizar a máscara como parte da fantasia sexual, como um atrativo ao programa. O enfrentamento a Aids as havia repertoriado na busca por estratégias de adaptação, cuidado e prevenção que lhes garantissem o protagonismo das ações, tornando possível responder ao rápido desenvolvimento da Covid-19

Em abril de 2020, o movimento de prostitutas iniciou uma campanha virtual (*Facebook, Instagram e WhatsApp*) para arrecadação de kits de limpeza e higiene, cestas básicas e outros gêneros alimentícios. A campanha seguiu continuamente nos meses seguintes e se mostrou extremamente necessária ao longo dos dois anos de pandemia, configurando-se, para algumas famílias, como a única ajuda recebida. Os apoios anteriormente advindos das secretarias de saúde pública, da mulher e de direitos humanos geraram recursos insuficientes para as necessidades ampliadas da nova conjuntura, de modo que o chamado às alianças políticas e o fortalecimento do movimento social se tornaram ainda mais urgentes.

Célia Gomes narrou como realizou o combate à Covid-19, em Teresina e na cidade de Picos, também no estado do Piauí, por meio do apoio de profissionais de saúde e das frentes de mobilização para arrecadação de alimentos, materiais de higiene e limpeza. Narrou também a importância da articulação entre as associações do movimento para acionar diferentes formas de ajudas, um apoio fundamental para outras veteranas, como Nanci Feijó<sup>262</sup> e Denise Mara<sup>263</sup>, que adoeceram e vivenciaram períodos de extrema dificuldade.

---

<sup>261</sup> Como uma estratégia de prevenção à Covid-19, as Mulheres Guerreiras, Campinas (SP), e a Aprosmig, Belo Horizonte (MG), realizaram uma mobilização consistente para conseguir reservas de vacina para as mulheres por meio da articulação com a Secretaria de Saúde Municipal. Acionaram as xepas para vacinar as profissionais “mais velhas” ou com comorbidades, e, posteriormente, para vacinar a categoria restante na zona de prostituição e os profissionais do entorno.

<sup>262</sup> Nanci Feijó é uma das fundadoras da Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS), apresentada no capítulo 1.

*A gente conseguiu suprir na capital, mas uns municípios a gente não pode. A gente ficou mandando alguma ajuda pra associação de Picos, mas não conseguimos suprir os outros municípios. Muitas delas que a gente acompanhava não passaram fome, não ficaram sem álcool em gel, não ficaram sem máscaras, não ficaram sem sabonete líquido, porque eu já mandei fazer tudo no tamanho que botava na bolsa, que era tipo, passou perto de uma pia tá lá seu sabonete pra lavar suas mãos. Fomos pro pessoal que trabalha na vigilância sanitária pedir ajuda: “Vambora dar uma palestra, falar com a gente. A gente precisa fazer esse trabalho.” Ai o pessoal ficou feliz, porque a gente tava ajudando também onde eles não iam. E assim a gente foi mobilizando.*

*Ajudamos Nanci. Compramos bala de oxigênio, eu mais Santuzza<sup>264</sup>, pra mandar pra Manaus pra companheira Denise. Nós sustentamos Denise, não deixamos faltar nem a bala e nem a comida dela com os filhos, porque foi o lugar mais afetado. O pessoal da RedTrasex<sup>265</sup> mandou o dinheiro e nós dividimos entre nove associações, deu um pouquinho pra cada um e todo mundo ficou feliz. Assim foi rolando. A gente foi matéria do Metropolitan. Eu acho que a gente foi puta das putas. Se uma pedia uma ajuda, uma mandava 10, outro mandava 20, 50 e assim foi. Quem tinha projeto tava ajudando os outros. O mais legal disso tudo foi a gente poder tá ajudando nossas companheiras em outros estados. Porque é aquela coisa que eu falo: “Gente, a porra dessa sigla é mera formalidade. Se nós pudermos fazer alguma coisa por umas às outras, vamos fazer, né?” Eu sei dizer que a nossa história é muito doida, sabe? Superação sempre.<sup>266</sup>*

A coletivização dos recursos foi uma dimensão bastante propagada pelo movimento. Diante da desigualdade nos territórios e da falta de recursos, as três redes nacionais e as demais associações filiadas buscaram estratégias para compartilhar as arrecadações, priorizando localidades com maior carência, como o caso de Manaus (AM), rompendo os contornos individualizados das associações locais de prostitutas. Havia uma noção de que o

---

<sup>263</sup> Denise Mara é uma veterana coordenadora do Núcleo Rosas Vermelhas, de Manaus (AM). Participou da oficina “Transa de Saberes”, no Circo Voador (RJ), e do evento de mesmo nome ocorrido na Faculdade de Saúde Pública. Ver: Transa de Saberes com o Movimento Brasileiro de Prostitutas. 2023. Vídeo (184m) Publicado pelo canal Faculdade de Saúde Pública da USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B2mXASwxaxc> Acesso em 17 mai.2024.

<sup>264</sup> Santuzza Alves de Souza é uma liderança do Coletivo Rebu, de Belo Horizonte (MG), associado a Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais. Ver: Pandemia do Sexo. Uma conversa com Santuzza Alves de Souza [ep.12]. Entrevistada: Santuzza Alves de Souza. Entrevistadoras: Joana Suarez, Raquel Baster. Cirandeiros, jul. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/36uyNfKKqZDo05KGdeDFex?si=epHy642LSQ-XOGSaM9WP-g> Acesso em: 17 mai.2024.

<sup>265</sup> RedTraSex é a sigla do movimento Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe. Para aprofundar no trabalho realizado, ver: REDTRASEX. <https://redtrasex.org/> Acesso em: 17 mai.2024.

<sup>266</sup> Gomes, op. cit., p.9.

movimento era um só e, na ausência de políticas para a categoria, elas precisaram contar com suas forças e articulações internas.

Vânia Rezende definiu essa ação como um princípio básico de solidariedade que norteou as estratégias das associações e redes. Ela conta que recebeu auxílios das secretarias locais, do Estado e do Município, assim como de ONGs, e até mesmo do GEMPAC, associação coordenada por Lourdes Barreto, em Belém (PA).

*O básico foi a solidariedade. Você vê que aqui tem putas que têm condições melhores que ajuda a outra. Tá sem dinheiro e faz dois, três programas, a outra não fez nada, vai lá e dá uma ajudinha. Tá acontecendo isso. O próprio movimento político, as secretarias ajudaram bastante as prostitutas com cesta básica, com máscara. O GEMPAC mandou aqui pra APPS máscaras e sabonetes. A cesta básica ficava muito pesada pra vir por Sedex. Mandou pra gente, quer dizer, tá ajudando. Nanci teve uma dificuldade muito grande com falta de respiração, problemas sério, e a Rede Brasileira toda ajudou, inclusive você também contribuiu. A Célia mandou o respirador pra ela. Eu acho que solidariedade foi o básico. E ampliar os conhecimentos. A gente tem que continuar. A gente não pode parar de tudo. Eu pelo menos não posso tá em reunião presencial. Tenho 69 anos, faço tratamento com câncer, uma doença autoimune que é a falta dessa vitamina, sou grupo de risco total, e o que salvou foi essa história remota. Eu fico assim até meio entristecida. Tem que aprender, tem que evoluir, porque senão não avança. Eu quero fazer presencial, mas não é como a gente quer, porque se fosse como a gente quisesse a pandemia não tava aí. Em Pernambuco tá altíssimo o índice! Morre muita gente. É mil pessoas por dia! Num é brincadeira não! E a maioria das pessoas não tão se prevenindo. Isso é a realidade! Então a solidariedade foi o que bombou aqui no meio das puta. Uma ajudando a outra. Tem parceria, não vou dizer que não tem, do Estado, do município... as ONGs que tem mais poder ajudam um a outro. É uma força. É como a gente sempre diz: juntas somos mais fortes. Esse é um ditado que pegou mesmo nessa pandemia.<sup>267</sup>*

Na literatura sobre mercado do sexo, a noção de “ajuda” é entendida como uma gama variada de apoios e reciprocidades que não dizem respeito somente à relação imediata entre sexo e dinheiro, perpassando também dimensões afetivas e outras trocas, as quais envolvem melhorias na condição de vida e mobilidade social. A ajuda é facilitada por uma rede de sociabilidade e de laços íntimos e afetivos que estruturam a economia do mercado sexual e

---

<sup>267</sup> Rezende, op. cit., p.10.

seu entorno.<sup>268</sup> Esta noção pode ser útil para se pensar o impulsionamento da rede de solidariedade reproduzida nos espaços de prostituição no marco pandêmico brasileiro.

Movidas por um forte senso de solidariedade e reciprocidade, as ativistas acionaram o repertório de ajudas das zonas de prostituição, amigos, clientes, colegas, movimentos sociais e instituições, que viabilizaram recursos para ampliar as ações de solidariedade, garantindo o sustento para muitas na fase mais crítica de pandemia. Conhecedoras dos seus territórios de trabalho, elas promoveram ações não somente para as prostitutas, mas buscaram intervir no entorno das zonas de prostituição e nas comunidades próximas, amparando outros grupos desassistidos, em iguais ou piores condições. Esse movimento de solidariedade ampliado nos ajuda a pensar em uma circulação de ajudas que se estendeu às comunidades vizinhas das associações.

Lourdes Barreto descreveu uma cena de reciprocidade envolvendo outros trabalhadores, vivenciada nos arredores de sua casa, em Ananindeua (PA):

*O que acontece é que a gente tem muita prática. Por exemplo, eu consegui aqui um apoio da prefeitura de Belém pra encaminhar alguns jovens pra limpeza pública do município. Por coincidência eles pararam todo na minha rua, pra fazer limpeza na minha rua. Eu passei o dia todo fazendo café e fazendo comida para dar pra eles. Do pouco que eu tinha. Eu tinha 2kg de feijão no armário, eu fiz todo os dois quilos de arroz. Quando é no outro dia já chega uma ajuda pra mim. Então quer dizer, a gente fez um almoço pra eles, que limpavam minha rua. Tá limpa e asfaltada.*<sup>269</sup>

A cena narrada por Lourdes ilumina outra questão vivenciada pelas veteranas de mais idade. Durante a fase mais rígida da pandemia, mesmo em isolamento social, elas encontraram formas de mobilizar ajuda por meio dos usos estratégicos das tecnologias e redes sociais, participando de *lives* informativas, conectando e reativando parcerias. Impelidas pelo “dever de luta”, e pelas experiências anteriores adquiridas nos tempos da epidemia de Aids, lançaram-se às reinvenções do ativismo, ocupando a arena virtual, anteriormente pouco explorada por elas.

Vânia Rezende, durante a fase mais crítica da pandemia, decidiu fazer um curso de inclusão digital, adquirindo um conhecimento imediatamente incorporado nas articulações políticas necessárias.

---

<sup>268</sup> Piscitelli, op. cit., p. 29-64.

<sup>269</sup> Barreto, Lourdes [78 anos]. [09 abr.2022]. Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. Entrevista remota. Duração: 40m (Transcrição/Textualização: Amanda de Mello Calabria– 9 páginas). Nascida em Brejo de Areia, Paraíba, residente em Belém, Pará, p.9.

*Nessa pandemia, as prostitutas, tanto as que tão atuando, como as veteranas, continuam trabalhando na prostituição, porque tá sempre na área, tá em convívio com as companheiras. A gente tem se reinventado. Eu tive realmente que me reinventar. Eu fiz curso de inclusão digital, porque não vai ter mais chance de aprender a lidar com essas novas tecnologias. Eu tive que aprender muito isso, porque é tudo remoto. Eu ainda me atrapalho, meu filho me ajuda aqui. Eu fiz o básico, aprendi.<sup>270</sup>*

Assim como Vânia, as demais veteranas se lançaram às ações e articulações por via remota. Entretanto, em algum momento, todas se desafiaram a encarar as zonas de prostituição em assistência proximal às colegas que estavam na ativa, mesmo temerosas com os efeitos graves da Covid-19. Para elas, além da distribuição dos materiais de maior necessidade, era importante se mostrar presente, levar uma palavra amiga e oferecer um afeto, um acolhimento. Nesse sentido, podemos dizer que as veteranas não se conformaram às recomendações do isolamento social e procuraram habitar os espaços de prostituição movidas por um senso de responsabilidade política e afetiva com a categoria, o que estendemos aqui como uma forma de cuidado.

No início desse capítulo, Diana Soares narrou as condições em que se encontravam as colegas com Covid-19, em Natal (RN). Elas não puderam se manter nem nos hospitais, em tratamento, nem nos bordéis, em isolamento. Como alternativa, Diana abrigou as colegas em sua própria casa, mesmo correndo o risco de adoecimento. Vimos também a coragem de Célia Gomes em se envolver com as atividades na zona de Teresina (PI), contrariando o pedido de isolamento dos familiares. Assim como a de Fátima Medeiros que, diante do quadro difícil vivido pelas colegas em Salvador (BA), decidiu sair do isolamento na Ilha de Itaparica. Para elas, manter-se segura, em isolamento, seria uma atitude contrária ao histórico de ação política e de solidariedade nas ruas, sobretudo, em situações de maior vulnerabilidade no trabalho sexual.

As experiências de enfrentamento à Covid-19 colocaram em conflito o risco de adoecimento individual e a necessidade de cuidar das colegas nas ruas, que vivenciavam violência, fome, adoecimento, entre outros. Venceu a empatia. Entretanto, as incursões às zonas, sobretudo das “mais velhas”, não devem ser lidas como uma mera irresponsabilidade, mas como parte das estratégias de enfrentamento à Covid-19, que reposicionam o risco a partir de uma noção de preservação e coletivização da vida.

---

<sup>270</sup> Rezende, op. cit., p.10.

Entre a gestão pandêmica necropolítica e a lógica neoliberal de isolamento e preservação do indivíduo, as lideranças apontaram um terceiro caminho, aquele que reconhece e valoriza as vidas de cada trabalhadora sexual. Movidas pelo “dever de lutar”, o que, em todos esses anos, lhes conferiu a posição de veteranas, elas evocaram seus saberes e, estrategicamente, desenvolveram uma tecnologia de promoção do cuidado, que é afetiva, política, social e sanitária, a partir do acionamento coletivo das redes de ajudas, das práticas assistenciais, do acolhimento e prevenção nas comunidades em que habitam.

Essa atuação na linha de frente pode ser definida como uma tecnologia de cuidado aprendida há mais de três décadas, nos anos iniciais da criação do movimento. Refere-se aos princípios diretivos da categoria durante a redemocratização brasileira, como a luta pelos direitos humanos, pela garantia à vida e cidadania das prostitutas, assim como a atuação coordenada em prevenção sexual, por meio da qual desenvolveram uma prática de promoção do cuidado e uma abordagem de saúde integral, pautadas no reconhecimento dos referenciais de vulnerabilidade social. A aposta em medidas de conscientização coletiva e de mobilização comunitária, consideradas como eficazes e fundamentais para o controle da epidemia de Aids,<sup>271</sup> foi um motor importante das ações das prostitutas naquele período, tendo sido retomado e apropriado com a pandemia de Covid-19. Numa dilatação dos tempos, as veteranas evocaram os saberes do passado e encontraram possibilidades de respostas engajadas e comunitárias baseadas na própria história do movimento.

Busquei abordar alguns desafios e respostas das veteranas no contexto pandêmico, suas vivências, subjetividades e enfrentamentos. Pincelei a multiplicidade de experiências durante o período, situando os adoecimentos, envelhecimentos e batalhas ativistas. Desde o início da pandemia, as veteranas tiveram um papel relevante na sociedade, produzindo análises de conjuntura, posicionando o movimento em sua capacidade de atuação, compartilhando informações e traçando respostas coletivas, local e nacionalmente.

A despeito do imaginário preconceituoso sobre a velhice, que publiciza a passividade e o imobilismo dos “mais velhos”, e que circulou ativamente na fase mais rígida da pandemia, as veteranas demonstraram fôlego para produzirem respostas compartilhadas. Como sobreviventes de batalhas de outros tempos, expuseram-se ao risco, retomaram experiências e o histórico de organização política, desenvolvendo suas próprias saídas. Durante a entrevista, Lourdes Barreto fez um diagnóstico sobre a condução da gestão pandêmica brasileira. Sua

---

<sup>271</sup> Parker, Richard. *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA, São Paulo: Editora 34, 2000, p.101.

narrativa é também um desabafo de veterana, um pesar e uma expectativa de futuro que estimula a reflexão:

*Nós tamos juntas, acreditamos em transformar a vida em mudanças, em dias melhores. Agora, a sociedade precisa acordar, porque se nós tamos vivendo num país sem governo, nós precisamos acordar e ver que uma parte da sociedade também foi responsável por essa tragédia nacional. Eu nunca me enganei. Não votaria nunca, eu sou dessas. E sabia que ele não tinha a capacidade pra governar o Brasil. A questão do estigma contra a população negra, contra a população indígena, as mulheres, os homossexuais, as mulheres trans... nessa pandemia isso tem sido mais forte, porque parece que as pessoas colocaram pra fora tudo que tava dentro.*<sup>272</sup>

---

<sup>272</sup> Barreto, op. cit., p.11.

## Capítulo 3

### **A batalha nas ruas como projeto de vida: memórias de ativismo nas histórias das veteranas**

Y com mi gente  
Andando mi vida  
Voy dando mi mensaje

Gloria Anzaldúa – Arriba mi gente

A memória é “um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado”<sup>273</sup>. A cada evocação do passado, a depender do ponto de mirada, atribui-se novos significados às lembranças. Ao evocar as experiências passadas, narradores podem reafirmar, contrapor e reatualizar suas práticas e posições em relação ao “eu” do presente, assim relacionam e ressignificam tempos, lugares, pessoas e acontecimentos. O olhar retrospectivo para um mesmo objeto pode assumir diferentes sentidos, a depender do contexto da lembrança.

Neste capítulo, abordo as construções plurais das narrativas de ativismo das veteranas, suas vozes, experiências e os sentidos que atribuem a si no passado. Ao elaborarem o vivido sob o entendimento do agora, elas estão também estabelecendo relação com outros cenários, com os debates públicos do movimento de prostitutas e o trabalho de memória que conformou a história do movimento no Brasil. Dessa maneira, priorizo os debates suscitado nas narrativas individuais, mas agrego os contextos de luta, passado e presente, nos quais as veteranas se inserem.

Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, lembrar a própria história de vida é uma possibilidade de se conhecer, de elaborar a experiência individualizada e de se confrontar com a temporalidade da trajetória.<sup>274</sup> É nesse sentido que podemos pensar o exercício biográfico na trama de um processo de aprendizagem narrativa, como desenvolvido no consistente projeto “Trajetórias Docentes”, com professores da rede básica de ensino. Os pesquisadores tomaram como princípio a linha proposta por Ivor Goodson, considerando a composição de narrativas autobiográficas como um processo de aprendizagem narrativa sobre

---

<sup>273</sup> Portelli, op. cit., p.18.

<sup>274</sup> Delgado, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, 6, 2003, p. 16.

a própria vida, o “que ocorre durante a elaboração e a manutenção contínua de uma narrativa de vida ou identidade”, de uma “missão de vida” ou de um enredamento com sentido para quem vive”.<sup>275</sup> No projeto, as narrativas são consideradas em seus aspectos elaborativo e subjetivo, ao valorizar as particularidades das experiências daquele que narra e as dimensões compartilhadas, que podem dizer de um contexto de trabalho e da relação com outros grupos e instituições. Portanto, entendemos que o trabalho de narrar pode proporcionar exercícios de reflexão e de aprendizados narrativos sobre a própria vida, no entrelaçamento e posicionamento em contextos mais amplos, como cenários nacionais, locais, marcas culturais e políticas.

Inspirada por esse projeto e no trilho de uma história pública compromissada com a comunidade de pesquisa, o trabalho de recomposição das memórias das prostitutas veteranas busca promover significações, reconhecimentos e pertencimentos entre as trajetórias pessoais e a memória coletiva do movimento de prostitutas. Ao entrevistá-las e solicitar que me contassem sobre o ingresso no ativismo e relembassem experiências marcantes, as lideranças puderam se lançar em memórias, percorrer trajetórias e recompor histórias. Selecionaram os acontecimentos que consideravam mais significativos para publicizarem, adotando uma abordagem que buscava desviar do foco das entrevistas convencionais, que expressam uma história factual do movimento centrada nas grandes questões políticas e públicas. Ao requisitar que narrassem suas trajetórias de ativismo, busquei abrir espaço para elaboração e reflexão sobre as memórias e percursos da formação política, objetivando a construção de uma narrativa a partir da intencionalidade do narrar no encontro comigo. Enquanto agentes históricos, as veteranas significaram e tramaram suas trajetórias ativistas, considerando as contribuições que têm dado ao movimento nacional e, situacionalmente, as ações desenvolvidas nos territórios onde atuam. Esse processo possibilitou uma conexão entre o passado vivido e a memória coletiva do movimento de prostitutas, bem como o reconhecimento da atuação histórica, seus legados e mútuos reconhecimentos.

As memórias individuais ativistas não estão desconectadas da memória coletiva do movimento. As narrativas autobiográficas das veteranas, a todo tempo, se endereçam à afirmação de uma identidade política comum, no arco da memória coletiva do movimento, desde entrelaçamentos, similitudes e diferenças.<sup>276</sup> Assim, ainda que o foco deste capítulo esteja nas singularidades das trajetórias ativistas, seus percursos e significações no tempo, ao

---

<sup>275</sup> Andrade, Everardo Paiva; Almeida, Juniele Rabêlo; Silva, Mariana Mizael Pinheiro da. Artes de ensinar, ofício de viver: das narrativas (auto)biográficas e uma história pública dos professores. *Revista História Hoje*, v.8, n.15, 2019, p.175.

<sup>276</sup> Delgado, op. cit., p.17.

retomarem suas experiências no ativismo as veteranas confirmam que os debates públicos do movimento se sobrepõem e reafirmam a memória coletiva que organizou a história do movimento no Brasil. Desse modo, suas narrativas se relacionam e reagem ao percurso da história da categoria organizada, o que se desdobra no destaque às personagens, acontecimentos, práticas e resistências pouco visibilizadas na história pública da categoria. Esse aspecto acaba se tornando também uma oportunidade para visibilizar as experiências pessoais e os percursos das associações locais.

Nos trechos narrativos que seguem, a escolha pelo ativismo aparece sempre galvanizada pelas condições difíceis dos cenários do trabalho sexual, nos contextos de luta referidos. Diferentemente das trajetórias de vida e trabalho, apresentadas no capítulo 1, quando ingressaram na prostituição com pouca experiência, aqui, as entrevistadas já haviam sido iniciadas no trabalho sexual e possuem, em maior ou menor medida, alguma *expertise* no ofício e, portanto, não se conformam às contrariedades, explorações, perseguições e violações de direitos. Desse modo, a coragem e a ousadia, presentes nos trechos das histórias de vida do capítulo 1 reaparecem para afirmar a relevância de suas experiências pessoais e suas estratégias de luta no tempo. Em suas trajetórias ativistas, as batalhas das ruas se transformaram em batalhas de uma vida pelos direitos para a categoria.

Entre os principais acontecimentos estão as particularidades das ações ativistas em cada cidade. Apesar de estarem situadas localmente, as experiências individualizadas revelam temas recorrentes e dão a ver um contexto similar, como os cenários de violência policial e de perseguição à prostituição, no contexto de reordenamento urbano nos anos 1980 e 1990, ou os projetos de prevenção em Aids, que tomaram a agenda política do movimento nacional a partir da década de 1990.

As narrativas dão a ver ainda processos plurais de formação no ativismo, desencadeados pelos encontros com pessoas, ideias, grupos e instituições, à luz dos contextos locais. Assim como dão a ver relações com instâncias de Estado e estratégias forjadas nos propósitos da luta, desde as práticas e inventividade das ruas. Não se trata, portanto, de um repertório de ações contestatórias definido, genérico, que foi sendo aplicado e repetido pelas lideranças no movimento. Trata-se de ações oportunizadas pelos conhecimentos adquiridos nos trânsitos de prostituição, por reinvenções pessoais decorrentes dos encontros com colegas, dos agenciamentos e das estratégias possíveis urdidas entre a ação individual e coletiva.

### **3.1 “Eu Sou Puta”: memórias de ativismo de Lourdes Barreto**

Busco recompor a trajetória de ativismo de Lourdes Barreto no movimento de prostitutas a partir das memórias e significações de suas experiências. São mobilizadas tanto as memórias menos conhecidas, que dão a ver os acontecimentos na zona de prostituição em Belém, antes da criação do movimento nacional, quanto as mais publicizadas, que se relacionam com o momento inaugural da criação do movimento na agenda brasileira e seus desdobramentos posteriores.

Em virtude do reconhecimento público de Lourdes como uma das idealizadoras do movimento e única liderança continuamente ativa desde o contexto de fundação, há extenso material produzido a seu respeito. A organização do acervo que registra a história do GEMPAC (PA), fundado e coordenado por ela, amplia a disponibilidade de materiais acerca de sua vida. Uma análise mais detalhada sobre seu ativismo pode ser encontrada em minha dissertação de mestrado, dedicada à sua história de vida. Já nesta tese, entremeio, de forma mais sintética, as suas narrativas a novos olhares dos processos políticos.

A longa trajetória de Lourdes e o trabalho de pesquisa anteriormente realizado sobre sua história fizeram com que suas memórias estejam mais extensivamente apresentadas do que as das demais veteranas. Entretanto, não buscamos sobrepor sua história de vida em relação às demais, mas valorizar e reconhecer suas experiências e feitos ao longo do tempo a partir da disponibilidade narrativa e documental.

Por fim, as experiências ativistas narradas por Lourdes são elucidativas de um cenário mais amplo da organização política, em sintonia com a história e o contexto de luta do próprio movimento, de maneira que podemos encontrar chaves de análise para se pensar os cursos de vida de outras lideranças. Por exemplo, as respostas dadas por ela no contexto de colonialidade - repressão e violência em Belém, sob a rubrica da resistência, fornecem subsídio teórico e interpretativo para pensarmos as experiências das veteranas em face das perseguições e regimes de violência nos quadros da prostituição no Norte e Nordeste.

#### **3.1.1 Resistências no contexto repressivo em Belém**

Durante os frequentes trânsitos entre Belém, Fortaleza e outras cidades do Nordeste, um cenário difícil e violento se formava na capital do estado do Pará. Lourdes testemunhou o recrudescimento da violência contra as prostitutas na tradicional zona de meretrício

“Quadrilátero do amor” durante a implementação da ditadura civil-militar na cidade belenense. Desde o final dos anos 1960, o território era constantemente alvo da repressão policial pelo governo do Pará, o que culminou com as interferências e perseguições do governador Alacid Nunes na vida cultural e boêmia da capital. No dia 1º de abril de 1970, por meio da “Operação Meretrício”, o governador fechou o “Quadrilátero do amor” e outras regiões destinadas ao meretrício na cidade. As casas de prostituição foram interditadas e as meretrizes foram perseguidas e detidas. Sem lugar para trabalhar, as prostitutas recorreram ao *trottoir* nos bairros e cidades adjacentes.<sup>277</sup>

Entre os principais acontecimentos que relatou como marcantes em sua trajetória ativista, Lourdes evocou o contexto de acirramento da violência no “Quadrilátero do amor”, durante o regime militar, o que configurou um marco significativo não somente em sua história de vida, mas no cenário da prostituição e da vida boêmia na cidade de Belém.

*Depois da ditadura militar, tu teve um regime militar pesado. Era uma coisa impressionante! Como as prostitutas gostavam muito de janela, na época a gente não podia botar a cara na janela. Eu fui presa porque atravessei a rua, porque tinha a casa de costume e a casa das famílias, eu atravessei a zona, duas casa pro lado da Padre Prudêncio, pra amamentar, porque a Leila morava na casa da Dona Selma, uma prostituta de quase setenta anos que tomava conta dela. Eu ainda não tinha o Paulo, depois ela tomou conta do Paulo. Ela cuidava de um monte de criança na casa dela, junto das filhas dela que tavam lá. Quando a zona fechou, eu saía de manhã cedinho, aí fazia alguns programas, quando era 11h eu vinha pegar um táxi, saía correndo pra buscar Leila e o Paulo no colégio pra deixar lá.*

*Na ditadura militar, o golpe foi em 64, né, foi muito cruel, muita violência contra nós. A gente ia muitas vezes presa sem praticar nenhum crime. Não podia se posicionar, se questionar. Só que naquele tempo eu já era uma puta revolucionária, eu fazia greve na zona de trabalho, achava que tinha que tá organizada dentro da própria zona pra lutar por uma carga horária menor, porque você ficava 24 horas no ar. Tava dormindo, chegava o cliente, batia na porta, tinha que acordar. Era uma violência que a gente ficava triste. Mas eu sempre fui uma mulher que tive autonomia. Mesmo dentro da zona quando queria cobrar uma carga horária maior, eu já reunia 10, 15 putas dentro de uma alcova lá e dizia: “Olha, é pra entrar dez horas, nós vamos entrar meia noite.” Um atraso de duas horas. Porque um cabaré, cheio de cliente, e as mulheres entocadinha dentro do quatro, eu enfrentava isso. Eu era uma líder já sem saber que era. Tomava a frente das coisas.*

---

<sup>277</sup> Dias Junior, op. cit., p.183.

*E aí vem os anos 70. Fecharam a zona de Belém. Um governador militar do exército, coronel do exército. Fecharam a zona de prostituição. Quem tava dentro não saía, quem tava fora não entrava. Como eu sempre fui uma mulher bastante inteligente, sabia que a zona ia ser fechada dia primeiro de abril, dia da mentira de 1970, sabia que tavam divulgando que ia fechar a zona. Eu já tinha dois filhos, aluguei uma casa e levei meus filhos. Ficou ainda umas casas legais e tivemos que trabalhar na rua também. Eu trabalhei na rua, em barragem, em boate, dançarina de cartão. Entrava e só saía no final, quando fechava a casa, essas são as chamada boate fechada.*

*Depois que fecha a zona, a gente ficou muito trabalhando no comércio. Seis horas da tarde ia pra lá, pra quando tava fechando a loja a gente entrar e ter relação sexual, porque não tinha nenhum motel. Os motel foram fechados. Quantas vezes fizemos relação sexual em cima de uma mesa porque não tinha como ganhar dinheiro em outro lugar! Porque fechou todos os motéis de Belém! Fechou primeiro o Castelinho, que era o primeiro de Belém, depois saíram fechando tudo. Tu não tinha espaço pra transar. Foi assim uma coisa impressionante! Pegava os clientes na rua, aí quando fizeram esses motéis lá pra fora da cidade, lá pras banda de Ananindeua, a gente andava muito pra trepar. Ou então no pé da mangueira, nos casarão que tavam desocupados, aonde tivesse forma de levantar a saia. A gente tinha que andar de saia pra poder levantar a saia pra trepar, era difícil. Algumas alugavam suas casas, levavam cliente pros outros bairros. Quando foi depois de 1 ano e pouco reabriu a zona, mas assim, como casas de cômodos, daí a gente continuou trabalhando. As chamadas casas de cômodo não tinham música nem bebida, né. Mas até que tinha uma rabiolazinha, uma cervejinha...<sup>278</sup>.*

Em um trecho sensível de sua história, Lourdes relembra os anos de chumbo em Belém, os riscos que assumiu durante a repressão para que pudesse simplesmente trabalhar; amamentar a filha; relembra as saídas às pressas para pegar os filhos na escola e mantê-los seguros; o estímulo à mobilização das colegas na recusa ao cumprimento da carga horária e do confinamento abusivo nos cabarés; as alternativas laborais encontradas diante da perseguição. Relembra também a importância das redes de sociabilidade e de ajuda para a reorganização das relações no ambiente de trabalho. São muitos os acontecimentos destacados por ela que modificaram o contexto da prostituição no “Quadrilátero” e redefiniram seus caminhos de vida naquele momento.

---

<sup>278</sup> Barreto, op. cit., p.3 -5.

Lourdes analisa as transformações ocorridas na zona de meretrício com propriedade. A região que, por tantos anos, conhecia como a palma de sua mão, havia se tornado hostil às prostitutas, que a caracterizaram e que, cotidianamente, construíam aquele espaço. Não era mais a zona de glamour e liberdade sexual da qual se lembrava quando chegou à cidade, no final dos anos 1950. Com o avançar e recrudescimento do regime civil militar, as prostitutas passaram a ser perseguidas e presas, o que teve seu ápice com o fechamento da zona em 1970.

O acontecimento, entretanto, não extinguiu o exercício da prostituição em Belém, embora tenha proporcionado a desarticulação da prostituição no “Quadrilátero” e a decorrente desterritorialização e vulnerabilização das trabalhadoras sexuais, uma vez que não tinham mais o espaço conhecido e seguro para trabalhar, conviver e morar. Em resposta, Lourdes e suas colegas passaram a buscar meios diversos para driblar o regime e escapar das perseguições, encontrando locais de trabalho alternativos nos centros comerciais, nos hotéis e nas casas em bairros periféricos, mais afastados da vigilância policial. Ela relembra, ainda, a estratégia de mobilidade para cidades distantes, como a busca por trabalho nas regiões de garimpo da região Norte, mencionadas no primeiro capítulo. Embora apareça como uma alternativa estratégica de trabalho, em sua narrativa os trânsitos para as regiões garimpeiras não foram significados como fuga, mas como uma oportunidade de exercer a sexualidade, a autonomia, obter ganhos financeiros, conhecer pessoas e adquirir conhecimento.

Percebi que ao se referir aos episódios de opressão vividos durante o regime militar, Lourdes conferia-lhes sentidos de combatividade e resistência, identificados em nossas conversas por expressões como “enfrentei a ditadura” e “vivi a mão de ferro da ditadura militar”. A experiência da maternidade, a rede de compartilhamento de informações entre prostitutas, o drible à repressão, a mobilidade para outras regiões e a experiência de autonomia por meio do uso ativo da sexualidade naquele período, configuram-se como um conjunto de práticas insubmissas ao domínio e ao controle da repressão e da moralidade, significados por ela como processos de resistência. Em ações individuais ou compartilhadas, Lourdes buscou tecer possibilidades de reação, adaptação e recriação da vida, experiências que expressam sentidos de resistência singulares ao contexto de prostituição local.

Em sua história de vida, a resistência aparece como uma recusa à sujeição da prostituta à marginalização e moralidade do regime, como uma forma de enfrentamento inventivo para o trabalho e a reprodução da vida. Em sua narrativa, a resistência se expressa como uma subjetividade ativa em oposição à completa sujeição.

Na memória histórica denunciativa da ditadura civil-militar no Brasil, as discussões sobre as violências cometidas e os enfrentamentos ao regime vêm arregimentando batalhas de memória acerca das implicações políticas e do caráter das ações. As formas de resistência à ditadura, em um quadro geral, foram compreendidas como marchas, protestos, greves sindicais, manifestações artísticas e, no sentido mais radical de enfrentamento, as ações armadas da esquerda revolucionária.<sup>279</sup> A literatura que discute os sentidos de resistência ao regime militar comumente se ancora nas discussões dos processos políticos ligados ao nazismo, o que acaba remetendo às manifestações diretas de confronto.<sup>280</sup> Essa dimensão de análise toma como referencial uma cultura política combativa e masculina e deixa escapar as complexas e multifacetadas experiências que se situam fora deste quadro, especialmente as vividas no cotidiano pelas “mulheres comuns”.<sup>281</sup> Em outras palavras, os atos de resistência acabam por conformar uma gramática de repertórios de contestação com forte ênfase nos enfrentamentos diretos,<sup>282</sup> não incorporando sujeitos, experiências e repertórios que não expressam o sentido de resistência geral.

Os repertórios de confronto são considerados formas de ação política que respondem às influências e aos contornos disponíveis de uma dada conjuntura, estando sujeitos a serem apropriados e modificados por pessoas e grupos. Ainda que se disponha de um conjunto variado de ações de confronto, uma certa cena política tende a instaurar os contornos dessas ações, ao passo que sujeitos e grupos acionam e repetem os repertórios bem-sucedidos. Os repertórios operam como um evento público que busca a visibilidade da luta e sua expressão é

---

<sup>279</sup> As manifestações contrárias ao regime militar podem ser encontradas nos seguintes trabalhos: Dezemone, Marcus. *1964 e as batalhas de memória 50 anos depois*. Revista Maracanan, n.11, dez, p.56-67, 2014. Reis, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>280</sup> Rollemberg, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: Rollemberg, Denise e Quadrat Samanta Viz (Org). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

<sup>281</sup> O termo é utilizado nas seguintes pesquisas: Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez, 2013. p. 116. Dellamore, Carolina; Soares, Paula Elise. Resistências femininas à ditadura militar: as trajetórias de Gilda e Adélia (1964-1985). *História Oral*, v.25, n.1, jan/jun, 2022, p.60.

<sup>282</sup> Dentre os eventos que marcam os repertórios de contestação da esquerda se destacam os protestos de 1968, que, no contexto internacional mais amplo, contribuíram para alavancar uma inspiração à luta e constituíram um fator de visibilidade às opressões, ainda que tenha se manifestado a partir das especificidades e conjunturas locais de cada país. No Brasil, os protestos foram significativos, destaque para a Passeata dos Cem Mil, no dia 26 de junho, as greves sindicais em Osasco, São Paulo, as manifestações artísticas e as canções de protesto. Ver: Ridenti, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha (Orgs). *O século XX. V.III. O tempo das dúvidas*. Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 133-159.

capaz de informar aspectos da organização que o aciona, suas pautas, discursos, lideranças e signos.<sup>283</sup>

As narrativas de resistência à ditadura civil-militar se ancoraram nos repertórios de confronto que demarcam o enfrentamento direto à dominação. A assimilação e legitimação desses repertórios, num esforço de autorização das formas de luta válidas, acabou produzindo a conformação do binômio resistência X dominação, de maneira que a resistência compreendida como válida se situa numa oposição direta ao sistema de opressão. Nesses repertórios, o sentido de resistência é marcado pela expressão de recusa à dominação, num ato de negação explícita, de maneira que outros processos de resistir se mantêm eclipsados. Nas palavras de Denise Rollemberg, é necessária uma “desconstrução da memória da resistência” da ditadura militar no Brasil para se compreender os processos múltiplos de produção de violência e de resistência.<sup>284</sup>

Para as prostitutas, o acirramento da repressão durante a ditadura produziu como resposta uma série de ações de resistência que podem ou não se situar no âmbito dos repertórios de confronto. Na história de vida de Lourdes, os episódios de resistência narrados não se reconhecem no quadro geral dos repertórios de confronto. As ações de Lourdes se caracterizam como resistências miúdas, dribles à repressão local, exercícios de autonomia, e, especialmente, uma conduta manifestada no cotidiano marcada por usos ativos da sexualidade, contrários à norma e moral de gênero. Essas ações diferem das marchas e manifestações vividas, anos mais tarde, por Gabriela Leite, na Boca do Lixo, em São Paulo, em reação à repressão e perseguição policial.

Proponho que essas experiências de resistência miúdas sejam compreendidas na chave de leitura pensada por María Lugones. Ao debater a permanência das relações de colonialidade de gênero<sup>285</sup> em sistemas de opressão e dominação, Lugones amplia o conceito de resistência para pensar as possibilidades de respostas que não se conformam a lógica do enfrentamento. Nesse sentido, a resistência se relaciona com a subjetividade ativa do sujeito colonizado, revelando camadas de agência que não o limitam à completa sujeição.

---

<sup>283</sup> Sobre a literatura dos repertórios de confronto, ver: Tilly, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.3. Brasília, jan-jul, 2010, p.133-160. Alonso, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v.02, n.03, 2012, p.21-41.

<sup>284</sup> Rollemberg, op. cit., p.573.

<sup>285</sup> Maria Lugones compreende que a colonização na América produziu um sistema moderno/colonial de gênero marcado pela conformação de raça, gênero, sexualidade e classe. As posições de gênero e raça hierarquizadas e dicotômicas não existiam como tais em América, tendo sendo recriadas aos moldes europeus sob o binarismo de gênero e patriarcalismo. Lugones propõe pensar uma colonialidade sistêmica desde suas dimensões subjetivas, mas também as respostas materiais e subjetivas a partir da diferença colonial. Ver: Lugones, Maria. *Colonialidad y Género. Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, n.9, julio-diciembre, 2008.

A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno.<sup>286</sup>

Nesse caso, a resistência não está significada na contestação ou no confronto direto, impossibilitados pela condição em que se encontra o sujeito colonial na relação de poder, e, sim, nas ações do cotidiano, nas formas de organização, expressão e invenção da vida em face à colonialidade. Resistir encontra sua expressão radical no acionamento de uma subjetividade de recusa à opressão, nas formas de significação do sujeito colonizado, que operam, fundamentalmente, na dimensão “infrapolítica”.

Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade opositora. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica.<sup>287</sup>

Para Lugones, resistir compreende formas alternativas de reação por meio de uma relação intersubjetiva de libertação, de adaptação e de oposição criativa, face a um contexto de colonialidade. A recusa de Lourdes aos papéis de gênero locais e à obediência ao regime repressivo inserem suas experiências no arco de resistência e sua subjetividade ativa é compreendida como possibilidade de recriação da própria vida. Tal concepção contribui para a análise das experiências de Lourdes diante do regime repressivo em Belém, e, de forma mais ampla, contribui para significar as experiências das demais veteranas em suas reações aos regimes repressivos locais, manifestados em colonialidade de gênero. As resistências estão na ordem das experiências cotidianas, como a subsistência a partir do trabalho, a autonomia financeira, e a constituição de redes de solidariedade, em uma recusa à completa sujeição, à dominação estrita e ao controle da sexualidade.

No trabalho de história oral com “mulheres comuns” vinculadas à greve na cidade de Osasco, em 1968, a historiadora Marta Rovai deslocou a análise dos sentidos de resistência hegemônicos e da representação unitária da mulher politizada para visibilizar sentidos e experiências de resistência que alcançassem as ações cotidianas, “invisíveis” e silenciosas,

---

<sup>286</sup> Lugones, Maria. Rumo a um feminismo descolonial, *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, set-dez, 2010, p.940.

<sup>287</sup> Lugones, op. cit., p.940.

mas fundamentais para a sobrevivência dos familiares e amigos de perseguidos políticos. Iniciativas como acolher pessoas, fazer visitas nas prisões, esconder armas, objetos, documentos e encaminhar mensagens foram entendidas como possibilidades de luta e, sob um projeto de história oral, transformaram as subjetividades e alteraram as dimensões das experiências vividas, que precisaram se reinventar na elaboração da memória sensível.<sup>288</sup> Para a autora, no que tange às mulheres comuns, “considerar suas experiências permite a elas também se olhar e descobrir como sujeitos históricos da mesma vivência e se deslocar para o centro da História.”<sup>289</sup>

As autoras Carolina Dellamore e Paula Elise Soares<sup>290</sup> também visibilizaram as ações consideradas como “dimensões de resistências” vividas por “mulheres comuns” durante a ditadura. Reconheceram nas experiências dessas mulheres práticas afetivas manifestas em trabalhos de cuidado e a constituição de redes de sociabilidade como possibilidades de enfrentamento ao regime.

Essa leitura contribui para pensarmos as experiências das prostitutas no contexto político e moral repressivo durante a ditadura militar em diferentes estados brasileiros. Embora ainda não tenhamos uma pesquisa robusta que mapeie e caracterize as memórias de repressão e resistência da categoria no Brasil, um passo importante parece ser nos oportunizarmos dos caminhos e significações das memórias daquelas que viveram o período em tela, reconhecendo suas respostas e estratégias face aos diferentes desafios e possibilidades descortinadas a elas.

### **3.1.2 Contribuições e limites da Pastoral da Mulher Marginalizada**

Entre as memórias de trabalho durante a ditadura militar, Lourdes se lembrou do despertar paulatino para a conscientização dos debates políticos e citou organizações e encontros que tiveram um papel importante em sua trajetória. A Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) foi lembrada como uma organização muito próxima naquele momento e que lhe foi influência para a discussão sobre direitos e cidadania, da qual se oportunizaria mais tarde para a criação do movimento de prostitutas.

A Pastoral é uma frente da Igreja Católica que se desenvolveu no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, inspirada nas formulações progressistas da Teologia da

---

<sup>288</sup> Rovai, op. cit., p. 120.

<sup>289</sup> Ibid., p. 127.

<sup>290</sup> Dellamore; Soares, op. cit., p.73.

Libertação, que tinha como orientação os programas eclesiais de base. Estes desempenharam um papel de oposição ao regime ditatorial no Brasil e na América Latina e, para além das ações de caridade, buscaram desenvolver um trabalho de conscientização social e política entre os segmentos sociais desprivilegiados. As prostitutas foram um dos públicos assistidos pela Pastoral da Mulher Marginalizada.

Além das orações e estudos bíblicos junto à comunidade de mulheres assistida, a Pastoral desenvolvia ações voltadas para o assistencialismo, como doações de roupas, alimentos, alfabetização, promoção da autoestima e capacitação para o ingresso no mercado de trabalho. Em uma assimilação dos debates feministas abolicionistas, baseavam-se no entendimento da prostituição como uma violência às mulheres pobres, de maneira que tinham como objetivo explícito retirá-las do trabalho sexual. Para tal, procuravam promover a autoestima das prostitutas e a tomada de consciência acerca da situação de opressão em que se encontravam na sociedade capitalista patriarcal.<sup>291</sup> Em seu estudo, Andreia Skackauskas aborda a relação intrínseca entre a PMM e a Federação Abolicionista Internacional, uma articulação global voltada ao combate do tráfico sexual com forte conotação moral.<sup>292</sup>

Lourdes se lembrou de quando começou a frequentar os encontros da Pastoral, e reconheceu a importância deste encontro para sua trajetória e para a deflagração do movimento anos depois. Todavia, não deixou de imprimir severas críticas à instituição e ao modo pela qual as agentes, em uma abordagem vitimizadora, compreendiam as prostitutas e executavam suas ações.

*Aí nessa época, já no final dos anos 60, eu conheço a Pastoral da Mulher Marginalizada, que era uma instituição que começou na França e espalhou muito no Nordeste do país e no Pará. No Brasil todo, toda América Latina, mas onde foi muito presente foi no Norte e no Nordeste, né, que era a questão de alfabetizar adulto. As prostitutas, realmente... tinha muitas prostitutas que eram analfabetas, que mulher da minha época não estudava pra arranjar namorado. Eu não estudei, vim estudar depois. A Pastoral que me alfabetizou e depois eu resolvi estudar. E a Pastoral reunia com a gente, ensinava... Toda tarde a gente ia pra reunião com elas, eu achava importante. Umas se vitimizava, mas eu sempre nessa posição de identidade, dizia que gostava do meu trabalho, que não estava fazendo nenhum pecado, nenhum crime, estava só trabalhando dentro da prostituição pra manter os filhos, que eu já tinha dois filhos, né. Eu até digo sempre pras minhas colegas, a Pastoral, diretamente ou indiretamente, nos incentivou a se organizar politicamente, porque,*

---

<sup>291</sup> Skackauskas, op. cit., p.44.

<sup>292</sup> Ibid., p.33.

*se não fosse a Pastoral, como era que eu ia saber que é importante criar o movimento? De uma forma ou de outra a Pastoral nos incentivou a se organizar. E vê que surgiu, todas as organizações passaram pela Pastoral. Todas essas lideranças passaram pela Pastoral da Mulher. Porque nós éramos estigmatizadas. Como é que ia sair alguém, uma puta, pra criar.... Fomos criar porque elas nos fortaleceu. De uma forma ou de outra, sem querer, elas deram o caminho da pedra pra nós.*<sup>293</sup>

Ao referir-se ao movimento iniciado na França, Lourdes retoma uma inspiração da PMM, o Movimento do Ninho, fundado pela pastoral católica francesa, nos anos 1930, com atuação voltada à prostituição e disseminado no Brasil décadas depois. Lourdes data o seu envolvimento com a Pastoral nos anos 1960, o que me parece pouco provável, uma vez que a instituição ainda não existia como tal no Brasil. Atribuo a datação a um deslize da memória, pela distância mnemônica do acontecimento ou pelo fato da década demarcar um envolvimento embrionário entre Lourdes e as integrantes do que viria a ser o Movimento do Ninho. Apesar da imprecisão da data, considero relevante o modo como ela significa a relação com a Pastoral em sua trajetória, uma vez que reconhece as contribuições e os aprendizados no campo político gerados pelo encontro. Relembra ter sido a partir do trabalho dessa instituição que ela pode voltar a estudar e ser alfabetizada. Também foi a partir da Pastoral que ela e Gabriela Leite se conheceram, sonharam e articularam a criação do movimento. Para ela, mesmo sem intencionalidade, a Pastoral incentivou-as a se organizarem, estimulou a conscientização política e repertoriou-as do ponto de vista da estrutura organizacional.

Lourdes e Gabriela se encontraram pela primeira vez em 1984, no VI Encontro Nacional da Pastoral da Mulher Marginalizada, “Mulher: Prostituição, Racismo e Violência”, na cidade de Salvador, Bahia, organizado pela Pastoral da Mulher Marginalizada.

*Nos anos 1980 eu casualmente encontro com a Gabriela Leite no encontro da Pastoral em Salvador. Gabriela foi ao encontro na companhia de Leonardo Boff, que era da Pastoral lá do Rio. Ele levou ela. Ah, encontro aquela mulher baixinha, empoderada... E eu lá, arrodada de mais de cento cinquenta trabalhadora sexuais tudo vítima, coitadinha, pobrezinha, que a zona não prestava, mas quando tava na zona virava cavalo de cão. E tinha Gabriela e eu dizendo que a gente gostava de ser puta, a gente gosta de tá na zona, que a*

---

<sup>293</sup> Barreto, op. cit., p.4.

*zona também dá prazer, a gente também lida com pessoas, lida com a sensualidade, com a sexualidade. Aí eu digo: “Olha, achei uma parecida comigo!”*<sup>294</sup>

Já nas memórias de Gabriela, o encontro com a Pastoral é visto como uma “tragédia”, salvo a oportunidade de ter conhecido Lourdes Barreto.<sup>295</sup> Em suas narrativas públicas, Gabriela teceu profundas críticas à PMM, por conta da abordagem vitimizadora e abolicionista da prostituição e daquelas que o exercem. No entanto, ela não se deixou capturar por essa abordagem, apresentando-se publicamente, no encontro em Salvador, como prostituta, enquanto todas as outras se referiam, e eram referidas, como “meninas”. Foi a publicização da palavra desvitimizada e sem preconceitos que fez com que Lourdes se conectasse com Gabriela. Um ano depois, elas se encontraram novamente em Jundiaí, em São Paulo, quando o Ministério da Saúde as convidou para participar da “Ação Cultural”. Ali, cansadas de ficarem “sob as asas” da Pastoral, sonharam com um encontro protagonizado por prostitutas.

*Depois já se encontram lá pra Jundiaí, aí participamos do programa “Prostituição Cultural”. A Gabriela disse: “Lourdes, Maria de Lourdes, bora fazer um encontro de puta?” Eu digo: “Mas como a gente vai fazer? Sem a Pastoral? A Pastoral vai tá com a gente pra ajudar?” Aí ela disse: “Não, vai ser nós!”*<sup>296</sup>

A historiadora Margareth (Meg) Weeks compreende que a organização das prostitutas no Brasil foi influenciada não só pela atmosfera política participativa da redemocratização, como também pelas ações de promoção da autoestima e da conscientização política, conduzidas pela Pastoral. Em suas palavras, a PMM “forneceu a estrutura ideológica e logística para um movimento autônomo de profissionais do sexo se enraizar em meio ao processo prolongado de democratização na década de 1980.”<sup>297</sup>

Embora a PMM tenha estado presente em um momento crucial da organização do movimento de prostitutas, a relação política ambígua, que caracterizou a aliança com a instituição, parece ter perdurado. Em Belém, o trabalho conduzido por Lourdes no GEMPAC encontrou bastante amparo no Movimento de Promoção da Mulher (MOPROM), e vice-versa, uma vez que ela se colocava como uma mobilizadora fundamental para a criação e o desenvolvimento do MOPROM na região. Juntos, realizaram uma série de ações nas áreas de prostituição.

---

<sup>294</sup> Barreto, op. cit., p.6.

<sup>295</sup> Leite, op. cit., p. 140.

<sup>296</sup> Barreto, op. cit., p.6.

<sup>297</sup> Weeks, Meg. Meninas Desamparadas? A Pastoral da Mulher Marginalizada e o nascimento do movimento brasileiro de prostitutas. *Revista PHILIA*. Filosofia, Literatura e Arte, vol.3, n.1, 2021, p.241

Nos materiais de arquivo, a Pastoral se faz presente sob diferentes entradas e significações,<sup>298</sup> essa participação é evidenciada sob suspeita ou aprovação nos debates a respeito das alianças políticas com a Igreja Católica. No Arquivo Davida, há cartilhas feitas pela Pastoral destinadas às mulheres assistidas, voltadas para a conscientização social, racial e política, em um trabalho que visava a promoção da autoestima. Há ainda, nos exemplares do jornal *Beijo da rua* dos anos 1980, menções positivas aos trabalhos realizados pela Pastoral junto às prostitutas em Natal (RN) e São Luís (MA).<sup>299</sup> Por outro lado, nos exemplares do *Beijo da rua* dos anos 1990, especificamente nos registros da Conferência Regional Latino-americana e Caribenha, ocorrida em São Paulo em 1993, são mencionadas posições críticas que denotam o tensionamento entre o movimento organizado, instâncias religiosas da Pastoral da Mulher Marginalizada e a Federação Abolicionista Internacional (FAI), sobre a regulamentação e descriminalização da prostituição.<sup>300</sup> Nesse sentido, as relações entre PMM e prostitutas organizadas parecem não ser generalizantes e unívocas, a depender do contexto em que tais relações se desenvolviam e do debate em pauta sobre a prostituição.

Recentemente, já no âmbito do trabalho de pesquisa com prostitutas, relembro minha surpresa ao me deparar com a presença de agentes da PMM no “VII Encontro Nacional de Prostitutas”, em Belo Horizonte (MG), em 2019, o que parece indicar a continuidade da relação ou um reencontro com a organização, de maneira que a participação da PMM foi muito mais do que uma contribuição inicial à organização de prostitutas, revelando-se um agente importante na longa trajetória do movimento. Desse modo, a fala de Lourdes *todas as organizações passaram pela Pastoral*, não parece tão generalizadora quando se compreende a presença como um todo desta instituição na trajetória do movimento.

Em nossa constelação de histórias de ativismo, além de Lourdes e Gabriela, Fátima Medeiros também teve passagem pela PMM. Em alguns debates públicos, Fátima rememorou o momento em que conheceu Lourdes Barreto, no encontro da Pastoral, em Ipatinga (MG). Era a primeira vez que ela ouvia falar do GEMPAC e que dialogava com uma colega que se posicionava politicamente. No artigo que escreveu para o “Putá Livro”, Fátima registra o episódio vivido com Lourdes no encontro da Pastoral, quando pularam o muro do convento

---

<sup>298</sup> No vídeo que registra o III Encontro Nacional das Trabalhadoras Sexuais e no *Beijo da rua* de 1994 fica explícito o confronto entre o movimento e a instituição, mas, ao fim, decidem por manter o diálogo. Ver: 215\_III\_Encontro\_nacional\_trabalhadores\_de\_sexos\_externos\_outros.mp4. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Beijo da rua*, 1994, n.14, p.6. Destaco também o conflito com a instituição religiosa a respeito do estatuto legal da profissão durante a Conferência Regional Latino-americana e Caribenha, em São Paulo, 1993. *Beijo da rua*, 1993, p.4. Arquivo Davida. Arquivo do Estado Público do Rio de Janeiro.

<sup>299</sup> *Beijo da rua*, n.1, 1989, p.3 e 4. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>300</sup> *Beijo da rua*, ano V, n.13, 1993, p.4. Arquivo Davida. Arquivo do Estado Público do Rio de Janeiro.

para beber cerveja, mas, na volta, deixaram cair as latinhas no chão, acordando as freiras. Ela também rememorou esse episódio na oficina “Transa de Saberes”, deixando transparecer a presença da instituição em sua trajetória.

Eu vou falar primeiro como foi que eu conheci Lourdes, que a gente fez parte da Pastoral, quer a gente queira ou não, a maioria de nós viemos de lá. Que eles têm ou não a fala deles e a gente tenha a nossa, mas isso também foi um pontapé pra gente dar início a nossa formação política.<sup>301</sup>

### 3.1.3 O projeto do movimento brasileiro de prostitutas

Lourdes Barreto e Gabriela Leite são reconhecidas como idealizadoras e fundadoras do movimento de prostitutas no Brasil, uma vez que sonharam com a organização da categoria e tramaram seus primeiros passos. Passado o encontro entre elas, em Jundiaí, dois anos foram suficientes para a maturação e elaboração do I Encontro Nacional, “Mulher da vida, é preciso falar”, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1987, com uma convocatória geral para as prostitutas de todas as regiões do Brasil. Era o tão sonhado encontro de prostitutas, feito por e para prostitutas, sem os contornos vitimizadores e abolicionistas da PMM. O encontro mobilizava um discurso positivo e afirmativo da prostituição e convocava as mulheres a se organizarem e a se posicionarem publicamente como prostitutas. Lourdes relembra, em detalhes e com muita animosidade, o último dia de evento no equipamento cultural, Circo Voador, significativo para ela, pois era a primeira vez que se apresentava em um debate público dessa magnitude.

*O encontro era aberto no Circo Voador e quem faz a abertura sou eu. Porque Gabriela era uma mulher mais frágil do que eu, nordestina é bicho resistente. Gabriela teve uma hemorragia, engoliu um dente: “Como é que eu vou falar faltando um dente e tal? Então tu faz a abertura?”, eu disse: “Faço!”. Fui lá, peguei o microfone, me tremia como uma vara verde. Um gringo da Suíça conseguiu 7 mil dólares pra fazer esse encontro lá no Rio de Janeiro. Mandaram uma passagem pra mim e essa passagem foi dividida em duas de ônibus. Fui eu e a Diene, aqui de Belém. Não tinha GEMPAC. Nós levamos uma banda de frango assado, uma farofa... E com pouco dinheiro, que tinha os filho pra deixar despesa, né. Fomos pro Rio.<sup>302</sup>*

<sup>301</sup> Narrativa de Fátima Medeiros. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

<sup>302</sup> Barreto, op. cit., p.7.



**Imagem 23:** I Encontro Nacional de Prostitutas (1987).  
Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Gabriela Leite, em uma carta redigida à máquina de escrever,<sup>303</sup> convocou as companheiras de diferentes regiões do país para o primeiro encontro voltado “exclusivamente para prostitutas”, “sem agentes externos”, um acontecimento inédito que as inscrevia, pela primeira vez, como uma categoria organizada na recente reestruturação da agenda política brasileira. As discussões formativas foram realizadas no centro cultural Calouste Gulbenkian e o debate aberto foi realizado no último dia de evento no Circo Voador, como uma oportunidade de apresentar as pautas do movimento à sociedade e garantir a visibilidade política. Estiveram presentes setenta prostitutas de onze estados e foram mais de 2 mil pessoas em todo o evento.<sup>304</sup> O encontro obteve apoio do Instituto de Estudos das Religiões (ISER) e contou com um financiamento de 7 mil dólares do Conselho Mundial de Igrejas de Genebra. Ali ficou estabelecido que cada prostituta, ao retornar para sua cidade, deveria mobilizar a categoria local e fundar a própria associação.

Lourdes retornou à Belém decidida a formar uma associação e organizar as prostitutas da região central para a defesa dos seus direitos. Em 01 de maio de 1990, três anos depois, ela fundou o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), sediado na antiga zona de prostituição em que havia trabalhado por longa data, em Belém. Em 1991,

<sup>303</sup> Carta de Gabriela Leite. Convocatória para o I Encontro Nacional das Prostitutas. Arquivo Davida. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>304</sup> Leite, op. cit., p.147.

organizou o “I Encontro Estadual de Mulheres Prostitutas do Pará”, com o tema “Prostituição e Cidadania”, que contou com a participação de Gabriela Leite e de parceiros inusitados, como Elcione Barbalho, “primeira-dama do Estado”, e o padre Bruno Sechi, da Pastoral Social. Dali em diante, ela passou a organizar encontros estaduais, integrar fóruns de debates e consultas públicas e desenvolver projetos voltados às prostitutas, jovens e adolescentes do entorno da zona de prostituição. Seu ativismo, ousado e inventivo, foi marcado por parcerias inusuais e articulações políticas estratégicas, consideradas importantes para alcançar seu fim político, sem, contudo, renunciar às pautas fundamentais do movimento.

Gabriela e Lourdes são avalizadas como precursoras no combate à Aids no Brasil devido à mobilização no período de deflagração da epidemia, quando ambas foram acionadas pelo Ministério da Saúde para colaborarem com os projetos de prevenção. Elas exerceram um papel fundamental na política de prevenção, ao reformular os projetos dirigidos à categoria, inicialmente discriminatórios, adotando uma abordagem de cidadania e direitos orientada para a afirmação da sexualidade e do prazer seguro, sempre a partir de uma perspectiva comunitária.

Na parceria com o Ministério da Saúde, também conflituosa e ambígua, Lourdes integrou projetos nacionais de prevenção em Aids, como o “Esquina na Noite” (2001)<sup>305</sup> e a campanha “Maria Sem Vergonha” (2002)<sup>306</sup>, além de coordenar projetos como o “Rede Norte” (1999/2000)<sup>307</sup> e o “Filão dos Tapajós” (1997/2001),<sup>308</sup> fundamentais para a expansão e interiorização do movimento em diversas cidades da região Norte, em um trabalho de fortalecimento e consolidação do movimento nacional.

O projeto “Esquina da Noite”, especialmente, possibilitou a expansão da atuação do GEMPAC para outros municípios do interior do Estado do Pará, regiões de garimpo e áreas rurais, ampliando o extenso trabalho de formação política e de “multiplicadoras de informação” entre a categoria no Norte do Brasil, além de impulsionar o fortalecimento da relação entre a associação e as secretarias de saúde do município e do estado.<sup>309</sup>

Em 2000, Lourdes concorreu à Câmara de Vereadores de Belém do Pará, pelo Partido dos Trabalhadores, mas não alcançou os votos necessários para sua eleição.

---

<sup>305</sup> Projeto Esquina da Noite (2001). Arquivo GEMPAC.

<sup>306</sup> Materiais da campanha “Sem Vergonha, Garota. Você tem profissão” (2002). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>307</sup> Projeto Rede Norte (1999/2000). Arquivo GEMPAC.

<sup>308</sup> Projeto Filão dos Tapajós. Manual do multiplicador (1997/2001). Arquivo GEMPAC.

<sup>309</sup> O projeto Esquina da Noite foi realizado no âmbito da descentralização das ações do Ministério da Saúde, e, conseqüente, a distribuição do financiamento para os projetos de prevenções nos territórios por meio das secretarias municipais e estaduais. Leite, Lenz, op. cit., p.44.

Entretanto, no campo de forças nacional, junto ao movimento, deu grande contribuição para a formulação da definição do trabalho sexual e para a inserção da categoria “profissional do sexo” na CBO,<sup>310</sup> detalhando as especificidades da profissão em seu território. Este foi um momento promissor para a categoria.

Em 2018, Lourdes foi empossada como Conselheira de Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Conselho Nacional de Direitos das Mulheres - CNDM), no Ministério da Família, das Mulheres e dos Direitos Humanos. No mesmo ano, foi uma das três mulheres coroadas na festa tradicional “Auto do Círio” como representante das prostitutas a sociedade, ao lado das representantes indígena e negra. Em 2023, lançou sua “Putá autobiografia”, onde recompõe sua história de vida.<sup>311</sup> Essas homenagens buscam reconhecer sua atuação e legado na história do movimento de prostitutas no rastro das contribuições para o avanço dos direitos das mulheres e para o combate à Aids no Brasil.

### **3.2 “Fadas baianas”: memórias ativistas de Fátima Medeiros**

A expressão “fadas baianas” foi título de um texto escrito por Fátima Medeiros<sup>312</sup> para o “Putá Livro” em homenagem a Gabriela Leite, que assim havia se referido às ativistas da APROSBA, em sua coluna no jornal Beijo da Rua.<sup>313</sup> A expressão havia sido utilizada no I Encontro Nordeste-Sudeste, organizado pela associação baiana. Para Fátima, além de elogio, as palavras de Gabriela significaram um reconhecimento ao trabalho ativista local. Ao lembrar publicamente sua trajetória, Fátima, com frequência, evoca Gabriela Leite e Lourdes Barreto como figuras inspiradoras de sua jornada, as primeiras mulheres que se identificaram publicamente como prostitutas e protagonizaram o despertar político da categoria.

Os trechos narrativos sobre a trajetória de Fátima são originados da narrativa de história oral de vida, além do texto para o “Putá Livro” e da sua fala na oficina “Transa de Saberes”, cotejados com materiais do jornal Beijo da rua. As memórias dão a ver os

---

<sup>310</sup> Em uma realização junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, a Rede Brasileira de Prostitutas incluiu a categoria “profissional do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para reconhecimento da prestação de serviços no trabalho sexual. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Profissional do Sexo. <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo> Acesso em: 22 jan. 2024.

<sup>311</sup> Barreto, 2023, op. cit.

<sup>312</sup> Medeiros, op. cit., p.210.

<sup>313</sup> Beijo da rua, Coluna da Gabi, nov. dez, 2002, p.20. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

significados de sua longa trajetória no movimento, a partir da posição de liderança ocupada atualmente, assim como as especificidades da história de formação da APROSBA, em Salvador, os desafios e os processos de resistência frente aos regimes de colonialidade local.

### 3.2.1 A denúncia como despertar para o ativismo

No capítulo 1, abordamos as experiências laborais de Fátima na cidade de Belo Horizonte (MG). Ela narrou episódios de exploração e perseguição por parte da proprietária do Hotel Catete, onde morava e trabalhava. Contou que as prostitutas que lá trabalhavam eram obrigadas a comprar os produtos necessários ao ofício no próprio hotel à preços elevados, além do alto custo com a permanência, o que configurava uma condição exploratória do trabalho de ordem econômica. Contou também que foi cobrada por um mês de aluguel quando não estava lá e, decidindo não pagar pelo período não usufruído no hotel, foi longamente perseguida pela proprietária. Com o apoio de um cliente, Fátima denunciou o ocorrido na rádio da cidade e a repercussão gerou ameaças, de maneira que a proprietária chegou a colocar um segurança em seu encalço. Em busca de proteção, Fátima recorreu às freiras da Pastoral da Mulher Marginalizada que realizavam o trabalho assistencial dentro da zona de prostituição de Belo Horizonte. Elas garantiram o seu retorno à Salvador em segurança. De volta à capital soteropolitana, Fátima seguiu com a denúncia e fez presença em um encontro da Pastoral na cidade de Ipatinga (MG), onde relatou o ocorrido. Foi nesse encontro que conheceu Lourdes Barreto e descobriu que existia um movimento de prostitutas em favor dos seus direitos, despertando um intenso desejo em fundar uma associação similar em Salvador.

*Quando eu voltei, já vim com a ideia fixa de que ia fazer alguma coisa por Salvador, que eu precisava me juntar com as companheiras que tivessem coragem de mostrar a cara. Eu vim motivada, esse primeiro contato com Lourdes foi um grande pontapé inicial. Lourdes foi a maior referência que eu tive de prostituta liderança.<sup>314</sup>*

A aposta em criar uma associação não teve imediata receptividade entre as suas colegas da capital, o que não imobilizou Fátima a seguir com as ações contestatórias e se tornar, pouco a pouco, uma referência entre as colegas do centro de Salvador, que a demandavam cada vez mais diante do cenário de repressão e perseguição policial.

---

<sup>314</sup> Medeiros, op. cit., p.212.

Fátima foi adquirindo consciência política em relação às questões da prostituição e articulando parcerias para levar a cabo seu projeto político. Muito embora ainda não soubesse exatamente como fundar uma associação e não tivesse o apoio efetivo das colegas para deflagrar um ativismo local consistente, ela tinha em si um componente fundamental: a disponibilidade para assumir publicamente sua profissão, elemento essencial para o fortalecimento político da categoria, pelo qual o movimento organizado vinha trabalhando intensamente.

### 3.2.2 Resistência e organização das prostitutas no Centro Histórico de Salvador

Fátima se posiciona como uma mulher que sempre assumiu a profissão e que não aceita discriminação e violência contra as prostitutas, o que fez com que, ao longo de sua vida, antes mesmo de fundar a APROSBA, estivesse envolvida em diversas reações contestatórias, vivenciando, por vezes sozinha, o ônus dessas iniciativas.

Nos anos 1990, o centro histórico de Salvador deu início a um longo processo de revitalização, e as praças onde batalhavam prostitutas e circulavam os grupos sociais considerados indesejados foram alvo de operações policiais. O “Projeto de Reforma e Recuperação do Centro Histórico de Salvador” foi executado pelo Governo do Estado, na figura de Antônio Carlos Magalhães. As ações no Pelourinho se iniciaram em 1993, mas seguiram por toda a década de 1990, em etapas extensivas do “Projeto de Reforma e Recuperação”, e, nos anos 2000, sob o enfoque neoliberal dos novos projetos de modernização.<sup>315</sup> A recuperação tinha como foco a preservação do patrimônio histórico para fins turísticos, mas, na prática, é possível considerar uma apropriação do patrimônio para fins de empreendedorismo urbano.<sup>316</sup> A rigor, houve desapropriações, perseguições e violências, gentrificação e a exclusão da população mais pobre das áreas do centro, o que afetou enormemente as prostitutas.<sup>317</sup>

Embora esse projeto estivesse alicerçado em um modelo de cidade e de intervenção do urbanismo neoliberal, ou seja, na promoção do interesse imobiliário e turístico com vistas

<sup>315</sup> Sobre o projeto de revitalização do Centro Histórico de Salvador, ver: Albinati, Mariana; Rebouças, Thaís; Almeida, Priscila. *Projetos urbanos e apropriações contemporâneas do patrimônio cultural em centros históricos: observações a partir de Salvador e Rio de Janeiro. XX ENANPUR*. Belém, 2023.

<sup>316</sup> Montoya Uriate, Urpi. Por trás da fachadas coloridas. *Etnografias nos “novos” Bairro do Recife (Pernambuco) e do Pelourinho (Bahia). Ponto Urbe*. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, 7, 2010, p.18.

<sup>317</sup> Sobre os efeitos sociais das políticas de revitalização nos grandes centros urbanos, ver: Bidou-Zachariasen, Catherine. *De volta à cidade*. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

a entrada do capital privado, ao longo século XX, diferentes intervenções urbanas foram responsáveis pela expulsão e perseguição de prostitutas e de outros segmentos sociais. Historicamente, esses segmentos nunca tiveram “direito à cidade”.<sup>318</sup> Revitalização, saneamento, abertura de vias públicas, gentrificação e aumento do contingente policial são intervenções urbanas históricas que caminham junto a uma abordagem moralizante, que concebe a prostituição como sinônimo de imoralidade, degradação e marginalidade. Os diferentes projetos de intervenção urbana conservaram em suas características traços bastante similares a respeito da vigilância, repressão e expulsão das prostitutas, tornando a violência de Estado e a arbitrariedade policial uma prática continuada nos territórios de prostituição brasileiro.<sup>319</sup>

Fátima relembra em detalhes os desafios enfrentados com a revitalização do centro histórico, que objetivava, dentre outras medidas, expulsar as prostitutas do Pelourinho. Embora a expulsão afetasse todas as prostitutas, ela entendia que seria ainda pior para as “mais velhas”, que trabalhavam na região há anos e, por conta da idade, não teriam para onde ir, uma vez que as boates do entorno não as aceitariam. Esse cenário a fez se posicionar contundentemente a favor da permanência das prostitutas na praça, tornando-a alvo dos policiais da região.

*Quando foi um dia a polícia chegou no Pelourinho e falou que ia ter a reforma do centro histórico. Falou pra minhas colegas, eu nunca trabalhei na Praça da Sé, mas a maioria das minhas colegas trabalhava lá. “Vocês vão ter que sair, porque o Pelourinho vai passar pela revitalização e não vai ficar mais ninguém.” Isso tinha umas colegas minhas, por exemplo a Marta, que hoje deve ter uns 66 anos e ainda trabalha lá, mas na época tinha gente mais antiga. Comecei a conversar com uma amiga minha: “Que história é essa que vai tirar as colegas da Praça? Elas vão morrer de fome. Boate nenhuma vai aceitar. Qual a boate que vai aceitar uma mulher de mais de 60 anos? Elas só trabalham na rua, é desleal. Eu mesmo se tivesse uma casa de prostituição, eu não queria uma senhora de 60 anos porque ela não vai dar lucro, e ainda pode ter um problema lá dentro. Elas não podem sair da Praça.”*

<sup>318</sup> Lefebvre, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

<sup>319</sup> Na literatura sobre prostituição constam várias iniciativas de intervenção urbana que tiveram como alvo os territórios de prostituição por meio da desapropriação ou do controle e delimitação territorial, que promovem, na prática, segregação e dispersão, empurrando as trabalhadoras para espaços cada vez mais marginalizados, como o Jardim Itatinga, em Campinas, a Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, e a Guaicurus, em Belo Horizonte. Ver: Simões, op. cit.; Helene, op. cit.; Mazzariol, op. cit.; Ocanha, Rafael. *“Arroz, feijão, abaixo o camburão: imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo, 2014.*

*Só que elas não queriam mostram a cara. “Ou você mostra a cara, ou vocês vão ter que sair. A gente vai fazer um auê, o que tiver que fazer, mas vocês vão permanecer na Praça.” Aí passou, alguém me denunciou e o policial chegou lá perguntando quem era Fátima. “É verdade que você disse pras mulheres não sair da Praça?” Eu disse: “É, elas não têm pra onde ir.” Ele disse: “Você sabia que você é uma vadia e pode ser presa por vadiagem? Não circulando que eu não quero ver mais vocês.” Eu não sabia dos meus direitos. E isso tava no Código, que a gente podia ser presa, isso saiu em 2002.*

*Acabei combinando pra todo mundo bater o pé e dizer que ia ficar. “A gente vai presa todo mundo, ou então eu vou procurar um lugar pra batalhar, eu sou jovem ainda toda boate me aceita. Vou pra navio, pra qualquer lugar. Quem tá do meu lado, fica do meu lado, mas se vocês se acovardarem, a partir de amanhã eu não fico mais aqui.” Elas disseram que queriam ficar. Ô, minha filha, a gente foi presa 11 vezes, 11 vezes! Eu fiquei sem dinheiro pra pagar meu aluguel, sem mandar dinheiro pra casa. Aí o dono do barzinho onde eu trabalhava, Seu Sami: “Fátima, você com aquelas mulher, sua cara saindo no jornal. Aquelas mulheres são drogadas. Eu não quero mais você aqui não.” Digo: “Você não sabe de nada. Aquelas mulheres são mãe de família, têm filho, neto, paga aluguel. Você aceita elas aqui na boate? Aceita no seu barzinho? Você não vai aceitar que ela não vai dar lucro pra você. E elas são minhas amigas, são minhas colegas.” Ele perguntava: “E você ganha o que com isso, quer aparecer é?” Eu disse: “Se precisar eu apareço, por que não?”<sup>320</sup>*

O relato é sensível porque evoca um episódio de resistência em um período de intensa repressão contra as prostitutas que trabalhavam na Praça da Sé, à mercê das arbitrariedades dos policiais e, com frequência, detidas nas delegacias, subjugadas aos maus tratos e imposição da limpeza das celas, tal qual se fazia durante a ditadura militar. A isso somava-se o fato de não obterem um apoio mais amplo das suas colegas que trabalhavam nas boates, dos proprietários de casas, dos estabelecimentos em que moravam e de toda a comunidade do entorno. Entretanto, Fátima se manteve firme e foi se tornando, cada vez mais, reconhecida pelos seus posicionamentos em defesa da categoria. Lembra-se de que chegou a ser chamada de *advogada de puta*, porque era acionada pelas colegas em inúmeras situações de violações de direitos, seja por parte da polícia, de clientes ou de exploradores.

A falta de adesão das colegas é lembrada como um grande entrave naquele momento. Não era possível seguir em frente com as denúncias de violação sem o engajamento das prostitutas, e a criação da associação em Salvador parecia um sonho ainda distante. O

---

<sup>320</sup> Medeiros, op. cit., p.3, 4.

quadro começou a mudar quando ela foi convidada a participar dos projetos de prevenção em Aids e ISTs, como o dirigido pelo GAPA- BA<sup>321</sup> e o do Grupo Gay da Bahia (GGB)<sup>322</sup>. Na execução dos projetos, ela ficou responsável por mobilizar as trabalhadoras sexuais para integrarem as atividades de prevenção, mas foi além, conseguindo uma oportunidade para conjugar os seus interesses políticos e articular a tão sonhada associação.

*Eu fiquei lá e cá convidando as mulheres para os projeto e a coisa apertando pro lado da gente. Foi aí que um dia ao invés da polícia chamar a imprensa, eu que chamei a imprensa pra polícia, foi o contrário. Marcelo Cerqueira [do GGB] escreveu um release pra imprensa e disse que a gente tava vivendo arbitrariedade e eu comecei a me reunir com as mulheres no grupo gay toda terça feira. A gente sempre driblando a polícia. Nessa confusão toda Marcelo me convidou para um evento no centro administrativo sobre o dia 08 de março. Eu nunca tinha ido num evento assim, com estudante, político, essa coisa toda. Greve eu já tinha participado onde eu trabalhava, mas um evento nesse nível eu nunca fui. Eu escolhi algumas colegas que estavam à frente comigo, Marilene, Simone e Zenaide, e a gente foi. Foi uma semana de evento. Acredite, foi a coisa mais chata que eu achei na minha vida, aquela linguagem fora da nossa realidade. Eu já cansada daquilo, o pessoal só discutindo política, quanto foi no último dia começou os debate. Nós doida pra questionar que era dia 08 de março e ninguém fala de mulheres como a gente gostaria, principalmente das trabalhadoras sexuais que tavam passando na televisão toda hora, nos jornais e ninguém tocava no assunto da gente. Aquilo foi me incomodando, mas ninguém teve coragem de falar das trabalhadoras da Praça da Sé. Nem eu nem ninguém. Tinha muita gente, tava lotado, parecia um teatro. A mediadora disse que não ia dar tempo de todo mundo falar, mas quem quisesse escrevia uma cartinha com o endereço que elas iam ler, e se não desse tempo mandavam uma resposta. A gente meteu o cacete que era quatro garotas de programa que tinha filho, família e tava sofrendo arbitrariedade na Praça da Sé por causa da revitalização, da higienização. A gente era jovem, garota de programa, mas tinha umas de certa idade que não ia ter a mesma sorte que a nossa. E que a Praça da Sé foi o primeiro lugar de prostituição no Brasil e que quando tava entregue as baratas a gente tava lá e era invisível, mas agora que era hora de nos expulsar a gente tava tendo visibilidade. Todo mundo nos jogava pedra. A mediadora foi*

---

<sup>321</sup> O Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia (GAPA-BA) é uma organização não governamental voltada para as ações de prevenção ao HIV/Aids e de assistência e defesa de direitos das pessoas com Aids, criada em 1988, sendo o primeiro GAPA da região nordeste. GAPA. Disponível: <https://www.gapabahia.org.br/> Acesso em: 14 mai.2024.

<sup>322</sup> O Grupo Gay da Bahia (GGB) é uma organização não governamental voltada à defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil e fundada em 1980. GRUPO GAY DA BAHIA. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/> Acesso em: 15 mai. 2024.

*lendo: “Infelizmente não vai dar mais tempo. Gente, chegou uma carta e a gente vai precisar ler! Sinto muito.” Cutuquei Marilene, Marilene cutucou Ivone. Me arrepia, viu? Isso tudo é real. Ela disse assim: “Essa carta eu vou precisar de ler, mesmo com o nosso tempo esgotado, porque essa carta tá dizendo que são quatro garotas de programa que tão aqui no evento.” Todo mundo olhou pra trás, e nós também, porque senão ia dizer que tinha sido nós. Isso é o estigma! Só que a gente não botou endereço, nem o nome da gente. A gente disse que tinha sido presa várias vezes, que a gente passava o dia inteiro na delegacia fazendo faxina, que a gente não roubava, não traficava, a gente só tava ganhando o nosso dinheiro, e a gente tava sofrendo, principalmente as colega que tinha certa idade, mais de 60 anos, e que a gente tava querendo fundar uma associação. Aí uma juíza foi lá pra frente do microfone, e eu: “Vai prender nós agora.” “Olha, eu entendo que vocês não queiram se identificar, mas me procura amanhã que eu vou ajudar vocês a fundar a associação.” Levantei a mão, isso eu me tremendo: “Olha, as garotas de programa... eu sou uma delas.” E contei a história todinha.<sup>323</sup>*

O encontro de mulheres no Centro de Convenções de Salvador em celebração ao Dia Internacional da Mulher foi um evento chave na trajetória de vida de Fátima. Embora o encontro lhe parecesse “intelectual” demais, foi a oportunidade de visibilizar a violência que imperava no centro histórico, valendo-se de suas próprias vozes, uma vez que, à época, as prostitutas que lá trabalhavam eram apresentadas pelos meios de comunicação como um problema social. Não havia, até então, espaço para o protagonismo de suas experiências. A fala de Fátima naquele encontro, em primeira pessoa, junto às colegas, soou como esperança e estímulo aos próximos passos.

A questão da violência e da arbitrariedade de policiais havia sido tema do “I Encontro Nacional de Prostitutas”, em 1987, mobilizando trabalhadoras de diferentes regiões do Brasil que encontraram ali uma oportunidade de denúncia. Em 1988, o inaugural jornal *Beijo da rua*,<sup>324</sup> em seu primeiro exemplar, exibia uma matéria com o seguinte título: “Prostituição não é caso de polícia”. Abordava as frequentes violências e as ambiguidades presentes no Código Penal Brasileiro que, aliadas ao estigma histórico, conformavam o trabalho sexual no campo da ilegalidade. Ao longo da década seguinte, a pauta da violência policial se manteria como um dos principais pontos de debate entre as prostitutas e, ainda hoje, é uma questão fundamental que reverbera no estatuto legal da prostituição no Brasil. Embora a prostituição não seja criminalizada, as indefinições que se perpetuaram acerca da

<sup>323</sup> Medeiros, op. cit., 4, 5.

<sup>324</sup> *Beijo da rua*, n.0, 1988. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

atividade no Código Penal Brasileiro, bem como a criminalização do seu entorno, conferem dubiedade ao tratamento do tema na esfera legal e corroboram para a manutenção do *status* de não legalidade, o que se soma ao imaginário depreciativo e atualiza as ausências de proteção para a categoria.<sup>325</sup>

Ainda que não integrasse o movimento naquele momento, Fátima vivenciava cotidianamente a discriminação, a violência de agentes policiais e compreendia a importância de ir a público visibilizar as denúncias. Foi a partir de sua fala no encontro de mulheres no Centro de Convenções que ela passou a ficar “famosa”, expressão sua, a ser acionada pela imprensa e pelos movimentos sociais, o que conferiu legitimidade à denúncia e culminou com a criação da tão esperada APROSBA, à época denominada Associação das Mulheres Profissionais do Sexo da Bahia.<sup>326</sup>

*Na época o prefeito era Antônio Imbassahy, e quem mandava no Brasil era Antônio Carlos Magalhães, que era senador da República, e o presidente era Fernando Henrique, eu acho. Aí a gente chamou não sei se foi o Correio da Bahia ou foi da Tarde, e eles vieram lá no GGB. Eu falei que a gente só queria fundar uma associação pra lutar pelos direitos, porque a gente tava sendo agredida, e a gente não ia sair da Praça, que a Praça tinha mais de 100 anos de prostituição.*<sup>327</sup>

A APROSBA foi fundada em 1997, na cidade de Salvador, com ações fundamentadas em três pilares: direitos humanos, combate à violência e prevenção sexual.

Depois que a APROSBA surgiu, Antônio Carlos Magalhães, que era senador na época, falou: “As prostitutas vão sair do Pelourinho!”. E eu disse: “Não vão não porque eu já sei que não é crime”. A gente mandou uma carta para ele e ele atendeu pessoalmente a APROSBA. A gente falou que as mulheres não tinham onde ganhar dinheiro, iam morrer de fome, o que eu disse foi de fazer um acordo: “Vocês acham que toda puta é ladrona e não é verdade, tem a puta que batalha, e tem puta que nem toma cerveja. Não existe polícia? Então faz ronda ali e olha quem está roubando e tira, mas deixa as outras”. Entramos em acordo com a Prefeitura para as mulheres poderem permanecer na Praça da Sé, e elas estão lá até hoje. Tudo foi por causa da APROSBA. Se não tivesse mostrado a cara na televisão, tinha saído todo mundo. Eu

---

<sup>325</sup> Para acessar as discussões sobre o estatuto legal da prostituição e a relação com governos, ver: Melino, Heloisa. Regulamentação da prostituição em debate. In: Berner, Jucá, Melino. (Org.). *Teoria Crítica, Descolonialidade e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016, Piscitelli, Adriana. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*, (47), jul, 2016; Murray, Laura. Victim management and the politics of protection: between “fazer direito” and “direitinho”. *Revista Ártemis*, vol. XVIII, n.1, jul-dez, 2014.

<sup>326</sup> A mudança se deu em 2001 por meio da votação em assembleia. Sobre a mudança, Fátima, à época, justifica: “A palavra prostituta causa mais impacto na sociedade, porque pela frente todo mundo chama a gente de profissional do sexo, mas por trás de prostituta mesmo. Então a gente tem que radicalizar, mostrar mesmo o que é, não se esconder por trás da máscara.” Beijo da rua, abril, 2001, p.15. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>327</sup> Medeiros, op. cit., p.4.

sempre vou lá, as mulheres continuam trabalhando, não tem mais policial batendo nelas.<sup>328</sup>

O primeiro projeto foi chamado “Maria Madalena”, destinado à estruturação da organização e carregava, em seu título, uma noção mobilizadora para o combate ao estigma. Teve o apoio da Prefeitura de Salvador que, na figura de Antônio Imbassahy, tornou-se uma aliada estratégica nos anos seguintes. O segundo projeto, “Quando a noite cai”, foi realizado no arco da atuação do movimento nacional com o Ministério da Saúde. A relação com as instituições e instâncias de governo têm pavimentado as histórias das associações de prostitutas no Brasil, especialmente, a articulação com o Ministério da Saúde para os projetos de Aids. Além dos muitos projetos de prevenção, Fátima realizou parcerias com a Prefeitura de Salvador e com o governo do Estado, com as Organizações Não-Governamentais (ONGs), organizações religiosas, movimentos sociais e culturais da cidade. Nesse curso, foi convidada a dar entrevistas, articular projetos e a fomentar a organização da categoria junto à sociedade, sempre na perspectiva afirmativa e positiva da prostituição. Dentre os projetos, relembra a iniciativa da Radio Zona, voltada para a comunicação de questões relacionadas à prostituição na capital, que lamenta não ter conseguido levar adiante, o teatro de mamulengos, um espetáculo teatral que abordava a prevenção sexual com inventividade, em feiras e espaços de circulação de trabalhadoras sexuais e clientes,<sup>329</sup> e a exposição “Mulher-Dama” com obras do fotojornalista Flávio Damm no Museu da Cultura Afro-Brasileira (MUNCAB).

A exposição merece um aparte, uma vez que as fotografias ali publicizadas eram inéditas. Tratava-se do registro de Flávio Damm, de 1966, do cotidiano da prostituição nos bordéis Maciel e Meia-Três da Ladeira da Montanha, cuja mostra havia sido proibida no contexto do AI-5. Em 2015, com a revitalização da região, esses mesmos bordéis, embora fossem considerados patrimônios tombados, foram demolidos e as prostitutas que lá trabalhavam despejadas.

A trajetória de engajamento da APROSBA responde a um violento projeto de modernização e gentrificação da cidade, que culminou com a expulsão das meretrizes e o desaparecimento dos locais de trabalho. Frente a isso, a criação e atuação da associação vêm se apresentando como um antídoto aos empreendimentos urbanos, ao mobilizar uma memória

---

<sup>328</sup> Medeiros, 2022, op. cit., p.214.

<sup>329</sup> Os bonecos de mamulengo representavam prostitutas, clientes e policiais de forma bem-humorada e educativa. Os espetáculos se davam em pontos de grande circulação na Cidade Baixa de Salvador, como feiras livres, pontos de ônibus e espaços frequentados por caminhoneiros. Foi viabilizado a partir do financiamento dos projetos de prevenção com apoio da Associação Pathfinder do Brasil. Ver: Beijo da rua, maio, 2002, p.11. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

histórica de resistência e defender a permanência das prostitutas no centro histórico de Salvador em oposição ao apagamento e à expulsão efetiva das trabalhadoras na região. Ao se referir aos eventos passados, Fátima evoca não somente as experiências de outrora, mas evidencia a continuidade e atualidade das intervenções públicas, mantém viva a memória histórica da prostituição e denuncia a colonialidade dos regimes de violência e esquecimento.

*O primeiro lugar de prostituição no Brasil foi a Praça da Sé. Se você analisar bem é isso mesmo, porque se o Brasil foi descoberto na Bahia, e Salvador foi a primeira capital, por aí você começa. Pelo que eu sei o primeiro lugar de prostituição no Brasil foi a Ladeira da Montanha, e o segundo lugar foi Praça da Sé. Inclusive a prostituição tem toda uma história que o Sport Cube Bahia foi fundado no Cabaré.*<sup>330</sup>

Fátima relata muitos feitos da associação, dentre os quais projetos de prevenção, atividades culturais, encaminhamentos e facilitação de documentação de prostitutas, mapeamento da prostituição em Salvador e nas cidades adjacentes, denúncias de violações de direitos. Em meio aos desafios, ela se orgulha de ter integrado também as conquistas políticas do movimento nacional, como a inserção do verbete “profissional do sexo” na CBO, em 2002, o que permitiu às trabalhadoras contribuir para a previdência social, receberem aposentadoria, auxílio-doença e outros direitos trabalhistas básicos. Gabriela Leite, Lourdes Barreto e Fátima Medeiros foram algumas das prostitutas que participaram da pesquisa e redação das competências e aptidões necessárias para a formulação da ocupação a partir de seus conhecimentos profissionais.

Outro momento significativo abordado por Fátima foi o “I Encontro Nordeste e Sudeste de Profissionais do Sexo”, ocorrido em 2002, quando ela estava na vice-presidência da APROSBA e contava com sua colega Marilene de Jesus, que havia articulado a criação da associação junto a ela, na presidência. O encontro foi realizado por meio de uma parceria com o movimento nacional, chamado à época de Rede Brasileira de Prostitutas, além da colaboração do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), de Porto Alegre (RS), e do apoio do Ministério da Saúde, das Secretarias de Saúde Municipal e Estadual e a Prefeitura do Município de Salvador. Foram abordadas, junto às instituições locais, questões pertinentes aos debates sobre o trabalho sexual, e foi realizada uma homenagem em memória de Jorge Amado, na figura de sua filha Paloma Amado, pela contribuição literária à visibilidade das prostitutas em suas obras. Ao fim do evento, as prostitutas ofertaram uma homenagem a

---

<sup>330</sup> Medeiros, op. cit., p.5.

Gabriela Leite. Era o primeiro evento de grande dimensão organizado pela APROSBA, recorrentemente recordado por Fátima com muito orgulho.

Nos finais da primeira década de 2000, Fátima se afastou da APROSBA. Seu mandato havia acabado, outras colegas concorreram e foram eleitas à presidência. Em seu juízo, não havia, por parte da nova presidência, um interesse em conduzir politicamente a associação, apenas fins pessoais, o que resultou em problemas financeiros para a APROSBA. Nesse período, ela retornou à Natal, onde sua mãe morava, mas não deixou de ir com frequência à Salvador para visitar os filhos. Em 2016, ela retornou à capital soteropolitana e se deparou com a paralisação das atividades da APROSBA, foi então que decidiu retornar ao ativismo e reerguer a associação. Passou a visitar cotidianamente as prostitutas do centro histórico até que foi convidada a correalizar a exposição “Mulher-Dama”, mobilizando a categoria local e realizando ações culturais.

*Liguei pro Ministério da Saúde e eles disponibilizou passagem e eu trouxe Diana, Lourdes Barreto, trouxe Leila Barreto, Monique Prada, Santuzza Souza... Elas vieram tudo, passagem e hospedagem. Teve um desfile pra Exu, a gente fechou Ibiza, o hotel, com luz vermelha, as mulheres fazendo performance, desfilando na rua, carro de som atrás. Foi bom que eu me encontrei com os cliente antigo, foi uma coisa linda, povo tirando foto, sem baixaria, sem jogar pedra na gente... a polícia organizando... Seu Clóvis falou assim: “Você é danada. Bem que um dia você disse que ia passar com as mulheres desfilando de biquíni.” Como a gente tava sofrendo muito na polícia, eu falei: “Um dia essa mesma polícia vai fazer segurança pra gente de biquíni.” As palavras têm poder, né.<sup>331</sup>*

Fátima invertia o sentido da história. Nesse retorno, então com bagagem adquirida da trajetória ativista, ela conseguiu que a polícia, historicamente repressora, fornecesse, ao menos contextualmente, amparo ao evento das prostitutas organizadas. Foi com novo fôlego que passou a trilhar outros caminhos no movimento nacional. Internamente, a organização do movimento nacional havia mudado, novas associações estaduais foram criadas, Gabriela Leite e Rosarina Sampaio, grande liderança no Nordeste, haviam falecido em 2013. Meses depois, uma nova rede regional foi criada para debater questões específicas e fomentar projetos locais, a Articulação Norte Nordeste, que impulsionou a organização de outras novas redes, a Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), em 2015, e a Articulação Nacional das Profissionais do Sexo, em 2016. Em dezembro de 2023, Fátima assumiu a coordenação geral da ANPROSEX.

---

<sup>331</sup> Medeiros, op. cit., p.8.

*Quando foi em 2016, em novembro, a gente fundou a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo, que é a ANPROSEX. Eu, Diana, Roberta Torres, que é da Paraíba de uma cidadezinha depois de Campina Grande, Carmen, do grupo Liberdade. A gente fundou lá em Santa Catarina num evento da Estrela Guia.<sup>332</sup>*

No início do ano de 2024, ela realizou uma campanha para regularização do CNPJ da APROSBA, o que, finalmente, viabilizava o acesso aos editais de financiamento. Em uma conquista maior e mais recente, em abril do mesmo ano, Fátima publicou um livro sobre sua história de vida, chamado “PUTA HISTÓRIA”, escrito em primeira pessoa.



**Imagem 24:** I Encontro Nordeste Sudeste de Profissionais do Sexo (2002). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>332</sup> Ibid., p.9.

### 3.3 “Mulher negra é revolução”: memórias ativistas de Vânia Rezende

A expressão “Mulher negra é revolução” é título do poema escrito por Vânia Rezende apresentado no primeiro capítulo da tese. Com a frase ela endereça sua trajetória ativista a uma história e um legado de mulheres negras. Em outro poema, escrito em coautoria com a ativista Naara Maritza do Coletivo Puta Davida, e declamado no evento de celebração dos 35 anos do movimento,<sup>333</sup> as palavras “negra, puta e poeta” ressoaram alternadamente para significar e exaltar a complexidade das experiências de mulheres negras na prostituição. São palavras que autoafirmadas publicamente dizem de si, do pertencimento e do compromisso político.

Em sua escrevivência, Vânia mobiliza os agenciamentos e as reinvenções diante das adversidades impostas por uma sociedade racista e preconceituosa. Rememora a ancestralidade negra e o fio que a conecta à posição atual de veterana no movimento de prostitutas. Vimos no primeiro capítulo que ela orgulhosamente relembra os passos iniciais de conscientização e identificação racial com a sua entrada nas nações de maracatu de Recife e Olinda. Embora o marcador racial seja o definidor da identidade em sua existência, parece não dizer tudo sobre ela. Em seus debates públicos atuais, no campo da prostituição, Vânia faz questão de se posicionar como uma mulher negra, poeta e prostituta, o que situa e particulariza a sua luta e trajetória. Outros de seus poemas, como “mulher da vida”, compõem um leque de construções de si e expressam suas posições diante do mundo.

No primeiro capítulo, aponto que Vânia trabalhou no Centro de Referência e Cidadania LGBT do Município de Recife, integrou a organização Uiala Mukaji – Sociedade das Mulheres Negras e o Fórum LGBT de Pernambuco. Neste capítulo, abordo suas experiências políticas e episódios marcantes no âmbito do movimento de prostitutas. Busco me ater aos marcos mais expressivos e às passagens menos públicas de sua história, às particularidades da criação e da atuação na APPS e a forma como ela recorda e significa os acontecimentos relacionados à história do movimento de prostitutas. Será utilizada a narrativa de história oral de vida como fonte fundamental, em cotejamento com o jornal Beijo da rua e a transcrição da oficina “Transa de Saberes”.

---

<sup>333</sup> O Festival Be Yourself celebrou os 35 anos do movimento brasileiro de prostitutas, os 30 anos da organização Davida e os 30 anos do movimento transgênero no Brasil. O evento ocorreu no Circo Voador, Rio de Janeiro, em junho de 2002, e foi organizado pela Casa Nem e pelo Coletivo Puta Davida.

### 3.3.1 Do Cais do Parto à criação da Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS)

Em sua história de vida, Vânia sempre valorizou a autonomia financeira. Trabalhou como vendedora, costureira, cozinheira e prostituta. Ela ressaltou como foi importante ter o seu próprio dinheiro para percorrer e eleger seus caminhos. Como uma oportunidade laboral frente ao desemprego, ou quando o salário foi insuficiente, Vânia encontrou na prostituição uma saída possível. Certa vez, desempregada no trabalho formal e batalhando na Rua da Concórdia, no centro de Recife, ela conheceu Fátima Vieira, historiadora e ativista da antiga ONG Cais do Parto, organização que realizava um trabalho de prevenção e cuidado com mulheres parteiras.<sup>334</sup>

Fátima Vieira tinha um particular interesse nas ações de prevenção junto às trabalhadoras sexuais e passou a promover encontros educativos com a finalidade de engajar e capacitar prostitutas para o trabalho de “multiplicadoras de informação”. Entretanto, as prostitutas não eram o público-alvo da ONG que Fátima integrava, e seu desejo de trabalhar com este grupo acabou criando conflitos entre ela e a organização. Em resposta, ela decidiu se afastar da ONG e encontrar outra forma de dar seguimento às iniciativas com as prostitutas. Tão logo conseguiu engajar a categoria local, as reuniões no Francis Drink’s Bar, no Recife Antigo, passaram a se tornar cada vez mais recorrentes. Em pouco mais de um ano, as reuniões deram forma a uma associação protagonizada por prostitutas, a APPS.

*Com o tempo eu conheci o movimento. Eu conheci o movimento através de uma mulher que é essa Fátima Vieira. Ela começou fazendo reuniões pra trabalhar a questão das ISTs entre as prostitutas. Ela fez um projeto e as meninas iam. Teve aquele bafafá na zona, todo dia tinha uma amiga que vinha me chamar: “Vai pra reunião”. “Vou nada, menina, fazer o que na reunião? Vou ver um bocado de mulher conversando desse jeito? Eu quero é ganhar o meu dinheiro.” Quando foi um dia, minha amiga, eu cheguei na zona era nove horas da manhã. Deu duas horas da tarde eu não tinha ganhado um centavo, e eu não gosto de pedir, sabe? Eu acho que eu fui ser puta pra não tá pedindo. Eu acho horrível essa história de pedir. Nem cigarro eu pedia. Aí ela disse assim: “Vamos!” “Não vou não, não vem me perturbar porque eu tô aqui arretada que eu não ganhei nada.” Aqui a gente fala arretado quando tá com raiva. Ela disse: “Não, mulher, tu vai ganhar vale e tem lanche”, antigamente era vale transporte, dois vale. Aí eu digo: “Ah, pelo menos melhora, né.” Tava*

---

<sup>334</sup> Beijo da rua, ago. set., 2002. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

*com fome, já duas hora da tarde... Só que eu tive uma sorte, quando eu cheguei na reunião quem tava dando a palestra era uma mulher negra com o nome de Vera Barone. Ela era advogada e coordenadora do Fórum de Mulheres de Pernambuco. A mulher falava muito bem, era um encanto a mulher falando! Vera Barone falou sobre igualdade racial, aí eu gostei. Era um clima diferente. E toda segunda-feira eu fiquei indo, nem precisava a menina chamar, eu ia pra reunião. Certo dia a Fátima Vieira conseguiu um curso de multiplicadora de informação, perguntou quem queria participar, pra gente saber como conversar com nossas companheiras a história da prevenção, aí eu levantei a mão e fui.<sup>335</sup>*

Ao narrar o contexto de ingresso no ativismo, Vânia rememora uma falta de interesse em se engajar nas ações de prevenção desenvolvidas pela ONG. Essa narrativa é bem similar ao que foi trazido por Fátima Medeiros, quando ela compareceu à reunião no Centro de Convenções, em Salvador, assim como por Diana Soares, o que veremos mais à frente. O desinteresse decorria das dificuldades de comunicação por parte das gestoras das organizações do trabalho de prevenção e mobilização, desconhecedoras das realidades e do “linguajar” das ruas. Além do mais, comparecer às reuniões demandava tempo e dedicação, o que atrapalhava a carga horária de trabalho. Nesse sentido, uma estratégia fundamental desenvolvida no projeto de prevenção em Aids, Previna II, articulado com o Ministério da Saúde e já com a participação de Gabriela Leite e Lourdes Barreto, foi a promoção da capacitação das próprias prostitutas como “multiplicadoras de informação” para atuar diretamente com a categoria e desenvolver estratégias alinhadas ao cotidiano e às particularidades do trabalho sexual. Ficou estabelecido ainda que os projetos e encontros destinados à formação de prostitutas contassem sempre com uma “ajuda de custo” para garantir passagem e alimentação.

Para além do auxílio diário, o que despertou em Vânia um interesse em participar do projeto foi ter conhecido a advogada Vera Barone, uma mulher negra como ela, que falava com autoridade e ocupava posição de liderança no Fórum de Mulheres de Pernambuco. Esse foi o aspecto motivador para Vânia seguir participando dos encontros e, aos poucos, engajar-se em outras ações voltadas para a categoria, além daquelas da prevenção sexual.

Paulatinamente, a presença nos espaços de reunião levou Vânia a conhecer as futuras colegas com quem levaria a APPS em frente. Uma delas foi Nanci Feijó, prostituta já conhecida sua que trabalhava na mesma região que ela, mas que Vânia julgava *muito amostrada, exibida*. A inimizade, entretanto, não duraria muito. Com o acirramento da

---

<sup>335</sup> Rezende, op. cit., p.2, 3.

violência em Recife, as prostitutas compreenderam a importância de se auto-organizarem e o trabalho conjunto fez com que as duas se aproximassem. Em pouco tempo, Nanci se tornou uma grande companheira de Vânia, com quem coordenou e atuou na APPS, em diferentes momentos.

Uma vez conquistado o engajamento das prostitutas do centro de Recife, Fátima Vieira se encarregou de definir os próximos passos. Ela passou a articular um trabalho de formação política que envolvesse as associações de prostitutas já existentes. Assim, Vânia, Nanci e Célia, outra trabalhadora sexual presente nessa fase inicial de criação da APPS, passaram a conhecer o movimento de prostitutas que se ampliava no território nacional. Foi a partir daí que começaram a frequentar os encontros regionais que ocorriam frequentemente nos estados adjacentes, quando Vânia conheceu a APROCE e a liderança Rosarina Sampaio.

*Fátima Vieira começou a educar a gente pra gente ter amor pelo movimento, conhecer o movimento. Fátima levou Célia pro encontro lá em Belém no Pará, no Gempac. Depois a Lourdes fez um encontro no Amapá, que era na associação da Edna [Maciel], e a Célia foi também. Depois levou Nanci. Nanci foi pra Bahia, foi pro Rio... e eu não queria ir. Sei que um dia ela conseguiu me levar pra Fortaleza, eu fui conhecer a APROCE, Associação de Prostitutas de Fortaleza, que a coordenadora era Rosarina Sampaio. Rosarina ensinando as mulheres a usar o preservativo, a botar com a boca. As prostituta toda empoderada. E com computador, sabe, uma realidade totalmente diferente de Pernambuco. Quando eu volto eu pergunto a Fatima: “A gente pode fundar uma associação em Recife?” Ela disse: “Pode, só não depende de mim. Não sou puta. Depende de vocês querer. Eu vou ver como é que a gente faz pra formar a associação.”<sup>336</sup>*

Enquanto a veterana Fátima Medeiros narrou seu impacto em conhecer Gabriela Leite e Lourdes Barreto quando ingressou no ativismo, Vânia rememorou o momento em que conheceu Rosarina Sampaio, coordenadora da APROCE e liderança do movimento de prostitutas, na região do Nordeste. Rosarina foi uma grande liderança que a inspirou, pelo fôlego do ativismo e pela capacidade criativa de adaptar as ações de prevenção à realidade do trabalho sexual. Uma de suas ações memoráveis, lembrada por Vânia, era a oficina de prevenção na qual ensinava as trabalhadoras sexuais a colocarem o preservativo com a boca em seus clientes, um recurso importante para negociar o uso nas relações sexuais durante o programa. A habilidade de Rosarina é lembrada por várias veteranas do movimento e constou em campanhas de prevenção, tornando a prática uma estratégia fundamental do

---

<sup>336</sup> Rezende, op. cit., p.2.

movimento nacional, pois aliava o sexo seguro ao prazer, à fantasia e à positividade da sexualidade.

Rosarina foi uma importante integrante do movimento nacional. A APROCE foi fundada em 1990 e realizou um extenso trabalho afirmativo e educativo sobre prostituição e prevenção de Aids, desde então. Assim como Gabriela e Lourdes ajudaram a fundar associações de prostitutas em diferentes estados brasileiros, Rosarina ajudou a fundar associações no Nordeste, sendo referência na história de muitas ativistas e inspiração para outras iniciativas, com destaque para Associação de Mulheres Profissionais do Sexo do Estado do Amapá (AMPAP), em 2001,<sup>337</sup> coordenada por Edna Maciel. A liderança do Ceará chegou a ser membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde e a realizar uma série de projetos destinados à categoria.<sup>338</sup>



**Imagem 25:** Nanci Feijó (em pé) e Rosarina Sampaio em ação de capacitação para prevenção sexual. Arquivo Davida. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

Conectar as prostitutas de Recife às demais lideranças e associações brasileiras foi importante para o compartilhamento de conhecimentos e fortalecimento da organização, estimulando-as a darem os primeiros passos em direção à estruturação da associação.

---

<sup>337</sup> Sobre a participação de Rosarina Sampaio na criação da AMPAP, ver: Beijo da rua, março, 2002, p.6 e 7. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>338</sup> Beijo da rua, ano VI, n.14, 1994, p.5. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Ainda em maio de 2002, antes de ser fundada a APPS, Vânia Rezende se tornava capa do jornal *Beijo da rua* com a manchete “Recife vira o jogo”. O exemplar abordava a importância da criação de uma organização de prostitutas para enfrentar a violência da polícia militar e o preconceito dos proprietários dos bares. A reportagem anunciava a promissora articulação de prostitutas, considerando-a um ponto de virada para enfrentar os desafios do trabalho sexual no Recife Antigo. Segundo Vânia, entrevistada à época, “tem muita repressão. Na rua alguns bares fecham as portas quando estamos em frente, nas calçadas. Os donos e os seguranças expulsam a gente, quando somos nós que atraímos os turistas.”<sup>339</sup> No exemplar, também é abordado como as prostitutas eram frequentemente perseguidas pelos policiais, que as levavam de camburão para a delegacia sem qualquer acusação. A perseguição e expulsão das prostitutas da região da Boa Viagem vinham sendo enfrentadas há mais de 10 anos, desde o início do projeto de revitalização da região central da cidade.<sup>340</sup>

No curso dos acontecimentos, logo se começou a planejar a organização interna da APPS. Para não incorrer em conflitos acerca dos modos de gestão, as pernambucanas optaram por uma estrutura de colegiado, por meio do qual as coordenações se dividiram em núcleos a fim de “evitar a concentração de poder”.<sup>341</sup> Assim foi feito e, em 17 de outubro de 2002, foi fundada a APPS com a presença de oitenta prostitutas.

*A gente tinha que ter um estatuto, aí pesquisou. Veio o estatuto da Fátima Medeiros, na Bahia, do Rio Grande do Norte... só que lá a forma era assim de presidente, vice, tesoureira, e a gente aqui, as puta pernambucana era muito machuda, muito braba. Sabe o que é braba? Invocada, grossa, intrigueira, faz confusão, quer ser uma melhor do que a outra. A Vera Barone disse: “Aqui não vai funcionar essa história de presidente, vice-presidente, tesoureira. A gente tem que fazer uma associação de forma colegiada, onde ninguém tem poder. A coordenadora geral ela é responsável pelas assinaturas da documentação, mas o poder é dividido entre todas.” E a gente formou. Foi a primeira associação colegiada do Brasil. Saiu a Nanci como coordenadora geral, eu como coordenadora administrativa, Nice como coordenadora de finanças, Margareth como coordenadora de comunicação, Cristina, coordenadora de educação... Para cada instância ficou uma coordenadora. Foi a fundação da associação. E a gente começou conhecendo outros movimentos, viajando, sendo convidadas a fazer parte dos encontros. Isso foi há 20*

<sup>339</sup> *Beijo da rua*, maio, 2002, p.6. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>340</sup> É válido trazer que no mesmo exemplar havia uma reportagem que abordava problema similar em Recife, como a perseguição às prostitutas advinda da revitalização da tradicional Vila Mimosa, no Rio de Janeiro. *Beijo da rua*, maio, 2002, p.3 - 5. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>341</sup> *Beijo da rua*, ago. set., 2002, p.4. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

*anos atrás que a gente passou 2 anos só participando de encontro, fazendo cursos, estudando. Tinha menina que não tinha formação nenhuma, teve que voltar a estudar. Eu voltei a estudar, eu não era analfabeta, mas eu fazia não sei quantos anos que eu não lia, não escrevia.*<sup>342</sup>

A criação da APPS mobilizou prostitutas de cinco cidades de Pernambuco (Palmares, Camaragibe, Cabo, Olinda e Recife) e contou com o apoio de Rosarina Sampaio e Gabriela Leite, além das apoiadoras locais, Fátima Vieira e Vera Baroni. Um apoio financeiro fundamental no primeiro momento foi da Coordenação de DST/Aids de Pernambuco, o que delineou o início de uma longa atuação da associação pernambucana na área de saúde. A APPS tem buscado atuar também na área cultural e no campo protetivo dos direitos humanos, a fim de promover ações de cidadania, politização e lazer para a categoria.

---

<sup>342</sup> Rezende, op. cit., p.3.



**Imagem 26:** Vânia na capa do jornal. Beijo da rua, maio, 2002. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

### 3.3.2 Os encontros como espaços de formação

Nas histórias de vida pudemos ver como a entrada das prostitutas no movimento organizado produziu intensos processos de aprendizados, conscientização e engajamento nos debates sobre a prostituição no Brasil, mas também sobre desigualdades, assim como respostas conjuntas às reivindicações por direitos. Não à toa, Vânia Rezende, Lourdes Barreto

e outras trabalhadoras dessa geração tiveram interesse em retomar os estudos quando entraram para o ativismo e pouco a pouco passaram a se posicionar publicamente com vozes afirmativas e críticas. O processo de formação política as desafiava a não somente lutar por melhores condições de trabalho, mas também a integrar um projeto mais amplo de sociedade, em que as prostitutas, mulheres, negras e negros, pessoas LGBTQIAPN+ e outros segmentos historicamente discriminados pudessem ser respeitados e valorizados. Nesse sentido, Vânia aborda como o engajamento no movimento de prostitutas proporcionou aproximação e articulação com diferentes segmentos e organizações da sociedade, o que a levou a participar de diversos fóruns de discussões políticas. Se ela já trazia em sua bagagem a experiência no maracatu, que havia lhe proporcionado conscientização enquanto uma mulher negra, passou a agregar a identidade de prostituta, e, quanto mais conhecia as pautas das demais lutas, mais se politizava e ampliava seu repertório de atuação.

Vânia relembrou alguns episódios marcantes que vivenciou, dentre os quais encontros nacionais importantes para a sua formação política. Embora mobilizada pela emoção e efusividade, ela pontua que não era fácil enfrentar a precária logística de transporte e hospedagem, além de ter que abdicar dos dias de trabalho para participar das ações do ativismo. A disposição para o enfrentamento reforça a dedicação e mobilização de recursos para a luta social. Um dos episódios marcantes foi o Fórum Social Mundial, em 2005, que demandou uma viagem de ônibus que durou três dias, de Pernambuco até Porto Alegre, local do evento. *Tu imagina! Tu viu a minha trajetória aí. De maracatu, de carregar bandeira, de dar no frevo, de tá nas passeatas... Mulher, eu saí daqui de Pernambuco pra Porto Alegre de ônibus. Olha que são... é chão, viu? Três dias. Na época que eu fui era quatro dias pra ir, quatro dias pra vim. Eu fui participar do Fórum Mundial.*

*Inclusive quando eu cheguei lá em Porto Alegre eu fiquei alojada na estande da Rede Brasileira de Prostitutas. A gente teve uma estande lá. Teve a Gabriela, o Flávio... e outras pessoas que eu não me lembro bem o nome, eu lembro mais dele, montaram. E a gente tinha nossa estande lá, a gente teve uma oficina. Eu acho que tem o Beijo da Rua eu dando essa oficina, onde a gente passou. Parece que o público era para 40 pessoas e a gente ficou com 60, ainda tinha gente querendo assistir a nossa palestra. Foi uma palestra do movimento de prostitutas. Fórum Mundial foi assim maravilhoso. O clima onde eu estive lá nessa época tava de 40 graus, foi no mês de janeiro.*<sup>343</sup>

---

<sup>343</sup> Rezende, op. cit., p.5.

No Fórum Social Mundial, a Rede Brasileira de Prostitutas mobilizou 60 representantes de organizações do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Pernambuco. A Rede dispôs de um estande para os dois dias de seminário, intitulado “Construindo a cidadania: a experiência da Rede Brasileira de Profissionais do Sexo”. O seminário foi concorrido, como relatado por Vânia e registrado pelo jornal Beijo da rua.<sup>344</sup> Era um momento importante, o movimento participava de um evento de grande porte mobilizador de diferentes movimentos sociais brasileiros e de alcance internacional. Em matéria do Beijo da rua, ficou registrada a primeira fala de Vânia no seminário, na qual orgulhosamente se identificava: *Meu nome é Vânia, tenho 52 anos e sou puta.*<sup>345</sup> Era sua primeira fala em um evento de grande dimensão.

Apenas três anos após a fundação da APPS Vânia já representava seu estado e se sentava ao lado das referências nacionais do movimento: *Eu também fui pra São Paulo de ônibus participar da Marcha das Margaridas. Eu fui pra Brasília de ônibus participar do encontro de mulheres. Porque quando a gente vai com o movimento de prostitutas pra encontro a gente tem a força, tem a passagem. Mas quando são as passeata e atividade, o Estado é que consegue ônibus e vai as mulher tudo de ônibus, toma banho na carreira, no meio do caminho... Isso tudo eu fui. Olha, no ano que eu fui pra Brasília a gente ficou acampado na frente do Palácio. Tinha as barraquinhas, os colchões... Durante o dia era um calor infernal, quando chegava a madrugada, garoa, molhava o colchão. E a gente passou quatro dias lá. Teve um show maravilhoso com Margareth Menezes. Eu lembro como se fosse hoje ela cantou aquela música “Retirante Ruralista”. Tu conhece? Essa música é a cara, né. A cara do Nordeste, é a cara de Pernambuco... Muito bonita!*<sup>346</sup>

Vânia esteve presente na Marcha das Margaridas de 2011, em Brasília, uma manifestação pela defesa e justiça das trabalhadoras do campo e da floresta que mobiliza milhares de mulheres de todo o Brasil.<sup>347</sup> Naquele ano, a pauta do encontro foi “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” e reuniu ativistas de diferentes movimentos sociais, o que também levou Vânia a se sentir convocada. Como ápice da marcha, houve um diálogo inaugural com o governo federal, à época, na figura da presidenta Dilma Rouseff. O encontro contou com o show de vários artistas, dentre

---

<sup>344</sup> Beijo da rua, 2004, p.5. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>345</sup> Beijo da rua, 2004, p.8. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>346</sup> Ibid.

<sup>347</sup> A primeira Marcha das Margaridas ocorreu em 2000 e reuniu milhares de mulheres trabalhadoras de diferentes estados brasileiros para defender direito, justiça e igualdade para as mulheres do campo e da floresta. O nome da Marcha homenageia a líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 por um latifundiário de Alagoa Grande, Paraíba.

eles a atual Ministra da Cultura, Margareth Menezes. Vânia relembra como foi emocionante ver a intérprete cantando a canção “Retirante Ruralista”, do grupo Olodum. Em suas palavras, a música é *a cara do Nordeste*, por exaltar os personagens e a resistência de sua terra. Ao rememorar o evento durante a entrevista, ela, poeta, fez questão de cantar saboreando cada palavra:

Retirante ruralista, lavrador  
Nordestino Lampião, salvador  
Pátria sertaneja, independente  
Antônio Conselheiro em Canudos presidente

Zumbi em Alagoas, comandou  
Exército de ideais  
Libertador, eu  
Sou mandinga, Balaiada  
Sou malê  
Sou búzios, sou revoltas, arerê

Ô Corisco, Maria Bonita mandou te chamar  
Ô Corisco, Maria Bonita mandou te chamar  
É o vingador de Lampião  
É o vingador de Lampião

Êta, cabra da peste  
Pelourinho, Olodum somos do Nordeste  
Êta, cabra da peste  
Pelourinho, Olodum somos do Nordeste  
Êta, cabra da peste  
Pelourinho, Olodum somos do Nordeste  
Êta, cabra da peste  
Pelourinho, Olodum somos do Nordeste

Vânia lembrou uma série de outros encontros que vivenciou no movimento de prostitutas, como o “I Encontro Nordeste Sudeste”, em 2002, realizado em Salvador pela APROSBA, e o “IV Encontro Nacional das Prostitutas”, no qual foi uma das mulheres representadas na imagem da “Santa Ceia”. Para ela: *falar da memória do movimento e falar da minha memória é falar da minha vida. Sem esse movimento eu não seria nada, se eu não tivesse o acolhimento de vocês durante esses 20 anos eu já tinha morrido.*<sup>348</sup> Foi por meio da atuação no movimento de prostitutas que Vânia passou a compor diferentes frentes de luta, sendo atualmente uma veterana respeitada por sua trajetória. Seu ativismo junto às colegas pernambucanas da APPS tem impulsionado contundentes debates locais, estimulando a conscientização da profissão e realizado um relevante trabalho de prevenção sexual com a categoria.

---

<sup>348</sup> Narrativa de Vânia Rezende [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

### 3.3.3 Alguns desafios: ontem e hoje

A história da APPS condensa muitos projetos e ações na área de direito das mulheres e, prioritariamente, na área da saúde com foco na prevenção de saúde sexual, o que resultou em parcerias com a Secretaria de Saúde do Município, do Estado e do Ministério da Saúde. A sede da associação se localiza na região de prostituição do Recife Antigo, próxima à Praça do Diário e à Rua da Concórdia, onde Vânia, Nanci e suas colegas costumavam trabalhar outrora e onde as prostitutas em atividade batalham atualmente. Entretanto, a sede da associação não é própria e está vinculada à policlínica local, o que, por um lado, isenta a associação do pagamento de contas básicas para a manutenção (água, luz, internet), e, por outro, mantém a atuação das prostitutas diretamente associada ao sistema de saúde e dependente do seu funcionamento. Para Vânia, essa cessão do espaço gera empecilhos práticos:

*A gente não tem a liberdade, porque se a gente quer fazer uma festa, uma reunião no sábado e domingo, não pode, porque é um posto de saúde e fecha no sábado e domingo. O horário de funcionamento é de oito da manhã às cinco da tarde, e a gente fica... pelo menos a gente tem um ponto de referência, porque você sabe qual a história do projeto. Você tem um projeto mirabolante, mas o projeto só dá um ano. Depois de um ano tem toda a burocracia, às vezes não renova. A gente da APPS está sem projeto há 10 anos, simplesmente porque a coordenadora antiga não prestou imposto de renda. Não prestou imposto de renda e o CNPJ está inadimplente.*<sup>349</sup>

Vânia toca em um ponto fundamental enfrentado por várias associações, que é a falta de sustentabilidade financeira à médio prazo. À mercê da pouca oferta de editais do governo e de fundos internacionais, as associações acabam tendo que se engajar para a manutenção do espaço e realização das ações programáticas, que têm como foco os trabalhos de prevenção em saúde sexual e dificilmente conseguem realizar as atividades que julgariam mais interessantes, como as iniciativas culturais ou as ações direcionadas aos direitos e cidadania. Sendo assim, ter a sede da associação localizada em uma policlínica não contribui para a ampliação das frentes de trabalho e acaba reafirmando os contornos das atividades da associação na área da saúde.

Outro ponto trazido por ela é a dificuldade com a gestão administrativa e financeira dos projetos, a falta de conhecimento sobre a distribuição de gastos, o que levou a APPS à inadimplência. A situação da associação, entretanto, não é isolada. A questão das finanças tem

---

<sup>349</sup> Rezende, op. cit., p.6.

sido um desafio enfrentado por muitas associações, sobretudo as mais antigas. Uma vez inadimplente, torna-se difícil conseguir regularizar a situação cadastral do CNPJ impossibilitando a realização de novos projetos e o pleito de editais de financiamento. Abordaremos esse ponto mais à frente.

Mesmo com as dificuldades financeiras, com as limitações do espaço da associação e com as questões físicas de Vânia, ela e as colegas, persistentes, não pararam de realizar ações junto à categoria. No capítulo 2, vimos como Vânia se engajou para prover assistência às trabalhadoras sexuais durante a pandemia de Covid-19, sendo a única frente de mobilização para a categoria em Recife. Também relatei como ela participou das mobilizações, fóruns e debates que envolvem o movimento nacional. O exposto indica que precisamos reconhecer o fôlego e a pertinência do trabalho de Vânia e sua atuação no movimento de prostitutas em um cenário alargado de tempo.

*Apesar de todas essas dificuldades a gente tem crescido muito. Porque eu tenho 48 anos de prostituição, não tô mais na atividade, não faço mais programa, mas continuo no movimento e me identifico. E durante esses 48 anos a gente vê que a gente mudou. Não se encontrava... Onde é que tinha uma puta sentada numa mesa para dar palestra junto com o prefeito? Uma puta que participava de entrevista num programa com o Jô Soares, como a Nanci foi? Era muito difícil. Lugar de puta era na zona e olhe lá. Só descia pro centro pra batalhar depois de dez horas. Tinha um horário, não era toda hora. Mas graças ao movimento de prostitutas isso tudo derrubou. Os policiais pegavam as prostitutas no meio da rua, em todo o lugar do Brasil, metia o pau, elas saía correndo e ficava por isso mesmo. Hoje em dia tu pode até fazer, mas ele vai...*<sup>350</sup>

Em retrospectiva, Vânia lembrou o cenário de batalha no passado, a violência, a perseguição, a invisibilidade e o preconceito vivenciado na profissão, mas reconheceu as transformações conquistadas com a organização da categoria. Para exemplificar essas mudanças, evocou a experiência da colega Nanci Feijó que, certa vez, violentada pelo cliente durante o programa, decidiu prestar queixa e conseguiu a validação de sua denúncia, tendo o cliente que pagar fiança para ficar livre, um caso extraordinário no marco da prostituição. Embora violações como essas existam no trabalho sexual, não são denunciadas, porque as vítimas não conseguem ter suas queixas validadas nas delegacias policiais, tampouco

---

<sup>350</sup> Ibid., p.7.

conseguem acionar a Lei Maria da Penha,<sup>351</sup> inteligida no âmbito doméstico e familiar. Em razão do estigma da profissão, as prostitutas que decidem denunciar são ridicularizadas, silenciadas e desmoralizadas em suas denúncias e não conseguem amparo e proteção pela legislação brasileira existente.<sup>352</sup>

*O cara pagava ela bem. Um dia tava no programa, ele bateu nela e não quis pagar. Ela prestou uma queixa, ele foi preso e teve que pagar uma fiança. A gente tá pensando em fazer uma lei, uma lei de proteção à prostituta, do jeito que tem a Maria da Penha que a gente não é inserida. Porque a Lei Maria da Penha é uma lei que só insere doméstica, né, violência doméstica essas coisas, mas nós prostitutas na função como profissional não tamo inserida, se for com namorado, cliente a gente tá coberta, mas como prostituta não. A gente tá pensando em fazer a Lei Nanci Feijó, sabe. Vamos estudar. A gente tá se articulando pra fazer essa lei. Ainda isso é um sonho de uma prostituta que conversou comigo e dizia que pra isso a gente tem que entrar no consenso com as três redes pra ver se quer. Com essa história que ela ganhou contra a violência contra a prostituta. Ela ganhou, e a lei ser com o nome dela.*<sup>353</sup>

O caso de Nanci é um episódio vitorioso pela persistência e validação da denúncia, por abrir precedente no âmbito do trabalho sexual, por estimular a esperança e o desejo de luta, mas também porque Nanci, anos depois, convidada a participar do programa Jô Soares, na Rede Globo, pode contar suas histórias em rede nacional, afirmando publicamente a profissão. A expectativa de ocupar espaços públicos e culturais e de ter suas vozes e histórias publicizadas tem dado ímpeto à luta da categoria para sair da invisibilidade, uma batalha contra o estigma da profissão e pela conquista da identidade profissional. Em entrevista, Vânia contou como foi importante quando as trabalhadoras locais viram Gabriela Leite na televisão identificando-se publicamente como prostituta, no programa da Marília Gabriela.<sup>354</sup> A partir dali, as trabalhadoras *se identificou com a fala de Gabriela e procurou a Associação.*

Vânia tem o sonho de criar uma lei de proteção à prostituta com o nome Lei Nanci Feijó e de ver aprovado o Projeto de Lei Gabriela Leite, que versa sobre a

<sup>351</sup> A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi criada para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. BRASIL. Lei Maria da Penha: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em: 18.mai.2024

<sup>352</sup> Em um debate sobre violência vivenciada por trabalhadoras sexuais, Diana Soares aborda a dificuldade de acionar a Lei Maria da Penha para casos de violências no âmbito do trabalho. Ver: Violência contra as mulheres: o que dizem as trabalhadoras sexuais? 2022. Vídeo (106m) Publicado pelo canal Estrela Guia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LM3AzKreHkc> Acesso 08 mar. 2024.

<sup>353</sup> Rezende, op. cit., p.7.

<sup>354</sup> De Frente com Gabi. Gabriela Leite. Parte 1. 2012. Vídeo (17m) Publicado pelo canal SBT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ggI2YDQEH70&t=31s> Acesso em: 18 mai.2024.

regulamentação/legalização da profissão. Em direção ao seu sonho, ela não deixa de seguir lutando por melhores condições de vida e trabalho para a categoria. Todavia, reconhece que o caminho de transformação nem sempre é ascendente, e que o avanço dos discursos antigênero e abolicionista da prostituição têm produzido grandes barreiras para a agenda do movimento nacional na sociedade brasileira. Vânia faz uma reflexão crítica e consciente do atual contexto de luta da categoria para os próximos anos.

*Tá pensando que essa regulamentação vai chegar agora, é? Vai não, minha filha. Eu morro, tu morre e essa regulamentação não chega. Existe toda essa bancada evangélica, hipócrita, que precisa dos nossos serviços, mas tem toda essa história da putafobia. Eu tô falando com a prioridade do que eu sou. Tá entendendo a minha história? É isso que eu venho nessa luta.*<sup>355</sup>

### 3.4 “Enquanto der pra gozar”: memórias ativistas de Diana Soares

No capítulo 1, foram narrados alguns percursos da trajetória laboral de Diana Soares nas cidades do Rio de Janeiro e de Natal, os locais de trabalho, as estratégias de negociação e limites corporais, tendo a entrevistada significado uma característica sua, segundo ela mesma, inata: seu senso de justiça e coragem para enfrentar as contrariedades do ofício, o que a fazia se posicionar sempre em favor das prostitutas.

Neste capítulo, serão mobilizadas algumas experiências ativistas de Diana Soares, os contextos de atuação e a forma como ela significa suas memórias, entre o sentimento de coragem e o desejo de lutar, além dos desafios atuais. Para este fim, abordaremos o contexto de fundação da ASPRORN, em Natal (RN), e a criação da ANPROSEX, rede nacional da qual faz parte.

A frase “enquanto der pra gozar” foi utilizada por Diana na oficina “Transa de Saberes” para se referenciar à continuidade de sua atuação, tanto na profissão, quanto no ativismo. Mesmo não exercendo ativamente o trabalho sexual na fase atual da vida, ela não descarta a oportunidade de fazê-lo, desde que se possa ganhar com isso. *Então é isso, não posso dizer que sou ex, porque enquanto eu der pra gozar, eu quero ganhar.*<sup>356</sup> A correlação entre gozar e ganhar se repete em algumas de suas falas públicas, e, embora designe um senso de oportunidade para ganhos financeiros com o trabalho sexual, busco mobilizá-la em sua

<sup>355</sup> Rezende, op. cit., p.8.

<sup>356</sup> Narrativa de Diana Soares. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

pluralidade de sentidos, incluindo também os ganhos simbólicos e políticos advindos do seu engajamento ativista.

Em nossa entrevista, Diana contou diversas situações difíceis enfrentadas ao longo de sua trajetória, mas afirmou que nunca se deixou esmorecer: *sempre gostei muito da vida*. Falou sobre a profissão com positividade e, sem meias palavras, assumiu-a sem medo. Considerando a forma como ela significa sua história de vida, proponho pensar os sentidos de gozar e ganhar também na relação entre trabalho e ativismo no marco da prostituição, onde Diana, persistente e desejosa, segue afirmando sua história como uma “filha da luta”, expressão que designa a organização da qual faz parte atualmente. Para essa reflexão, mobilizo a narrativa de história de vida, a transcrição da oficina “Transa de Saberes”, o registro do “IV Encontro Nacional da Rede de Prostitutas”, ocorrido em 2008, e reportagens divulgadas em plataformas digitais sobre a atuação da ASPRORN.

### **3.4.1 Em memória de Marinalva Ferreira: a criação da Associação das Prostitutas do Rio Grande do Norte (ASPRORN)**

*Três mulheres que me marcaram muito: uma foi a nível local, que foi a Marinalva Ferreira lá no Rio Grande do Norte que fundou o movimento lá, a outra foi Rosarina Sampaio, à nível Nordeste, a outra foi Gabriela Leite, que até hoje ela continua viva. Porque até hoje onde os livros dela são lido, ou qualquer outro material que tenham dela chegue até os bordeis, as minhas colegas elas se levantam mesmo, elas deixam de ser coitadinhas pra ser uma senhora puta, puta mesmo com orgulho, é quando elas dizem com orgulho que são felizes sendo prostituta e param de dizer que o que tão fazendo ali é errado ou é pecado.*<sup>357</sup>

Diana reconhece a importância da atuação das três lideranças para o movimento de prostitutas no Brasil: Gabriela Leite, Rosarina Sampaio e Marinalva Ferreira. Em 2012, como parte da programação alusiva ao Dia Internacional da Prostituta, celebrado em 02 de junho, a ASPRORN, na figura de Diana Soares, em uma ação junto à Prefeitura de Natal, homenageou alguns parceiros de luta com a Medalha Marinalva Ferreira da Silva, em memória da ativista de mesmo nome.<sup>358</sup>

---

<sup>357</sup> Ibid.

<sup>358</sup> NatalRN. Medalha Marinalva Ferreira da Silva. 2012. Prefeitura de Natal. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/news/post2/8820> Acesso em: 18 mai.2024.

O ingresso de Diana no ativismo se deu no contexto da epidemia de Aids em curso no Brasil, quando já havia políticas públicas, além de organizações da sociedade civil voltadas para o trabalho de prevenção e saúde sexual dos grupos considerados de maior “vulnerabilidade” à infecção, dentre os quais prostitutas e homossexuais. Naquele momento, o movimento de prostitutas já havia se estabelecido na agenda política nacional e as lideranças se empenhavam na criação de associações filiadas nos estados brasileiros. No Rio Grande do Norte, ainda não havia uma associação de prostitutas, apenas ações pontuais fomentadas por organizações locais de saúde. Embora difícil, foi esse cenário que motivou o despertar do ativismo de Marinalva Ferreira, a quem Diana fez questão de evocar, nomear e relembrar a história durante nossa entrevista. Marinalva foi fundadora e presidente da ASPRORN e marcou a história das prostitutas do Rio Grande do Norte pela atuação em defesa da categoria, iniciada em 2002. Integrou o Fórum ONG/AIDS e o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte. Ainda nos primeiros anos da associação, implementou o projeto “Diamante Bruto”, que contou com serviços na área de educação, saúde e prevenção sexual.

*Quando eu conheci o Movimento foi bem engraçado. Aqui em Natal eu comecei a conhecer através do movimento GLS, que naquela época era GLS, depois passou a GLBT. Depois mudaram, né. As lésbicas. Eu nem me lembro como foi, sei que teve até briga pra colocar o L na frente e ficou LGBT. Em Natal foi uma colega minha quem fundou o movimento de prostitutas, a Marinalva Ferreira. Ela foi em busca de um serviço de saúde porque começou a sentir problemas. Queria ver ela endoidecer era sentisse alguma coisa nas ferramenta de trabalho. Ela começou a apresentar uma doença venérea, não sabia o que era, e endoideceu porque não tava podendo fazer programa. Eu sei que ela foi pra uma unidade de saúde e chegou lá na maior dificuldade pra ser atendida. Então ela se desesperou. Ela era muito ignorante, daquela que quando começava a falar falava alto, sabe? Quando ela descia do salto, saísse de perto. Aí ela começou a esculhambar a unidade de saúde e dizer que ela tinha direito de ser atendida, porque ela votava e tava precisando, aí levantou logo a roupa: “Olha a situação que eu tô aqui! Vocês não querem me atender porque eu sou puta! Eu sou puta mas eu voto. Quem elege, quem paga vocês aqui sou eu!”. Fez a maior zoadá. Aí a diretora dessa unidade de saúde quando escutou aquele berreiro foi saber o que tava acontecendo. Quando chegou, achou bonito a forma e o direito dela e disse: “O que que tá acontecendo? Deixa eu ver.” A Marinalva disse: “Olha como eu tô, não posso nem trabalhar porque eu tô desse jeito”. “Pelo que tô vendo aqui você tá com...” aí falou qual era a doença e disse: “Nós vamos cuidar disso. Deixe de nervosismo.” Sei que fez a cabeça dela e fizeram*

*um pacto. Aí ela disse: “O que você deseja além disso?”. “Eu desejo é que todas as minhas amigas sejam respeitadas e sejam atendidas como qualquer pessoa que venha aqui. A gente quer ser atendida de forma igual”. Fez aquela zoada. Também outra analfabeta, porque pessoas analfabetas geralmente são pessoas que têm uma ponta de língua bem racional, raciocina bem melhor do que quem tem estudo. Como tava muito no auge a questão da Aids, a médica disse: “Vamo fazer um trabalho junto”. A médica já vinha fazendo um trabalho com os gay, os menino que era GLS. Tinha uma turma que era o GHAP e chamou os menino do GHAP pra se juntar a ela.<sup>359</sup>*

Marinalva é descrita como uma mulher que reivindicava seus direitos, inteligente e engajada. O despertar de Marinalva para ações pelos direitos das prostitutas se iniciou a partir de uma necessidade pessoal de receber atendimento e tratamento adequados no sistema público de saúde. No movimento, é muito relatada a discriminação vivenciada nos postos de saúde, sobretudo quando se trata da saúde sexual e reprodutiva, uma vez que, conforme já abordado, as prostitutas são historicamente consideradas corpos “transmissores de doenças”. A persistência de Marinalva em reivindicar seus direitos levou-a a conhecer o Grupo “Habeas Corpus” Potiguar (GHAP), uma ONG de representação homossexual em defesa do direito das pessoas vivendo com HIV/Aids, atuante no Fórum do ONG-Aids do Rio Grande do Norte.<sup>360</sup> Uma vez integrando o GHAP, Marinalva passou a convocar as colegas de profissão e a orientá-las acerca da importância da prevenção sexual. *E foi quando eu conheci, porque ela foi atrás de mim e eu comecei a participar das reuniões que tinha no GHAP, comecei a mobilizar colegas pra fazer testagem, teste de HIV, de sífilis, entendeu?*

Diana conta que, de início, não se interessou pelo trabalho, semelhante ao que foi narrado por Vânia Rezende quando conheceu a ONG Cais do Parto. Julgava perda de tempo: *Eu vou nada, enquanto tô lá conversando, tô ganhando o quê? Tô é perdendo meus clientes aqui.* Comparecer às reuniões significava renunciar aos programas e, portanto, perder dinheiro. Com a insistência de Marinalva, ela começou a frequentar às reuniões e a compreender a importância dos projetos. Passou a mobilizar as prostitutas do local em que morava, o prédio chamado “Pombal” que contava com grande presença de mulheres. *Tinha de tudo! A gente começou logo pelo Pombal, que era muitas mulheres que tinha por lá, muitas mulheres mesmo, mulheres de batalha também.<sup>361</sup>*

<sup>359</sup> Soares, op. cit., p.7.

<sup>360</sup> Laurindo-Teodorescu, Lindinalva; Teixeira, Paulo Roberto. *Histórias da Aids no Brasil*, v.2: a sociedade se organiza pela luta contra a Aids. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015, p.160.

<sup>361</sup> Soares, op. cit., p.8.

Ao evocar esse período, Diana caracteriza o trabalho que realizava no GHAP como sendo o recrutamento de trabalhadoras sexuais para participar de ações de testagem de HIV e sífilis. Entretanto, ressalto que, naquele momento, ainda não havia disponibilidade de unidades móveis para testagem rápida, que só chegariam uma década depois. Tampouco as ONGs tinham autorização para fazer os testes, uma vez que só poderiam ser realizados com protocolos médicos conduzidos pelas unidades de saúde e Centros de Testagem e Atendimento (CTAs). Assim, tendo a considerar a evocação desse momento narrado por Diana como relacionada às campanhas de prevenção e informação sobre Aids/HIV e apoio às pessoas infectadas.

A relação entre as prostitutas do centro de Natal e o GHAP não se manteve duradoura e as diferenças logo começaram a aparecer. Embora realizassem ações e diálogos sobre prevenção, as prostitutas não ocupavam as posições de gestão e desenvolvimento dos projetos e não eram devidamente remuneradas pelo trabalho extensivo nas ruas. Tampouco as atividades que cumpriam, voltadas para autoestima, conscientização da profissão e cidadania, eram pensadas levando-se em conta as especificidades do trabalho sexual. Em um passo importante, Marinalva buscou conhecer outras associações de prostitutas já existentes, como a APROSBA e a APROCE, e foi aconselhada por Rosarina Sampaio, coordenadora da APROCE, a sair “debaixo das asas dos gay” e a constituir uma associação própria. Rosarina apontava ainda as oportunidades existentes para as prostitutas naquele momento, um público para o qual havia uma certa disponibilidade de projetos e financiamentos, e que, em vista disso, deveria se valer de tais recursos.

*Só que eu começava a ver que os menino era muito esperto. Eles ficava com o dindin e deixava só mixaria pra gente. E o trabalho? O trabalho era nosso. A gente ganhava sim as passagens de ônibus, um lanche, um negócio assim, mas nunca ganhava o que eles ganhavam, né. Eu sei que a Marinalva começou a conhecer. Conheceu Rosarina lá de Fortaleza, não se se você ouviu falar. Depois conheceu Fátima Medeiros... A gente foi conhecendo. E Rosarina começou a dizer que a gente saísse debaixo das asas dos gay, porque senão a gente não ia crescer nunca, e que era muito legal os gay, mas acontece que a gente tinha que aprender a engatinhar sozinhas. Eles sempre iam se aproveitar de nós, porque nós era um público que dava uns bons projeto, então a gente tinha que procurar os nossos pares.<sup>362</sup>*

---

<sup>362</sup> Ibid., p.8.

Nesse período, o GHAP teve outros afastamentos além das prostitutas. Uma dissidência de lésbicas e bissexuais havia se organizado para fundar uma associação e protagonizar suas ações, o que deu origem ao Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI), atuante ainda hoje. Sob o conselho de Rosarina, as prostitutas seguiram o mesmo passo e logo fundaram a organização autônoma de prostitutas em Natal, denominada ASPRORN.

*Aí a gente começou, fundamos a ASPRORN. A ASPRORN chegou no movimento no ano de 2000, agora a Instituição mesmo foi fundada em 2003. No dia da fundação, ela queria que eu tivesse presente, era um dia que tava assim de cliente, eu disse: “Eu quero saber caralho de fundar nada, esse negócio aí, eu vou lá lutar por puta? Elas não tão nem aí, vou tá perdendo meu dinheiro aqui”. Era brigas e mais brigas que eu pegava com Marinalva, até que, aos poucos, ela começou a me botar pra viajar, e eu comecei a conhecer outras ativistas, e fui pegando o gosto, porque o ativismo já tinha dentro de mim. Agora, não curtia muito esse negócio das coisa burocráticas, sabe. Eu sempre fui meio ruim pra esse negócio de fazer relatório. Marinalva me levava nos encontros, e como ela não sabia ler, e eu sabia, ela me levava pra fazer relatório, porque quando chegava em Natal tinha que levar um relatório pra prestar conta pra Secretária de Saúde. Eu tinha a maior raiva: Ah que frescura, chegando lá eu conto o que aconteceu e pronto”. Mas não, tinha que contar por escrito.*<sup>363</sup>

Diana não esteve presente no dia de fundação, mas participou dos encontros do movimento e integrou os primeiros projetos de prevenção, já com uma importante função, a relatoria. Ela julga que seria muito mais fácil se pudesse somente relatar oralmente o que se passou nos espaços de discussão, ao invés de escrever um relatório. Esse ponto é trampolim para abordarmos uma questão que vem afetando grande parte das associações de prostitutas no Brasil.

Em busca do reconhecimento formal e financiamento para suas atividades, as prostitutas procuraram se institucionalizar em associações, o que levou ao registro da organização, distribuição de funções, estruturação administrativa e realização de assembleias periódicas. A institucionalização proporcionava acesso aos editais de fundos privados, aos projetos do governo e de organizações transnacionais, mas demandava uma capacidade administrativa e burocrática para elaboração e gestão de projetos, além das tarefas relativas à manutenção da associação, como o espaço físico, a questão financeira e a dimensão organizativa. Como um apoio importante, as associações já existentes buscavam oferecer

---

<sup>363</sup> Ibid., p.8.

*expertise* sobre o funcionamento e compartilhar experiências com as novas associações. O movimento de formalização possibilitou a estruturação de muitas associações e um amplo alcance da atuação nas regiões metropolitanas, periféricas e interioranas, mas, com o tempo, houve uma dificuldade geral para a manutenção das associações, sobretudo nas questões administrativas e financeiras.

*Eu peguei de livre e espontânea pressão quando a Marinalva faleceu, que eu também não queria assumir, queria que houvesse uma nova diretoria. Na época, de acordo com o estatuto das ASPRORN, a pessoa que tinha que assumir era eu. Por mim eu ficava secretariando, qualquer coisa, menos negócio de ficar à frente de tudo, mas ninguém quis nem ouvir falar. Nessa época já tinha dois projeto aprovado pra ser executado, e eu tive que ir na marra, sem saber de nada. Porque eu sabia fazer as ações, mas... Tanto que teve um projeto que ficou faltando dinheiro e eu fiquei doida, sem saber: “Meu Deus eu não tirei um tostão, tinha todo o cuidado do mundo!” Depois fui ver que tinha um negócio que eu fazia errado. Era porque o pagamento das pessoas era pra descontar esse negócio de INSS e ISS, e eu pagava inteiro a elas e descontava do dinheiro do projeto. No fim ficou faltando grana.<sup>364</sup>*

A fala de Diana ilustra a dificuldade enfrentada diante do desconhecimento sobre o funcionamento dos projetos e a gestão dos recursos. Embora ela soubesse realizar as ações de forma prática, a ASPRORN e tantas outras associações não dispunham de informações suficientes para a administração e prestação de contas, o que fez com que muitas se tornassem inadimplentes e tivessem problemas com a regularização do CNPJ, não podendo mais participar da maioria dos editais disponíveis. Lourdes Barreto relatou problemas similares vivenciados pelo GEMPAC, assim como Fátima Medeiros na APROSBA, conforme mencionado anteriormente. O fato se correlaciona com a descentralização das ações do Ministério da Saúde e o respectivo repasse dos recursos da gestão dos financiamentos para as secretarias de saúde municipais e estaduais. A consequência foi uma maior burocratização do sistema de distribuição dos financiamentos, com excesso de regras e regulamentações, assim como o uso da autoridade para recusar os projetos das organizações utilizando como desculpa o próprio sistema burocrático.<sup>365</sup>

Outra questão relevante é que os financiamentos disponíveis eram/são centrados na prevenção em Aids/HIV e ISTs, tornando o tema central para o planejamento das associações, em detrimento de outros projetos diretamente vinculados à promoção do direito sexual e

---

<sup>364</sup> Ibid., p.9.

<sup>365</sup> Murray, Laura et al., Rites of Resistance: Sex workers' fight to maintain rights and pleasure in the centre of the response to HIV in Brazil. *Global Public Health*, 2018, p.8.

positivação da profissão. Leila Barreto, ao olhar para a trajetória do GEMPAC, compreende essa questão como um grande desafio para as organizações, na medida em que o caminho para a legitimação se torna também uma “amarra” política, pois leva à abdicação das questões relativas aos direitos e a autonomia do movimento.<sup>366</sup> Nesse sentido, as ações das associações acabaram se orientando exclusivamente para o trabalho em Aids, um ponto fortemente combatido pelo movimento nacional nos seus anos iniciais, por compreender que essa abordagem deixa escapar a dimensão dos direitos humanos tão fundamental no projeto político.<sup>367</sup>

### **3.4.2 Percursos, estratégias e políticas: da Rede Brasileira à criação da Articulação Nacional das Profissionais do Sexo (ANPROSEX)**

Na oficina “Transa de Saberes”, realizada no Circo Voador, em 2022, em celebração dos 35 anos do movimento, foi solicitado a cada uma das prostitutas participantes que levasse um objeto de memória e uma lembrança significativa de sua trajetória de trabalho e ativismo, como um disparo para as narrativas e compartilhamentos. Diana levou um cartaz do “IV Encontro Nacional da Rede de Prostitutas”, realizado no Rio de Janeiro, em 2008. O cartaz era uma pequena cópia do banner que ocupava a extensa parede do encontro e representava a Santa Ceia bíblica com imagens de lideranças prostitutas. Gabriela Leite ocupava o centro, na figura de Jesus, e as demais lideranças, ao redor da mesa, representavam os apóstolos na última ceia.

*Foi nesse encontro, quando eu cheguei, que vi a Ceia Larga. Aquele banner tomando toda aquela parede com a Ceia Larga, aquilo ali pra mim foi quando eu me liberei de todos os meus pecados, porque tudo eu achava... Eu não chamava nem por Deus na cama porque eu achava que era pecado. [...] Até hoje esse banner faz revolução na vida de muitas colegas que têm aquela coisa, aquela religiosidade muito forte, que acha que é pecado isso, pecado aqui, então foi através daquele banner que deu uma reviravolta dentro de mim.*<sup>368</sup>

O banner seguramente era revolucionário por sobrepor a imagens de prostitutas à representação religiosa da “Santa Ceia”, evidenciando o confronto direto com as forças

---

<sup>366</sup> Barreto, Leila Suely. *Prostituição, a história contada: transas sociais e institucionais em Belém*. Trabalho de conclusão do curso de especialização em Educação e Direitos Humanos e Diversidade. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2016, p. 27.

<sup>367</sup> Leite, Lenz, op. cit., p.42.

<sup>368</sup> Narrativa de Diana Soares. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

religiosas e conservadoras contrárias à prostituição e que cresciam na agenda política. Neste encontro, Diana pode se encontrar com prostitutas de todo o Brasil, conhecer as diferentes estratégias de ação, dentre as quais investidas criativas e provocativas, um modo próprio de fazer política característico da chamada Rede Brasileira de Prostitutas.



**Imagem 27:** Santa Ceia, IV Encontro Nacional da Rede de Prostitutas, 2008. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Diana já ocupava a coordenação da ASPRORN quando foi convidada a participar do IV Encontro. Era um momento importante, havia 14 anos que a categoria não se reunia nacionalmente para traçar diretrizes comuns, desde o “III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo” (1994). O IV Encontro, que tinha como tema “a profissão meretriz”, mobilizou uma série de debates: as dificuldades das profissionais diante do estigma; a legalização da profissão e as estratégias para se construir uma frente parlamentar para aprovação do Projeto de Lei 98/2003; a capacitação para o *advocacy* e o fortalecimento (interno e público) do movimento nacional. Debateu-se ainda a problemática das ações de prevenção sexual, estabelecendo como linha política que o trabalho das associações não deveria ter somente esse foco. Foi definida a realização anual de atos públicos, no dia 2 de

junho, Dia Internacional da Prostituta, para dar maior visibilidade ao movimento.<sup>369</sup> Diana, que integrava a mesa ao lado de Gabriela Leite, Lourdes Barreto, entre outras colegas, falou sobre o caráter formativo do encontro para ela, liderança recém-chegada ao movimento nacional: *Estou aqui para entender, aprender, respeitar e ser um desses pontinhos que fazem a rede. Falou-se na criação de Escola pra Putas. Aqui neste momento, me sinto fazendo universidade.*<sup>370</sup>

Nesse momento já havia associações de prostitutas em quase todos os estados brasileiros e muitas lideranças compareciam pela primeira vez a um encontro nacional para debater as pautas e conhecer as estratégias desenvolvidas ao longo da trajetória do movimento. Como um traço aglutinador das organizações que se disseminavam, definiu-se a elaboração de uma Carta de Princípios do movimento, chamado naquele momento de Rede Brasileira de Prostitutas (RBP).

No mesmo ano do IV Encontro, foi realizada a “I Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição”<sup>371</sup>, encarada como uma oportunidade para consolidar a discussão da prostituição a partir dos direitos humanos. Entretanto, os anos seguintes mostrariam a dificuldade de ampliação da abordagem pública da prostituição para além do restrito campo da prevenção e saúde sexual, e evidenciariam a inviabilidade da inclusão dos direitos humanos como protagonista no desenvolvimento dos projetos, o que se tornava para as ativistas mais antigas um desafio na relação com agentes do Estado.<sup>372</sup>

Em 2010, ocorreu o “V Encontro Nacional da Rede de Prostitutas”, em Porto Alegre, que definiu um Conselho Executivo para a coordenação da RBP. O Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais solicitou representantes do movimento para compor a Comissão

---

<sup>369</sup> Relatoria do IV Encontro da Rede de Prostitutas (2008). Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida. 7\_4o\_encontro\_da\_rede\_de\_prostitutas\_R. IV Encontro Nacional da Rede de Prostitutas, 2008 (40m). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>370</sup> Relatoria do IV Encontro Nacional da Rede de Prostitutas (2008). Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

<sup>371</sup> A Consulta foi realizada a partir das recomendações da “Consulta Latino-americana sobre Trabalho Sexual e HIV/Aids”, ocorrida no Peru, em 2007. No mesmo ano deu-se início ao projeto de pesquisa e “Direitos Humanos e Prostituição Feminina”, conduzido pela ONG Davida, com apoio do Fundo de População das Nações Unidas, para mapear a percepção de direitos de prostitutas ativistas de diferentes estados brasileiros e episódios que se caracterizam como violações de direitos no exercício da profissão. Em 2010 foi publicado o livreto com o mesmo nome do projeto para divulgar os resultados da pesquisa.

<sup>372</sup> As pesquisadoras Laura Murray, Deanna Kerrigan e Vera Silvia Paiva compreendem a guinada de um retrocesso consistente na política de governo para as prostitutas a partir dos anos 2005, caracterizada pela crescente influência dos fundamentalistas evangélicos no congresso brasileiro; pelos desafios impostos pela descentralização do programa de Aids e pelas abordagens biomédicas de prevenção que, na lógica neoliberal do sistema de saúde, foram impulsionadas pelos mercados farmacêuticos globais. Ver: Murray op. cit., p. 8 e 9. Para a compreensão deste cenário no âmbito da política nacional de saúde, agradeço à pesquisadora Angela Donini (Unirio) pelas extensas conversas sobre as dinâmicas políticas (internas e externas), a estruturação (e hierarquização) no funcionamento do Ministério da Saúde e o histórico relacional entre o movimento de prostitutas e o Ministério da Saúde.

Nacional de Articulação com Movimentos Sociais (CAMS), mas nenhuma política prosseguiu efetivamente, indicando que a interlocução já dava sinais de arrefecer.<sup>373</sup>

Em 2011, houve a conferência regional em Belém (PA), na qual o movimento de prostitutas estabeleceu como diretriz a não participação nos editais para projetos de Aids do governo, como resposta à insatisfação com as novas abordagens do Programa. Em uma avaliação sobre o rompimento das relações com o Ministério da Saúde, Gabriela Leite fez a seguinte colocação: “É uma posição sobretudo política, que busca chamar a atenção do Estado para essa antiga associação da prostituição com doença. É necessário que a sociedade veja a mais antiga profissão do mundo com outros olhos, conheça nossas outras demandas”.<sup>374</sup>

Em 2013, como uma tentativa de reaproximação, o Departamento Nacional de DST/AIDS e Hepatites virais realizou uma oficina junto ao movimento, lançando a campanha “Sou feliz sendo prostituta”, para celebrar o Dia Internacional das Prostitutas. A campanha foi ao ar com frases afirmativas sobre a profissão e direitos, mas, em um ato de censura, o ministro da saúde Alexandre Padilha retirou as frases afirmativas e deixou somente as que abordavam a prevenção. A posição do Ministério da Saúde demonstrava a nova diretriz de atuação junto ao movimento, reafirmando a velha abordagem biopolítica, higiênica e moral acerca da sexualidade das prostitutas.<sup>375</sup> A posição foi severamente criticada por todos os segmentos do movimento que atuavam junto ao Ministério.

No mesmo ano, Gabriela Leite e Rosarina Sampaio faleceram, duas lideranças que estruturavam internamente o campo de forças do movimento, Gabriela, uma referência para as associações do Sudeste e Sul do Brasil, e Rosarina, para as associações do Nordeste e Norte. Foi um ponto de virada para o movimento nacional. Algumas associações do Norte e Nordeste retomaram a relação com o Departamento de Aids, enquanto outras mantiveram suas posições de ruptura com o Ministério da Saúde. As lideranças que estavam insatisfeitas com a diretriz de ruptura formatada pela Rede Brasileira e defendida pelas grandes vozes do movimento, Gabriela e Lourdes, articularam-se em uma nova frente nacional, chamada de Articulação Norte e Nordeste, para conduzirem suas próprias articulações e estratégias

---

<sup>373</sup> Beijo da rua, agosto, 2011, p. 6, 7. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>374</sup> Leite et al., op. cit., p.46.

<sup>375</sup> A posição de Alexandre Padilha merece ser responsabilizada enquanto um ato de censura. É preciso considerar também que outras campanhas acerca da prevenção e direitos haviam sido censuradas no período próximo, como materiais contra a homofobia criado para escolas, em 2011, e a campanha voltada para jovens gays vivendo com Aids no carnaval, em 2013. Entretanto, é necessário considerar também o campo de disputas de forças políticas mais amplo que caracterizou o segundo governo do PT, marcado por acordos ambíguos e embates diretos com setores conservadores e fundamentalistas evangélicos, que cresceram sobremaneira no espectro institucional da política brasileira. Ver: Murray et al., op. cit., p.9.

políticas. Em entrevista à pesquisadora Fernanda Priscila, Diana contou sobre como vivenciou e significou esses anos conflituosos no movimento:

Os anos foram passando e vem essa história de projeto e eu percebia que a coordenação da Rede, as coisas melhores só quem era privilegiado eram as pessoas que eram coordenadoras. Aí eu fui vendo que a gente precisava, bem, o Nordeste estava sempre de fora, sempre perdendo, só pessoal lá do Sul, só pra lá, só o pessoal da coordenação, o pessoal que estava mais próximo da Gabriela Leite era quem conseguia acessar projetos. A não ser quando Gabriela acessava um projeto amplo, que tivesse uma amplitude nacional. Era aqui e acolá e algumas de nós eram beneficiadas. Tirando isso a gente só via benefício para os próprios Estados e Municípios ou então através da Pastoral da Mulher Marginalizada. [...] Aí aquilo começou a me incomodar e eu comecei a mobilizar o Nordeste, as colegas do Nordeste e começamos a nos articular para formar uma Articulação do Nordeste.<sup>376</sup>

Nesse ponto, fica nítida a passagem do modelo de financiamento nacional para o modelo de descentralização do Ministério da Saúde. Como resultado da redefinição da política nacional de Aids, algumas organizações acabaram ficando fora do repasse de recursos oficiais, o que não pode ser atribuído à coordenação do movimento das prostitutas. De todo modo, são complexos os aspectos que contribuíram para o desmembramento da RBP e a criação da Articulação do Norte e Nordeste, e nem todos serão abordados aqui, por uma questão de confidencialidade e respeito às questões internas ao movimento social. Todavia, os episódios mencionados nos ajudam a compreender a recomposição de forças, seja o conflito em torno da distribuição dos recursos e do acesso aos projetos e financiamentos de prevenção, no início dos anos 2000, seja a crítica contundente das antigas lideranças do movimento à condução das políticas pelo Ministério da Saúde com pauta exclusiva na saúde e prevenção. Houve um evidente retrocesso na relação colaborativa da categoria com o Ministério da Saúde.

Em 2015, algumas das ativistas da Articulação Norte e Nordeste fundaram a Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), em um encontro ocorrido em Manaus (AM). Todavia, um ano depois, outra organização se mostrou necessária para tentar amparar as diferentes demandas e estratégias de associações tão heterogêneas em suas realidades de trabalho. Assim, em 2016, em Santa Catarina, foi fundada a ANPROSEX, em um evento da organização Estrela Guia. Desde então, o movimento brasileiro de prostitutas passou a se organizar em três grandes redes que possuem associações afiliadas em todo o território e, atualmente, conta também com coletivos independentes. Já não era mais a distribuição geográfica que definia a organização. As afinidades pessoais e os interesses

<sup>376</sup> Silva, Fernanda Priscila da. Movimento social de prostitutas no Brasil e a luta contra a Putafobia: por uma pedagogia de batalha e decolonial. *Revista Fac. Dir. Uberlândia*, MG, v.51, jan./jun., 2023, p.760.

políticos compunham agora uma complexa teia organizativa, que mesclava as denominações “prostitutas”, “trabalhadoras sexuais” e “profissionais do sexo”, evidenciando a pluralidade semântica da profissão e suas estratégias ativistas na cena pública.

Diana acompanhou a criação das novas organizações, participando da Articulação Nacional, e, posteriormente, da criação da CUTS e da ANPROSEX, na qual atua como vice-presidente. A ASPRORN seguiu realizando projetos na área da saúde sexual, assim como outras associações de prostitutas no Brasil, especialmente no Nordeste, mas também buscando parcerias para atuação no campo dos direitos humanos e fortalecimento da categoria. Em virtude da inadimplência que tornou inapta a ASPRORN, Diana se manteve na luta, agora integra o Coletivo Filhas da Luta, organizado por suas filhas, Taísa e Maiara, que também são trabalhadoras sexuais. A veterana segue “gozando, sempre que possível”, buscando fazer da batalha e do ativismo um benefício para si e para sua categoria.

Ainda que as três redes nacionais, RBP, ANPROSEX e CUTS tenham assumido estratégias políticas distintas e desenvolvendo suas próprias relações com instituições e organizações locais, algumas pautas são as mesmas, como a reivindicação de direitos, a promoção de cidadania, a luta contra o estigma e a defesa da descriminalização da profissão. Independente da relação com agentes do Estado e do Ministério da Saúde, não há a crença na efetividade da atuação institucional. Pelo contrário, permanece a crítica à ausência das políticas em defesa da categoria. Durante a pandemia de Covid-19, frente ao difícil cenário em Natal, Diana deixou evidente sua posição:

Ninguém está em lugar nenhum pra sofrer violência. Então é todo um trabalho que a gente tem que fazer pelos interiores. E nessa época de pandemia somos poucas a estar realizando esse trabalho. [...] Acabou que a violência ficou por aí e a gente só sabendo dela através de telefone, das redes sociais. Eu pelo menos fiquei sem poder ir aquele local pra poder fazer algum tempo de trabalho devido às condições e à minha saúde. E a gente não encontra apoio onde a gente deveria encontrar do próprio Estado, isso é outra violência. Porque pagamos imposto, e pagamos imposto alto, escolhemos nossos representantes e na hora da gente ter acesso a essas políticas relacionadas à questão da violência, o que acontece? Nós não encontramos apoio.<sup>377</sup>

### 3.5 “Sempre desbravando, brigando, na luta”: memórias ativistas de Célia Gomes

A expressão que dá título a este subcapítulo integra uma fala de Célia Gomes, durante nossa entrevista, para significar sua longa história no ativismo: *e essa é Célia, sempre*

<sup>377</sup> Violência contra as mulheres: o que dizem as trabalhadoras sexuais? 2022. Vídeo (106m) Publicado pelo canal Estrela Guia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LM3AzKreHkc> Acesso 08 mar. 2024.

*desbravando, brigando, na luta, fazendo o que posso e o que não posso.*<sup>378</sup> A frase marca os esforços empregados, as resistências e invenções em face das contrariedades que se apresentam em um continuum de tempo. Não há um ponto de chegada tranquilo no presente, e Célia, negra, maranhense, ativista, ex-prostituta, uma mulher da favela, do gueto (palavras suas), segue diligente lutando para lograr dias melhores.

A história de Célia Gomes não se reduz à prostituição e se insere em diferentes fluxos de encontros e compromissos ativistas mais amplos. No primeiro capítulo foi possível conhecer um pouco de suas andanças pelo Norte e Nordeste, suas empreitadas nos mundos de trabalho da prostituição e sua história na ocupação Vila Irmã Dulce, em Teresina. Neste capítulo, atendo-me aos seus percursos no movimento de prostitutas, buscando, sempre que possível, abordar o cenário que contextualiza os acontecimentos, projetos e linhas de força no campo político.

Para esse fim, mobilizo a entrevista de história oral que realizamos, a transcrição da oficina “Transa de Saberes” e o livro “Prostituta é Comunidade”, escrito pela jornalista Vitória Pilar, sobre a história de Célia Gomes, em cotejamento com a bibliografia sobre prostituição e a documentação do Arquivo Davida.

### **3.5.1 A criação da Associação de Prostitutas do Piauí (APROSPI)**

Em certo ponto de sua vida, Célia parou decididamente de exercer o trabalho sexual, casou-se, teve filhos, estruturou sua família, mas nunca se afastou de fato da prostituição. Em diferentes cidades entre o Norte e o Nordeste, residiu próxima às zonas de prostituição e chegou a administrar estabelecimentos que atraíam trabalhadoras sexuais e clientes, nos quais acabava cumprindo também um papel de apoio e orientação às colegas, uma vez que havia vivido contextos similares e conhecia os desafios implicados. Já na ocupação Vila Irmã Dulce, ainda que em ações esporádicas, dedicou-se a prover condições mínimas de vida para algumas prostitutas que estavam em situação de vulnerabilidade, por meio de doação de cestas básicas, apoio financeiro e emocional.

Sua relação com as prostitutas começou a mudar em 2006, quando um dos líderes da Associação de Moradores da Vila Irmã Dulce, em Teresina, apresentou-lhe um projeto que tinha como foco a realização de oficinas de informação e prevenção sexual com as prostitutas e contava com financiamento da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí. Naquele momento,

---

<sup>378</sup> Gomes, op. cit., p.6.

entre tantas outras atividades, Célia administrava um bar próximo às zonas e, sem titubear, agarrou a oportunidade.

*Quando eu vim pra Vila, comecei a ver que o movimento era de ocupação, e a gente foi se integrando. Eu nunca mais falei da minha vida particular para ninguém. Passou, a SESAP, Secretaria de Saúde do Estado [do Piauí] e o Ministério da Saúde queria montar uma associação aqui na capital, porque não tinha, né? Era na época da Aids e todo mundo estava organizado. Eles queriam trabalhar com as prostitutas aqui no Piauí e como é que faz? Eles mandaram um projeto, não me pergunta a sigla que eu não sei te dizer mais. A ideia era formar uma associação de prostitutas e mandaram uma associação de moradores. Eu já tinha um bar nessa vila, já tinha um restaurante que juntava muitas meninas, já tinha aquele manejo de bordel. Só sei que de repente esse presidente apareceu com esse projeto, não me convidando, né, mas dizendo assim: “Olha, eu tenho um projeto que precisa de 30 mulheres e se tiver uma articuladora...” Quando ele falou que era com profissional do sexo, assim que falava na época, eu digo: “Pois tem a ver comigo!”<sup>379</sup>*

Célia se encontrava em uma situação financeira difícil, seu marido estava doente e ela buscava formas de renda complementares, além de precisar melhorar sua moradia, uma casa de taipa. Por estar próxima de mulheres que trabalhavam na prostituição, achou *fácil de mobilizar*, lembrando também sua trajetória de trabalho. Rapidamente, convocou outras voluntárias, como a colega ex-prostituta chamada Francisca, fazendo do projeto uma oportunidade de trabalho.

*A gente trabalhou um ano nesse projeto, que a gente ganhava 200 reais, e as mulheres que participava ganhava 10 na época. O projeto fez com que a gente chegasse até a Fundação Municipal de Saúde, que é a Secretaria Municipal daqui da capital, pra pegar o preservativo e levar pros hotéis. A gente foi fazendo, só que tinha carro pra levar. Acabou o projeto, e aí? Restaram as pessoas que estavam engajadas naquilo da necessidade. Eu aprendi logo a conversar sobre as ISTs, na época DSTs. Fui me empoderando e achando legal, até porque eu conhecia aquela história, né? Por isso eu tive uma facilidade de falar com as profissional do sexo. Então quando acabou a gente pensou: “O que vamos fazer?” Restaram só três pessoas. Eu, uma senhora chamada Francisca, mais outra chamada Íris. “E daí o que nós vamos fazer? Essas meninas agora vão ficar sem os preservativos delas?” A gente marcou uma reunião com a Secretaria Municipal, que é a Fundação Municipal de Saúde, e pedimos pra nos ajudar que a gente queria continuar. A moça da secretaria, Deusa*

---

<sup>379</sup> Gomes, op. cit., p.4.

*Alcântara, era muito articulada, era de movimento, de sindicatos, então ela viu a possibilidade e disse: “Não, vambora organizar!” Ela começou a dar vale pra gente se alimentar e pra se deslocar, pra ir deixar os preservativos.<sup>380</sup>*

O projeto consistia em engajar trabalhadoras sexuais para compartilhar informações sobre sexo seguro com foco na prevenção em Aids e ISTs, incluindo a distribuição de preservativos e lubrificantes, valendo-se da metodologia de educação pelos pares. Entretanto, os recursos só seriam suficientes para duração de um ano e não havia previsão de continuidade das ações. A sustentação das ações ao longo do tempo era um aspecto fundamental para o êxito dos projetos e sua imprecisão foi objeto de crítica do movimento à época.<sup>381</sup> Célia e suas colegas, conhecendo a realidade da categoria local e vendo a imprescindibilidade desse fator, diante de um total descaso e esquecimento das instituições políticas, consideraram importante dar seguimento ao trabalho de prevenção e foram atrás de agentes da Secretaria de Saúde. A responsável, lembrada por ela como Deusa Alcântara, viu no engajamento de Célia e suas colegas uma oportunidade para um trabalho de prevenção duradouro.

Em entrevista para a jornalista Vitória Pilar, Célia relembra que naquele momento somou seus saberes às informações conquistadas no âmbito do projeto, a fim de aprimorar a comunicação e estratégia de prevenção com a categoria. Aprendeu a “montar apresentações de saúde. Ninguém lá era médica, nem enfermeira, mas a gente buscou se informar e foi dando certo”<sup>382</sup>. As ações ganharam fôlego e, aos poucos, Célia, Francisca e suas colegas, sob os conselhos de Deusa Alcântara, foram estimuladas a estruturar uma associação:

*“Vamos chamar Rosarina Sampaio, que é do Ceará, pra ela vim dar umas aulas pra nós saber como é que vamos fazer essa associação.” Quando a Rosarina chegou disse: “Não, é por aclamação! E quem tá na frente é quem tem que ficar.” Eu sempre fui uma mulher, eu não sei o que é que eu tinha. Rosarina Sampaio quando chegou aqui já não foi com a minha cara. Achou eu muito cheia de si, muito cheia de anel, muito cheia de pulseira, de salto alto, muito bem arrumada pra uma prostituta. Falou que eu tava muito boa pra ser uma assessoria, e não a presidente. Tá bom, seja feita a vossa vontade, né! Aí aclamaram a Francisca presidente, e eu assessorando ela, mas tava de bom tom.<sup>383</sup>*

---

<sup>380</sup> Ibid.

<sup>381</sup> Entre as críticas ao período de crescimento de propostas de trabalho de prevenção sexual por organizações não formadas, nem lideradas pelas profissionais, Gabriela Leite e Flavio Lenz abordam a falta de continuidade dos projetos, a dificuldade de capilarização das ações, a ausência de avaliações que possibilitassem uma análise sobre a efetividade das estratégias de prevenção implementadas. Ver: Leite; Lenz, op. cit., p.43.

<sup>382</sup> Pilar, op. cit., p.104.

<sup>383</sup> Gomes, op. cit., p.5.

Apesar das orientações de Rosarina Sampaio, Célia e suas colegas não conseguiram colocar imediatamente em prática a estruturação formal da atuação, ficando apenas no planejamento. Passaram dois atuando sem o registro da associação. Nesse período, o trabalho permaneceu e Célia participou dos encontros regionais de prostitutas e do “TV Encontro Nacional da Rede de Prostitutas”, por meio do qual entrou em contato com os debates políticos da categoria. Ela relembra que, para finalmente conseguir o recurso necessário à formalização da associação, foi preciso acionar a Prefeitura de Teresina. Chegou a insistir contra a má fama do prefeito Sílvio Mendes (PSDB), a respeito de sua indisponibilidade para os movimentos sociais. Célia desbravou e se lançou atrás do recurso que garantiu a emissão da documentação que regularizava a associação.<sup>384</sup>

A APROSPI foi fundada, em 2009, como Associação de Prostitutas do Piauí, mas, naquela oportunidade, Francisca já havia se distanciado, em razão de conflitos com lideranças do movimento. Coube a Célia assumir a presidência. Ali já havia reconhecimento à sua história na prostituição e ela cumpriu seu papel ao seu jeito, bem arrumada, cheia de anéis, pulseiras, salto alto e tudo a que tinha direito.

Como visto nas histórias do movimento, nos anos 1990 e início dos anos 2000, os projetos de saúde eram considerados uma oportunidade para construir novas associações de prostitutas e expandir o projeto político da categoria. Nessas memórias fundacionais, é comum a presença das lideranças mais antigas como contribuidoras fundamentais para a formalização do estatuto, mas também para repassar orientações que garantiriam a realização dos projetos de prevenção. Além do apoio de Rosarina Sampaio, da APROCE, e da Secretaria de Saúde do Estado, Célia e suas colegas obtiveram o apoio de Vânia Rezende, da APPS, que executava o projeto “Sem Vergonha, garota, você tem profissão”, desde 2006.

*Aí vem Vânia com um projeto, era um dos primeiros projetos, era muito legal porque já montava a associação, o projeto dava uma televisão, só que era da Rede. Era Maria Sem Vergonha!*<sup>385</sup>

Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora Carolina Bonomi abordou o cenário de expansão do movimento viabilizado, nos anos 2000, pelos projetos “Esquina da Noite”, “Encontros” e “Sem Vergonha”. A fala de Vânia Rezende no VII Encontro, em São Luís, 2017, relembra sua contribuição para a estruturação inicial das associações de prostitutas no Nordeste, uma das regiões foco do trabalho de expansão. Nas palavras de Vânia, a associação ficou responsável por dois estados: “Fomos para os estados de Piauí e Rio Grande do Norte.

---

<sup>384</sup> Pilar, op. cit., p. 105, 106.

<sup>385</sup> Gomes, op. cit., p.5.

Em Teresina, fomos para as cidades de Teresina, Altos e Picos. Nas cidades de Teresina e Picos, as associações estavam mais estruturadas e não tinham muitos problemas. Em Altos, era triste.<sup>386</sup>

A fundação da associação na região de Picos, no Sul do Piauí, deu-se nesse mesmo contexto, em 2009, chamando-se Associação de Prostitutas de Picos (APROS-PICOS). Já na região de Altos, em virtude da ausência de menção à atuação, tendemos a considerar que não tenha sido possível criar a associação. Desde então, o trabalho da APROSPI, assim como da APROS-PICOS, tem sido intenso na promoção da cidadania e assistência às trabalhadoras de ambas as regiões ou egressas de outras regiões do estado, com foco em atividades de prevenção sexual.

### **3.5.2 “Nunca mais me calei”: novas rumos no movimento nacional e a criação da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS)**

Na história de vida de Diana Soares, busquei desenhar, em linhas gerais, o contexto de atuação do movimento nacional na primeira década dos anos 2000. Célia Gomes, assim como Diana Soares e Luza Maria, ingressou no movimento em um momento de expansão da rede de prostitutas e de profundas transformações no campo da disputa política. O cenário envolveu polarizações e questões internas a respeito das diferentes posições e estratégias de luta adotadas, a estruturação das novas associações, assim como os tensionamentos nas relações com o governo, especialmente com o Ministério da Saúde, redefinindo os termos da orientação dos trabalhos em Aids.

Para as novas lideranças formadas nesse último período de crescimento, a ruptura com o Ministério da Saúde, contundentemente defendida por Gabriela Leite, Lourdes Barreto e outras lideranças, foi questionada enquanto uma estratégia política eficaz. Algumas lideranças viam no protagonismo de Gabriela e Lourdes um invisibilizar das demandas das novas associações, sobretudo as do Nordeste. Nesse momento, a APROCE já havia se afastado da rede nacional e trilhado seu caminho junto aos aliados locais, que adotavam um discurso conflitivo quanto à prostituição como um direito sexual e trabalhista.<sup>387</sup> Entretanto,

---

<sup>386</sup> Bonomi, op. cit., p. 61.

<sup>387</sup> O pesquisador José Miguel Nieto Olivar abordou o afastamento da APROCE com a RBP, ocorrido em 2004, como resultado da diferença na concepção sobre prostituição e a aproximação, da primeira, com organizações abolicionistas. Esse afastamento corroborou para uma bipolarização no movimento que, anos depois, culminou com a criação da Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo, na qual Rosarina Sampaio era uma figura articuladora. Essa nova rede buscou aproximações com a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) e o Grupo Mulher, Ética e Liberdade (GMEL), organização de forte conotação abolicionista. Ver: Olivar, 2012, op. cit.,

em virtude da ausência de fontes que expressem os posicionamentos de Rosarina Sampaio e de outras lideranças que optaram pela continuidade da parceira com o governo, não me cabe questionar a estratégia de luta ou considerá-la menos legítima, mas compreendê-la como reflexo de um difícil cenário político para o movimento.

Esse foi o clima do “IV Encontro Nacional da Rede de Prostitutas”, que promoveu um forte discurso de posituação e um crescente debate a respeito da luta por regulamentação da profissão. A RBP abandonava a estratégia de utilização do termo “trabalhadora sexual” no nome da rede nacional, articulado no III Encontro Nacional, e retomava a noção de prostituta. O espaço heterogêneo das realidades territoriais e as diferentes estratégias políticas em curso fizeram sobressair as diferenças internas. Mas também proporcionou às ativistas ingressantes (Diana, Célia e Luza) uma oportunidade de formação política. Nas memórias de Célia, podemos ver alguns dos significados desse encontro.

*Era o IV encontro. A mesa era com todas associadas do estado, que era Santa Ceia, no Rio de Janeiro. Foi a primeira vez que eu fui. Lá eu só escutei as meninas falar, todo mundo falando. A gente via que não tinha pra gente, que como sempre era discriminada do Norte. Tá bom, voltei. Eu não sei como foi, teve uma briga em Picos com a presidente que existia de fato, mas não existia de direito e ela saiu. Quando ela saiu eu disse: “Não, eu não vou deixar ninguém entrar, eu vou.” E aí eu fui ser a presidente e eu já registrei, já fui atrás das coisas. Comecei reunindo a diretoria, já fomos atrás de projeto pra trabalhar. E eu fui crescendo, fui intimidando muitas pessoas, companheiras de outros estados, que não convém falar de onde. Passei mais de quatro anos indo pros encontros e não falava. No dia que eu falei foi em Florianópolis. Foi a primeira vez que eu falei. Era três minutos de fala, aí minha colega disse: “Não, pode dar mais três minutos pra Célia, porque ela nunca fala!” Parece que eu tinha falado bem, eu sei que nunca mais me calei. Virei de fato e de direito ativista filha de uma puta mesmo! E essa é Célia, sempre desbravando, brigando, na luta, fazendo o que posso e o que não posso.<sup>388</sup>*

Durante nossa entrevista, o IV Encontro foi retomado como um espaço de severas críticas ao protagonismo de algumas lideranças e contundentes e históricas dissidências a respeito das pautas e estratégias adotadas nacionalmente, sobretudo, na relação com o Ministério da Saúde. Mesmo sob críticas, o encontro foi lembrado por Célia em uma

---

p.98. Já a pesquisadora Carolina Bonomi, ao entrevistar lideranças que integraram a Federação, defende que a questão não residia necessariamente na posição abolicionista, mas refletia as insatisfações com a organização da RBP. De minha parte, tendo a considerar ambos os pontos como fatores definidores da ruptura. Ver: Bonomi, op. cit., p.70.

<sup>388</sup> Gomes, op. cit., p.5, 6.

sequência de ações que culminaram na fundação da APROSPI e sua resolução definitiva de começar a falar em público, um marco em sua trajetória ativista. Nas memórias evocadas na oficina “Transa de Saberes”, em celebração aos 35 anos do movimento, outros significados a respeito do IV encontro se apresentaram:

*Em 2008 a gente tava aqui no IV Encontro, quando, eu acho que é slogan que fala, teve a Santa Ceia! Isso pra mim foi uma memória assim... Quando eu cheguei aqui foi um choque pra mim. Meu Deus, a Santa Ceia?! Ai, achei abusada aquilo ali. Não podia na minha cabeça. Eu tava entrando pro movimento e não tinha ideia do que seria aquela foto mais tarde. Aquilo ali foi uma afronta à religião que não nos respeita dizendo, por que a gente é diferente de Madalena? Não comparando mal, porque eu sou católica de Jesus. Por que a gente não podia tá na Santa Ceia sentada lá? No primeiro momento eu achei abusada aquilo, porque eu tava entrando no movimento e eu não tinha ideia do que era quebrar tabu, do que era brigar contra preconceito, o que era fazer as coisas acontecer dentro do nosso movimento de prostituta que sempre foi muito massacrado, né. Depois foi que eu fui entender o que significava aquela Santa Ceia para o movimento.<sup>389</sup>*

A representação das prostitutas sobreposta à clássica cena religiosa desencadeou nas ingressantes do movimento, como Célia e Diana, um sentimento de perplexidade e estranheza. Simultaneamente, seguir conhecendo o movimento possibilitou a elas o aprendizado sobre o significado provocativo das ações que visavam combater o estigma da profissão. A narrativa de Célia demonstra também que as memórias do IV Encontro, o seu primeiro encontro nacional, significaram um processo de formação, estímulo e aprendizado para a atuação nos territórios.

Os anos seguintes acirraram as questões internas que, de um lado, expressavam insatisfações a respeito da estruturação organizativa, de outro, questionavam as posições e estratégias adotadas em um campo político cada vez mais desfavorável. Em 2011, houve a ruptura de algumas lideranças com o Ministério da Saúde, já mencionada, demonstrando a recusa à participação dos editais voltados à prevenção sexual. Em 2013, houve a censura da campanha “Sem Vergonha” e a criação da Articulação Norte Nordeste. Sequencialmente, o Ministério da Saúde inaugurou uma nova política de prevenção que pôs abaixo o histórico de atuação crítico em saúde sexual, ferindo, em especial, a cláusula da Carta de Princípios da Rede Brasileira que destacava o repúdio à testagem em locais de trabalho.

---

<sup>389</sup> Narrativa de Célia Gomes. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

A cláusula contra o teste estava intimamente ligada à sua resistência ao teste de HIV em locais de trabalho, pois considerava que tais iniciativas estigmatizavam ainda mais as áreas de prostituição. No entanto, o projeto Viva Melhor Sabendo foi diferente dos projetos anteriores, pois, em vez de pesquisadores ou de profissionais de saúde, os testes e o aconselhamento deveriam ser realizados pelas próprias profissionais do sexo.<sup>390</sup> *[tradução livre]*

O novo programa, “Viva Melhor Sabendo”, apostava na tecnologia de testagem rápida por fluido oral, a fim de ampliar os testes de HIV dos grupos-chave pela metodologia de educação entre pares. Essa abordagem, centrada na estratégia de prevenção com testagens nas zonas de trabalho, retirava a dimensão dos direitos humanos de cena e feria os princípios do movimento, ao reatualizar a ideia das prostitutas como transmissoras de doenças. Em uma avaliação sobre o curso das políticas de governo em HIV/Aids, Gabriela Leite, Flávio Lenz e Laura Murray entenderam que:

O que é preciso são ações políticas e pesquisas que se expandam para o contexto político de trabalho e redes de relações afetivas, com a visão de que a prostituta precisa ser considerada, sobretudo, uma mulher autônoma, capaz de fazer escolhas para cuidar da sua saúde.<sup>391</sup>

A APROSPI e outras associações de prostitutas acabaram aderindo ao novo programa e passaram a utilizar as testagens como uma de suas ações coletivas, decidindo pela manutenção da relação com o Ministério da Saúde. De minha parte, reconheço e valorizo a posição política de ruptura, assumida pela Rede Brasileira, embora, tendo ouvido as histórias de vida de Célia Gomes e de suas batalhas nas zonas de prostituição, em Teresina, compreenda seus interesses e a estratégia de adesão ao novo programa em contexto. Diante das vulnerabilidades estruturantes que envolvem as trabalhadoras em seus territórios, e da carência de recursos e de visibilidade para as experiências de ativismo junto à categoria no Nordeste, o programa “Viva Melhor Sabendo” representava para Célia uma oportunidade de impulsionar a associação recém-criada e angariar recursos que viabilizassem não somente o trabalho de prevenção, como também as ações básicas de cidadania.

No esforço para compreensão desse momento, Carolina Bonomi entrevistou prostitutas que não seguiram as diretrizes da Rede Brasileira e acabaram se posicionando abertamente a favor da aliança com o Ministério da Saúde. Em suas colocações, elas

---

<sup>390</sup> Murray et al., op. cit., p.10.

<sup>391</sup> Leite et al., op. cit., p.19.

defenderam a parceria com o Governo como uma estratégia política necessária, uma vez que: “Não podíamos abrir mão da verba por causa da dificuldade de conseguir parceiros”.<sup>392</sup>

*Três anos depois, quatro anos depois, já veio projeto do Ministério diretamente para a APROSPI, que foi o Viva Melhor Sabendo. Foi o primeiro projeto, nós entramos morrendo de medo, sem saber mexer com dinheiro. E foram aparecendo os parceiros. Hoje a APROSPI tem 16 anos, mas eu fico besta. Ela é conhecida nacional e internacional, e eu não entendo até hoje como a gente foi parar tão longe. Tão longe que a gente fez a nossa própria rede. Você vê só como foi as coisas que após a Rede Brasileira, entrou a CUTS, que chegou pra fortalecer a outra rede, porque era necessário. Não era racha, porque trabalhadora sexual não podia ser desunida. Nós não somos desunida. Quando precisa a gente se une, mas depois a gente se desune. Se abraça lá fora, chora junto. Ou então olha com olho torto, mas diz eu te amo e tchau. Nós não nascemos pra derrubar a outra, nós nascemos pra fortalecer. Ao longo do tempo a CUTS veio fazendo isso.*<sup>393</sup>

Desde a criação da APROSPI, Célia tem estado à frente da associação, buscando possibilidades de mantê-la atuante, para usar palavras suas, *fazendo o que pode e o que não pode*, resistindo aos avanços do conservadorismo e à invisibilidade da agenda política local. Algumas saídas têm sido encontradas junto às secretarias municipais e estaduais de saúde, à assistência social em direitos humanos e à secretaria das mulheres.

Em 2015, foi criada a Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), em Manaus (AM), na sede da Associação Garotos da Noite. Célia foi uma das figuras mobilizadoras da nova rede nacional. Em nossa entrevista, ela fez questão de demarcar seu ponto de vista acerca da criação da CUTS. Para ela, não se tratava de um “racha”, uma fragmentação do movimento, mas de uma ampliação com vistas ao fortalecimento político da categoria.

O nome da nova associação já se configurou uma forte resposta ao “Coletivo de Mulheres da Central Única de Trabalhadores” (CUT) que, dois anos antes, havia lançado uma nota posicionando-se contrário à regulamentação do trabalho sexual, por considerar a prostituição uma “exploração dos corpos das mulheres”.<sup>394</sup> A escolha dos termos “trabalhadoras e trabalhadores sexuais”, ao invés de “prostituta/puta”, não teve por objetivo negar a força histórica destas últimas palavras, utilizadas como signo da positividade da profissão contra o estigma. A intenção foi que o nome expressasse politicamente a defesa da

<sup>392</sup> Bonomi, op. cit., p.70.

<sup>393</sup> Gomes, op. cit., p.7.

<sup>394</sup> Prada, Monique. Passinho à frente: criação da CUTS. 2015. Mundo Invisível. Ver: <https://mundoinvisivel.org/cuts-novo-espaco-politico/> Acesso em: 01 abr. 2024.

agenda trabalhista, uma antiga pauta do movimento nacional, além de propor às noções de trabalhadoras e trabalhadores uma abordagem mais abrangente. Portanto, a exclusão da palavra prostituta da denominação da nova rede não significava uma recusa ao uso do termo. De fato, as diferentes denominações que passaram a ser utilizadas não são exatamente excludentes nos dias de hoje. No cotidiano e nos debates públicos das três redes, as palavras “prostituta” e “trabalhadora sexual” são evocadas alternadamente, em um reconhecimento mútuo e como uma posição afirmativa diante de aliados e opositores. As diferentes formas de se nominar conclamam uma plurivocalidade de estratégias de afirmação, mas que possuem um mesmo ponto central: a defesa de direitos.

Junto à APROSPI, Célia tem realizado e participado de encontros que promovem debates acerca dos desafios enfrentados nos locais de trabalho e que buscam definir nacionalmente plataformas de ação e planejamentos diretivos. Em 2018, a APROSPI sediou o “I Seminário Nacional de Prostitutas”, centrado no enfrentamento às violências, legislação sobre prostituição, participação na elaboração de políticas públicas para a categoria e alternativas à política de Aids, no que diz respeito aos financiamentos. Em 2023, foi realizado o “I Encontro Interestadual Marapiauá de Trabalhadoras Sexuais: Protagonismo das mulheres e articulação política”, pela APROSPI e pelo Coletivo Mulheres Empoderadas de São Luís (MA), onde foi sediado. O evento buscou construir uma agenda de luta comum entre as três redes nacionais.

A atuação junto às secretarias da saúde permanece uma articulação importante das associações para o trabalho cotidiano com as prostitutas. Todavia, essa articulação não se dá acriticamente. A ausência de uma posição protetiva, daquelas e das demais instituições do Estado, é sempre sublinhada pelas veteranas. Durante a entrevista, poucos dias após o resultado das eleições presidenciais de 2022, e depois da intensa campanha feita por Célia em prol do PT, ela apontou suas frustrações a respeito da falta de políticas governamentais efetivas para a categoria, lembrando que as existentes no âmbito do Ministério das Mulheres não as contemplavam. Contudo, Célia segue atuante, com fôlego e desejo para fazer a diferença, *a gente quer fazer uma diferença nesse país junto às trabalhadoras sexual*.<sup>395</sup> Em março de 2024, ela desbravou mais um espaço de atuação e foi empossada no Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Teresina.

---

<sup>395</sup> Gomes, op. cit., p.6.

### 3.6 “Eu tenho muito orgulho de tudo que eu fiz”: memórias ativistas de Luza Maria

No capítulo 1, identifiquei que as memórias de trabalho de Luza Maria da Silva transitam entre o trabalho doméstico, a “prostituição de trecho” nos estados e interiores do Nordeste e a batalha na região central de João Pessoa, onde, desde os anos 2000, vem mobilizando a categoria, por meio da APROS – PB. Foi possível conhecer um pouco da sua história de vida, os cenários de trabalho, as dificuldades nos trânsitos de mobilidade e a repressão dos policiais contra as prostitutas que batalhavam no Pavilhão do Chá, nos anos 1990. Neste capítulo, abordo suas memórias de luta no movimento de prostitutas, as primeiras impressões, as participações nos encontros, as incursões nas novas articulações e suas ações em João Pessoa (PB).

A expressão que dá título a esse capítulo consta em sua integralidade na frase: *eu tenho muito orgulho de tudo que eu fiz até hoje e do que continuo fazendo*, dita quando Luza rememorava sua trajetória de trabalho e ativismo na oficina “Transa de Saberes”.<sup>396</sup> Ali, ela evocou encontros, episódios e relações, em diferentes momentos da vida, com orgulho de sua história na prostituição. Quando, em entrevista, contou sobre os tempos de batalha, fez questão de pontuar que não escondia a profissão, nem mesmo dos filhos, relembrou os 35 anos de trabalho e sua importância para prover condições melhores para si e seus familiares. Hoje sua luta é reconhecida e reflete uma extensa coleção de batalhas no estado da Paraíba.

Como principais fontes de análise, foram utilizadas as entrevistas de história oral, os materiais do Arquivo Davida, como vídeos de encontros e projetos e exemplares do jornal Beijo da rua, e a transcrição da oficina “Transa de Saberes”.

#### 3.6.1 Os primeiros passos na Associação de Prostitutas da Paraíba (APROS-PB)

*Eu entrei no movimento pela Amazona, que é a Associação de Prevenção à Aids aqui em João Pessoa, que era com um casal francês, o Xavier e a Laura. Eles vieram e fundaram a associação pra trabalhar com profissionais do sexo. No primeiro momento as educadoras foram eles, mas depois eles conseguiram formar uma equipe de educadoras de profissionais do sexo pra trabalhar com pares. Foi todo um processo, elas fazia esse trabalho, chamava a gente pra participar das atividades, e em alguns momentos eu ia, outros não. Pô, sair da zona pra ir lá não sei onde assistir o povo falando palestra... Mas depois eu comecei indo,*

<sup>396</sup> Narrativa de Luza Maria. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

*participando das atividades. Quando tiveram um projeto aprovado pelo Ministério da Saúde chamaram. Já tinha duas prostitutas que trabalhava no projeto e colocaram mais duas. Fui eu e Edinha, uma colega minha, fazer a formação. Só que a minha colega tava grávida e ela não podia ficar, aí chamei Marli, que fez a capacitação, e a gente ficou como educadora.*<sup>397</sup>

Como algumas das associações vistas anteriormente, a APROS-PB tem sua história iniciada no contexto do combate à Aids. Desde 1998, em João Pessoa, havia uma organização atuante chamada Amazona - Associação de Prevenção à Aids,<sup>398</sup> que recebia apoio financeiro da ONG francesa ESSOR. Os focos de trabalho da Amazona eram a promoção da cidadania e o fortalecimento auto organizativo de grupos em situação de vulnerabilidade. Luza relembra que, assim que os coordenadores do projeto passaram a realizar o trabalho de prevenção com prostitutas, investiram na formação de uma equipe de educadoras para que as próprias trabalhadoras executassem as ações. Lembrando que nos anos 2000 já não era mais possível sustentar outra forma de prática de prevenção.

Desde os anos 1990, a metodologia de educação em pares havia se tornado uma aposta concreta para o trabalho com os “grupos-chave”, o que reforçava a importância de informar e engajar a categoria para, pouco a pouco, tornarem-se agentes de prevenção. Em 2002, o projeto nacional “Esquina da Noite” deu continuidade àquela metodologia, à distribuição de preservativos e ao trabalho afirmativo com a categoria no âmbito dos direitos. Já não era mais possível realizar um projeto de governo em que as prostitutas perdurassem apenas como foco de trabalho, nesse momento elas já eram as principais engajadoras das ações. Nesse quadro, o próximo passo para o sucesso de um projeto de prevenção à médio prazo seria a criação de uma organização local protagonizada por prostitutas.<sup>399</sup>

De início, Luza não sentia muito interesse em comparecer às reuniões, como relatado também por outras lideranças, como Vânia e Diana. Com o tempo, compreendeu a importância dessas ações, vendo a Amazona como um espaço seguro para se reunir com suas

---

<sup>397</sup> Maria, op. cit., p.6.

<sup>398</sup> Amazona. <http://www.amazona.org.br/> Acesso em: 30 mar. 2024.

<sup>399</sup> Ao abordar a importância do modelo de educação em pares para o histórico do trabalho de prevenção com populações alvo no Brasil, não quero assumir a primazia da metodologia e isentá-la das críticas e reavaliações feitas pelo movimento de prostitutas. Entre os desafios provocados por essa metodologia está o fato de que a aplicação nos territórios acabava contribuindo para que as prostitutas deixassem de lado o status de profissional das ruas e assumissem a categoria de agentes de saúde, deixando de ser companheiras, o que criava também distanciamentos entre elas. Ver: Leite et al., op. cit., p.21. Na avaliação do projeto Esquinas da Noite, essa foi uma questão levantada. Ver: Beijo da rua, out, 2003, p.5,6. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Durante a pesquisa de mestrado, Lourdes Barreto também sinalizou as distâncias produzidas pelos projetos de saúde entre as próprias prostitutas nos territórios: “Algumas companheiras que estavam no movimento se achavam superior as que tavam dentro do cabaré. E que não é. E num momento chegavam com uma plaqueta, que é uma divisão, se eu chego com uma plaqueta na sua frente, eu já lhe intimido de falar alguma coisa...” Calabria, 2020, p.195.

colegas e perspectivar caminhos melhores, sobretudo, em um contexto de forte repressão policial nas zonas de prostituição, no centro de João Pessoa. O aporte financeiro fornecido parecia sinalizar a elas a possibilidade de exercício de cidadania e estímulo à reivindicação de seus direitos.

*Nesse processo de educadora, a Amazona sempre falando com a gente que tinha que fundar uma associação, porque João Pessoa não tinha. E aí era eu, Alessandra, Doura e Marli. A Alessandra foi para um encontro em Belém do Pará pra conhecer. Dora foi em um lá com Rosarina, em Fortaleza. E a gente começou a participar dos eventos pra gente entender como era o movimento. A Amazona deu uma sala pra gente se reunir e começar esse processo.<sup>400</sup>*

Com o incentivo e a ponte formada pela organização Amazona, Luza e suas colegas passaram a conhecer as lideranças de outros estados do Nordeste e suas atuações, caracterizadas por uma realidade de trabalho muito próxima à vivida em João Pessoa e nos interiores da Paraíba. Foi abordada a importância do apoio do GEMPAC e da APROCE para a fundação e estruturação das organizações de prostitutas no Norte e Nordeste, além do estímulo à formação política com base nos princípios do movimento. Luza se lembra ainda de uma outra associação apoiadora, o Centro Informativo de Prevenção, Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande (CIPMAC), que já desenvolvia suas atividades desde 1989<sup>401</sup>, na região de Campo Grande, no estado da Paraíba.

*Quando foi em 2000, teve um primeiro encontro de profissionais de sexo em João Pessoa. O CIPMAC já existia e foi uma das organizações que foram participar do encontro pra falar da experiência deles enquanto instituição. Nesse momento eu já tava apaixonada de tá organizada, porque a gente sofria muita represália dos policiais. A violência policial era muito gritante naquele período. E a Amazona sempre falava dos nossos direitos, a gente tinha várias capacitações e foi se envolvendo. Quando foi em 2001 a gente fundou a APROS com o apoio da Amazona, que deu sede, pagou o estatuto, pagou pra registrar a ata, bancou tudo. Eu era a tesoureira. Éramos seis. E a gente começou a caminhar. Quando foi em 2004, enviamos o primeiro projeto pra embaixada britânica e foi aprovado. Em 2005 a gente teve um projeto com o estado. Em 2008 com o estado e o município. Em 2011 com o estado,*

---

<sup>400</sup> Maria, op. cit., p.6.

<sup>401</sup> O CIPMAC foi registrado em 1989 como “Centro Informativo de Prevenção ao Meio Ambiente” em virtude do preconceito no momento de registro no cartório para inclusão da denominação da palavra prostituta no nome da associação. Somente em 2005 mudou para “Centro Informativo de Prevenção, Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande”. Agradeço a Milene Ferreira, trabalhadora sexual e uma importante veterana da associação, pela informação.

*município, Ministério da Saúde e aí a gente foi aumentando as parcerias, os financiadores. Hoje a gente tem vários financiadores, além do Ministério da Saúde, a gente também acessa recursos com o Fundo Positivo e o Fundo Elas.*<sup>402</sup>

A APROS-PB foi criada em julho de 2001 e todo o processo de formalização e registro foi custeado e facilitado pela Amazona. Embora sua criação se localize no contexto de combate à Aids, a repressão policial foi um ponto importante para o estímulo à organização das prostitutas que, paulatinamente, davam-se conta da importância do trabalho afirmativo e da promoção de cidadania e direitos humanos. Ali já não havia mais volta, Luza se apaixonou pelo ativismo. Em pouco tempo, ela e as demais associadas saíram da invisibilidade, organizavam-se e passavam a atender não somente o centro de João Pessoa, mas toda a região metropolitana, que compreende, além da capital, os municípios Bayeux, Santa Rita e Cabedelo, antiga região de trabalho de Luza. No ano seguinte, em 2002, a APROS-PB se interiorizava por meio de trabalhos conjuntos com o CIPMAC, passando a atuar em outros municípios, como Patos, Mamanguape, Sapé, Itabaiana, Pombal, Sousa e Cajazeiras, no alto sertão paraibano.

O rápido e capilar crescimento da APROS-PB resultou em grande capacidade organizativa e formativa das lideranças que despontavam na associação, dentre as quais Luza Maria, que se tornou uma ativista experiente e articulada. Ter batalhado em várias das regiões-foco dos atendimentos permitia um maior desempenho da luta, por já conhecer as dinâmicas e os desafios locais.

Em 2004, a APROS-PB foi apoiada pelo Fundo de Pequenos Projetos da Embaixada Britânica, o que lhe garantiu sustentação institucional para a continuidade das ações de prevenção à Aids/HIV e ISTs, por meio de atividades formativas e educativas. Desde o início, a associação tem percorrido essa linha de trabalho, que encontra na prevenção o núcleo duro do atendimento da categoria no estado da Paraíba, e para a qual vem conquistando possibilidades de financiamentos no âmbito do estado, município e governo federal. Entretanto, mesmo sob o arco da prevenção, a forma como suas ativistas buscam se relacionar com a categoria parece não reduzir as prostitutas à antiga pecha de corpos transmissores.

Em 2005, a APROS-PB passou a celebrar o Dia Internacional das Prostitutas, 02 de junho, e contou com um curso sobre saúde e cidadania, com apresentação do grupo teatral PROSAÇÃO, que aborda prevenção a partir de práticas estimulantes do prazer e diversão, e o desfile de *lingerie* na boate Scala Show, no centro da cidade. O Beijo da rua cita como a

---

<sup>402</sup> Maria, op. cit., p.7.

combinação de festa e formalidade contribuiu para o fortalecimento da associação.<sup>403</sup> Outra atividade reconhecida é a Corrida da Calcinha, na qual mulheres de *lingerie* disputam as três primeiras colocações, em uma corrida ousada e divertida. Essa foi também apropriada por outras associações, como o GEMPAC, que adotou a atividade na programação do Puta Dei. Esse aspecto também diz sobre a circulação das estratégias das associações e os repertórios de luta entre as veteranas.

São muitas e constantes as ações festivas e educadoras que acontecem nas zonas de João Pessoa, consideradas fundamentais para o atendimento do público local e para a ampliação do debate e sensibilização da sociedade. A cidadania e o combate ao estigma têm sido forças motoras para a atuação pública da APROS-PB.

*A gente já viu muito essa história do preconceito, algumas pessoas dizem assim: “Poxa, não é isso que eu pensava!” Dia 02 de junho, Dia Internacional da Prostituta, a gente realiza um grande evento na Rua da Areia. A gente não fez mais devido à falta de recurso, falta de parceria, quando muda a gestão algumas coisas não funcionam mais, né. Mas no 02 de junho a gente levava um grande número de pessoas pra Rua da Areia e botava um monte de tenda. A Rua da Areia era só pro nosso evento, montava palco, tinha tenda da prevenção, distribuição de plantas, massagens holísticas... E em cada cabaré a gente botava alguma coisa, uma seresta, uma música eletrônica, desfile de lingerie... A gente movimentava aquela rua e as pessoas que chegavam, quando saíam, diziam: “Eu pensava uma coisa! Gente, não é o que as pessoas me diziam. Eu já julguei tanto!” Faz parte do ser humano julgar sem conhecer. Mas foi uma oportunidade muito boa da gente levar as pessoas pra conhecer, pra ver. Quem foi soube que cabaré não era aquilo que as pessoas diziam, por isso é importante levar essa discussão pra outros espaços.*<sup>404</sup>

O cartaz abaixo de divulgação do evento em celebração ao Dia Internacional das Prostitutas, em 2015, demonstra a ação conjunta das organizações APROS-PB e o CIPMAC, na tradicional Rua da Areia, região de prostituição onde Luza batalhou por muitos anos. Além de promoção das atividades culturais, há uma representação positiva da prostituta que, adornada em sua janela, durante a noite, observa a rua. A janela remete à torre de um palácio, menção à arquitetura neoclássica dos antigos casarões da Rua da Areia. O cartaz é um convite às prostitutas saírem de suas casas e locais de trabalho e celebrarem a profissão, sem vergonha e sem temer o preconceito.

<sup>403</sup> Beijo da rua, 2005, p.7. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>404</sup> Maria, op. cit., p.10.



Imagem 28: Cartaz de divulgação do Dia Internacional das Prostitutas em 2015. Extraído da Internet.<sup>405</sup>

### 3.6.2 Inspirações, articulações e novos percursos no movimento nacional

Durante nossa entrevista, perguntei a Luza sobre as lideranças que ela havia mencionado durante a “Transa de Saberes” e que eram figuras importantes nacionalmente e em seus estados de atuação.

<sup>405</sup> Souza, Fabiana. PUTA DEI 2015 é comemorado com atividades em várias cidades. Grupo de Estudos Trabalho Sexual. Wordpress. 2015. Disponível em: <https://grupodeestudostrabalhosexual.wordpress.com/2015/05/> Acesso em: 18 mai.2024.

*Nessa época falava muito da Gabriela, Rosarina, Lourdes Barreto. Sempre quando falava do movimento era essas três figuras que usavam de espelho pra gente saber quem era, o que era o movimento e o que fazia essas mulheres. Levava recortes de jornais, de revista, tudo. E a gente foi seguindo isso. A Marinalva eu conheci também, lá em Salvador. A Candelária conheci em 2001, no ano que a gente fundou a APROS. Conheci também a Fátima, que veio pro II Encontro das Profissionais do Sexo de João Pessoa. Naquele período a Aprosba tava no auge, era uma organização bem forte, bem potente. Em 2002 quem veio foi Gabriela Leite, pro III Encontro. A gente realizou encontros de 2000 até 2009, todo ano. Depois as coisas foram ficando mais difíceis, né, e a gente ficou fazendo um ano sim e outro não. Realizamos o 10º e depois não realizamos mais, passou pro nacional, regional e agora está fazendo assim.<sup>406</sup>*

Embora o final da primeira década de 2000 tenha se mostrado especialmente desfavorável para o movimento de prostitutas, pode-se afirmar que, até pouco tempo antes, as coisas pareciam diferentes. Havia, nos primeiríssimos anos da virada do século XXI, um cenário estimulante para o movimento na agenda política nacional caracterizado por sua franca expansão, pela inclusão da ocupação na CBO, pelos debates públicos sobre o PL em defesa da prostituição e pela campanha “Sem Vergonha, Garota. Você tem profissão”. Quando Luza ingressou no movimento, o clima era de otimismo e havia uma considerável visibilidade pública da luta.

Nesse cenário, Gabriela e Lourdes eram referências nacionais e internacionais, mas havia outras figuras públicas que se formaram no curso do movimento, como Rosarina Sampaio, Fátima Medeiros, Marinalva Ferreira e Candelária, esta última, já falecida, liderança da Associação de Prostitutas de Sergipe (APS), fundada em 1990. As quatro eram referências na região do Nordeste e, portanto, compartilhavam certa proximidade no que se refere aos desafios territoriais enfrentados e às respostas possíveis no cotidiano das associações. O compartilhamento era facilitado pelos encontros estaduais, que contavam sempre com convidadas de outros estados. Embora fosse um período lacunar no que se refere à realização dos encontros nacionais (o III Encontro Nacional havia sido realizado em 1994 e o IV Encontro Nacional só ocorreu em 2008), foram anos de intensa atividade nos estados e regiões. Luza se lembra que a APROS-PB chegou a realizar dez encontros estaduais, entre 2000 e 2009, em anos consecutivos. Como já visto, os encontros cumpriam um papel importante para a criação e sustentação das associações, mas também foram capazes de

---

<sup>406</sup> Maria, op. cit., p.7.

influenciar a memória histórica do movimento, operando como suportes que retomam presenças, eventos e debates no trabalho de memória das veteranas.

*Em termos de uma grande memória, uma das que mais quando fala de prostituta, de encontro, de movimento, o que me lembra mais foi o primeiro encontro que eu participei em Salvador, no final de 2002, onde tava todas essas figuras que está aqui, a maioria, né.*<sup>407</sup>

Luza retomou o “I Encontro Nordeste-Sudeste”, realizado pela APROSBA, o qual Fátima Medeiros se orgulha de ter realizado, e que, para muitas prostitutas, teria sido o primeiro encontro nacional, porque possibilitou um mútuo reconhecimento, além de estimular aprendizados sobre as dinâmicas de atuação e sobre os debates centrais do movimento.

*Eu já conhecia a Gabriela, porque a Gabriela participou do III Encontro em João Pessoa, Encontro Estadual de Prostituta, onde ela foi participar e onde eu aprendi muito. Acho que foi a primeira vez que a gente tomou uma cerveja junto, ela gostava muito de uma cervejinha. E o que eu achava engraçado também é que ela tava na mesa, mas ela dava uma fugidinha pra ir lá fumar um cigarro, voltava pra mesa. Era desse jeito, não tinha essa. E quando eu cheguei lá em Salvador foi quando eu vi como o movimento funcionava, a troca de experiência com cada uma, tinha o microfone lá que ficou aberto pra cada uma ir lá e contar um pouco de sua história, falar de onde vinha, falar do que fazia, e aí eu fui também trocando essa experiência. No início eu era muito tímida, eu não falava, vocês lembram, eu era muito tímida e não gostava de falar. Aí a Gabriela dizia assim: “Vai lá”. “Vou não, mulher”. “Vai lá, diz só teu nome e de onde você veio. Só isso.” E sempre quando eu vou falar em algum lugar, uma mesa, eu lembro que ela dizia assim: “Vai lá, diz só tem nome. Não precisa dizer muita coisa não. Diz só teu nome e de onde tu veio, pronto.” E a partir daí eu fui aprendendo a dizer meu nome, de onde eu vim e dizer outras coisas que eu quero dizer, e isso é uma coisa que me marcou muito nesse encontro de Salvador. Acho que foi o primeiro encontro que eu participei, encontro nacional, não, era Nordeste-Sudeste, né, mas tava a maioria das mulheres, acho que tava todo mundo, né. Teve um desfile à noite. Foi muito bacana. Então foi um dos momentos que me marcou muito nesse primeiro momento que foi o encontro maior que eu já participei.*<sup>408</sup>

Luza também se lembrou de participar do “IV Encontro Nacional da Rede de Prostitutas”, em 2008, e do “V Encontro Nacional da Rede de Prostitutas”, ocorrido em Porto Alegre, em 2010, assim como de vários outros eventos que envolveram o movimento

---

<sup>407</sup> Narrativa de Luza Maria. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

<sup>408</sup> Ibid.

nacional, chamado à época de Rede Brasileira de Prostitutas. Ela relatou, ainda, os acontecimentos sensíveis que deflagraram a nova fase do movimento, após a partida de Gabriela Leite e Rosarina Sampaio, caracterizada pelas posições conflituosas na relação com o Ministério da Saúde acerca dos projetos de Aids, e que culminou na criação de uma nova frente de ativismo regional.

*Naquela época só tinha só a Rede brasileira. Em 2013 que o povo ficou doido. Foi quando a Gabriela faleceu. A gente teve um encontro em São Luís e a galera tava bem chateada, porque a Rede tinha muito técnico e achava melhor fundar outro movimento. Só que naquele momento, em São Luís, a gente fundou a Articulação Norte-Nordeste, mas continuando na Rede, tá entendendo? A Articulação Norte-Nordeste não era pra ser uma rede nacional, era só regional, porque a gente queria fortalecer o movimento da região Norte Nordeste. Mas foi aí que começaram as confusões, dizendo que Articulação Norte-Nordeste não ia ter representação nacional e não ia poder ocupar espaço nacional. Passou, aí as meninas foram pra um encontro em Manaus e de lá já vieram com a CUTS. Aí pronto, a gente ficou na CUTS. Depois algumas colegas se aborreceram com a CUTS e fundaram a Articulação.<sup>409</sup>*

A narrativa de Luza ofereceu mais uma camada de compreensão a respeito do sentido de criação da Articulação Norte-Nordeste, que muitos interpretaram como uma primeira ruptura com a Rede Brasileira. Independentemente dos motes e visões acerca desse evento, as veteranas que entrevistei disseram que se somaram à Articulação como uma oportunidade de fortalecimento regional na arena política. Efetivamente, as rupturas se deram após a criação da CUTS, em Manaus (AM), em 2015, e da ANPROSEX, em dissidência da CUTS, em 2016. A pesquisadora Carolina Bonomi compreendeu esse fenômeno como uma rearticulação regional e citou as associações que se reuniram para a fundação da CUTS: “APROSPI, ASPRORN, Rosas Vermelhas, CIPMAC, DASSC, APROS-PB, As Amazonas, Garotos da Noite e algumas ativistas autônomas fundaram a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS).”<sup>410</sup>

Poucos anos depois, em 2018, Luza foi responsável pela coordenação do “II Seminário Nacional”, sediado em João Pessoa (PB), que buscou reunir e conciliar as três redes nacionais para o fortalecimento do movimento nacional.

*Assim, eu sempre vejo o movimento como um só. Essas divisões, essa história de brigar por espaço, por poder, eu acho que isso só fragiliza, não acrescenta em nada. Se a*

<sup>409</sup> Maria, op. cit., p.7.

<sup>410</sup> Bonomi, op.cit., p.80.

*gente lutar todo mundo junto, acho que a gente consegue muito mais, a gente fica muito mais resistente. Eu não gosto dessa história de divisão, eu sempre digo que a gente é um movimento, independente de rede. APROS faz parte do movimento, se é Rede, se é Articulação, não importa. Eu acho que não deveria ter tido outras redes, só a Rede brasileira. Porque a Rede brasileira tem história, começou o movimento, tem toda uma história que não deve ser esquecida de forma alguma, deve ser lembrada, reconhecida e valorizada, porque foi a gente que começou esse movimento. Então eu acho que não deveria ter três redes. Até porque as pessoas são as mesmas, quem tá na CUTS já foi da Rede, quem tá na Articulação já foi... então pra que isso?*<sup>411</sup>

Embora Luza desempenhe um papel importante na condução da CUTS junto à Célia Gomes, ela respeita e reconhece a história da Rede Brasileira de Prostitutas, assim como a atuação da ANPROSEX, e propõe pensar a existência e atuação de um só movimento. Como lembrado, as veteranas que hoje atuam na CUTS, como Célia e Luza, e na ANPROSEX, como Fátima e Diana, chegaram a passar pela RBP compartilhando um legado, uma história política e repertórios de atuação. Assim, filiam-se a uma mesma trajetória. Para Luza, o movimento proporcionou aprendizados, interesse e paixão. *Hoje eu sou apaixonada pelo movimento acho que por conta disso, da troca de experiência que as colegas deram.*<sup>412</sup> Foi através do movimento que ela aprendeu a falar em público, a identificar-se como prostituta, a lutar pelos seus direitos e a ajudar outras mulheres a se organizarem em prol da cidadania. Nos últimos anos, o movimento a estimulou também a conhecer e a se apropriar dos debates feministas e raciais, nos quais tem se aportado, podendo compreender e significar parte de sua história como uma mulher negra.

Ao fim da entrevista, Luza fez questão de evocar e reconhecer o legado das colegas que lhe inspiraram e tornaram possível a criação do movimento nacional, Gabriela Leite e Lourdes Barreto.

*Eu sou bem da paz, eu não sou muito de brigar, sou mais de acolher, mas eu aprendo muito. Eu acho que tá com essas mulheres veteranas, que já tem uma caminhada mais longa, é só aprender. Eu sou fã da Lourdes Barreto. Toda a história que a gente sabe que ela tá desde o início. Ela é uma inspiração, a luta que ela conta, a gente tem que ter muito respeito, sabe. Felizmente hoje a gente viaja com todo o conforto. Elas viajava de todo jeito, mas elas tava lá, porque brigou por esse movimento. Pra gente ter o que a gente tem*

---

<sup>411</sup> Maria, op. cit., p.10.

<sup>412</sup> Narrativa de Luza Maria. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

*hoje foram elas, né. Então é a Lourdes e a Gabriela. A Gabriela é inesquecível! Todo dia aprendo um pouquinho e eu tenho aprendido muito com essas mulheres. Eu não me considero assim veterana.*<sup>413</sup>

Embora não se considere veterana, Luza ocupa um lugar de peso na categoria nacional e coleciona relevantes histórias de vida, batalha e ativismo, fatores que a posicionam no mesmo patamar das demais lideranças apresentadas nesta tese e, claro, junto à tantas outras que ficaram de fora deste trabalho, mas que devem ser igualmente lembradas e reconhecidas.

---

<sup>413</sup> Maria, op. cit., p.10.

## Capítulo 4

### **Movimento Brasileiro de Prostitutas: debates públicos e os usos da memória**

Nos capítulos anteriores, foi possível acompanhar como as histórias de vida das veteranas possibilitaram visibilizar acontecimentos, lugares, pessoas e os sentidos que assumem as memórias em seus enlances pessoais e coletivos. Neste capítulo, busco analisar as correlações entre a memória coletiva do movimento brasileiro de prostitutas e as memórias das veteranas, suas significações e usos no âmbito dos debates públicos. Para este fim, serão abordados os desafios que persistem após os 37 anos de luta política, perpassando o contexto de criação do movimento de prostitutas no Brasil, as memórias marcadas pela repressão, as resistências durante a ditadura civil-militar e a constituição do Arquivo Davida.

Nas palavras de Juniele Rabêlo de Almeida acerca dos acionamentos da memória: “A memória individual ganha sentido em história oral quando se insere no conjunto das demais memórias. Como suporte da história oral, as memórias são projetadas na imaginação coletiva e materializadas na representação verbal.”<sup>414</sup> Dessa forma, as memórias narradas pelas veteranas expressam tanto as significações particulares, quanto as significações partilhadas, públicas e comuns ao movimento social.

A memória coletiva do movimento de prostitutas tem sido constituída a partir de um trabalho de rememoração interno e público, social e individual. Pode-se dizer que esse processo de constituição da memória coletiva engendrou as representações do passado que têm aceitações entre as ativistas e que são rememoradas nas arenas públicas e nos espaços internos de discussão, possibilitando que as interpelações do presente atualizem o passado ao qual se dirigem. Quanto mais os eventos, personagens e experiências são rememorados pelas ativistas coletivamente, mais se atualizam em um repertório comum. Os quadros constantemente rememorados tendem a se manter vivos e mais passíveis de serem circulados e transmitidos às novas gerações, enquanto os quadros que não são lembrados coletivamente tendem a ser esquecidos da arquitetura mnemônica do grupo.

As lembranças podem ser constituídas por acontecimentos vividos pessoalmente, ou “vividos por tabela”, ou seja, vivenciados por pessoas do grupo e fortemente significado pela

---

<sup>414</sup> Almeida, Juniele Rabêlo. *Tropas em protesto: manifestações policiais militares no Brasil, anos 1990*. São Paulo: Letra e Voz, 2015, p.33.

coletividade, o que gera possibilidades de identificação com o passado. Desse modo, os acontecimentos que possuem mais força, e são mais frequentemente lembrados, tornam-se mais prováveis de perdurarem nos quadros sociais de uma comunidade. Essa trama “mnemônica se perpetua nas lembranças individuais e coletivas porque possui sentido político e afetivo para as ativistas. Mesmo para aquelas que não viveram um certo marco político, é possível existir ali uma referência a um passado comum, porque há um reconhecimento da genealogia do movimento. Em um movimento constituído expressivamente por veteranas, a evocação dos quadros sociais do passado tende a se manter vívida nos debates públicos e a ser continuamente repassada às novas gerações.

Com muita frequência, as memórias individuais se reportam aos acontecimentos e contextos comuns, demarcadores da história do movimento, como o autoritarismo e as violências policiais; os encontros regionais e nacionais - “I Encontro Nacional de Prostitutas” (1987), “I Encontro Nordeste-Sudeste” (2002) e “IV Encontro Nacional das Prostitutas” (2008); a conquista trabalhista na CBO (2002); a criação das novas redes nacionais (2015 e 2016) e as extensas contribuições e posições públicas frente à política brasileira de enfrentamento à epidemia de Aids. Alguns acontecimentos trouxeram significados já conhecidos, outros mobilizaram as singularidades do vivido e incorporaram experiências compartilhadas com outras lideranças. Por esse caminho, foram visibilizados novos enfoques e dobras de significados de quadros comuns, assim como certas dissonâncias em relação à memória coletiva do movimento de prostitutas, as quais deram a ver as particularidades das experiências.

Por entender a função social e pública da memória e sua suscetibilidade à disputa e fricção, procuro mobilizar algumas reflexões em torno do processo de constituição do trabalho de memória do movimento. A reflexão perpassa a apropriação e atualização da memória coletiva nas diferentes gerações de ativistas, manifesta os dissensos, reconhecimentos e pertencimentos entre elas, assim como posiciona e significa o papel das veteranas no ativismo. Proponho olhar para os usos do passado no tempo presente que conformam debates frente às invisibilidades da memória histórica de luta e frente às ausências e limites de uma participação ativa na cena política institucional.

Por fim, compartilho as iniciativas de ativação do Arquivo Davida, nas quais tenho investido esforços junto à pesquisadoras, ativistas, arquivistas e prostitutas. Nesse fino e coletivo processo de pesquisa e ação, foram desenvolvidas uma série de atividades, dentre as quais a oficina de narrativas públicas “Transa de Saberes”, extensivamente citada ao longo da

tese, com lideranças do movimento de diferentes estados brasileiros em comemoração aos 35 anos de luta. Os processos de ativação do Arquivo Davida têm possibilitado desenvolver práticas e debates sobre os desafios encontrados pelo movimento e suas disputas acerca da memória. Em iniciativas criativas de história pública, tenho/temos encontrado espaços de atuação para os meus/nossos saberes e autoridades, sempre em diálogo. Desejo que esses esforços possam contribuir para o fortalecimento do projeto de luta do movimento de prostitutas e para o seu reconhecimento político mais amplo. Para tal fim, utilizo materiais do Arquivo Davida, a transcrição da oficina “Transa de Saberes”, os registros de atividades artísticas, culturais e memorialísticas em diálogo com a biografia de Gabriela Leite e a literatura sobre o movimento de prostitutas no Brasil.

#### **4.1 Memórias de repressão e resistência: testemunhos e heranças de um passado comum**

A realização do “I Encontro Nacional de Prostitutas”, embora reverberasse efusividade e esperança, trazia como pauta importante a denúncia do autoritarismo e da violência policial nas zonas de prostituição e demais locais de trabalho. Os vídeos que registram o encontro expressam falas contundentes sobre as violências policiais, as perseguições e torturas vivenciadas pelas prostitutas nos locais de trabalho em diferentes estados brasileiros.<sup>415</sup> À instabilidade social e econômica do governo de José Sarney (1985 – 1989), que, por si só vulnerabilizava o contexto de trabalho, somava-se uma assombrosa manifestação de violência nas zonas de prostituição, o que foi contestado pelas prostitutas na inaugural agenda política.

Em sua biografia, Gabriela Leite refletiu sobre a preponderância da discussão sobre a violência policial entre as pautas do I Encontro: “no final, mesmo com todo o esforço para conduzir a discussão para outros caminhos, tudo acabava no assunto da violência. Mas não era de qualquer violência da qual se precisava falar, e sim da violência policial.”<sup>416</sup>

Este é um dos importantes aportes da memória coletiva do movimento que não se deve perder de vista. A memória fundacional remete tanto ao contexto que estimulou a participação cidadã, em um inaugural engajamento das prostitutas que deve ser celebrado, quanto aos significados de resistência ao autoritarismo, perseguição e violência, o que trouxe

---

<sup>415</sup> 23\_Fala\_Mulher\_da\_Vida\_m.mov. I Encontro Nacional das Prostitutas, 1987. (27m). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

25\_Fala\_Mulher\_da\_Vida\_m.dv. I Encontro Nacional das Prostitutas, 1987. (25m). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>416</sup> Leite, op. cit., p.147.

à público memórias e experiências de violações em uma temporalidade alargada, entre os anos 1970 e 1980. Voltarei a isso.

Nos fins dos anos 1970, Gabriela Leite exercia o trabalho sexual na tradicional Boca do Lixo, na cidade de São Paulo, um período rememorado pelo terror policial, perseguição, prisão e tortura de prostitutas, travestis, gays e lésbicas. Os anos 1979 e 1980 foram especialmente marcados pelo arbitrário e intenso uso da violência contra as minorias dissidentes de gênero que incomodavam a moral e os costumes paulistanos. Em suas memórias, ela se lembra dos riscos vivenciados pelas prostitutas em seus locais de trabalho:

Ou as meninas deixavam o prédio correndo na direção do ponto de ônibus antes desse horário ou saíam depois e se arriscavam a ser presas e tomar uma surra dentro do camburão, estivessem ou não fazendo programa. Aliás, qualquer mulher, se estivesse naquela região depois do toque de recolher, seria considerada prostituta e iria presa. Não podíamos sequer sentar num restaurante sob o risco de cair nas garras dos policiais.<sup>417</sup>

Entre as cotidianas cenas de terror, o desaparecimento de duas prostitutas levadas no camburão da viatura da polícia militar foi o estopim para a deflagração de uma ação geral. Gabriela e suas colegas organizaram uma manifestação que mobilizou diferentes personagens da zona de prostituição, como “donos de bares, garçons, cafetinas, malandros, travestis... a Boca do lixo e a Boca do Luxo se juntaram em nome das prostitutas”.<sup>418</sup> A manifestação chegou à imprensa, à vizinhança e aos artistas que se solidarizaram com o acirramento da repressão em São Paulo. A passeata é datada de 1º de dezembro de 1979 e reuniu cerca de 100 prostitutas na Praça da Sé, no centro da cidade, terminando na Seccional da Polícia.<sup>419</sup> As trabalhadoras exigiram o fim das extorsões, dos maus tratos e melhores condições de trabalho. Numa resposta da sociedade civil e no escopo da organização feminista, a atriz Ruth Escobar saiu em defesa das prostitutas e ofereceu o teatro que dirigia, localizado no bairro do Bixiga, para organizar uma plenária que ocorreu na sequência e mobilizou outros segmentos sociais.

A despeito das denúncias públicas, a violência policial avançou durante os meses seguintes, culminando com as Operações “Limpeza” e “Rondão”, que acirraram o cenário de terror e impunidade vivenciado por prostitutas, travestis, lésbicas e homossexuais no centro da metrópole. A repressão foi comandada pelo delegado José Wilson Richetti, ex-funcionário do DEOPS-SP. Os exemplares de jornais à época, O Pasquim<sup>420</sup>, Folha de S. Paulo<sup>421</sup> e Lampião

---

<sup>417</sup> Leite, op. cit., p.74.

<sup>418</sup> Ibid., p.75.

<sup>419</sup> Lampião da esquina (21 de fevereiro de 1980). Acervo Grupo Dignidade.

<sup>420</sup> O Pasquim (1979 – 1981). Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

da Esquina<sup>422</sup> noticiaram a manifestação que ocorreu no dia 13 de junho de 1980, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, contabilizando quase mil pessoas, embora ainda abarcasse poucas prostitutas presentes.<sup>423</sup> Entre as palavras de ordem ecoaram: “Arroz, feijão, abaixo o camburão” e “Somos todas putas”, essa última puxada pelas feministas presentes.<sup>424</sup>

As manifestações de São Paulo se configuraram como eventos de caráter mais esparsos que contaram com apoios localizados, mas não impulsionaram uma continuada organização das trabalhadoras sexuais.<sup>425</sup> Com a sucessão das perseguições, a organização foi desmobilizada. Nos estudos sobre prostituição, esses eventos são significativos por indicar um marco da resposta de resistência das prostitutas à ditadura civil-militar, e pela participação da pioneira Gabriela Leite, que articulou, especialmente, a primeira manifestação de prostitutas, em 1979.

Costumeiramente, a trajetória ativista de Gabriela é significada como um fio condutor da memória do movimento, tornando-se um aporte para a organização da memória coletiva. Essa correlação se deve a muitos fatores: a maestria, irreverência e inteligência de Gabriela que fizeram dela um símbolo do movimento no país e internacionalmente, suas articulações em diferentes frentes políticas na agenda de lutas; suas múltiplas entradas nos meios de comunicação, fóruns e espaços de atuação dos movimentos sociais. Além do mais, o registro de suas memórias em duas obras biográficas, seus textos públicos e o amplo legado no ativismo, como o jornal *Beijo da rua*, a ONG *Davida* e a grife *Daspu*, tornaram indissociáveis sua pessoa do movimento de prostitutas. Esses fatores e tantos outros que eu poderia elencar aqui, a exemplo de outras particularidades de sua história de vida, corroboraram para que Gabriela se sobrepusesse como grande representante pública que liderou por anos as ações políticas do movimento, tornando-se um lastro fundacional da memória de luta da categoria. Dessa forma, pode-se dizer que a trajetória ativista de Gabriela orienta os quadros sociais da memória do movimento de prostitutas.

Ao recompor a história do movimento de prostitutas, muitos estudiosos acabam considerando esses e outros eventos da trajetória de Gabriela como precursores da criação do movimento anos mais tarde, costurando ali os passos iniciais de uma conscientização política

---

<sup>421</sup> Folha de S. Paulo (1979-1981). Acervo Folha.

<sup>422</sup> *Lampião da Esquina* (1979 – 1981). Acervo Grupo Dignidade.

<sup>423</sup> Ocanha, op. cit., p.144.

<sup>424</sup> *Lampião da esquina* (julho de 1980). Acervo Grupo Dignidade.

<sup>425</sup> Segundo Andreia Skackauskas, essa primeira reunião deflagrou a criação do “Núcleo de Apoio às Prostitutas”, voltado à denúncia das violências e debate sobre a violência policial, mas após as manifestações, esse deixou de existir “assim como o apoio das feministas, que já se mostrava ínfimo. Ver: Skackauskas, op. cit., p.74.

e de aprendizados que galvanizaram a capacidade organizativa para a luta. A análise que compreende a história de vida de Gabriela como um fio que percorre a história do movimento de prostitutas é uma leitura justa. Entretanto, deve-se ter cuidado para não acoplar uma história à outra de forma linear (e biográfica), o que reduziria a trajetória de Gabriela Leite à história da categoria. Além disso, a trajetória de Gabriela contribuiu para amparar a memória do movimento, mas esta é constituída também por acontecimentos e episódios referentes às trajetórias de outras lideranças em seus respectivos contextos históricos.

Uma análise minuciosa e atenta às singularidades da memória de Gabriela Leite no contexto do movimento de prostitutas foi elaborada pela historiadora Margareth (Meg) Weeks no artigo “Meninas desamparadas?”,<sup>426</sup> no qual a autora retraça o percurso da ativista, desde as primeiras incursões políticas na Boca do Lixo, em São Paulo, passando pela experiência laboral na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, à organização do primeiro encontro nacional, em 1987. A análise de Meg é relevante porque, embora articule a recomposição dos passos de Gabriela com os debates do movimento em um contexto político, não os condensa em uma unidade irrefletida, posicionando-a no âmbito da história de vida e contribuição à luta.

Entendo que é necessário recompor os eventos sequenciados no tempo e reconhecer as singularidades em seus contextos históricos, mas é igualmente relevante pensar nos significados do passado para as experiências das ativistas. A constituição das prostitutas como uma categoria política se tornou uma oportunidade de denúncia pública das violações de direitos. Aqui, a noção de violência policial se refere aos episódios vivenciados durante a ditadura civil-militar especialmente por Gabriela Leite e Lourdes Barreto.

Nas histórias de vida foram narrados os impactos do regime repressivo da ditadura militar nas zonas de prostituição, especialmente na trajetória laboral de Lourdes Barreto, que evocou episódios de perseguições e prisões no “Quadrilátero do Amor”. A matriarca rememorou um cenário brutal, em que as prostitutas eram colocadas nos camburões e violentadas ou detidas sem qualquer acusação. Suas memórias significaram o vivido por meio dos sentidos de resistir e enfrentar o regime, o que se distingue das formas de resistência que marcaram as experiências políticas dos movimentos sociais à época. Esses sentidos de resistência foram aqui analisados com especial atenção às particularidades do contexto da prostituição em Belém do Pará.

A liderança Vânia Rezende, embora não tenha se referenciado à ditadura militar, também rememorou um cenário de perseguição e repressão policial das prostitutas no centro

---

<sup>426</sup> Weeks, op. cit., p. 259 - 262.

de Recife, entre os anos 1970 e 1980. Este cenário foi mais bem caracterizado pela veterana Nanci Feijó, com quem Vânia fundou e coordenou a APPS. Nanci ingressou no trabalho sexual nos anos 1970, batalhando nas ruas, praças e na famosa Boate Chantecler.<sup>427</sup> Ela traz as perseguições, prisões e violências físicas dirigidas às prostitutas. Uma vez detidas, eram obrigadas a faxinar as delegacias e a lavar os corpos de pessoas assassinadas pelos agentes da repressão. Nesses casos, as prisões eram justificadas pela “Contravenção da vadiagem”, noção bastante acionada por agentes policiais durante a ditadura.<sup>428</sup>

Junto às memórias de Gabriela Leite, as narrativas dessas três veteranas corroboram para a constituição de um quadro de violações de direitos que marcou as experiências da prostituição feminina cisgênero e trans nos centros urbanos durante o regime militar. Suas memórias e narrativas públicas se inserem em uma disputa pelo estatuto de vítima e pelo direito à memória nas construções das representações da ditadura.

Um cenário muito similar de perseguição, violência e prisão foi narrado por Fátima Medeiros e Luza Maria nas áreas centrais das respectivas capitais, Salvador (BA) e João Pessoa (PB), entre os anos 1980 e 1990. Fátima evocou as prisões das prostitutas da Praça da Sé, quando eram detidas, sujeitas aos maus tratos e obrigadas a faxinar as celas das delegacias, Luza evocou as repressões às trabalhadoras do Pavilhão do Chá. As prostitutas do NEP, em Porto Alegre (RS), também vivenciaram esse cenário ao longo dos anos 1980, o que foi o disparador para a criação da associação na capital em 1989.<sup>429</sup> Embora o período narrado pelas veteranas de diferentes estados brasileiros refira-se a um momento imediatamente posterior ao regime militar, uma política arbitrária e repressiva ainda marcava a atuação de policiais em relação às prostitutas, travestis, homossexuais e lésbicas, desenhando um quadro continuado de violação de direitos. Mesmo após o fim do regime, esses segmentos foram sistematicamente perseguidos e violentados nos centros urbanos das capitais de diferentes regiões brasileiras, sob o discurso de inimigos da moralidade e da ordem pública.

Essas memórias cumprem um papel importante para as prostitutas das gerações posteriores que não vivenciaram as violências nas zonas de prostituição durante a ditadura militar, mas que testemunharam e foram alvo de violências constituídas em gramáticas muito similares no fim dos anos 1980 e nos anos 1990. Violências que podem ser traduzidas como

---

<sup>427</sup> Feijó, Nanci [27 mai.2021] Entrevistadora: Olívia Tereza Siqueira. Entrevista remota realizada para a dissertação de mestrado *Boate Chantecler: a representação da ascensão e do declínio nos espaços de prazer do Recife (1939-1984)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2022.

<sup>428</sup> A Contravenção da vadiagem havia sido promulgada em 1941, durante o regime ditatorial do governo de Getúlio Vargas (1937-1945).

<sup>429</sup> Sobre o cenário de violações e constituição da luta das trabalhadoras sexuais de Porto Alegre, ver: Olivar, op. cit., p.232 – 268.

legados da ditadura estabelecidos no aparato repressivo policial, para os quais as prostitutas eram sempre um alvo público. Essa leitura não tem por intuito descaracterizar a natureza específica, política e histórica da repressão na ditadura militar, mas, sim, refletir sobre a continuidade de uma política do terror nas ruas que seguiu alcançando prostitutas e outros grupos sociais historicamente considerados indesejados, vidas que permaneceram não passíveis de luto.

Para Fátima Medeiros e Luza Maria, que evocaram memórias de violações e perseguições nas zonas de prostituição durante os anos 1980 e 1990, há entre suas experiências e o passado uma correlação direta, de maneira que referir-se à ditadura civil-militar é uma forma de inserir as violências cotidianas, testemunhadas por elas e suas colegas, em uma memória histórica de resistência mais ampla. É uma oportunidade de terem reconhecidas as violências vividas em um arco mnemônico simbólico de luta e resistência.

A experiência de resistência nos territórios de prostituição durante a ditadura militar se tornou um signo importante ao qual as trabalhadoras se reportam, consciente ou inconscientemente, porque se assemelha às experiências de violência vivenciadas nas zonas de prostituição nos anos 1980 e 1990. Assim, as noções de vítima e de resistência se esgarçam nos tempos por meio de signos, repertórios e sentimentos de coletividade, manifestando-se tanto como um testemunho quanto fundindo-se à memória coletiva a partir de um fenômeno de projeção e de forte identificação com o passado. Esse aspecto ajuda a compreensão do caráter coletivo das memórias e sua interferência nas memórias individuais enquanto memórias “vividas por tabela” ou “memórias quase herdadas”. Para o pesquisador Michel Pollak, essa correlação entre as memórias designa:

[...] acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer [...] É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.<sup>430</sup>

No plano individual, os quadros sociais da repressão policial durante a ditadura civil-militar, narrados por Gabriela e Lourdes (publicamente reconhecidos por meio das memórias de Gabriela e pela visibilização pontual das manifestações em São Paulo), acabaram se tornando um signo de luta importante, por retomarem e visibilizarem experiências testemunhais de um acontecimento reconhecido na memória histórica brasileira. Essa

---

<sup>430</sup> Pollak, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, v.5, n.2, 1992, p.202.

memória, e signo de luta, pode amparar as experiências individuais e compartilhadas, fazendo visíveis os inúmeros e recorrentes episódios de violência. Mesmo que as experiências narradas por elas não tenham conquistado a devida visibilidade pública, reportam-se a um cenário de intensas batalhas pela memória, ainda em disputa no campo do ativismo.

Uma outra consideração a respeito da perpetuação das memórias coletivas e de sua contraface, os esquecimentos, é o fato de que as memórias das veteranas, principalmente nas iniciativas locais, tornam-se cada vez menos revisitadas em seus territórios, e, por vezes, até esquecidas, uma vez que as colegas com quem costumavam compartilhar esses momentos foram desaparecendo e, juntas, elas foram deixando de se lembrar.<sup>431</sup> Esse aspecto reforça a importância de se encontrar amparo para visibilizar as memórias difíceis no contexto da própria comunidade, e recriar possibilidades de seguir lembrando, ainda que essa recriação contenha distorções da própria lembrança.

No plano coletivo do ativismo, as memórias se condensam a partir de um sentimento de compartilhamento das experiências de opressão (simetrizadas pela gramática de violência policial).<sup>432</sup> O acoplamento das memórias, referentes às diferentes temporalidades, possibilita que as veteranas mais novas se sintam pertencentes à linhagem de luta iniciada com as experiências de Gabriela e Lourdes. Gera-se assim uma forte identificação não somente com as memórias, mas com as experiências de vida das fundadoras do movimento. Na prática, a evocação e o acoplamento das memórias corroboram para a identificação e unidade do grupo, manutenção e reatualização da memória coletiva. Isso não quer dizer que as experiências que compõem a memória coletiva sejam redutíveis à soma das experiências individuais compartilhadas, mas que esse compartilhamento pode ser entendido a partir de uma correlação entre as memórias individuais, tanto vividas, quanto herdadas, e que juntas operam em um sentido coletivo. Nessa organização da memória, houve supressão parcial das memórias individuais, assim como contribuições desde suas particularidades, produzindo um sentido subjetivo devido à heterogeneidade que caracteriza o grupo. Assim, a memória coletiva organizada adquire contornos mais ou menos consensuais em função das capacidades individual e grupal de se lembrarem.

---

<sup>431</sup> Maurice Halbwachs analisou a conservação das memórias coletivas, ao entender que elas se tornam mais resistentes e rememoradas quando compartilhadas em uma comunidade que mantém os sentidos de pertencimento. Esse reconhecimento faz com que as memórias estejam mais passíveis de serem evocadas e os mesmos quadros sociais mobilizados ao longo do tempo. Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 46.

<sup>432</sup> Avtar Brah reflete sobre como é possível construir sentidos de compartilhamento habitando diferentes experiências políticas, sem que a identificação apague os traços particulares às experiências. Ver: Brah, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n.26, jan.-jun., 2006, p.372.

Podemos concluir que estamos diante de uma narrativa pactuada que mobiliza uma geração de ativistas e que se reatualiza pelo ato de lembrar e de significar, individual e coletivamente. A pactuação se dá sob os limites da recomposição da memória desenhada pelo próprio grupo, de forma direta ou indireta, consciente ou inconsciente. De acordo com Michel Pollak, o trabalho de enquadramento da memória, quando não arbitrário, constitui-se a partir do processo histórico vivido pelo grupo e suas possibilidades de interpretações, apropriações e modificações, uma vez que a rememoração se dá em relação aos dilemas do presente.<sup>433</sup> As fronteiras das lembranças se situam nos quadros das vivências coletivas, levando-se em conta o campo de significações possíveis, não se dando à revelia das experiências da coletividade, sem aceitação e fundamentação em um passado comum. Essa constituição da memória permite uma certa manutenção, coerência e continuidade dos debates, dos sentidos e marcos políticos, o que colabora para que a memória possa “trabalhar por si só” em uma comunidade.

Nesse sentido, vivenciar e resistir à ditadura civil-militar pode ser lido como uma memória pactuada do movimento, na qual fortalecem as experiências de Gabriela, Lourdes, Vânia e Nanci, que de fato vivenciaram tais episódios naquele momento histórico, e, ao mesmo tempo, ampara as memórias de Fátima, Luza e outras veteranas que vivenciaram os desdobramentos do regime de repressão anos depois.

Para o movimento, essa significação provoca uma disputa pública pela representação do passado em torno do reconhecimento, porque endereça as experiências a uma memória de luta pela democracia entre a esquerda brasileira. A disputa por reconhecimento ocupa um lugar importante junto às demais lutas, especialmente, aquelas que têm sido inseridas apenas recentemente nos estudos e nas políticas da memória das vítimas da ditadura, como os segmentos LGBTQIAPN+. Tais segmentos compartilharam esses mesmos quadros sociais de repressão policial nos centros urbanos enquanto identidades e sexualidades divergentes, a lembrar das manifestações em São Paulo das quais Gabriela Leite fez parte.

As narrativas de Gabriela e Lourdes sobre a repressão e perseguição às prostitutas durante a ditadura militar, cada qual com suas particularidades e sentidos de resistência, ainda constituem meros vislumbres num campo de densos silêncios e soterramentos. Não há no Brasil uma política de memória que reconheça as violências às prostitutas durante os anos de repressão e as estratégias de resistências criadas por elas. Da mesma forma, até poucos anos atrás, os segmentos LGBTQIAPN+ também não haviam sido considerados nem entre os

---

<sup>433</sup> Pollak, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989, p.9.

vitimados nem entre os resistentes da ditadura militar no Brasil. No caso, o quadro só começou a mudar entre 2013 e 2014, no âmbito da atuação da Comissão Nacional da Verdade, quando foram realizadas duas audiências públicas com a participação de ativistas e pesquisadores sobre as violências contra homossexuais, lésbicas e travestis durante o regime militar.<sup>434</sup> O debate inseriu essas experiências de vida no trabalho de reconhecimento público dos sujeitos e grupos vitimizados pelo regime repressor, garantindo no relatório final a inclusão de capítulos<sup>435</sup> a respeito da violação de direitos humanos das pessoas LGBTQIAPN+ sob o marco “ditadura e homossexualidades”,<sup>436</sup> como era chamado o espectro mais amplo das diferentes manifestações de identidade de gênero e orientação sexual. Já o segmento das prostitutas é brevemente mencionado naquela seção do relatório, no mesmo contexto de perseguição moral e repressão às travestis, homossexuais e lésbicas em São Paulo. Todavia, não há testemunhos de prostitutas ou uma abordagem específica que as integre ao projeto de disputa pela verdade, justiça e reparação, e que possa caracterizar as inúmeras violências e perseguições das quais foram vítimas, em diferentes territórios brasileiros durante o regime repressivo, não se configurando, portanto, como agentes históricos. Ao longo dos demais capítulos do relatório, como no capítulo 10, “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”,<sup>437</sup> as prostitutas são citadas apenas como um estereótipo moral, um xingamento que conferia uma forma de violência às mulheres presas e torturadas.

Entre 2020 e 2021, a exposição “Orgulho e Resistências: LGBT na ditadura”,<sup>438</sup> realizada no Memorial da Resistência, em São Paulo, investiu na promoção de um debate público e de uma política de memória das disputas sobre as experiências e violações em torno da diversidade sexual naquele contexto histórico. Na exposição, as prostitutas são mencionadas por conta do episódio no centro de São Paulo, do qual vivenciou Gabriela Leite.

Ainda subsistem muitas memórias impedidas, silêncios e esquecimentos referentes ao passado recente que contribuem para o apagamento das violações cometidas contra

---

<sup>434</sup> Para acessar o debate sobre as violências e resistências de homossexuais, lésbicas e travestis, ver os textos inscritos na seguinte obra: Green, James; Quinalha, Renan (Orgs). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

<sup>435</sup> O sociólogo Lucas Pedretti Lima pondera que esses textos foram inseridos em um volume separado do documento, “o que retirava o caráter oficial no tratamento dessas questões”. Lima, Lucas Pedretti. *As fronteiras da violência política: movimentos sociais, militares e as representações sobre a ditadura militar (1970-1988)*. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022, p.21

<sup>436</sup> BRASIL, *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório, volume 2. Brasília: CNV, 2014, texto 7.

<sup>437</sup> BRASIL, *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório, volume 1. Brasília: CNV, 2014, capítulo 10.

<sup>438</sup> Para conhecer o debate mobilizado e os trabalhos expostos, ver o catálogo online, disponível: <https://memorialdaresistencia.org.br/noticias/catalogo-exposicao-orgulho-resistencia/> Acesso em: 14 mai.2024.

prostitutas e suas possibilidades de respostas e resistências. Sem me propor a suprir as ausências, tenho apostado nos percursos e significações das histórias de vida a fim de compreender as correlações entre os compartilhamentos de experiências e as memórias do segmento, suas singularidades e subjetividades. É necessário perseguir as poucas pistas disponíveis sobre esse passado, as quais podem servir como guias para a visibilidade das narrativas difíceis e das memórias impedidas. Quem sabe, ainda, fomentar as discussões a respeito dos desafios continuados que tomam o cenário do tempo presente, tais como as violações de direitos humanos, as discriminações e os feminicídios.

#### **4.2 Memórias, atuações e legados: o projeto de democracia das prostitutas organizadas**

No movimento de prostitutas, o marco fundacional dos anos 1980 mobiliza significados relevantes que dizem respeito à atuação das prostitutas enquanto sujeitos históricos. Significados que apontam para o reconhecimento simultâneo da participação das prostitutas na construção de um projeto de democracia entre a esquerda brasileira e da condição de vítimas da ditadura militar, conforme analisado no subcapítulo anterior. Ao situar a memória coletiva nas batalhas sobre a memória histórica da redemocratização, o movimento de prostitutas expressa o conjunto de pautas e debates que permanecem relevantes nas histórias de vida e nas questões políticas atuais da categoria. Esses aspectos informam também significados sobre a constituição do próprio grupo.

Longe de ser uma “década perdida”, os anos 1980 foram palco de intensos acontecimentos na política brasileira.<sup>439</sup> Na memória do movimento de prostitutas, o período é lembrado sob duas lentes: a do “I Encontro Nacional de Prostitutas” e da violência policial, condensando em si complexos significados. A transição da ditadura para a construção de uma sociedade democrática, em suas tortuosas vias tão rebatidas à época, e, posteriormente, discutidas pela historiografia,<sup>440</sup> redefiniu a estrutura de estado internamente, ao passo que propiciou um amplo cenário de mobilização de diferentes segmentos sociais, que viram naquela atmosfera efervescente a oportunidade de organização em prol de direitos, de

---

<sup>439</sup> Sobre os intensos acontecimentos e debates produzidos nos anos 1980, ver a seguinte obra: Quadrat, Samantha. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

<sup>440</sup> As divergentes leituras acerca dos sentidos da transição democrática brasileira para a esquerda brasileira podem ser encontradas nos textos: Silva, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974- 1985. In: Delgado, Lucília de Almeida Neves; Ferreira, Jorge (Org.). *O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4, p. 243-281; Castro, Celso; D’Araújo, Maria Celina. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

contestação do autoritarismo e de construção de um projeto de sociedade mais democrático. Diferentes grupos sociais entraram para a cena política organizando-se pela primeira vez ou se reestruturando sob novos contornos: o movimento feminista, movimento negro, indígena, trabalhista e LGBTQIAPN+ (à época denominado “homossexual”), embora este último tenha se desenvolvido mais ativamente ao longo dos anos 1990. Movidas pela atmosfera de politização e dando forma a um desejo anterior, as prostitutas se organizaram, formulando um discurso sobre si e reivindicando a cidadania para a categoria.

A atmosfera política é singular pela dimensão participativa e cidadã na reconstrução da sociedade brasileira dos anos 1980. Nos documentos de arquivo, fica nítido que Gabriela Leite tinha consciência de que as prostitutas, pela primeira vez, estavam sendo protagonistas da sua própria história, confrontando a noção da marginalidade que as constituiu historicamente, passando a atuarem como partícipes da reconstrução da sociedade. A constatação se expressa na fala durante a mesa de encerramento do III Encontro Nacional, ocorrido em 1994, em que ela dialoga com a historiadora Margareth Rago e encontra uma série de similitudes e diferenças em suas trajetórias intensamente vividas no centro cultural e político de São Paulo durante os anos 1970 e 1980. A historiadora havia escrito a obra “Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)” muito recentemente. E, desde o lançamento da obra, em 1991, Gabriela havia ficado animadíssima com o fato de as prostitutas terem entrado para os livros de história. Seu entusiasmo era ainda maior porque ela e suas colegas estavam protagonizando suas próprias páginas, sendo, efetivamente, agentes de um importante processo político:

Eu que sempre gostei muito de história, a partir desses livros passei a gostar mais de história e achar que é até uma questão política nossa resgatar a nossa história. Acho também que a gente agora, nesses últimos 10 anos, estamos construindo uma outra história. Acho também que a prostituição ela se divide em antes do nosso movimento e depois do nosso movimento. Evidentemente, acho que em toda a história da prostituição deve ter existido mulheres guerreiras que lutaram, mas elas lutaram sempre informalmente, isoladamente. Nós começamos uma luta que não é isolada. Nós estamos nos mostrando pra sociedade e falando. Então eu acho que a prostituição se divide assim: antes de nós e depois de nós. Toda pessoa que for escrever sobre prostituição depois de 84 vai ter que falar de nós [...] O mais importante é a gente ter colocado um lugar pra nós dentro dessa sociedade, que nós não tínhamos.<sup>441</sup>

O projeto de luta urdido pelas prostitutas definiu um novo discurso para a prostituição na sociedade brasileira. A representação pejorativa que predominava por anos foi

---

<sup>441</sup>226\_III\_Encontro\_nacional\_trabalhadores\_desexo\_saude\_1994-05-24\_08.III Encontro Nacional das Trabalhadoras Sexuais, 1994. (204m). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

confrontada por uma outra, delineada pelas próprias protagonistas da história, a qualificação afirmativa da prostituição e a positivação da sexualidade feminina, o que acompanhava os debates feministas da época. Em uma autodeterminação, elas insistiam na importância de falarem por si: “Mulher da vida é preciso falar”, o que possibilitou a formulação de “uma subjetividade para a categoria das trabalhadoras do sexo, que até então era difusa e sobretudo despolitizada”,<sup>442</sup> em razão do histórico de marginalidade e discriminação, que as impedia de se sentirem merecedoras de direitos.

No trecho acima, Gabriela rememora os dez anos de atuação das prostitutas, por considerar o ano de 1984 um ponto de virada para a construção da luta. Naquele ano havia sido realizado o “Encontro Nacional da Mulher Marginalizada em Salvador” (BA), no qual ela e Lourdes se conheceram, confrontaram as agentes da Pastoral e passaram a confabular uma agenda de luta específica para as prostitutas. Em sua trajetória, Lourdes também rememora os encontros da Pastoral dos anos 1980 e, igualmente, o momento em que conheceu Gabriela. Ao narrarem os acontecimentos sequenciais no tempo, elas trazem seus próprios percursos como antecedentes importantes que viabilizaram a criação do movimento.

O I Encontro Nacional, “Mulher da vida, é preciso falar”, é um marco nas narrativas das gerações posteriores de prostitutas, porque sinaliza a entrada da categoria na agenda política brasileira. Lourdes Barreto é a única prostituta, ainda viva e atuante, que esteve presente nesse encontro. Em suas memórias, pudemos conhecer os significados de vivenciar o momento, narrados por ela desde sua saída de Belém do Pará, passando pela mesa de abertura que presidiu ao encerramento festivo, político e público. O acontecimento é constantemente verbalizado por ela com o orgulho de quem sabe o valor da caminhada percorrida. Mas o é também pelas ativistas que não o vivenciaram, e que, constantemente, recorrem ao I Encontro para endereçar suas práticas a um longo percurso de luta, de maneira que o encontro opera como um “divisor de águas” na agenda brasileira.

Uma coisa legal da gente é que a gente é sem vergonha mesmo, mas sem vergonha de fazer o bem, de brigar pelas nossas colegas, pelas nossas parceiras. E isso é memória porque a gente vai buscar lá atrás da nossa história. É uma história lindíssima, é uma história onde o preconceito gritava muito, onde a violência gritava muito e a gente já queria combater de uma forma ou de outra. Não tinha política específica, não tinha nada. E a gente com essa cara dura de pau a gente conseguia fazer. E hoje fica também na memória delas, não na nossa, das mais velhas, esse trabalho da gente que veio hoje, eu sei lá, sou muito feliz com essa juventude que tá aí hoje querendo levar esse movimento à frente [...] Já tô ficando uma pessoa meio velha, às vezes é cansativo, mas elas dão conta do recado. Hoje eu não me preocupo mais. Então eu acho que nosso dever, nosso direito, quanto mais sábias, nós que

---

<sup>442</sup> Weeks, 2021, op. cit., p.265.

viemos de uma outra história, que iniciamos isso, é empoderar essa galera nova que vem aí com todo fogo, com tudo. Porque isso pra nós é um prazer, porque é fruto do nosso trabalho.<sup>443</sup>

A fala da veterana Maria de Jesus Costa, do Coletivo Mulheres Empoderadas, de São Luís (MA), foi compartilhada na oficina “Transa de Saberes”, em celebração aos 35 anos do I Encontro Nacional. Jesus *vai buscar lá atrás* a sua história e rememora as denúncias das violências e a posterior e insistente organização que reposicionou debates e engendrou processos de luta. Num olhar em retrospectiva, ela se reporta a um “nós”, posicionando-se junto à geração de “mais velhas” que iniciou o movimento e que deixou um legado às gerações “mais novas”. Jesus retoma o marco fundacional do movimento paralelizando-o à sua atuação na associação APROSMA (posteriormente transformada em Coletivo Mulheres Empoderadas), assim como às de suas colegas “mais velhas”, igualmente precursoras desse processo.

Conforme ocorre com as memórias de violências e resistências que datam da ditadura, a memória do I Encontro é também acoplada às memórias individuais. Os quadros sociais da memória coletiva do movimento operam como memórias “herdadas”, que não foram vivenciadas diretamente pelas veteranas, mas referem-se aos acontecimentos que se assemelham às experiências individuais, os quais produzem forte projeção no passado. Assim sendo, mesmo que as veteranas não tenham vivenciado o I Encontro, elas se endereçam a essa memória, identificando-se com o passado, porque o imaginário acerca do evento tornou-se solidamente presente e, porque, em seus territórios, tal como sucedeu a Gabriela e a Lourdes, elas se sentem atuantes como precursoras do projeto de luta das prostitutas.

A noção de rede que baseou a estrutura organizativa do movimento é um signo forte para expressar a relação que se estabelece entre as memórias e o legado do projeto político. O I Encontro definiu uma organização nacional de prostitutas por meio de uma rede de associações filiadas dos diferentes estados brasileiros. Cada associação criada tinha o compromisso de apoiar o processo de estruturação de uma nova associação em outro estado brasileiro, o que foi oportunizado pela execução dos projetos de enfrentamento à Aids. Nesse fluxo, a partir de 1987 foram criadas dezenas de associações de prostitutas, que se ampliaram nas décadas de 1990 e nos anos iniciais dos 2000.

Na estruturação do movimento, Gabriela e Lourdes seguiram rememorando os quadros sociais que caracterizaram o contexto fundacional, compartilharam os conhecimentos

---

<sup>443</sup> Narrativa de Maria de Jesus. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

aprendidos no ativismo e repertoriaram as novas ativistas com suas *expertises*. Nas histórias de ingresso ao ativismo, narradas no capítulo 3, foi geral a menção às veteranas que vieram antes e ajudaram a erguer as associações estaduais. Em uma época com meios de comunicação restritos, a presença das lideranças mais antigas, inicialmente Gabriela e Lourdes, e depois as demais lideranças que se formavam, a relação que estabeleciam era o que viabilizava a divulgação da luta e o engajamento para a criação de novas associações filiadas. Desse modo, a ampliação e interiorização do movimento nacional se caracterizaram por uma malha de ativismo que compartilhava as experiências e debates políticos, assim como as memórias coletivas, os personagens, lugares e acontecimentos que compunham a história em curso.

É bem verdade que na segunda década de 2000 outras duas redes nacionais foram criadas e a estruturação como uma só rede gerou fricções (algumas lideranças chegaram a falar em ruptura), colocando momentaneamente em xeque a unidade da luta. Todavia, as três redes constituídas reforçaram os debates centrais do movimento, o que se expressou como fortes pontos de contato designando um só projeto político. Nesta nova composição, foram atualizados os sentidos de pertencimento e a memória coletiva do movimento.

Atualmente, quando as veteranas retomam o I Encontro e as presenças de Gabriela e de Lourdes em suas vidas, elas estão se inserindo em uma linhagem que as conectam diretamente com o contexto fundacional do projeto político do movimento, o que reforça as suas autoridades no âmbito ativista. Internamente, essa rememoração atualiza os quadros sociais da memória coletiva, por meio da revisitação e apropriação dos acontecimentos e da relação com os personagens e seus feitos.

Contudo, o ativismo das veteranas não se congela em um passado longínquo e glorioso. O movimento brasileiro de prostitutas, em mais de três décadas de existência, tem se sustentado, em grande parte, em virtude do “dever de lutar” das veteranas, do engajamento na defesa dos direitos, na formação de novas lideranças e nos usos das memórias e experiências do passado para enfrentar os desafios do presente.

A segunda década dos anos 2000 definiu o começo de um cenário cada vez mais intranquilo para as prostitutas organizadas. Com a partida de Gabriela Leite e Rosarina Sampaio, e com as questões já abordadas acerca da relação com as instituições de saúde pública e dos desafios dos financiamentos, o movimento se reorganizou internamente, o que resultou na criação de duas outras redes nacionais, a CUTS e a ANPROSEX. Por um lado, foi um período de incorporação de novos debates no âmbito dos movimentos feminista e

LGBTQIAPN+, assim como de articulação com ONGs e as Secretarias das Mulheres e dos Direitos Humanos. Por outro lado, houve o agravante do crescimento da extrema direita ameaçando os direitos conquistados e fomentando pânico moral,<sup>444</sup> perseguições e projetos de leis antigênero e abolicionistas da prostituição, especialmente o PL 377/2011, que prevê a criminalização do cliente, de autoria de João Campos (PSDB). Esse movimento, não exageradamente, pode ser denominado de cruzada antigênero.<sup>445</sup>

No campo da política institucional, as prostitutas têm encontrado muito pouco amparo por parte dos movimentos sociais. Os últimos anos expressam a fragilidade na arena política mais ampla. No contexto pós eleições de 2022, as prostitutas não lograram apoio expressivo da esquerda brasileira nos governos estaduais e federal. Entre 2018 e 2022, durante a pandemia de Covid-19, a categoria esteve incansável na mobilização política, posicionando-se na linha de frente da atuação em assistência básica, material e emocional, prevenção em saúde e politização da pandemia, com vista a combater discursos e práticas negacionistas. As veteranas, especialmente, acionaram os antigos aprendizados no âmbito dos direitos humanos, os princípios de mobilização comunitária e o compromisso com a defesa da democracia.

A entrevista realizada com Célia Gomes se deu em um cenário de fins de pandemia e em meio às mobilizações eleitorais. Há semanas ela vinha se engajando nas ruas, praças e bares junto às prostitutas, na capital e nos interiores, e à comunidade da Vila Irmã Dulce. Havia uma enorme preocupação com a vitória da extrema direita, mas também um certo otimismo pelo potencial do eleitorado de seu estado, que obteve o melhor desempenho do país para a vitória da esquerda na disputa presidencial.

*Já deu certo, ganhamos a eleição. Como sempre o meu Piauí arrasou. Minha filha, não foi fácil, a gente correu muito. O povo daqui é muito consciente. Sabe que a gente precisava mesmo fazer essa diferença. Fez no primeiro turno e fez mais ainda no segundo turno. Era necessário. E a nossa amiga [Indianarae]? Não conseguimos, né. Mas, sabe, não consegui porque a família LGBT não se une. É igual aqui também. Eu também já fui pra*

---

<sup>444</sup> Acrescento aqui a agenda antitráfico que tomou os debates sobre prostituição no Brasil e internacionalmente a partir de uma abordagem combativa ao turismo sexual e ao tráfico de pessoas. Essa pauta já se delineava desde os anos 1990 (especialmente no Nordeste), mas ganhou expressividade nos anos 2000, sobretudo depois que o Brasil ratificou o Protocolo de Palermo, assim como após os resultados da PESTRAF, severamente criticados pela ONG Davida. A generalidade e diversidade da definição de “tráfico sexual”, advinda de uma definição legal supranacional, acabou por se tornar um mote referendado de combate à prostituição. Ver: Correa et al. A política da prostituição no Brasil: entre a “neutralidade do Estado” e os “problemas feministas”. *Illuminuras*, Porto Alegre, v.22, n.59-1, 2021, p.318; Piscitelli, op. cit., p.312.

<sup>445</sup> Desde 2015 projetos que propagam a “ideologia de gênero” têm sido apresentados no Congresso Nacional visando a criminalização de pautas que discutam gênero e sexualidade como parte de uma agenda democrática. Ver: Correa, Sonia. Entrevista: a ofensiva antigênero como política de Estado. 2020. Conectas. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/ofensiva-antigenero-politica-estado/> Acesso em 16 mai.2024.

*uma eleição e as prostitutas não acompanharam. Foi pra deputada estadual, que era a melhor porque era no próprio estado, né? Pra federal fica mais pesado, porque tem que alcançar muitos municípios. Quando o segmento não acompanha, não adianta, porque quando o teu segmento não acredita em você, quem é que vai acreditar?*<sup>446</sup>

Célia menciona também a candidatura de Indianarae Siqueira, prostituta “transvestigênera” e ativista, já mencionada, que concorreu ao cargo de deputada federal no Rio de Janeiro, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no mesmo ano eleitoral, mas não obteve os votos necessários. Célia atribuiu a isso a falta de mobilização das categorias (prostitutas e LGBTQIAPN+), desafio que correlacionou com a sua própria candidatura para deputada estadual, em 2018, pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC). Ela e Indianarae não foram as primeiras prostitutas ativistas a disputarem a política pelas vias institucionais partidárias. Lourdes Barreto havia disputado a vereança na cidade de Belém nos anos 2000, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com o slogan “A noite do amor, saúde e cidadania”, arregimentado pela estrela do PT envolta pelo símbolo da luta feminista. Gabriela Leite também concorreu como deputada federal pelo Partido Verde (PV), no Rio de Janeiro, em 2010, com a frase “uma puta deputada”. Lourdes buscava o eleitorado do candidato a prefeito em Belém, seu apoiador Edmilson Rodrigues, e Gabriela buscava alavancar a pauta trabalhista construída há anos com Fernando Gabeira, do mesmo partido. Todas elas não conquistaram votos suficientes.<sup>447</sup>

O insucesso eleitoral das prostitutas pode ser analisado sob diferentes aspectos, a contar a singularidade de cada processo. Não sendo esta análise o meu objetivo primeiro, considero, em linhas gerais, a dificuldade de aceitação social das candidatas vinculada à defesa convicta das pautas dirigidas aos direitos das prostitutas e de outros grupos historicamente discriminados. Gabriela, por exemplo, era enfática ao defender abertamente o direito ao aborto. Em suas campanhas eleitorais, elas não renunciaram à defesa de suas pautas consideradas polêmicas, tampouco higienizaram seus discursos para maior aceitação pública. Mantiveram a identificação pública como prostitutas e a prioritária defesa do direito sexual e do trabalho sexual. Entretanto, os partidos não ofereceram suporte suficiente para as campanhas. Lourdes contou que teve que investir seus próprios recursos na candidatura,

---

446 Gomes, op. cit., p.1.

447 Acrescento o fato de que nas eleições de 1988, no momento posterior à constituição do movimento, as pautas levantadas pela categoria (creches noturnas para filhos de prostitutas, sexódromos, carteira assinada, legalização da prostituição) fizeram parte da plataforma política de candidatas, como Maria José Alves Machado, candidata à vereadora no Rio de Janeiro pelo PMDB, e a prostituta Jipão, candidata à prefeitura de Parnamirim (RN), pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entretanto, ambas que defendiam abertamente a profissão não foram eleitas. Ver: Beijo da rua, n.0, 1988, p.3. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

empenhando as antigas joias conquistadas com a profissão, porque o partido não lhe ofereceu apoio financeiro expressivo.<sup>448</sup>



**Imagem 29:** Material de campanha de Lourdes Barreto. Acervo GEMPAC.



**Imagem 30:** Campanha de Gabriela Leite para deputada estadual, 2010. Fotografia Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

<sup>448</sup> Calabria, op. cit., p.176.

Mesmo que as vias institucionais partidárias não tenham se apresentado de portas abertas, as prostitutas nunca deixaram de batalhar ativa e comunitariamente em defesa do projeto político da categoria nos diferentes espaços participativos da democracia brasileira. A descriminalização da prostituição tem sido proposta motora desde o início da luta. Por duas vezes os projetos de lei com foco na descriminalização e legalização da prostituição apontaram no legislativo, primeiro com Fernando Gabeira (PL 98/2003), e depois com Jean Wyllys (PL Gabriela Leite, nº 4.211/2012). A discussão com Gabeira havia sido iniciada ainda nos anos 1990, mas a proposição passou a ser desenvolvida extensivamente no I e II Encontro Fluminense das Profissionais do Sexo, em 2002 e 2003, conjuntamente com a categoria.<sup>449</sup> No PL, Gabeira propunha a retirada de artigos do Código Penal que criminalizavam o “favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual” e o “tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual”. Entretanto, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) rejeitou o projeto sob justificativas fortemente morais relacionando prostituição à criminalidade.<sup>450</sup> Em 2012, Jean Wyllys retomou o projeto de lei e o reelaborou junto ao movimento, mas a proposição sequer chegou a tramitar. O avanço da pauta trabalhista se ateve à conquista na CBO, em 2002, entretanto, o estatuto da prostituição no país permanece no limbo, na medida em que seu exercício não é proibido, mas o entorno segue sendo criminalizado. Na prática, as prostitutas ainda são alvos das arbitrariedades policiais.

---

<sup>449</sup> Beijo da rua, nov., dez., 2002, p.3, 4. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Beijo da rua, out., 2003, p.3, 4. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>450</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 98-A/2003, 23 de outubro de 2007. [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=523781&filename=Avulso%20PL%2098/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=523781&filename=Avulso%20PL%2098/2003) Acesso: 14 mai.2024.



**Imagem 31:** Indianarae Siqueira em defesa das prostitutas do “Prédio da Caixa”, em Niterói, 2014. Fotografia: Laura Murray. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Ainda que ausente das pautas programáticas do Estado, as prostitutas têm mantido os esforços participativos na agenda política. A longa relação com o Ministério da Saúde possibilitou uma atuação robusta no cenário das políticas públicas de saúde, embora tenha sido igualmente marcada por práticas continuadas de desrespeito aos princípios do movimento e pela insistência da abordagem biopolítica, sanitária e moralizadora.

Desde o início de sua constituição, o projeto político do movimento se dirigiu à cidadania e à descriminalização da profissão com o propósito de inserir os debates relativos à prostituição entre as políticas públicas de direitos humanos e, ao longo dos anos, de direitos trabalhistas e direitos sexuais. Ou seja, havia um projeto de atuação mais amplo que não se conformava unicamente às políticas de promoção da saúde sexual. No âmbito dos direitos humanos, somente em 2004 a categoria pode participar da “IX Conferência Nacional de Direitos Humanos”, entretanto, as delegadas que compareceram relataram discriminações sofridas por parte de outras ativistas. Na discussão desencadeada, elas conseguiram propor um encaminhamento de campanhas contra o preconceito à profissão e incluir no relatório final o seguinte trecho: “não ver o pobre, as profissionais do sexo, os gays, os transgêneros, os bissexuais e as lésbicas, os usuários de substâncias psicoativas como ameaças, como

aberrações ou com o estranhamento da ignorância e da intolerância”.<sup>451</sup> Contudo, as resoluções aprovadas não tiveram seguimento no calendário federal.

A atuação em direitos humanos se insere nos projetos das associações, muitas vezes, dirigidos não somente à categoria, mas às comunidades do entorno, expressando o forte comprometimento social. Dentre os projetos realizados pelo movimento, havia aqueles voltados para educação e cultura com crianças e adolescentes, como os desenvolvidos pelas associações GEMPAC<sup>452</sup> e ONG Davida<sup>453</sup> e o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. E, ainda, os debates e ações voltados para a autonomia das mulheres e os direitos sexuais. Sobre essas, embora o movimento de prostitutas tenha se posicionado criticamente ao movimento feminista nos anos 1980 e início dos anos 1990, especialmente em virtude da posição assumida por muitas feministas de não reconhecer a autodeterminação das prostitutas, o movimento alavancou debates importantes, antes mesmo de serem pautados pela agenda feminista, a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos, afirmativos dos usos da sexualidade, do prazer e do controle do próprio corpo.

Contudo, foi na segunda metade dos anos 2000 que o movimento se apropriou da gramática feminista para dar novos contornos às suas antigas pautas, tomando o feminismo como uma identificação política. Sob esse aspecto, considero relevante a obra “Putafeminista”, de Monique Prada. Nas palavras da autora:

Eu entendo que o (que temos chamado de) putafeminismo pode ser descrito, basicamente, como um movimento que nasce a partir da ideia de que nós, mulheres trabalhadoras sexuais, podemos também ser feministas, combatendo o estigma sobre nós e fortalecendo nossa luta por direitos, sem que para isso precisemos abrir mão de nosso trabalho ou nos envergonhar dele. Mas o putafeminismo pode também ser visto como uma possibilidade de repensar toda a estrutura da prostituição, identificando e combatendo as opressões que existem nela.<sup>454</sup>

Esse foi o momento também de constituição de um debate mais afinado às pautas mobilizadas pela comunidade trans que exercia a prostituição, favorecido especialmente por Indianarae Siqueira e Amara Moira. Junto à Monique Prada, as três compunham a “Santíssima Trindade”, em um audacioso debate público sobre direitos, trabalho, prazer e sexualidade.

---

<sup>451</sup> Beijo da rua, jun.jul., 2004, p.9. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>452</sup> Destaco o “Atelier da Vida”, um dos mais longos projetos desenvolvidos pelo GEMPAC com atuação artística e pedagógica voltada para filhos de prostitutas e da comunidade do entorno da zona de prostituição. Projeto Atelier da Vida. Projetos e registros. Acervo GEMPAC.

<sup>453</sup> Refiro-me à “Indústria do Carnaval”, projeto constituído no Programa Comunidade Solidária para trabalhar com adolescentes em uma quadra no bairro do Estácio (RJ). Leite, 2009, p.178.

<sup>454</sup> Prada, op. cit., p.37.

Em uma contra-mola que resiste ao limite histórico da participação política institucional, o movimento vem batalhando para encampar em seu projeto político múltiplas frentes de atuação, de Gabriela Leite e Lourdes Barreto às novas gerações, deparando-se com diminutas possibilidades de abertura (fato agravado nos últimos dez anos), mas que não deixam de compor brechas perspicazes, inventivas e engajadas em um modo de atuação particular.

Gabriela refletia sobre o caráter do ativismo, os sentidos da estruturação política do movimento alcançados quanto mais se tornavam “putas políticas”. Era avessa aos discursos prontos, à politização institucionalizada e temia que deixassem “a racionalidade vencer”. Após a realização do “III Encontro Nacional das Trabalhadoras Sexuais” (1994), quando a noção “trabalhadora sexual” passou a ocupar a agenda do movimento, acompanhando os debates internacionais que mobilizavam a expressão *sex worker*, ela fez uma reflexão em sua coluna do jornal *Beijo da rua*: “Não podemos perder duas grandes características lapidadas pela antiguidade da profissão: a sedução e o clima de mistério das luzes vermelhas”.<sup>455</sup> Para a precursora, era necessário que no âmbito ativista mantivessem também a poesia, o romântico, o contraditório e os aprendizados advindos das ruas.

Ao acompanhar os percursos do movimento e, em especial, os modos de condução, de resposta e provocação ativistas, Laura Murray desenvolveu o termo “puta politics” ou “política de puta” para se referir a um modo de fazer política que identificou nos ativismos das prostituta, especialmente, nas práticas de Gabriela e Lourdes. Modos de desestabilizar as fronteiras entre a institucionalidade e as ruas, o que as convoca a acionarem os repertórios de negociação e de sedução da prostituição a fim de redefinirem as relações de poder com o Estado e não se permitirem capturadas.<sup>456</sup> Sigo com Murray pensando a respeito da particularidade da atuação política de Gabriela e Lourdes, marcadamente audaciosas e inventivas, mas entendo que esses modos de ocupar e evocar as ruas (ou parte deles) foi sendo reatualizado na memória e na prática coletiva, especificamente pelas veteranas, que se lembram, referenciam e ajustam tais repertórios aos contextos e possibilidades na agenda brasileira. Não se trata mais tão somente da política defendida e exercida por Gabriela e Lourdes, mas da apropriação de seus repertórios pelas veteranas que com elas conviveram, e que foi aprendido e repassado nos encontros, nas oficinas e nas mesas de bares.

---

<sup>455</sup> *Beijo da rua*, Coluna da Gabi, 1994, p.2. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>456</sup> Murray, Laura. *Not Fooling Around: The Politics of Sex Worker Activism in Brazil*. tese (doutorado) defendida na Universidade de Columbia, 2015, p. 234.

As memórias de atuação e compromisso se mantêm vivas, porque se adaptam às realidades e experiências locais e não deixam de implicarem-se em questões socialmente vivas das zonas de prostituição. As veteranas ocupam um lugar fundamental na política brasileira. Nas palavras de Lourdes: *Nós chegamos aonde o Estado não vai*. Elas habitam as ausências das políticas públicas e persistem em uma atuação para a qual muitos movimentos sociais se recusam a dar às mãos, sobretudo porque não encontram nos ativismos das prostitutas a figura da vítima exemplar que necessita de salvação.

Na disputa por uma sociedade que as inclua, respeite e reconheça seus direitos, prostitutas ativistas olham para trás e encontram na própria história experiências e aprendizados. Diante dos debates do tempo presente, a rememoração e apropriação daqueles quadros sociais de luta cumprem um papel importante nas batalhas públicas. As veteranas, especialmente, ocupam-se da posição de precursoras e mantenedoras de um projeto político, mantendo viva a política do corpo a corpo, do compromisso e da solidariedade com as bases. Como mencionado no início da reflexão pela veterana Maria de Jesus, elas engajam e “empoderam” a categoria, repertoriam as gerações mais novas com os saberes vivenciados, apropriados e herdados. As veteranas operam como conexões importantes entre o presente e o passado. Os seus legados e contribuições políticas dão a ver um papel de transmissoras de conhecimento, residindo aí algumas estratégias para driblar as limitações da democracia brasileira e recriar possibilidades de existência e trabalho em cenários de futuro.

#### **4.3 Arquivo vivo e políticas de memória: ativações do Arquivo Davida como proposições colaborativas de história pública**

Consciente da importância de constituir o movimento de prostitutas, Gabriela Leite, ao tempo que viabilizou encontros, debates e ações públicas, buscou estratégias colaborativas para assegurar que fossem registradas as atividades, organizando, ao longo da vida, um extenso acervo documental da categoria. A carta de convocação das prostitutas para o I Encontro Nacional, escrita por ela, as fotografias e filmagens desse evento, assim como os primeiros projetos, são alguns dos materiais que permitem reconhecer a diversidade de vestígios dos passos iniciais do movimento, levando a conclusão que o início da guarda da documentação coincide com a constituição da própria luta.

Naquela época, Gabriela ocupava a coordenação geral do Programa Prostituição e Direitos Civis do Instituto de Estudos da Religião (ISER),<sup>457</sup> por meio do qual se engajava na promoção de ações voltadas para cidadania e direitos das prostitutas, o que lhe possibilitava também circular por todo o país, conectando-se com as diferentes experiências políticas das associações recém-criadas. O ISER ocupava um proeminente espaço na sociedade brasileira nos anos 1980. Por ser uma instituição reconhecida com sede na cidade do Rio de Janeiro e disponibilidade de recursos, pôde oferecer câmeras, gravadores de voz e capacidade de registro profissional no momento de constituição do movimento, assim como sistematizar e guardar os materiais advindos desse processo.<sup>458</sup>

A despeito do período de forte repressão às prostitutas nas zonas de trabalho, a transição do país para a democracia demarcou um retorno à liberdade de imprensa, sendo que alguns movimentos já contavam com seus próprios periódicos. Em sua primeira coluna do Beijo da rua, Gabriela lembrou da importância do “Lampião da Esquina”, que a inspirou para uma publicação lançada por prostitutas organizadas, a fim de garantirem a produção de um discurso sobre si.

Esse era um grande sonho que eu tinha. Desde os áureos tempos em que surgiu nas bancas de jornal o Lampião, que eu imaginava o movimento de prostitutas tendo um jornal, onde se pudessem discutir todas as questões que dizem respeito a nossa amada-maldita marginalia.<sup>459</sup>

O Beijo da rua, principal veículo de divulgação dos debates do movimento, foi criado nessa atmosfera de expectativa, ainda dentro do Programa do ISER. A primeira publicação foi lançada no “I Encontro Norte-Nordeste de Mulheres Prostitutas”, em 1988, em Recife (PE). O periódico assumiu um compromisso de registrar os eventos, informar e divulgar os debates públicos do movimento de prostitutas por meio de uma linguagem criativa, provocativa e positiva da prostituição.<sup>460</sup> O jornal seguiu durante muitos anos como um veículo do

---

<sup>457</sup> Em meados dos anos 1980, o programa chamava-se “Programa Prostituição e Religiosidades”, e, em 1988, passou a se chamar “Programa Prostituição e Direitos Civis”. Ver: Souza, Gabriel Alencar e. “*Fala mulher, da vida*”: representações da prostituição no jornal Beijo da rua (1988-1997). Dissertação (mestrado) em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, p.50.

<sup>458</sup> Um aspecto digno de nota é a presença do ISER na documentação de áudio e vídeo do Arquivo Davida. Em um reaproveitamento das fitas de vídeo e fitas cassetes, reutilizava-se esses suportes, de forma que, na pesquisa de acervo, foi encontrado materiais relativos à eventos, debates e campanhas religiosos em um mesmo suporte de registro das atividades das prostitutas.

<sup>459</sup> Beijo da rua, n.0, Coluna da Gabi, 1988. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>460</sup> Souza, 2019, op. cit., p.103.

movimento, sendo publicado até meados dos anos 2000,<sup>461</sup> além de contar com edições comemorativas nos anos mais recentes.

Em virtude de conflitos internos e divergências políticas, Gabriela Leite sinalizou sua saída do Programa no ISER, e, em 1992,<sup>462</sup> fundou a ONG Davida – Prostituição, Direitos Civis e Saúde no Rio de Janeiro (RJ), a qual liderou até seus últimos dias de vida. O trabalho de registro e guarda do movimento de prostitutas permaneceu como prática do Davida. A organização tinha por objetivo atuar no fortalecimento da cidadania de prostitutas, no acesso à direitos civis, direitos sexuais e saúde e na realização de atividades culturais para promoção da autoestima e combate ao estigma da prostituição. No estatuto do Davida há um ponto específico sobre o compromisso com a documentação do movimento.<sup>463</sup>

O acervo constituído se deslocou para as diferentes sedes do Davida,<sup>464</sup> até que, antes de falecer, Gabriela conseguiu que os documentos fossem doados para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que o acolheu pelo seu valor histórico documental e relevância cultural, social e política.<sup>465</sup> Nesse sentido, o recolhimento do material se insere também no esforço arquivístico do APERJ, que se dedicou ao trabalho de custódia, guarda de documentos e coleções que remetem ao período da ditadura civil-militar e à transição democrática.<sup>466</sup>

O registro, a preservação e a sistematização da documentação relativa ao movimento de prostitutas se situam em um longo percurso de trabalho da ONG Davida. É importante lembrar que à época havia apenas uma rede do movimento à nível nacional, a Rede Brasileira de Prostitutas, na qual o Davida atuava. Os projetos que se dirigiam à categoria, assim como os encontros nacionais e as pautas políticas, de certa forma, passavam pelo Davida, de maneira que é muito comum encontrar na documentação, atualmente denominada Arquivo Davida, materiais como panfletos, projetos, fotografias, convites e cartazes que demarcam

---

<sup>461</sup> Na análise do jornal *Beijo da rua*, Gabriel Alencar e Souza define um período regular das publicações, concentrado entre 1988 e 1997. As publicações foram retomadas somente em 2001, mas passaram a se dar de forma esporádica. *Ibid.*, p.16.

<sup>462</sup> Leite, *op. cit.*, p.173.

<sup>463</sup> No item II do artigo 2 do estatuto, fica explicitado os objetivos e finalidades da organização: “documentar e organizar acervo sobre os grupos, comunidades e indivíduos mencionados na alínea I do artigo 2”. Estatuto de fundação do Davida, Prostituição, Direitos Civis e Saúde, 1992. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

<sup>464</sup> Em sua dissertação de mestrado, Gabriel Alencar e Souza aborda os diferentes locais em que o acervo foi abrigado ao longo de toda a década de 1990 e anos 2000, o Grêmio Recreativo e Cultural Nova Geração do Estácio de Sá, onde eram realizadas reuniões e ações da ONG, a sede da organização ecumênica Koinonia, no Hotel Paris, na Praça Tiradentes, na casa de integrantes da ONG e da própria residência de Gabriela Leite e seu companheiro Flávio Lenz, correalizador do Davida e editor do jornal *Beijo da rua*. Ver: Souza, 2019, *op. cit.*, p.67.

<sup>465</sup> Considero relevante mencionar os responsáveis por esse processo de doação do acervo a partir do diálogo com Gabriela Leite: o historiador Paulo Knauss, à época diretor geral do APERJ, e Maria Teresa Bandeira de Mello, à época assessora, e diretora geral anos depois.

<sup>466</sup> Souza, 2019, *op. cit.*, p.81.

acontecimentos e ações realizadas em diferentes estados brasileiros. Tais materiais identificam a presença atuante e circulante de Gabriela pelas demais associações (como relatado nas memórias de ativismo das veteranas), assim como o trânsito também dos jornalistas do Beijo da rua. Além disso, permitem constatar um compartilhamento de materiais relativos às atividades das associações estaduais via correspondência.

Embora o Arquivo Davida não abranja a documentação de todas as associações brasileiras de prostitutas, ainda assim é possível compreendê-lo como um dispositivo privilegiado de memória que reúne documentos de diferentes naturezas sobre a atuação do movimento brasileiro de prostitutas. Sua relevância abarca o percurso do ativismo no país, mas também os imbricamentos e as relações com prostitutas no contexto latino-americano e nos fóruns internacionais.<sup>467</sup> Entretanto, não defendo que os documentos que ali residam possam ser considerados a memória em si do movimento de prostitutas, mas que sejam lidos a partir dos vestígios do passado que se desejava preservar, e dos esforços, intencionalidades e posições que constituíram e sustentaram tal acervo, tendo como agentes de memória Gabriela Leite e Davida. Assim, é importante pensar a ampla constituição do acervo a partir de um “uso da memória como construção das narrativas da Davida,”<sup>468</sup> e, que, portanto, não se reduz às ações e aos debates relativos ao movimento nacional. Esse aspecto contribui para a historicização das representações do passado no acervo, suas expressões, limites e ausências.

Durante a pesquisa de mestrado, realizei uma busca no acervo do GEMPAC, constituído e preservado por Lourdes Barreto. Assim como Gabriela, Lourdes prezou pela guarda a documentação, tão logo se deu a fundação da associação paraense, em 1990. Lá, pude me deparar com muitos documentos já conhecidos por mim que também estavam presentes no Arquivo Davida, e outros que me eram novos, referentes às particularidades da luta das prostitutas em Belém do Pará, os projetos, eventos, debates, articulações políticas locais do ativismo conduzido por Lourdes, seu agente de memória.

Desse modo, o trabalho de análise desta tese orientou-se também pelas incompletudes, lacunas e ausências do Arquivo Davida, especialmente, no que diz respeito ao registro das atuações das associações do Norte e Nordeste. É nesse aspecto que ressalto a relevância do trabalho de história oral com as veteranas e o especial foco nas trajetórias de ativismo desde as experiências inaugurais em processos de lutas locais. A metodologia

---

<sup>467</sup> A grandiosidade do arquivo em extensão material reflete também a complexidade e diversidade de debates e práticas registrados. O trabalho desempenhado com outros pesquisadores sobre esses materiais levou a conclusão de que o Arquivo Davida é o maior acervo sobre prostituição da América Latina, não havendo, ainda em reconhecimento público outro constituído em similar ou maior extensão.

<sup>468</sup> Souza, 2019, op. cit., p.87.

permitiu dar a ver as especificidades e os sentidos dos ativismos e dos trabalhos de memória, assim como as correlações com a memória coletiva.

O Arquivo Davida localizado no APERJ encontra sua baliza final em 2013. Entretanto, seu acervo não se reduz ao conjunto documental doado. Ativistas e pesquisadores que atuam no Coletivo Puta Davida, junto ao material de acervo, têm proposto redimensionar a sua extensão arquivística em uma perspectiva mais ampla que comporte também os registros e documentos continuamente produzidos pelos integrantes do Davida após a doação ao APERJ. Tal proposta considera a inclusão de materiais relativos à atuação da Gabriela Leite, não incorporados ao acervo doado, assim como materiais relativos à atuação recente do coletivo. O redimensionamento propõe um acervo ampliado, alinhado ao desejo de memória e ao trabalho de guarda, tal como idealizado por Gabriela nos anos 1980, mas orientado pela concepção de um arquivo vivo, disponível para intervenções na cena política e para friccionar o passado a partir dos debates do presente.

O Arquivo Davida tem sido foco de inúmeros trabalhos de pesquisa e de divulgação da memória de luta do movimento.<sup>469</sup> Entre 2018 e 2020, durante a dissertação sobre a história de vida de Lourdes Barreto, realizei no acervo uma extensa pesquisa. Havia muitas menções ao ativismo de Lourdes em fotografias, vídeos e projetos, o que me proporcionou um amplo corpo documental para cotejamento das entrevistas e estimulou-me a apostar em práticas catalisadoras da memória. Em uma das entrevistas com Lourdes, mobilizei algumas fontes em que ela era mencionada, como fotografias e vídeos do I Encontro Nacional e do vídeo realizado na zona de Belém, chamado “Cascatinha”, citado nesta tese. Assistimos juntas aos materiais, um exercício que impulsionou a reelaboração de sua narrativa pública, justificando e/ou contextualizando as posições adotadas no passado. O exercício possibilitou a ela demarcar as diferenças entre as formas de pensar nos períodos relativos aos vídeos (1987 e início dos 1990) e a sua posição atual, costurando uma nova narrativa em perspectiva.<sup>470</sup> Possibilitou também conduzirmos um processo de “cocriação”, em que pudemos falar abertamente sobre as diferentes narrativas públicas nos devidos contextos históricos e sobre a relevância de atualizar, visibilizar ou silenciar alguns debates.<sup>471</sup>

---

<sup>469</sup> Os trabalhos iniciais de sistematização do acervo começaram a ser pensados no âmbito do Observatório da Prostituição LeMetro/UFRJ, em 2013, grupo de pesquisa criado para atuar na linha dos direitos humanos e justiça nos debates relativos à Rede Brasileira de Prostitutas, coordenado, à época, por Soraya Silveira Simões, mas só recentemente passaram a ser foco de uma iniciativa articulada e coletiva de classificação, descrição e ativação pública.

<sup>470</sup> Calabria, 2020, op. cit., p.71.

<sup>471</sup> Calabria, 2022, op. cit., p.2514.

Em uma outra entrevista, havia solicitado a Lourdes que selecionasse alguns objetos biográficos, ao que ela, em resposta, mostrou-me fotografias e premiações que exibia na estante de sua sala, as quais foram impulsionadoras de um trabalho de memória. Trazíamos para dentro do processo de pesquisa em história oral um conjunto de materiais de arquivo que forneciam um disparador da memória e que punha em confronto as representações do passado e os debates e intencionalidade de narrar atuais.

Nessa mesma época, estive no “III Seminário Nacional 2019: Avanços e Desafios das Profissionais do Sexo”, em São Luís (MA). Dentre as atividades dos três dias de evento, estava a exibição de filmes relacionados à prostituição, organizada por Laura Murray, em um antigo cinema do centro histórico. Foram exibidos os filmes “Filhas da puta” (2019), de Santuzza Alvez de Souza, “Amores da rua” (1994), de Eunice Gutman, “Corpos que Escapam” (2015), de Angela Donini, além de trechos do registro do I Encontro Nacional e do vídeo “Cascatinha”, que constam no Arquivo Davida, e que eu havia visto com Lourdes Barreto. O encontro foi uma oportunidade de compartilhar materiais do Arquivo Davida com as lideranças do movimento, dentre as quais a própria Lourdes, e estimular um debate em torno das representações da prostituição e da memória de atuação do movimento. Sem que tivéssemos anteriormente conversado a respeito, Laura e eu apostávamos em um trabalho de memória de natureza comum, que buscava impulsionar um encontro entre as diferentes lideranças com registros da história do movimento.

Em 2021, ingressei no projeto de extensão “Memória da vida: organização e disseminação do acervo do movimento brasileiro de prostitutas”, coordenado por Laura Murray, no NEPP-DH/UFRJ, que começava a se constituir a partir de uma parceria com o APERJ e reverberou em intensas relações de pesquisa.<sup>472</sup> O projeto tem fomentado debates sobre prostituição a partir dos materiais do Arquivo Davida, já digitalizados, com divulgação para um público mais amplo. Paralelamente, e já há alguns anos, Angela Donini vinha conduzindo continuados registros das atividades desenvolvidas pelo Davida, desde o falecimento de Gabriela Leite, e, junto à Laura, havia idealizado o documentário “Toda memória é da vida”, em curso, direcionando as poéticas e subjetividades dos debates sobre prostituição a partir de materiais do arquivo. Mais recentemente, pudemos fortalecer nossos

---

<sup>472</sup> O projeto de extensão é realizado no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP -DH/UFRJ). Advém de uma relação entre a UFRJ, o APERJ, a UNIRIO e o Davida, iniciada em 2013, a partir do Observatório da Prostituição (LeMetro/UFRJ). Sua constituição dá continuidade às parcerias anteriores e formaliza outras, como o Laboratório de História Oral e Imagem, da UFF, e o projeto de extensão “Toda memória é da vida: percursos e ativações do arquivo Davida”, da UNIRIO.

esforços referentes ao arquivo por meio do projeto de extensão “Toda memória é da vida: percursos e ativações do arquivo Davida”, coordenado por Angela Donini na Faculdade de Filosofia da UNIRIO, e do projeto de pesquisa com o mesmo nome, apoiado pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).<sup>473</sup>

O encontro com Laura e Angela, e, posteriormente, com a ativista e educadora Naara Maritza de Sousa e outros colegas de trabalho, dentre prostitutas, pesquisadores e ativistas, fez com que passássemos a trabalhar coletivamente com os materiais de arquivo. Nossas ações podem ser delineadas em três frentes principais que se interrelacionam, mas as descrevo em distintas categorias para fins explicativos: pesquisa, registro e ativação. Temos desenvolvido um fino processo de investigação dos materiais de arquivo em torno das contribuições das prostitutas para um projeto de democracia no Brasil, abarcando a constituição da luta dos anos 1980 aos dias atuais. Paralelamente, buscamos registrar atividades, oficinas, eventos e comemorações realizadas por prostitutas ativistas integrantes do Coletivo Puta Davida e por lideranças do movimento nacional, dando continuidade ao compromisso histórico de Gabriela Leite com a memória e a guarda, o que fomentou a constituição do arquivo. Tem sido interessante ver como ativistas jovens e recém-chegadas ao coletivo igualmente se mobilizam em práticas de registro, seja por meio de equipamentos profissionais ou de celulares, demonstrando o interesse em construir uma memória da nova geração, ao tempo que se conectam à história de luta que as antecedeu.<sup>474</sup> As iniciativas de ativação do Arquivo Davida se orientam para o encontro de lideranças, estudantes e um público mais amplo com os materiais do arquivo, o que estimula um trabalho interno com a categoria e um trabalho público de divulgação das pautas de luta.

Esses esforços expressam um desejo compartilhado de usos dos materiais de arquivo que não se restrinjam aos limites de guarda dos objetos de memória, mas que apostem em um arquivo vivo, que possa ser acionado sob diferentes perspectivas, um arquivo disponível para se situar na relação implicada com diferentes atores, e sobretudo, com prostitutas. Em uma conversa sobre as obras indígenas no arquivo histórico da Bienal de São Paulo, Gustavo Caboco Wapichana e Tipuici Manoki refletem sobre as ausências e a falta de significação do

---

<sup>473</sup> O projeto de pesquisa “Toda memória é da vida: ativação do arquivo de prostitutas face aos limites da democracia brasileira” possui natureza cartográfica e transdisciplinar e se insere na convocatória “Democracia, Derechos Humanos y Paz: encrucijadas y desafíos desde el Estado y las organizaciones sociales” aberta pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), entre 2023 e 2024. Ver: CLACSO. <https://www.clacso.org/en/> Acesso em: 18 mai. 2024.

<sup>474</sup> Um trabalho que se apresenta diante dessas iniciativas de registro recente tem sido a sistematização, classificação e armazenamento dos materiais de diferentes naturezas a fim de fortalecer a dimensão do arquivo aberto ao recolhimento de novos materiais.

arquivo ocidental para as comunidades indígenas, a quem tais materiais de arquivo supõem representar. Em uma contra narrativa, defendem um arquivo vivo constituído nas relações, e propõem-se a pensar o canto, a rede, o grafismo, o fio de algodão como documentos históricos indígenas e que se caracterizam, portanto, como arquivos vivos.<sup>475</sup>

Tendo como horizonte um arquivo relacional, apropriado e significado pelas próprias prostitutas ativistas, o objetivo não é se encerrar em uma postura observacional do acervo, circunscrito à noção de vestígio do passado, e que, por estar preservado em uma instituição pública, há de se dar o trabalho por encerrado. A posição coletiva é a de apostar em práticas inventivas e catalisadoras de outros modos de relação entre passado e presente, práticas ativadoras de experiências sensíveis e impulsionadoras de novas políticas da subjetividade.<sup>476</sup>

Enquanto um trabalho coletivo e multivocal, as práticas de ativação oferecem uma oportunidade de aprender com o caminho percorrido, com as muitas autoridades, saberes e campos disciplinares envolvidos e poder retrazar novos passos. Entendo que não há um único agente detentor da memória responsável pela preservação, divulgação e usos públicos do Arquivo Davida. A iniciativa tem buscado se posicionar em uma constante abertura para novos processos de investigação, envolvendo, sempre que possível, diferentes autorias e autoridades, fator que define sua real potencialidade de atuação no tempo presente enquanto um arquivo vivo sob diferentes olhares.

Tenho compreendido essas iniciativas no âmbito da história pública, uma plataforma de ação e investigação comprometida com a produção e divulgação do conhecimento histórico dialogado e sob diferentes vozes, o que faz valer a tônica das “autoridades compartilhadas”. A aposta pelas práticas de ativação por meio de um caminho transdisciplinar valoriza e engendra conhecimentos de diferentes naturezas - acadêmicos, artísticos, ativistas, arquivistas, e, não poderia deixar de ser, os conhecimentos advindos das ruas. Como mirada, penso que o objetivo central é impulsionar plataformas de debate, a fim de ressignificar e atualizar o passado a partir de uma “história feita para, com e pelo público”.<sup>477</sup>

Essas iniciativas têm sido fomentadas por projetos de pesquisa e diálogo com universidades, arquivos, museus e centros culturais, de modo que as instituições têm sido encaradas como pontes para o encontro, instrumentos de engajamento e catalisação de debates

---

<sup>475</sup> Wapichana, Gustavo Caboco; Makoni, Tipuici. “*Isso tudo não me diz nada*”. A impermanência como ponto de encontro no Arquivo Histórico da Bienal de São Paulo. Picada Livros [*livro digital*], 2023. Disponível em: <https://issuu.com/bienal/docs/isso-tudo-nao-me-diz-nada> Acesso em: 18 mai.2024.

<sup>476</sup> Rolnik, Suely. Furor de arquivo. *Arte & Ensaios*, v.19, n.19, 2009, p.98.

<sup>477</sup> Santhiago, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: Almeida, Juniele Rabêlo de; Mauad, Ana Maria; Santhiago, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016, p.12.

entre lideranças do movimento de prostitutas, dispositivos que amplificam suas vozes e seus usos da memória para uma audiência mais ampla. Também existem outras práticas disparadas por pesquisadores, ativistas e prostitutas que encontram no Arquivo Davida representações de um passado de luta e domínios de uma memória coletiva com o objetivo de fazer frente aos apagamentos e/ou aos discursos depreciativos sobre a prostituição no Brasil.

Não me interessa reivindicar a posição de detentora desses conhecimentos. O trabalho possui natureza coletiva e busca instaurar experiências sensíveis e debates socialmente vivos junto e para a categoria. De minha parte, carrego os aprendizados das inúmeras iniciativas desenvolvidas pelo Labhoi durante décadas,<sup>478</sup> as quais envolvem conhecimentos, práticas e resistências de comunidades plurais e seus passados sensíveis em favor de um projeto de politização da memória. Nas linhas abaixo, serão analisadas algumas iniciativas de ativação da memória coletiva do Arquivo Davida que foram desenvolvidas nos últimos dois anos coletivamente.

Em julho de 2022, a Casa Nem e o Coletivo Puta Davida realizaram o “Festival Be Yourself”, no Circo Voador, na cidade do Rio de Janeiro. O evento se deu em celebração de três significativas datas: os 35 anos do movimento brasileiro de Prostitutas, os 30 anos do Davida e os 30 anos do Movimento Trans no Brasil. O coletivo ficou especialmente incumbido da programação relativa ao movimento de prostitutas, que acabou ganhando dimensões ainda maiores pelo valor histórico e simbólico do Circo Voador, sede do “I Encontro Nacional das Prostitutas”, em 1987.

O Festival englobou diversas atividades culturais e políticas, como debates, oficinas, shows e o desfile Daspu. Por rememorar duas datas significativas da trajetória de luta, foram elaboradas atividades que envolvessem os legados de ambas as organizações: o movimento nacional de prostitutas e a antiga ONG Davida, hoje Coletivo Puta Davida. Foi realizada uma exposição de fotografias sobre a trajetória do Davida e a oficina “Transa de Saberes” com representantes das três redes nacionais.

A oficina tinha como objetivo estimular as narrativas na prostituição por meio da evocação de memórias significativas do trabalho sexual e do ativismo. Para tal, foi solicitado que as lideranças levassem consigo objetos biográficos que ajudassem a contar suas memórias. A dinâmica foi estimulante para o compartilhamento de experiências e gerou igual oportunidades de fala para as lideranças presentes, sem hierarquizar as participações, o que

---

<sup>478</sup> Sobre a trajetória do Labhoi (UFF), ver: Mauad, Ana Maria. Usos do passado e História pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). *História Crítica*, v. 68, 2018, p.27 -45. Ou ainda a página: LABHOI. <http://www.labhoi.uff.br/> Acesso em: 18 mai.2024.

evitou as disputas em torno das pautas das redes nacionais, assim como o reforço aos personalismos e à costumeira narrativa pública dos grandes feitos, que pouco expressa as singularidades dos percursos individuais.

Uma vez elaborada a programação, convidamos representantes das três redes nacionais, para as quais foram asseguradas passagem e hospedagem. A surpresa foi enorme quando lideranças de todos os estados brasileiros passaram a reivindicar a participação, sentindo-se convocadas a celebrarem os 35 anos do movimento em um contexto político de muito entusiasmo, uma vez que despedíamos da fase mais crítica da pandemia e nos exasperávamos com a pré-candidatura das eleições. Devido à alta demanda e ao engajamento das lideranças, as organizações realizadoras articularam maiores recursos e, assim, ampliamos os convites. O evento foi um furor, contou com 25 lideranças de diferentes estados brasileiros, possibilitando um encontro presencial depois do difícil hiato provocado pela pandemia de Covid-19, na qual elas se comunicavam, primordialmente, pelas redes sociais.

Ainda em roda, antes da oficina começar, as lideranças receberam exemplares do jornal *Beijo da rua*, o que foi um estímulo para o espontâneo movimento de leitura e para o autorreconhecimento nas histórias ali contadas, especialmente na edição comemorativa dos 30 anos, lançada em 2017,<sup>479</sup> que exibia uma linha do tempo demarcadora da história do movimento. Muitas delas passaram a se ver nas fotografias dos exemplares e comentavam com suas colegas sobre as reportagens. Na fotografia abaixo, a veterana Denise Mara presidente do Núcleo de Prostituta Rosa Vermelha, de Manaus (AM), exhibe o jornal *Beijo da rua* com suas colegas na oficina “*Transa de Saberes*”. Na fotografia em sequência, Luza Maria, Célia Gomes, Maria de Jesus (de chapéu) e Diana Soares (ao fundo).



**Imagens 32 e 33:** Oficina “*Transa de Saberes*”, Circo Voador, Rio de Janeiro (RJ), 2022. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

<sup>479</sup> *Beijo da rua*, ano 28, n.2, 2017. Exemplar impresso. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

A oficina se estendeu por toda a tarde. Conforme eram narradas, as memórias iam sendo inscritas em duas linhas temporais, expostas em um cartaz no centro da roda, que se dirigiam à história do movimento e às histórias pessoais. O objetivo era de recompor uma memória que engendrasse as múltiplas temporalidades a partir das experiências narradas, e que fizesse sentido para as lideranças. Para tanto, elas foram desafiadas a escapar da cronologia pautada pelos grandes acontecimentos e estimuladas a narrar a partir de objetos biográficos anteriormente solicitados, que chegaram majoritariamente como fotografias.

Os objetos refletem as experiências daquele que os mobiliza, permitem ancorar memórias e representações acerca das histórias de seus donos, além de operarem como mediadores das percepções de mundo.<sup>480</sup> Nessa lógica, o objeto não se reduz às experiências individuais, porque dá a ver as representações coletivas, momentos e acontecimentos ao longo de uma trajetória de vida. A escolha pelos objetos biográficos como catalisadores do trabalho de memória foi uma aposta para mobilizar os sentidos mais subjetivos das memórias na prostituição.

Antes do evento, foi explicado cuidadosamente a proposta e cheguei/chegamos a receber fotografias, por meio do *WhatsApp*, que registravam os momentos fundacionais das associações e das redes nacionais que integravam. Outros objetos que merecem destaque são: o cartaz da representação da Santa Ceia, do IV Encontro Nacional, levado por Diana Soares, o cartaz da campanha “Sou feliz sendo prostituta” e o lenço que havia sido de Gabriela Leite, ambos levados por Vânia Rezende.

O I Encontro Nacional foi um dos marcos presentes na oficina detalhadamente trazido por Lourdes Barreto, que havia testemunhado e protagonizado aquele momento. Sua rememoração estimulou a imaginação das demais em uma atmosfera celebrativa que reencenava a vivacidade política do cenário de fundação do movimento. As demais veteranas evocaram também outros encontros nacionais e regionais, aos quais imprimiram seus próprios sentidos, conectando as memórias de ativismo individuais com a memória coletiva do movimento. Atualizavam e friccionavam o trabalho de organização de memória da categoria. Elas fizeram menções aos encontros nacionais e regionais, mas não se lembraram do mesmo modo, o que engendrou diferentes atribuições de significados aos eventos e marcos políticos comuns.

---

<sup>480</sup> Almeida, Juniele Rabêlo de, Amorim, Maria Aparecida., Barbosa, X. Performance e Objeto Biográfico: questões para a história oral de vida. *Oralidade*: Revista de História Oral, Universidade de São Paulo, v.2, 2007, p.103.

Além do I Encontro Nacional, já mencionado, os encontros que marcam as chegadas ao movimento foram amplamente retomados, com destaque para o “IV Encontro Nacional de Prostitutas” (2008) e o “I Encontro Nordeste-Sudeste” (2002), assim como os primeiros eventos de grande alcance nos quais as ingressantes puderam participar, conhecer as lideranças, os debates e a estruturação interna do movimento. As narrativas tocaram bastante nesses aspectos. Gabriela foi amplamente celebrada em sua contribuição à luta, assim como Lourdes Barreto foi reconhecida como um legado vivo e fundamental para a ampliação do movimento. A referência às duas fundadoras foi um ponto recorrente nas narrativas das demais veteranas, que relembavam os episódios de convívio com as duas fundadoras por meio de sentimentos fraternos e mútuos reconhecimentos.

Foi interessante notar que a oficina permitiu às lideranças escaparem do enquadramento público que comumente assumem suas narrativas e a percorrerem outros caminhos estimulados pelas falas das colegas que as antecederam, reavivando debates e acontecimentos, aos quais imprimiam suas posições pessoais. A dinâmica impulsionou a rememoração das atuações de Rosarina Sampaio, da APROCE, e Marinalva Ferreira, da ASPRORN, lideranças que partiram e tiveram pouca visibilidade na narrativa pública da memória coletiva do movimento, o que contribuiu para transparecer as particularidades das experiências ativistas da prostituição no Norte e Nordeste brasileiro.

A veterana Maria de Jesus Costa fez questão de pontuar sua noção de memória justa, advertindo sobre a importância de não se esquecer de quem fez parte de sua história no ativismo: “se tá falando de memória, memória é memória, eu tive com Rosarina Sampaio na qual ela foi a primeira pessoa que foi em São Luís, a gente fez uma reunião pequena depois logo logo se articulou com a Lourdes e a Gabi.”<sup>481</sup> Ainda que as lembranças de modo geral mencionassem Gabriela Leite e Lourdes Barreto, a quem Jesus não deixou de lembrar, ela reconhece a necessidade de rememorar Rosarina Sampaio, figura bastante presente nas trajetórias ativistas analisadas no capítulo 3.

De modo geral, as narrativas das veteranas reafirmaram a memória coletiva do movimento, a qual endereçaram suas trajetórias, denotando um passado de luta comum. Entretanto, as formas de se lembrar dos acontecimentos vividos expressaram pontos de vista plurivocais, temporalidades distintas e intersubjetivas, significações, por vezes, controversas de episódios, a partir das experiências particulares e locais que buscavam enfatizar ou silenciar em algum aspecto. Essas memórias já circulavam de forma subterrânea, mas

---

<sup>481</sup> Narrativa de Maria de Jesus Costa. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

puderam ganhar espaço de escuta e serem amplificadas, ainda que encontrassem os limites da memória coletiva.

É possível concluir que, por um lado, o compartilhamento das memórias individuais corroborou para a reafirmação da memória coletiva, a qual se celebrava e da qual se apropriava desde o contexto fundacional. Por outro lado, oportunizou um espaço para narrar e valorizar as diferentes trajetórias de luta, mesmo que suas significações se desviassem e até friccionassem alguns episódios e sentidos da memória coletiva organizada. Na prática, a oficina atuou na complexidade da organização da memória, porque mobilizou a integração das memórias individuais a uma luta comum. Ao mesmo tempo, permitiu a verbalização de alguns dissensos, conformando um trabalho de organização da memória em elasticidade, o que não rompeu com a narrativa já conhecida, mas cedeu espaço para novas entradas (acontecimentos, personagens, lugares e sentidos). Houve uma renovação dos vínculos, uma ampliação de sentidos de pertencimento e o fortalecimento de uma história comum e pública.

Entre as lideranças mais jovens, as memórias evocadas cumpriam um papel igualmente relevante, principalmente por viabilizarem um encontro com as experiências das gerações anteriores. Embora não necessariamente compartilhassem os mesmos quadros de memória das veteranas, ouvi-las sobre suas experiências em contextos tão adversos permitiu as mais jovens darem corpo às histórias das quais tinham apenas ouvido falar, além de poderem trocar sobre os diferentes desafios à prostituição, construindo um reconhecimento político e afetivo sobre a história de luta coletiva. Havia ali um encontro entre gerações disparado pelos sentidos das representações do passado no tempo presente. Para as mais jovens e recém-chegadas ao ativismo, ouvir as veteranas afirmarem a “identidade de prostituta” com orgulho foi também um estímulo à luta. O encontro permitiu criar proximidades, estimular novas subjetividades e inserir novos usos da memória coletiva no tempo presente.

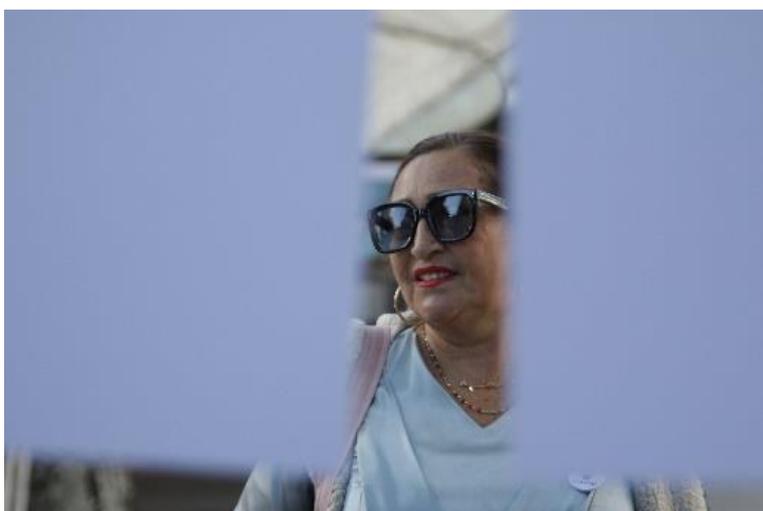
O outro dispositivo de ativação realizado nesse evento foi a exposição “Toda Memória é da vida”, de curadoria compartilhada entre mim, Angela Donini e Laura Murray.<sup>482</sup> A proposta inicial era desenhar o percurso da ação da ONG Davida e da constituição da luta no Rio de Janeiro, perpassando, de forma espiralar, sua fundação aos dias atuais com foco nas fotografias do Arquivo Davida. O mote era homenagear os 30 anos da organização. Entretanto, com o grande engajamento das lideranças para o encontro, e com o

---

<sup>482</sup> A pesquisa no material de arquivo foi realizada por Gabriel Alencar e Souza, Meg Weeks e Naara Maritza de Sousa, além dos bolsistas do projeto de extensão “Memória da vida: organização e disseminação do acervo do movimento brasileiro de prostitutas” NEPP-DH/UFRJ.

posterior recebimento das fotografias, enviadas mediante a solicitação dos objetos biográficos, compreendi/compreendemos a importância de abrir espaço para uma narrativa memorialística mais ampla.

A proposta de abordar o percurso do Davida se manteve, mas foi criada uma teia expositiva como uma construção ampliada que abrigou as memórias e os objetos biográficos trazidos pelas lideranças. Estes chegaram majoritariamente como fotografias que registravam importantes momentos das associações, fundação das redes nacionais, da CUTS e ANPROSEX, assim como encontros regionais e ações culturais. A teia permitiu incluir esses materiais, assim como cartazes, panfletos, cartas do Arquivo Davida e as capas dos livros escritos por Gabriela Leite, Monique Prada e Amara Moira, compondo um arco narrativo mais livre e envolvendo as diferentes lideranças, associações e redes, com o reconhecimento das diferentes ações nos territórios.



Nesta última fotografia, Fátima Medeiros analisa a exposição e se reconhece nos materiais. Ela e tantas outras lideranças se entusiasmavam ao se sentirem pertencentes à narrativa pública construída na exposição.

**Imagem 34:** Exposição “Toda memória é da vida”. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.



**Imagem 35:** Teia expositiva “Toda Memória é da vida”, Circo Voador, Rio de Janeiro, 2022. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.



**Imagem 36:** Exposição “Toda Memória é da vida”, Circo Voador, Rio de Janeiro, 2022. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Compreendo a importância da inclusão das fotografias e cartazes à teia expositiva como um justo acolhimento das sensibilidades e demandas das ativistas, o que estimulou sentidos de pertencimento e reforço tanto da memória coletiva, quanto das memórias individuais. As questões sensíveis sobre os dissensos de memórias nos levaram a buscar saídas criativas no processo de ativação que envolvessem o diálogo com a memória mais cristalizada, cedendo espaço para visibilizar as memórias ocultas e seus sentidos para as ativistas, sem, tampouco, romper o fio que as conectavam com a memória coletiva. O trabalho alertou para a importância do cuidado com os usos da memória das lideranças, suas singularidades e experiências de vida. Afinal, podemos reforçar pertencimentos ou ampliar tensões. Encontrar um caminho que faça convergir as diferenças e os mútuos reconhecimentos tem sido o horizonte.

A reflexão de Benito Bisso Schmidt sobre a curadoria compartilhada é fundamentalmente útil enquanto um processo reflexivo de pesquisa e ação. Nas palavras do historiador: “Buscamos, no entanto, evitar a ideia de um simples mosaico de diferenças, distanciando-nos de uma memória apaziguadora que tende a esconder conflitos e fissuras.”<sup>483</sup> A composição de um trabalho de memória em uma prática de história pública deve se comprometer com as diferenças que se tornam visíveis nos processos de pesquisa, reconhecendo-as como constitutivas e dando espaço para uma reorganização. Nosso desafio foi fazê-lo, sem, no entanto, colocar sob rasura a memória coletiva organizada.

Outra experiência coletiva no âmbito da ativação de memórias de ativismo foi o “Sarau Daspuvivência”, realizado no Museu de Arte do Rio (MAR), no Rio de Janeiro, em setembro de 2021.<sup>484</sup> Eu havia sido convidada a falar sobre a pesquisa que desenvolvia no evento de abertura da exposição “Crônicas Cariocas” no MAR. Movida pela história pública que queremos, busquei engajar prostitutas ativistas do Coletivo Puta Davida por meio de uma contraproposta ao museu, que prontamente nos apoiou. Realizamos uma oficina de narrativas biográficas que contou com a presença de oito trabalhadoras sexuais. Em roda, elas compartilharam suas vivências no marco da prostituição, suas trajetórias plurais e seus atravessamentos, expressando as posições desde os marcadores de raça, classe e geração, transbordando temas diversos sobre intimidade, estigma, discriminação e o cotidiano de trabalho e ativismo. A audiência era ampla e as pessoas presentes tiveram ali,

---

<sup>483</sup> Schmidt, Benito Bisso. O historiador-curador: A experiência de realizar uma exposição histórica voltada à públicos diversos. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo; Santhiago, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 280.

<sup>484</sup> O Sarau foi assim denominado sob inspiração da noção de “escrevivência”, pensada por Conceição Evaristo, abordada no capítulo 2.

majoritariamente, o seu primeiro contato com a politização do debate sobre prostituição. A exposição “Crônicas Cariocas”, dentre diferentes temas abordados, contava com uma reprodução da imagem de Gabriela Leite e cenários de prostituição no Rio de Janeiro, de maneira que o sarau funcionou como um dispositivo de acesso a um discurso da prostituição a partir dos protagonismos de fala e ativismos.

Compartilho também um último exercício de ativação pública do Arquivo Davida realizado em dezembro de 2023, o evento “Toda memória é da vida: percursos e ativações do Arquivo Davida”,<sup>485</sup> sediado no Centro Municipal de Artes Hélio Oiticica, na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, RJ. A Praça Tiradentes é um lugar de memória da prostituição e do ativismo na cidade, especialmente na trajetória de Gabriela, uma vez que o antigo Hotel Paris foi sede da ONG Davida e local de guarda do Arquivo Davida. O Hotel era reconhecido por habitar uma tradicional área de prostituição na região central da cidade, onde Gabriela Leite e o Davida puderam atuar por breves anos. A intenção de transformar aquele espaço em um hotel de luxo, no curso do projeto de gentrificação da cidade, acabou forçando a retirada das prostitutas e gerando profunda revolta. Ocorrências como essa têm sido expressivas nas histórias de vida, em ameaças e práticas de expulsão e perseguição às prostitutas.<sup>486</sup>

O evento mobilizou uma série de conversas, além de estímulos visuais e sonoros. Inicialmente, decidimos repertoriar o espaço com materiais do arquivo, tal qual Betânia Santos<sup>487</sup> havia feito em outro evento que participamos.<sup>488</sup> Para ela, essa era uma forma de nos apropriarmos do espaço, uma vez que evocava uma paisagem de luta estética e política característica do movimento. Seguimos com uma discussão sobre o Beijo da rua, que contou com o editor do jornal Flávio Lenz e o historiador Gabriel Alencar e Souza (ambos integrantes do Coletivo Puta Davida); uma mesa sobre o trabalho de pesquisa com o acervo do movimento na qual participaram eu, Angela Donini, Laura Murray e Naara Maritza de Sousa e uma conversa com as ativistas Naara e Betânia Santos, que foram estimuladas a narrarem por meio de um áudio de arquivo de Gabriela Leite. As conversas retomaram o cenário político da constituição do movimento, a redemocratização brasileira, e a

---

<sup>485</sup> Esse evento foi realizado a partir de uma articulação e pesquisa junto à Angela Donini, Laura Murray, Naara Maritza de Sousa e as demais instituições em que nos situamos, já citadas anteriormente. A iniciativa se situa no âmbito da pesquisa apoiada pela CLACSO.

<sup>486</sup> Há um vídeo do Arquivo Davida, filmado por Laura Murray, bastante expressivo por registrar a saída de Gabriela Leite do Hotel Paris carregando o acervo. A revolta e a tristeza transparecem na cena.

<sup>487</sup> Já apresentada no capítulo 1.

<sup>488</sup> “I Seminário Cosmopolíticas do cuidado no fim-do-mundo”, realizado em 28 e 29 de setembro de 2023 pelo Coletivo CPAS-1 no âmbito do projeto “Cosmopolíticas do cuidado: gênero, fronteiras e agenciamentos pluriepistêmicos com a saúde coletiva”, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Ver: <https://www.cosmopoliticasdocuidado.net/> Acesso em: 14 mai.2024.

invisibilidade do movimento na cena política atual, sobretudo no que tange à constituição de um projeto de democracia com uma frente política ampla. Vou me ater especificamente à ativação sonora disparada a partir da fala de Gabriela Leite no “I Encontro Fluminense das Profissionais do Sexo” (2002), ocorrido no Rio de Janeiro (RJ), que abordava a importância da identificação pública da categoria pela palavra prostituta:

De todos esses nomes que existem, você pega o dicionário do Aurélio, tem uma página inteira com as várias denominações que existem sobre a prostituta. De todos os que existem, o que eu gosto mais, o que eu acho mais sonoro é puta. Eu acho lindo puta, acho muito bonito. Eu acho que nós devemos estar falando esses nomes que a sociedade considera feio para que um dia ele se torne bonito. Por que é um nome feio? A gente sabe que é devido ao preconceito. Então a gente tem que voltar pra trás, se chamar de puta sim, de prostituta, se chamar do que a gente quer se chamar, mas dar muita ênfase à essas palavras que a sociedade acha feio. Veja bem, os nossos filhos, todas nós somos mães, essa coisa toda, eles carregam com eles o maior palavrão da sociedade brasileira. Os nossos filhos são realmente filhos da puta.<sup>489</sup>

Betânia Santos compartilhou suas próprias percepções acerca da posição de Gabriela. Ela sempre faz referências à liderança com respeito e valorização,<sup>490</sup> afirmando sua entrada no Davida a partir de um chamado de Gabriela. Betânia vestia uma túnica estampada com a palavra “puta” em cor vermelha, repetidas vezes, o que retirou, ficando apenas com um maiô que estava por baixo com a bandeira do Brasil em um fundo vermelho. Ela falou sobre os 32 anos de atuação da profissão, a importância da identificação pública como prostituta e o orgulho que sente pela palavra “puta”, mas também defendeu o uso estratégico da noção de trabalhadora sexual e/ ou profissional do sexo para a construção da pauta trabalhista.

A posição de Betânia é ilustrativa sobre os modos de apropriação da memória e do debate público de outrora no campo dos desafios atuais. A liderança não concorda plenamente, mas não se opõe à fala de Gabriela. Requalifica o debate a partir das questões que lhe parecem pertinentes atualmente, em uma posição muito similar às das demais veteranas da CUTS e da ANPROSEX, que adotaram a denominação “trabalhadora sexual” e “profissional do sexo”, e o emprego de recursos da racionalidade como fins estratégicos em algumas searas de lutas contemporânea, sem renunciar à ousadia de se denominarem e valorizarem as palavras “puta” ou “prostituta” e dos repertórios aprendidos nas ruas e cabarés.

<sup>489</sup> I Encontro Fluminense das Profissionais do Sexo, 2002. 03\_Encontro\_02B\_LadoA.wav. (30m) Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>490</sup> Betânia Santos é uma veterana que realiza um incansável trabalho de manutenção da memória de Gabriela Leite. Em uma das homenagens públicas no âmbito do Coletivo Puta Davia, ela fez uma placa, em nome da Associação Mulheres Guerreiras, de Campinas (SP), para colocar na descrição do túmulo de Gabriela.

Ao fim desse evento, realizamos uma intervenção artística urbana de lambe-lambe, que consiste em colar cartazes em postes e muros, o que fizemos no entorno da Praça Tiradentes, um lugar de memória da prostituição e, durante um tempo, sede da ONG Davida e do Arquivo Davida. Investimos em imagens de ativistas do movimento (Gabriela Leite, Lourdes Barreto e Indianarae Siqueira<sup>491</sup>) e matérias do Beijo da rua, dentre as quais uma em específico sobre as disputas das prostitutas em torno da Praça Tiradentes.



**Imagem 37:** “Sarau Daspurvivência”, Museu de Arte do Rio (MAR), 2021. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

O trabalho de ativação do Arquivo Davida e as múltiplas formas de compartilhamento têm estimulado a colocar em debate as memórias e narrativas públicas das prostitutas organizadas sob novos ângulos de análises. Esses exercícios de memória tornaram visíveis as dissonâncias, ausências e lacunas do Arquivo Davida, ao mesmo tempo que fizeram emergir algumas memórias de circulação subterrânea, abrindo espaço público e

<sup>491</sup> Indianarae Siqueira é uma ativista transvestigênera, presidente do grupo Transrevolução, fundadora e coordenadora da CasaNem, casa de acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social, do Rio de Janeiro (RJ), do PreparaNem, programa de preparação para o ENEM para pessoas trans no estado, e integrante do Coletivo Puta Davida. Um documentário sobre seu ativismo chamado “Indianara” foi realizado em 2019, por Aude Chevalier-Beaumel e Marcelo Barbosa. Para conhecer mais a trajetória de Indianarae, ver: Siqueira, Indianara. Entrevista à Julia Naidin. In: *Marcações e mobilizações em tempos de biopoder. Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía*, n.3, 2018, p.131.

interno para que fossem ouvidas e contempladas as experiências plurais das ativistas do movimento de prostitutas. Os exercícios estimularam as narrativas de memórias ativistas em contextos específicos, como as histórias das associações estaduais, significações e subjetividades, que não necessariamente estão presentes na memória coletiva do movimento. De minha parte, e penso que também dos colegas com que venho trabalhando, pude/pudemos aprender novas formas de nos comunicarmos com públicos diversos fomentando uma história cada vez mais pública, sem perder de vista os protocolos do ofício do historiador e as possibilidades de aprendizados na interação com outras disciplinas e campos de saberes.<sup>492</sup>

---

<sup>492</sup> Como referencial para uma prática de história pública e as potencialidades do trabalho do historiador em intervenções artísticas e memorialistas, ver: Schmidt, op. cit., p.276.

## Considerações finais

As histórias de vida narradas pelas seis prostitutas veteranas que protagonizam esta tese mobilizaram diferentes sentidos aos percursos laborais e ativistas, possibilitando a tessitura de importantes reflexões sobre as experiências de vida, saberes e batalhas. Foram analisadas as singulares formas de se vivenciar e dar sentido às trajetórias na prostituição, as respostas às adversidades, individuais e compartilhadas, que se presentificam como um importante legado ao movimento de prostitutas.

As trajetórias de ingresso no trabalho sexual evidenciaram como a prostituição se apresentou como uma expectativa laboral para essas mulheres enquanto jovens de camadas populares e de baixa escolaridade entre os anos 1960 e 1980 no Norte e Nordeste brasileiro. Seja entre as crescidas no sertão paraibano e na zona rural, em contextos de normativas e moralidades que as destinavam ao casamento, seja entre as de contextos urbanos, onde desempenhavam trabalhos precários e de baixos salários. A profissão aparece como uma busca pela autonomia, independência financeira e possibilidade de mobilidade social. Foram narradas diferentes modalidades de exercício da profissão e intensos fluxos de trânsitos sazonais para regiões vizinhas. As narrativas perpassam as *expertises* advindas das batalhas nas ruas, praças, boates, cabarés, garimpos, navios etc., espaços que proporcionavam o trabalho, mas também os encontros e fazimentos de laços. A modalidade de trabalho nas regiões de garimpo foi rememorada especialmente por Lourdes Barreto e Célia Gomes como possibilidade de alto rendimento, mas, por outro lado, de maior propensão à vulnerabilidade. Problematizei como este aspecto não designa uma violência intrínseca à prostituição, mas se relaciona com o caráter exploratório e ilegal que marca essas regiões, onde há ausência e/ou cumplicidade do Estado nas dinâmicas de violência e exploração.

Nas experiências laborais, embora as narrativas evidenciem contextos difíceis, as lideranças demonstraram também as capacidades de respostas na profissão, as negociações, os dribles e as reinvenções de si, escapando, portanto, das representações costumeiras sobre as jovens nordestinas e nortistas, lidas como pobres “prostituídas”, ignorantes e sem agência.

Nos percursos de vida, as lideranças rememoraram as primeiras experiências de contestação política, nas quais algumas organizações apareceram como atores fundamentais, como as ONGs locais de combate à Aids e a Pastoral da Mulher Marginalizada, esta última especialmente contraditória por conta da abordagem abolicionista em relação à prostituição. As atividades realizadas por essas organizações incitaram encontros com prostitutas ativistas

de outros estados, repertoriando-as de novos debates. Essas organizações aparecem como contribuidoras tanto para a criação do movimento nacional, quanto para as associações estaduais. Nesses intercursos, foram lembradas a importância de Gabriela Leite e Lourdes Barreto como precursoras da luta e inspiradoras para o protagonismo das prostitutas, o que disparou a criação das associações estaduais. Foram também lembradas outras ativistas menos visibilizadas na memória organizada do movimento, como Rosarina Sampaio e Marinalva Ferreira, mas que detinham forte poder de articulação no Nordeste.

As memórias de fundação das associações evocaram as atuações no combate à Aids em uma pauta política que condensava direito, cidadania e saúde comunitária. A relação do movimento de prostitutas com a agenda de Aids permeia uma série de problematizações e as narrativas das veteranas expressam essas diferenças. A crítica à abordagem biopolítica e moralizadora ao campo da saúde orientou o movimento de prostitutas desde o início de sua constituição, nos anos 1980, ainda nas primeiras colaborações com os projetos nacionais em Aids. Em alguns contextos que marcaram a política de prevenção brasileira, o tensionamento com o Ministério da Saúde se mostrou mais incisivo por parte das lideranças mais antigas, que defendiam uma atuação em saúde sexual mais afinada aos direitos humanos e à cidadania.

Para as associações recém-criadas nos anos 2000 no Nordeste brasileiro, alguns momentos-chave, como o estabelecimento da Carta de Princípios, em 2008, e a ruptura com o Ministério, em 2011, desafiava-as a replanejarem suas ações. Essas posições corroboraram para polarizações internas à luta e foram encaradas por algumas lideranças como um silenciador do trabalho nas associações que começavam a desenvolver, e que julgavam fundamentais nos territórios com pouca ou nenhuma assistência pública. Nessas diferenças, respeito a posição crítica da Rede Brasileira de Prostitutas, especialmente frente aos projetos de testagem nas zonas de prostituição e ao desrespeito aos princípios e histórico de atuação do movimento, embora também reconheça as singularidades de algumas associações para quem os projetos de prevenção eram a única possibilidade de política pública naquelas regiões, e que, ao fim, oportunizaram uma ação para “além do HIV”, como expressado na fala de Célia Gomes. Entendo que as batalhas em torno das significações da agenda da Aids evidenciam os conflitos políticos entre as redes e marcam as posições internas. Entretanto, defendo que essas batalhas advêm de um eixo estrutural que marca as diretrizes das políticas em saúde às prostitutas, uma abordagem estigmatizante que as encara como um problema social e sanitário, o que anula a colaboração histórica comunitária e os demais esforços participativos do movimento na agenda política brasileira.

Durante a pandemia de Covid-19 esse aspecto se tornou ainda mais evidente. As diferentes respostas produzidas pelo movimento de prostitutas demonstraram uma forte capacidade de ação social, em meio a um cenário de vulnerabilidade nos territórios e completa ausência de medidas protetivas por parte do Estado. Sem contar com o poder público, o movimento desempenhou o que significou a única ação dirigida à categoria, ocupando a linha de frente em saúde e cidadania, além de todo o trabalho assistencial com as bases. Foi abordado como as veteranas cumpriram um papel fundamental no enfoque do direito à vida, mobilizando as diretrizes sanitárias, os saberes aprendidos no combate à Aids e os princípios que organizam seus trabalhos nas associações, como as tecnologias de cuidado, caracterizadas pelo apoio emocional e o compromisso com a cidadania e direitos humanos.

A dimensão do cuidado se relevou um aspecto bastante presente nas histórias de vida. Foi abordada a noção de trabalho de cuidado nas experiências relacionadas à maternidade, família e clientes de longa relação. Mas o cuidado também apareceu nas relações com outras colegas nas zonas de prostituição, em uma dimensão do ativismo que relaciona o apoio emocional ao compromisso social. Nesse aspecto, acompanho a literatura que considera o cuidado como um trabalho generificado, entretanto, nas histórias que analiso este não se conforma a uma dimensão de trabalho circunscrita ao ambiente doméstico e se ocupa de uma dimensão comunitária, pública e ativista que caracteriza as experiências de mundo dessas lideranças. As trajetórias pessoais evidenciaram como o cuidado se constituiu a partir de um papel introjetado pelo sistema sexo/gênero nos locais onde cresceram, tendo sido apropriado e atualizado pelas lideranças nos contextos de ativismo e de participação social nos anos 1980 e 1990. Frente às repressões e invisibilidades, o cuidado foi desenvolvido como uma tecnologia ativista diante de fins de mundo, uma estratégia de resistência que implica em cuidar de si e da comunidade. Um “dever de lutar” baseado na afirmação da vida em contraposição à lógica individualista, familiarista e liberal.

Busquei problematizar como as histórias de vida, em suas particularidades e experiências, relacionam-se com a história do movimento de prostitutas, as pautas, práticas e estratégias de luta na agenda brasileira. Nesse aspecto foram debatidos os usos e as ressignificações da memória coletiva do movimento frente aos desafios políticos que persistem, e alguns acontecimentos foram considerados marcos fundamentais. Foi analisado como os impactos da ditadura civil-militar se tornaram um signo na memória coletiva das veteranas, que reportaram os episódios de repressão policial e autoritarismos vivenciados nos anos 1980 e 1990 nos territórios de prostituição. As narrativas públicas de Gabriela Leite e

Lourdes Barreto, referências das experiências de terror e perseguição durante o regime militar, tornaram-se uma memória herdada e projetada, porque engendram identificação. Essa correlação entre os tempos sob um signo de violência e perseguição se tornou uma oportunidade para as veteranas que não vivenciaram a violência durante a ditadura, mas que vivenciaram seus ônus na década seguinte, terem reconhecidos os episódios repressivos que testemunharam em um arco mnemônico simbólico de luta. Discuti como esse aspecto, ao atualizar o passado, permite considerar as prostitutas no estatuto de vítimas, contribuindo para o campo de reivindicação do direito à memória nas representações da ditadura militar.

O contexto de criação do movimento, o “I Encontro Nacional de Prostitutas”, em 1987, também esteve nos quadros sociais de rememoração, delineando a longa atuação das prostitutas enquanto sujeitos históricos da construção de um projeto de democracia entre a esquerda brasileira. Foi visto que mesmo as veteranas que não vivenciaram esse contexto, sentem-se igualmente precursoras, endereçando-se àquele quadro social e se inserindo em uma linhagem de luta, o que reforça suas autoridades no movimento. A revisitação da memória mantém vivos os acontecimentos, debates e repertórios de atuação. Outros encontros foram igualmente lembrados, como o “I Encontro Nordeste-Sudeste”, 2002, o que contribuiu para a inserção de um novo quadro na memória coletiva e a visibilidade de cenários de luta e personagens locais, e o “IV Encontro Nacional de Prostitutas”, 2008, considerado o primeiro encontro nacional para algumas e momento de reorganização da luta para outras.

Ao analisar os acontecimentos e debates ao longo das décadas, compreendi que as atuações do movimento de prostitutas vão muito além da trajetória de enfrentamento à epidemia de Aids, enfoque que costuma ser mais publicizado. Esse contorno acaba por eclipsar os engajamentos em outras arenas, como as discussões em direitos sexuais, a contundente agenda trabalhista pela descriminalização e legalização da profissão, além da promoção da cidadania e defesa de mecanismos participativos comunitários. Nesse sentido, os trabalhos de memória e oralidade com lideranças do movimento têm sido uma aposta para a evocação de uma história plurivocal mais interessada nos processos de subjetivação, nas relações, diferenças e pertencimentos. Além das entrevistas de história oral compartilhei as iniciativas de história pública, os trabalhos coletivos de rememoração e as ativações do Arquivo Davida, em especial a oficina “Transa de Saberes”. Essas iniciativas permitiram atuar na complexidade da organização da memória do movimento de prostitutas, porque visibilizaram e abriram espaço para os dissensos e as singularidades, mas também promoveram mútuos reconhecimentos, renovando vínculos e reafirmando quadros da

memória. A oficina estimulou tanto um trabalho interno com a categoria, de fortalecimento dos sentidos de pertencimento, quanto um trabalho de divulgação dos debates públicos. As práticas coletivas de história pública têm proporcionado iniciativas relacionais, inventivas e socialmente implicadas que impulsionam outros modos de relação entre passado e presente.

As veteranas apresentadas nessa tese são reconhecidas por suas trajetórias junto ao movimento, pelo valor das experiências e pelas marcas das batalhas por direitos e justiça social. A presença delas no movimento organizado é de valor inegável, porque trazem consigo as mais antigas memórias de luta, vividas e herdadas, referentes aos diferentes cenários de embates na memória histórica brasileira e se implicam comprometidamente com os desafios do presente.

As prostitutas veteranas nos convidam a lutar junto a elas. Suas existências inventivas atentam para a transtemporalidade da memória como uma capacidade de se aprender com o vivido face aos continuados cenários difíceis. Ao reatualizar os dribles inventivos na profissão, os aprendizados dos enfrentamentos à Aids, as respostas comunitárias e as resistências às perseguições e violências, elas presentificam e atualizam suas lutas. Suas memórias estão longe de serem objetos de celebração e nostalgia de velhos tempos, mas impulsos a reflexões, diagnósticos do presente, e estratégias para adiar, um pouco mais, o fim do mundo.

## Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ABBADE, Áurea Celeste da Silva; BAIÃO, Fátima (Org). *Os 100 nomes que fizeram a história da luta contra a Aids no Brasil*. Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS – GAPA BR SP, 2010.
- ABIA. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. *Levantamento nacional e contexto internacional*. Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, saúde e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA, 2013.
- ABIA. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. *Política de saúde, resposta ao HIV e prostituição no Rio de Janeiro*. Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, saúde e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA, 2014.
- ABIA. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. *Sexualidade e desenvolvimento: a política brasileira de resposta ao HIV/Aids entre profissionais do sexo*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: ABIA, 2011.
- ALBINATI, Mariana; REBOUÇAS, Thaís; ALMEIDA, Priscila. Projetos urbanos e apropriações contemporâneas do patrimônio cultural em centros históricas: observações a partir de Salvador e Rio de Janeiro. *XX ENANPUR*. Belém, 2023;
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Distante e/ou do instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (org.). *Culturas dos sertões*. Salvador: Edufba, 2014.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, Juniele Rabelo; LIMA, Lívia Morais. Apresentação ao dossiê “História oral e envelhecimento”. *História Oral*, v.25, n.1, jan/jun, 2021, p.5-8.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; PIMENTA, Denise Nacif; LIMA, Lívia (Org.). *(Im)permanências: História oral, mulheres e envelhecimento na pandemia*. Volume 1, São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. O movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *Tropas em protesto: manifestações policiais militares no Brasil, anos 1990*. São Paulo: Letra e Voz, 2015.

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, AMORIM, Maria Aparecida., BARBOSA, X. Performance e Objeto Biográfico: questões para a história oral de vida. *Oralidades: Revista de História Oral*, Universidade de São Paulo, v.2, 2007.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v.02, n.03, 2012, p.21-41.
- ANDRADE, Everardo Paiva; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SILVA, Mariana Mizael Pinheiro da. Artes de ensinar, ofício de viver: das narrativas (auto)biográficas e uma história pública dos professores. *Revista História Hoje*, v.8, n.15, 2019.
- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras em 2020*. Brasil, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 14 fev. de 2024.
- ARAÚJO, Rita de Cássia. Uma “feira de mangaios”: o Recife fotografado no tempo dos generais, 1960=1980. In: SILVA, Marcília; SOARES, Thiago (Orgs). *Pernambuco na mira do golpe*, v.1. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.
- BARRETO, Leila Suely. *Prostituição, a história contada: transas sociais e institucionais em Belém*. Trabalho de conclusão do curso de especialização em Educação e Direitos Humanos e Diversidade. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2016.
- BARRETO, Alessandra. Um Olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. *Campos* (5), 2, 2004.
- BARRETO, Lourdes. *Putá autobiografia*. Belém: Paka-Tatu, 2023.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade*. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.
- BONOMI, Carolina. *Mulher da vida é preciso falar: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n.26, jan.-jun., 2006.
- BRITTO, Clovis Carvalho. Grande sertão: mulheres – generificação, colecionismo e musealização do cangaço. In: LIMA, Caroline de Araújo; BRITTO, Clovis Carvalho;

- MOREIRA, Jailma dos S. Pedreira. *Outros olhares sobre o sertão nordestino: gênero, masculinidades e subjetividades*. Salvador: EDUNEB, 2020.
- CALABRIA, Amanda et al. O impacto da Covid-19 nas vidas das trabalhadoras sexuais no Brasil. A pesquisa Eu Quero é Mais. *Relatório de pesquisa*, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.nudhes.com/queromais>.
- CALABRIA, Amanda. Life story, prostitution and activism: Challenges and possibilities of research in co-creation. *Global Public Health (Online)*, v. 17, 2022.
- CALABRIA, Amanda. História oral, método e epistemologia: caminhos descolonizadores na pesquisa com prostitutas. In: ROVAI, Marta; SANTHIAGO, Ricardo. *História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa*. Teresina: Cancioneiro, 2021.
- CALABRIA, Amanda. *Eu Sou Puta: Lourdes Barreto, história de vida e movimento brasileiro de prostitutas*. Dissertação (mestrado) na Universidade Federal Fluminense, 2020.
- CARRARA, Sergio. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.
- CASTRO, Celso; D'Araújo, Maria Celina. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- COLLINS, Patricia Hill. O poder da autodefinição. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019a.
- COLLINS, Patricia Hill. Mammies, matriarcas e outras imagens de controle. In: *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo, 2019b.
- COLLINS, Patricia Hill. *A política sexual para as mulheres negras*. In: *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo, 2019c.
- CORREA et al. A política da prostituição no Brasil: entre a “neutralidade do Estado” e os “problemas feministas”. *Iluminuras*, Porto Alegre, v.22, n.59-1, 2021, pp. 296 -334.
- CORREA, Sonia. Prostituição, normas e contextos: a dimensão transnacional. In: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). *Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, saúde e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 2013.
- DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. *AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas*. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.
- DEBERT, Guita; GOLDSTEIN, Donna. (Orgs.) *Políticas do Corpo e o Curso da Vida*. São Paulo: Editora Sumaré, 2000.

- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, 6, 2003,
- DELLAMORE, Carolina; SOARES, Paula Elise. Resistências femininas à ditadura militar: as trajetórias de Gilda e Adélia (1964-1985). *História Oral*, v.25, n.1, jan/jun, 2022.
- DEZEMONE, Marcus. *1964 e as batalhas de memória 50 anos depois*. Revista Maracanan, n.11, dez, P.56-67, 2014.
- DIAS JUNIOR, José do Espírito Santo. *Entre Cabarés e Gafieiras: Um estudo das representações boemias em Belém (1950-1980)*. Tese de doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- EVANGELISTA, Marcela Boni. Segredos compartilhados: a transcrição como recurso narrativo em histórias sobre aborto. *X Encontro Regional Sudeste de História Oral*. Educação das sensibilidades: violência, desafios contemporâneos. UNICAMP, 2013.
- LEFEBRVE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- FERNANDES, Camila. *Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2017.
- FERREIRA, Milene. Cordel. In: DONINI, Angela et al. *Putá Livro* [livro eletrônico], Rio de Janeiro, 2022.
- FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. Gênero, Raça e Direito: Articulações empíricas e epistemológicas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v.20, n.2, 2020.
- FONSECA, Cláudia. A dupla carreira da mulher prostituta. *Revista Estudos feministas*, v.4, n.1, 1996.
- FRISCH, Michel. A história pública não é uma via de mão única, ou, De a Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil*. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- GALVAO, Jane. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Sempreviva Organização Feminista, 2020. Disponível em:

[http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf). Acesso em: 14 fev. 2023.

GONZALEZ, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica*. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (Orgs). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GREEN, James; QUINALHA, Renan (Orgs). *Didadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

GUERREIRO, Manoel Gabriel. *Garimpagem do ouro na Amazônia: reflexos econômicos, sociais e políticos*. In: ROCHA, Gerônimo Albuquerque (org.). *Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARAWAY, Donna. *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos pagu (5), 1995.

HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARTOG, François. *A Covid-19 e as perturbações no presentismo*. *ArtCultura*, Uberlândia, v.22, n.41, 2020, pp. 50 – 56.

HELENE, Diana. *Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero. A segregação urbana na prostituição em Campinas*. São Paulo: Annablume, 2019.

HENNING, Carlos. *Nem no mesmo barco nem nos mesmos mares*. *Cadernos de Campo*, v.20, n.1, São Paulo, USP, 2020.

HIRATA, Helena. *O trabalho de cuidado*. *Ensaio*. SUR 24, v.13, n.24, 2016, p.53-64.

JEHA, Silvana. *Uma história da tatuagem: do século XIX à década de 1970*. São Paulo: Editora Veneta, 2019.

MARTINS, Lêda Maria. *Performances do tempo espiralar. Poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. *Histórias da Aids no Brasil, v.2: a sociedade se organiza pela luta contra a Aids*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015.

- LEITE, Gabriela et al. O par e o ímpar: o potencial de gestão de risco para a prevenção de DST/HIV/AIDS em contextos de prostituição. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, set. (18), 2015.
- LEITE, Gabriela; LENZ, Flávio. A trajetória do movimento de prostitutas e sua relação com o Estado brasileiro. In: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). *Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, saúde e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 2013.
- LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LEITE, Gabriela. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- LIMA, Caroline de Araújo; BRITTO, Clovis Carvalho; MOREIRA, Jailma dos S. Pedreira. (Orgs). *Outros olhares sobre o sertão nordestino: gênero, masculinidades e subjetividades*. Salvador: EDUNEB, 2020.
- LIMA, Lucas Pedretti. *As fronteiras da violência política: movimentos sociais, militares e as representações sobre a ditadura militar (1970-1988)*. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial, *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, set-dez, 2010.
- LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, n.9, julio-diciembre, 2008.
- MATTA, Gustavo et al (Orgs.). *Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, <sup>2021</sup>.
- MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e História pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). *História Crítica*, v. 68, 2018, p.27 -45.
- MAUAD, Ana Maria. O passado em imagens. Artes visuais e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e voz, 2018. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

- MAZZARIOL, Regina Maria. “*Mal necessário*”: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. [Dissertação de mestrado]. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1976.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n.32, dez, 2016.
- MEDEIROS, Fátima. “Fadas baianas”: A trajetória da APROSBA na luta por permanência no Centro Histórico de Salvador. In: DONINI, Angela et al. *Putá Livro* [livro eletrônico], Rio de Janeiro, 2022.
- MEIHY, José Carlos S; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2020.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *CANTO DE MORTE KAIOWÁ: HISTÓRIA ORAL DE VIDA*. Loyola, São Paulo, 1991.
- MELINO, Heloisa. Regulamentação da prostituição em debate. In: BERNER, Jucá, Melino. (Org.). *Teoria Crítica, Descolonialidade e Direitos Humanos*. 1ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016;+.
- MIGNOLO, Walter. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.32, n.94, jun, 2017.
- MOHANTY, Chandra. *Sob os olhos ocidentais: estudos feministas e discursos coloniais*. Rio de Janeiro: Zazie edições, 2020.
- MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo, 2016.
- MOMBAÇA, Jota; MATIUZZI, Michele. Carta à leitora preta do fim dos tempos. In: SILVA, Denise Ferreira da. *A dívida impagável*. São Paulo, 2019.
- MONTOYA URIARTE, Urpi. Por trás da fachadas coloridas. Etnografias nos “novos” Bairro do Recife (Pernambuco) e do Pelourinho (Bahia). *Ponto Urbe*. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, 7, 2010.
- MURRAY, Laura et al. Rites of Resistance: Sex workers’ fight to maintain rights and pleasure in the centre of the response to HIV in Brazil. *Global Public Health*, 2018.
- MURRAY, Laura. *Not Fooling Around: The Politics of Sex Worker Activism in Brazil*. tese (doutorado) defendida na Universidade de Columbia, 2015.
- MURRAY, Laura. Victim management and the politics of protection: between “fazer direito” and “diretinho”. *Revista Ártemis*, vol. XVIII, n.1, jul-dez, 2014.

- NASCIMENTO, Silvana; GARCIA, Loreley. Nas armadilhas do desejo: privações e movimentos de jovens prostitutas em zonas rurais. *Caderno CRH*, Salvador, v.28, n.74, 2015, pp.383-396.
- NICHELE, Cíntia et al. A biopolítica da Covid-19 no Brasil: os dispositivos do necropoder no contexto neoliberal e as violações aos direitos humanos. *Research, Society and Development*, v.11, n.6, 2022.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993,
- OCANHA, Rafael Freitas. “*Amor, Feijão, Abaixo Camburão*” – imprensa, violência e *trottoir* em São Paulo (1979-1983). Dissertação em História Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.
- OLIVAR, José Miguel Nieto. *Devir puta: políticas da prostituição nas experiências de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- PARKER, Richard. *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA, São Paulo: Editora 34, 2000.
- PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo. Letra e Voz, 2010.
- PHETERSON, Gail. The whore stigma. Female dishonor and male unworthiness. *Social Text*, n. 37, A Special Section, 1993.
- PILAR, Vitória. *Prostituta é Comunidade: a história de uma mulher que fez do sexo ganha-pão e luta*. Arisca: Piauí, 2023.
- PINTO, Rodrigo. *Memória e identidade de migrantes nordestinos no município de Duque de Caxias: a Feira como parâmetro de resistência cultural e social*. Dissertação de mestrado em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.
- PISCITELLI, Adriana. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*, (47), jul, 2016.
- PISCITELLI, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre o tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu* (31), Unicamp, 2008.
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, v.5, n.2, 1992.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.

- QUADRAT, Samantha. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REZENDE, Vânia. Mulher negra é revolução. In: DONINI, Angela et al. *Putá Livro* [livro eletrônico], Rio de Janeiro, 2022.
- RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha (Orgs). *O século XX. VIII. O tempo das dúvidas*. Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 133-159.
- RIEGEL, Lucas et al. La Recherche communautaire em temps de pandémie: retour sur l'étude multi-pays EPIC. *Santé publique*, v.3, n.6, nov-dec, 2021.
- ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Org). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- ROLNIK, Suely. Furor de arquivo. *Arte & Ensaios*, v.19, n.19, 2009.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez, 2013.
- SALOMÃO, Elmer Prata. A condição e o ofício de garimpar. In: ROCHA, Gerônimo Albuquerque (org.). *Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1984.
- SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria. *Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância*. Anos 90, Porto Alegre, v.27, 2020.
- SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Ed: Letra e Voz, 2016.
- SANTOS, Stênio R. C. Entre o crime e a ideologia: a repressão às drogas em Pernambuco nos idos da ditadura. In: SILVA, Marcília; SOARES, Thiago (Orgs). *Pernambuco na mira do golpe*, v.2. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

- SANTOS, Hebert et al. Necropolitics and the impact of COVID-19 on the Black Community. in Brazil: a literature review and a document analysis. *Ciências e Saúde Coletiva*, 25 (Supl.2), 2020
- SCHMIDT, Benito. Contar vidas em uma época presentista: a polêmica sobre a autorização prévia. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito. *O que pode a biografia?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- SCHMIDT, Benito Bisso. O historiador-curador: A experiência de realizar uma exposição histórica voltada à públicos diversos. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- SCHUCH, Patrice et al. Cuidado e controle na gestão da velhice em tempos de Covid-19. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Reflexões na Pandemia*, Rio de Janeiro, 2020, pp. 1-14.
- SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus. Amor por um real por minuto: A prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. In: Correa, S; Parker, R. (org.). *Sexualidade e política na América Latina: Histórias, intersecções, paradoxos*. Rio de Janeiro, Sexual Policies Watch, 2011.
- SILVA, Fernanda Priscila da. Movimento social de prostitutas no Brasil e a luta contra a Putafobia: por uma pedagogia de batalha e decolonial. *Revista Fac. Dir. Uberlândia*, MG, v.51, jan./jun., 2023.
- SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus. Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão-de-obra feminina. Dossiê conservadorismo, direitos, moralidades, violência. *Cadernos Pagu*. N.50, dezembro, 2017.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974- 1985. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4, p. 243-281.
- SIMÕES, Soraya. *Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: EdUFF, 2010.
- SIQUEIRA, Olívia Tereza. *Boate Chantecler: a representação da ascensão e do declínio nos espaços de prazer do Recife (1939-1984)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2022.

- SIQUEIRA, Indianara. Entrevista à Julia Naidin. In: Marcações e mobilizações em tempos de biopoder. *Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía*, n.3, 2018, p.131.
- SKACKAUSKAS, Andreia. *Prostituição, Gênero e Direitos: Noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada*. Tese (doutorado) de Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2014.
- SOUZA, Bianca. Verdades opacas ou memória protetora? O Mobral e sua (auto)biografia. In: DA SILVA, Marcília; SOARES, Thiago. *Pernambuco na mira do Golpe*, volume 1: Educação, arte-cultura e religião. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.
- SOUZA, Gabriel Alencar e. “*Fala mulher, da vida*”: representações da prostituição no jornal Beijo da rua (1988-1997). Dissertação (mestrado) em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- TEDESCO, Leticia. *No trecho dos garimpos*. Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica. Tese de doutorado UFRGS. Antropologia. Amsterdã, 2015.
- TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.3. Brasília, jan-jul, 2010, p.133-160.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História Oral. Paz e terra, 1992.
- WAPICHANA, Gustavo Caboco; MANOKI, Tipuici. “*Isso tudo não me diz nada*”. A impermanência como ponto de encontro no Arquivo Histórico da Bienal de São Paulo. Picada Livros [livro digital], 2023. Disponível em: <https://issuu.com/bienal/docs/isso-tudo-nao-me-diz-nada> Acesso em: 18 mai.2024.
- WEEKS, Margaret. *From the House to the Street: Sex Workers and Domestic Laborers in Brazil’s Democratic Transition*. Department of History. Harvard University, Cambridge, Massachusetts, 2023.
- WEEKS, Meg. Meninas Desamparadas? A Pastoral da Mulher Marginalizada e o nascimento do movimento brasileiro de prostitutas. *Revista Philia*. Filosofia, Literatura & Arte. Vol.3, no1, 2021.
- VASCONCELOS, Vânia; VASCONCELOS, Cláudia. “Mulher séria” e “cabra macho”: por outras representações de gênero no sertão. In: RIOS, Pedro Paulo; MENDES, Alane Martins. *Educação, gênero e diversidade sexual: fabricação das diferenças no espaço escolar*. Curitiba: CRV, 2018.
- VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. “Perigosas mulheres modernas” ou “Pobres tabaroas”: concepções acerca das mulheres sertanejas em Jacobina, Bahia. In: LIMA, Caroline de

Araújo; BRITTO, Clovis Carvalho; MOREIRA, Jailma dos S. Pedreira. *Outros olhares sobre o sertão nordestino: gênero, masculinidades e subjetividades*. Salvador: EDUNEB, 2020.

VASCONCELOS, Vânia. *Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

VEIGA, Ana Maria e VASCONCELOS, Vânia N. P. Lugares de escuta e de acolhimento nas pesquisas sobre sertanidades. *Sæculum – Revista de História*, v. 24, n. 41, 2019, p. 196-203.

VENTURA, Deisy; REIS, Rosana. *A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19*. São Paulo: CEPEDISA/USP, 2021

VERDADE, K. K.; FISCHER, A. [Orgs] *Impacto de COVID-19 em organizações da sociedade civil lideradas por mulheres e pessoas trans no Brasil: ativismo e pandemia/ ELAS+ Doar para Transformar*. Rio de Janeiro: Elas+ Doar para Transformar, 2021.

## **Lista de fontes**

### **Acervos consultados**

Arquivo Davida. ONG Davida: prostituição, direitos civis, saúde. Arquivo Público do Estadodo Rio de Janeiro - APERJ.

Acervo GEMPAC. Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará - GEMPAC, Belém, Pará.

### **Transcrição oficina “Transa de Saberes”**

Narrativa de Célia Gomes. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Narrativa de Diana Soares. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Narrativa de Fátima Medeiros. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Narrativa de Lourdes Barreto [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Narrativa de Luza Maria. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Narrativa de Maria de Jesus Costa. [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Narrativa de Vânia Rezende [28 jun. 2022]. Oficina “Transa de Saberes”, Circo Voador, Rio de Janeiro. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

**Transcrição entrevistas de história oral**

BARRETO, Lourdes [78 anos]. Transcrição das entrevistas de história de vida realizadas entre 2018 e 2022 – 13 páginas. Nascida em Brejo de Areia, Paraíba, residente em Belém, Pará.

REZENDE, Vânia [68 anos]. Transcrição das entrevistas de história de vida realizadas em 2021 – 10 páginas. Nascida em Recife, Pernambuco, residente em Olinda, Pernambuco.

**Transcrição entrevistas de história oral**

BARRETO, Lourdes [78 anos]. [09 abr.2022]. Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. Entrevista remota. Duração: 40m (Transcrição/Textualização: – 9 páginas). Nascida em Brejo de Areia, Paraíba, residente em Belém, Pará.

GOMES, Célia [58 anos]. [02 nov.2022] Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. Entrevista remota. Duração: 55m47s. (Transcrição/Textualização: – 9 páginas). Nascida em Santa Inês, Maranhão, residente em Teresina, Piauí.

MARIA, Luza [50 anos]. [05 ago.2022] Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. Entrevista remota. Duração:1h04m. (Transcrição/Textualização – 10 páginas). Nascida no interior Maranhão, residente em Santa Rita, Paraíba.

MEDEIROS, Fátima [55 anos]. [15 fev.2022] Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. Entrevista remota. Duração:1h43m. (Transcrição/Textualização – 23 páginas). Nascida em São José de Espinharas, Paraíba, e residente em Salvador, Bahia.

REZENDE, Vânia [68 anos]. [19 fev.2021] Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. I Entrevista remota. Duração:1h06m. (Transcrição/Textualização – 12 páginas). Nascida em Recife, Pernambuco, residente em Olinda, Pernambuco.

REZENDE, Vânia [68 anos]. [29 jun.2021] Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. II Entrevista remota. Duração: 38m. (Transcrição/Textualização: – 8 páginas). Nascida em Recife, Pernambuco, residente em Olinda, Pernambuco. Associação

SOARES, Diana [62 anos]. [10 jul.2021] Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. Entrevista remota. Duração:1h25m. (Transcrição/Textualização – 15 páginas). Nascida e residente em Natal, Rio Grande do Norte.

### **Acervo Lourdes Barreto**

BARRETO, Lourdes [78 anos]. [09 abr.2022]. Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. Entrevista remota. Duração: 40m (Transcrição/Textualização: – 9 páginas). Nascida em Brejo de Areia, Paraíba, residente em Belém, Pará.

BARRETO, Lourdes. [75 anos]. [29 out.2019]. Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. IV Entrevista, Laboratório de História, Universidade Federal do Pará (UFPA). Duração: 01h20m (Transcrição/Textualização: – 20 páginas). Nascida em Brejo de Areia, Paraíba, residente em Belém, Pará.

BARRETO, Lourdes. [75 anos]. [01 ago.2019]. Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. III Entrevista, Bar do Parque, Belém (PA). Duração: 34m82s. (Transcrição/Transcrição: – 9 páginas). Nascida em Brejo de Areia, Paraíba, residente em Belém, Pará.

BARRETO, Lourdes. [74 anos]. [02 jul.2018]. Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. I Entrevista, Águas Lindas, Belém (PA). Duração: 01h34m50s. (Transcrição/Textualização: – 34 páginas). Nascida em Brejo de Areia, Paraíba, residente em Belém, Pará.

BARRETO, Lourdes. [74 anos]. [29 abr.2018]. Entrevistadora: Amanda de Mello Calabria. II Entrevista, Águas Lindas, Belém (PA). Duração: 01h11m50s. (Transcrição/Textualização: – 20 páginas). Nascida em Brejo de Areia, Paraíba, residente em Belém, Pará

## Fontes consultadas

### Transcrições consultadas

BARRETO, Lourdes [74 anos]. Transcrição da Fala de Lourdes na oficina “Profissionais do Sexo, Prazer e Trabalho”. Festival Mulheres do Mundo. Rio de Janeiro. Novembro, 2018. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

FEIJÓ, Nanci [27 mai.2021] Entrevistadora: Olívia Tereza Siqueira. Entrevista remota realizada para a dissertação de mestrado Boate Chantecler: a representação da ascensão e do declínio nos espaços de prazer do Recife (1939-1984). Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2022.

### Periódicos

Beijo da rua. Rio de Janeiro (RJ) 1988-2007. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Beijo da rua. Exemplares impressos. n. 27 a 30. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Folha de S. Paulo (1979-1981). Acervo Folha.

Lampião da Esquina (1979 – 1981). Acervo Grupo Dignidade.

O Pasquim (1979 – 1981). Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

### Vídeos Arquivo Davida

7\_4o\_encontro\_da\_rede\_de\_prostitutas\_R. IV Encontro Nacional da Rede de Prostitutas, 2008 (40m). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

23\_Fala\_Mulher\_da\_Vida\_m.mov. I Encontro Nacional das Prostitutas, 1987. (27m). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

25\_Fala\_Mulher\_da\_Vida\_m.dv. I Encontro Nacional das Prostitutas, 1987. (25m). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

28\_Cascatinha\_Copia\_1\_m.mov. Bar Cascatinha. (29m) Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

215\_III\_Encontro\_nacional\_trabalhadores\_de\_sexo\_externas\_outros.mp4. III Encontro Nacional das Trabalhadoras Sexuais, 1994. (123m). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

226\_III\_Encontro\_nacional\_trabalhadores\_de\_sexo\_saude\_1994-05-24\_08.III Encontro Nacional das Trabalhadoras Sexuais, 1994. (204m). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

### **Fita cassete Arquivo Davida**

I Encontro Fluminense das Profissionais do Sexo, 2002. 03\_Encontro\_02B\_LadoA.wav. (30m) Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

### **Documentos de acervo**

Carta de Gabriela Leite. Convocatória para o I Encontro Nacional das Prostitutas. Arquivo Davida. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

Estatuto de fundação do Davida, Prostituição, Direitos Civis e Saúde, 1992. Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Manual Fala, mulher. Projeto Previna. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Manual Estrela da Noite. Projeto Previna. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Manual Rapaz da noite. Projeto Previna. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Materiais da campanha “Sem Vergonha, Garota. Você tem profissão” (2002). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Projeto Atelier da Vida. Projetos e registros. Acervo GEMPAC

Projeto Filão dos Tapajós. Manual do multiplicador (1997/2001). Arquivo GEMPAC.

Projeto Previna I (1988-1990). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Manual do Multiplicador Projeto Previna. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Projeto Rede Norte. Acervo GEMPAC.

Projeto Previna I (1988-1990). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Projeto Previna II (1994-1996). Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Projeto Esquina da Noite. Arquivo GEMPAC.

Relatoria do IV Encontro da Rede de Prostitutas (2008). Arquivo Davida. Coletivo Puta Davida.

Texto de Doroth de Castro. Arquivo Davida. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

### **Documentos digitais**

BRASIL. Classificação Brasileira de Ocupações. Profissional do Sexo. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo>. Acesso em: 03 mar. 2024

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Relatório, volume 1. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Relatório, volume 2. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 98-A/2003, 23 de outubro de 2007. [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=523781&filename=Avulso%20PL%2098/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=523781&filename=Avulso%20PL%2098/2003) Acesso: 14 mai.2024.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em: 18.mai.2024

### **Vídeos digitais**

“Filhos da Puta”. 2022. Vídeo (27m) Publicado pelo canal Coletivo Rebu. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FXoo9P8-34k> Acesso em: 02 fev. 2023.

29º Webinar FSP-USP. Conhecimentos de Pu(n)ta: cuidado e prazer na pandemia. 2021. Vídeo (177m) Publicado pelo canal Faculdade de Saúde Pública da USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wH0Z7A9AlfQ&t=4005s> Acesso em: 06 fev. 2024.

Café PutaDei. 2021. Vídeo (247m) Publicado pelo canal Puta Dei. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=icFYA3VKM78> Acesso em: 09 fev. 2024.

Conceição Evaristo. 2021. Vídeo (151m) Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wnu2mUpHwAw> Acesso em: 15 mai.2024.

DASPU Festival Mulheres do Mundo WOW. 2019. Vídeo (5m) Publicado pelo canal Amanda Calabria. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bJ8Q8CO06J8> Acesso em: 14 mai.2024.

De Frente com Gabi. Gabriela Leite. Parte 1. 2012. Vídeo (17m) Publicado pelo canal SBT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ggI2YDQEH70&t=31s> Acesso em: 18 mai.2024.

Lista de vídeos. Publicado pelo canal Anprosex. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/ANPROSEX/videos> Acesso em: 15 mai.2024.

Lista de vídeos. Publicado pelo canal Vânia Rezende. Disponível em: <https://www.youtube.com/@vaniarezende370>. Acesso em: 06 fev. 2024.

Rosas do Asfalto. 2021. Vídeo (19m) Publicado pelo canal Caza Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uptjdbBgCTM> Acesso em: 02 mar. 2024.

Projeto Mulheres Empoderadas. Vivendo e protegendo em tempos de pandemia. 2021. Vídeo (1m) Publicado pelo canal ECOS. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCuXv6xnK-RRPP-OYID1859Q/videos> Acesso em: 09 fev. 2024.

Trabalhadoras sexuais e a luta diária contra o racismo. 2022. Vídeo (95m) Publicado pelo canal ECOS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KSs-TmUL2Q&t=2773s> Acesso em: 09 fev. 2023.

Trabalhadoras sexuais e mulheres vivendo com HIV/Aids falam sobre desigualdades de gênero. 2021. Vídeo (108m) Publicado pelo canal ECOS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1pLVzow1XKk>. Acesso em: 09 fev. 2024.

Trabalhadoras sexuais e suas contribuições para o fim do HIV/Aids. 2022. Vídeo (107m) Publicado pelo canal ECOS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mTiIpNLPJNw&t=276s> Acesso em: 09 fev. 2024.

Transa de Saberes com o Movimento Brasileiro de Prostitutas. 2023. Vídeo (184m) Publicado pelo canal Faculdade de Saúde Pública da USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B2mXASwxaxc> Acesso em 17 mai.2024.

Violência contra as mulheres: o que dizem as trabalhadoras sexuais? 2022. Vídeo (106m) Publicado pelo canal Estrela Guia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LM3AzKreHkc> Acesso 08 mar. 2024.

## Sites e redes sociais

AMAZONA. <http://www.amazona.org.br/> Acesso em: 30 mar. 2024.

APPS. Instagram: appsrecifepe. Disponível em:

<https://www.instagram.com/appsrecifepe?igsh=MTQyNDcxa2N4eGttZw==> Acesso em: 15 mai.2024.

APROSBA. Instagram: aprosbahia. Disponível em:

<https://www.instagram.com/aprosbahia?igsh=MXNueGt1bGE2cmpraQ==>. Acesso em: 15 mai.2024.

APROS-PB. Instagram: aprospb Disponível em:

<https://www.instagram.com/aprospb?igsh=MWU3MGlzcVrdDjPZg==> Acesso em: 15 mai.2024.

APROSPI. Instagram: aprospiaui Disponível em:

<https://www.instagram.com/aprospiaui?igsh=MTh4ZjF6cDF0eWMyNQ==> Acesso em: 15 mai. 2024.

CLACSO. <https://www.clacso.org/en/> Acesso em: 18 mai. 2024.

COALITION PLUS. <https://www.coalitionplus.org>. Acesso em: 15 mai.2024.

COSMOPOLÍTICAS DO CUIDADO <https://www.cosmopoliticasdocuidado.net/> Acesso em: 14 mai. 2024

FÁTIMA MEDEIROS. Instagram: fofita.medeiros. Disponível em:

<https://www.instagram.com/fofita.medeiros/> Acesso em: 17 mai.2024.

FILHAS DA LUTA. Instagram: filhasdalutadorn Disponível em:

<https://www.instagram.com/filhasdalutadorn?igsh=MXg5eDFmaTI4bmhvNg==> Acesso em: 15 mai.2024.

GAPA. Disponível: <https://www.gapabahia.org.br/> Acesso em: 14 mai.2024.

GRUPO GAY DA BAHIA. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/> Acesso em: 15 mai. 2024.

LABHOI. <http://www.labhoi.uff.br/> Acesso em: 18 mai.2024.

NUDHES. <https://www.nudhes.com/queromais>. Acesso em: 14 mai. 2024.

REDTRASEX. <https://redtrasex.org/> Acesso em: 17 mai.2024.

SILVA, Ana Paula da. Dia 17 de julho de 2020. Instagram: coletivoputadavida. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCwK64fhsnZ/?igshid=ZWlzMWE5ZmU3Zg%3D%3D> Acesso em: 10 abr. 2023.

## Notícias, Blogs

CORREA, Sonia. Entrevista: a ofensiva antigênero como política de Estado. 2020. Conectas.

Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/ofensiva-antigenero-politica-estado/>

Acesso em: 16 mai.2024.

NATALRN. Medalha Marinalva Ferreira da Silva. 2012. Prefeitura de Natal. Disponível em:

<https://www.natal.rn.gov.br/news/post2/8820> Acesso em: 18 mai.2024.

PERUCH, Vítor. Trabalhadora do sexo: “Nossa luta é para garantir os direitos de toda uma categoria”. 2024. SindipetroSP. Disponível em: <https://sindipetrosp.org.br/trabalhadora-do-sexo-nossa-luta-e-para-garantir-os-direitos-de-toda-uma-categoria/>

Acesso em: 19 mai.2024.

PILAR, Vitória. Prostituta é comunidade. 2023. Revista Revestres. Disponível em:

<https://revistarevestres.com.br/reves/cultura/prostituta-e-comunidade/> Acesso em: 06 fev.

2024.

PRADA, Monique. Passinho à frente: criação da CUTS. 2015. Mundo Invisível. Ver:

<https://mundoinvisivel.org/cuts-novo-espaco-politico/> Acesso em: 01 abr. 2024.

SOUZA, Fabiana. PUTA DEI 2015 é comemorado com atividades em várias cidades. Grupo de Estudos Trabalho Sexual. Wordpress. 2015. Disponível em:

<https://grupodeestudostrabalhosexual.wordpress.com/2015/05/> Acesso em: 18 mai.2024.

SOUZA, Santuzza. Não são nossos filhos. 2017. Mundo Invisível. Disponível em:

<https://mundoinvisivel.org/nao-sao-nossos-filhos/> Acesso: 15 mai. 2024.

## Podcast

Pandemia do Sexo. Uma conversa com Santuzza Alves de Souza [ep.12]. Entrevistado:

Santuzza Alves de Souza. Entrevistador: Joana Suarez, Raquel Baster. Cirandeiras, jul. 2020.

Podcast. Disponível em:

[https://open.spotify.com/episode/36uyNfKKqZDo05KGdeDFex?si=epHy642LSQ-](https://open.spotify.com/episode/36uyNfKKqZDo05KGdeDFex?si=epHy642LSQ-XOGSaM9WP-g)

[XOGSaM9WP-g](https://open.spotify.com/episode/36uyNfKKqZDo05KGdeDFex?si=epHy642LSQ-XOGSaM9WP-g) Acesso em: 17 mai.2024.